São Paulo na covid-19

uma abordagem multidisciplinar

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
Maura Pardini Bicudo Véras
(eds.)

educ
Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq

São Paulo
na covid-19:
uma abordagem
multidisciplinar

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Reitor: Vidal Serrano Nunes Junior

Editora da PUC-SP

Direção: Thiago Pacheco Ferreira

Conselho Editorial

Vidal Serrano Nunes Junior (Presidente)
Carla Teresa Martins Romar
Ivo Assad Ibri
José Agnaldo Gomes José
Rodolpho Perazzolo
Lucia Maria Machado Bógus
Maria Elizabeth B. T. Morato Pinto de Almeida
Rosa Maria Marques
Saddo Ag Almouloud
Thiago Pacheco Ferreira (*Diretor da Educ*)

São Paulo
na covid-19:
uma abordagem multidisciplinar

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
Maura Pardini Bicudo Véras
(eds.)

Plano de Incentivo à Pesquisa PIPEq PUC-SP

educ

São Paulo
2024

Copyright © 2024. Ana Claudia de Oliveira, Maria Aparecida Junqueira,
Mariangela Belfiore Wanderley e Maura Pardini Bicudo Véras.
Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfouri/PUC-SP.

São Paulo na Covid-19 : uma abordagem multidisciplinar / Ana Claudia de Oliveira, Maria Aparecida Junqueira, Mariangela Belfiore Wanderley e Maura Pardini Bicudo Véras. – São Paulo : Educ, 2024.
386 p.; 21 cm.
Bibliografia.

Apoio: Plano de Incentivo à Pesquisa (Pipeq)
ISBN . 978-85-283-0730-6

1. São Paulo (SP). 2. COVID-19 (Doença) – Aspectos sociais. 3. Pandemia. 4. COVID-19 – Grafitti e poesia. 5. Vida urbana – São Paulo (SP). I. Oliveira, Ana Claudia de. II. Junqueira, Maria Aparecida. III. Wanderley, Mariangela Belfiore. IV. Véras, Maura Pardini Bicudo. V. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Plano de Incentivo à Pesquisa (Pipeq).

CDD 303.40981611

Bibliotecária: Maria Lúcia S. Pereira CRB 8ª/5754.

Revisão
Nilthon Fernandes

Editoração Eletrônica
Nilthon Fernandes

Capa
Montagem de Nilthon Fernandes na fotografia de Caroline Cagnin da *pexels.com* sobre imagem do prédio do Sesc Pompeia, São Paulo.

Direção
Thiago Pacheco Ferreira

Produção Editorial
Sonia Montone

Editoração Eletrônica
Waldir Alves
Gabriel Moraes

Administração e Vendas
Ronaldo Decicino

EDUC – Editora da PUC-SP
Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16 – Perdizes – CEP: 05014-901 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558
Site: www.pucsp.br/educ – E-mail: educ@pucsp.br

VERSÃO IMPRESSA DISPONÍVEL
NO SITE DA EDITORA.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A covid-19 na metrópole de São Paulo: algumas repercussões **9**

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
Maura Pardini Bicudo Véras

PARTE I

Desigualdades sociais e urbanas na cidade de São Paulo: vulnerabilidades e territórios da precariedade

Territórios da pobreza, precariedade habitacional e vulnerabilidade: São Paulo no contexto pandêmico **21**

Maura Pardini Bicudo Véras

A (des)construção da política habitacional durante a crise da covid-19 **61**

Marcelo Álvares de Lima Depieri

Moradia em cortiços, vulnerabilidades e a pandemia de covid-19 **99**

Maura Pardini Bicudo Véras

Favelas em São Paulo e a covid-19 **125**

Suzana Pasternak

141 *Pandemia e favela: um estudo de caso de Paraisópolis-SP*

Dulce Baptista
Marisa do Espírito Santo Borin

167 *Pandemia e vidas nas ruas em São Paulo*

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi
Marisa do Espírito Santo Borin

201 *Periferias paulistanas em tempos de pandemia da covid-19*

Maura Pardini Bicudo Véras

211 *Ocupações urbanas e a covid-19*

Fabio Martinez Serrano Pucci

PARTE II

223 ***Desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole e vida urbana***

A pandemia do covid-19 e seus impactos na cidade de São Paulo

Suzana Pasternak
Lucia Maria Machado Bógus
Luís Felipe Aires Magalhães

PARTE III

Manifestações estético-políticas-culturais na covid-19

Sentidos das manifestações visuais na pandemia **263**
Ana Claudia de Oliveira

Entretempos: poesia e pandemia **305**
Maria Aparecida Junqueira

PARTE IV

Saúde, pandemia e necropolítica **351**

Glocalização interativa, flagelo pandêmico e promoção da morte no Brasil
Eugênio Trivinho

POSFÁCIO

Sobre *A covid-19 na cidade de São Paulo: algumas repercussões* **371**
Maria Amalia Andery

SOBRE OS AUTORES **379**

A covid-19 na metrópole de São Paulo: algumas repercussões

Ora, se essa qualidade existisse [uma qualidade humana especial], *nós não estaríamos hoje discutindo a indiferença de algumas pessoas em relação à morte e à destruição da base da vida no planeta. Destruir a floresta, o rio, destruir as paisagens, assim como ignorar a morte das pessoas, mostra que não há parâmetros de qualidade nenhum na humanidade, que isso não passa de uma construção histórica não confirmada pela realidade.*

Ailton Krenak, *A vida não é útil*.
São Paulo, Companhia das Letras, 2020, pp. 42-43

Tento andar e respirar
Andar e respirar, porém me sufoca
A máscara me sufoca
No instante desse pensamento
Percebo
Não somente a máscara me sufoca
Me sufoca a incerteza
Me sufoca o desprezo
A pilha de mortos

Sobre mim
Me sufoca
O que mais me sufoca além da máscara?
A impotência de transformar
Raquel Reis, "XXII", *A dor cotidiana*.
São Paulo, Patuá, 2021, p. 40

A emoção é, então, exemplar ao nos sugerir a profundidade desmedida do percebido. Na experiência emocional, compreendemos que o percebido vem de longe, que ele nos falta tanto quanto nos mostra, e exige então de nós uma práxis *exploratória, interrogativa.* [...] *É como se a emoção fosse uma epidemia, passando da transformação do corpo diante das coisas à transformação das coisas através do corpo*
Georges Didi-Huberman, *Povo em lágrimas, povo em armas*.
São Paulo, N-1 edições, 2021, pp. 44-45, grifo do autor

Vida urbana, desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole de São Paulo intitula-se o projeto do qual este livro – *São Paulo na covid-19: uma abordagem multidisciplinar* – resulta. Os textos, aqui reunidos, têm como objetivo analisar distintas dimensões da dinâmica urbana atual da cidade de São Paulo, refletindo sobre as transformações socioespaciais, as desigualdades sociais, urbanas e populacionais – centradas na periferia, nas favelas, nos cortiços, nas ruas –, assim como considerar as manifestações estético-político-culturais e a necropolítica, a partir das repercussões da pandemia da covid-19. É bem sabido que a pandemia não cria, precisamente, desigualdades, senão que evidencia as desigualdades sociais, econômicas, espaciais e seu impacto direto nas condições de tratamento e de acesso ao sistema médico-hospitalar da cidade. A situação pandêmica, entretanto,

atravessa os textos, pois qualquer pergunta que se faça nas diferentes áreas, aqui tratadas, a resposta é dirigida por desafios aos quais ainda não se tem domínio. Nesta perspectiva é que se pergunta: em tempos de pandemia, como a cidade e seus territórios propõem formas para sobrepor-se e/ou adaptar-se a esse cenário?

Os pensadores das epígrafes lançam luzes de resposta à nossa interrogação. A começar com Krenak que põe desconfiança no destino humano, perguntando-se, numa perspectiva existencial, a quem se associar. Os efeitos produzidos por essa ideia de humanidade checam as condições materiais e espirituais de existência de qualquer ser na terra. A realidade se mostra outra. Do poema de Reis, não se estranha nem os elementos, nem o comportamento do sujeito poético, eles fazem recordar estados vividos, manifestam o verso e o reverso em contraponto das dimensões do eu e do social. A repetição da palavra "sufoca" por sete vezes, se, por um lado, reforça o limite de uma ação, por outro, é consciência não só da dificuldade de respirar, mas também da incerteza, do desprezo, da pilha de mortos, da impotência, entretanto, o eu poético não é indiferente à catástrofe anunciada: ele tenta andar e respirar e percebe, o que ambiguiza sentidos no poema que num primeiro momento seriam de mão única. Pode-se dizer que há aí, pela repetição: "*a profundidade desmedida do percebido*". Essa recorrência do "sufocar" gera efeitos no próprio corpo do sujeito poético, vinculado enquanto tal às emoções. Didi-Hubermann apreende essa "*práxis* exploratória, interrogativa" ao tratar da capacidade das emoções de mobilizar os corpos.

Nessas condições existenciais, os corpos de São Paulo foram tomados por esse estado de sufocamento produzido tanto pelo vírus que se multiplicava como pelo ato de vestir máscaras para manter o viver na tormenta da espreita do invisível contagioso.

A cidade de São Paulo, em tempos de pandemia da covid-19, foi tomada como objeto desta pesquisa sob o olhar de grupos de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) integrantes do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq: Observatório das Metrópoles-SP, Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais; Centro de Pesquisa Sociossemiótica (CPS) e Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Comunicação e Cibernética (CENCIB), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica; Poesia Brasileira e Portuguesa: Interconexões, do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária; e Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa Cidades e Territórios, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Os eixos temáticos investigados centraram-se em:

Eixo 1 – Territórios da pobreza: precariedade habitacional, nomadismo urbano e políticas públicas em tempos de pandemia
Tema de pesquisa: *Desigualdade, precariedade habitacional e pandemia*.

Eixo 2 – Desigualdades sociais e urbanas na cidade de São Paulo: vulnerabilidades em tempos de pandemia
Tema de pesquisa: *Dinâmica urbana, metropolização e vulnerabilidades no contexto da covid-19*.

Eixo 3 – Manifestações estético-político-culturais de São Paulo
Tema de pesquisa: *As manifestações parietais do grafite*

pelas empenas da cidade, a produção literária periférica e o papel das editoras independentes, em período pandêmico.

Eixo 4 – Saúde, pandemia, afetos e necropolítica
Tema de pesquisa: *Comunicação digital, necropolítica e pandemia.*

Esses eixos e temas da pesquisa, além de operarem as especificidades de cada área de conhecimento, deixam ver o diálogo entre elas, apontando para uma relação multidisciplinar que expôs estados deste tempo pandêmico na cidade de São Paulo. Os pesquisadores buscaram aproximar metodologias, concepções teóricas e práticas, evidenciando, por semelhanças e diferenças, uma cidade que parecia submergir e emergir frente ao drama, à catástrofe, à crise sanitária que se enfrentava. Para tanto, durante o processo de pesquisa, este grupo teve o olhar clínico do infectologista Dr. Marcos Vinicius da Silva, que atuou como consultor de questões relacionadas com a covid-19.

Foi em função dos eixos que este livro se divide em quatro partes, desdobrando-se em temáticas da cidade e da pandemia.

A Parte I – "Desigualdades sociais e urbanas na cidade de São Paulo: vulnerabilidades e territórios da precariedade" – contempla os impactos da pandemia da covid-19 nos chamados territórios da precariedade da capital paulista. São espaços de territórios empobrecidos da metrópole, situados seja na periferia distante (ou na periferia propriamente dita) ou nas áreas centrais deterioradas (ou ainda nos interstícios do tecido urbano concentrado e estendido), naquilo que são enquanto "espaços do viver" dos trabalhadores pobres e miseráveis da ci-

dade. São territórios em presença, ou sob domínio, do urbano periférico, no qual sobrevive o trabalhador que sobra dos mais diversos setores, absorvidos em processos de trabalho existentes no "circuito inferior da economia urbana" que se vincula, direta ou indiretamente, ao "circuito superior". Dessa forma, são abordados os processos de encortiçamento, habitações precárias do inquilinato popular com congestionamento e pouca privacidade que originalmente situam-se nas porções centrais da capital paulista, mas que se espalharam pelas diferentes parcelas urbanas chegando até a periferia. Abrangem as favelas, geralmente periféricas cuja insalubridade é conhecida, os loteamentos irregulares das áreas suburbanas ou periurbanas, as áreas de risco ambiental e a população em situação de rua. Tais contingentes assumem vulnerabilidade explícita em termos de saúde, são pessoas que se deslocam em busca diária de seu sustento, usam os transportes coletivos, estão sujeitas a contágios no espaço da mobilidade, residindo de forma precária sem salubridade. São trabalhadores, alguns conheceram o desemprego na pandemia, são muitos despejados devido à crise e fechamento de postos de emprego, outros receberam apoio de sua comunidade, outros chegaram a viver na rua. A heterogeneidade de situações tem, porém, a mesma face, a da desigualdade social e urbana profunda recorrente nas cidades capitalistas contemporâneas, e brasileiras, como o descanso das políticas públicas na ausência do Estado o que se revelou de forma evidente nos óbitos verificados na pandemia de covid-19.

A Parte II – "Desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole e vida urbana" – analisa a expansão da covid-19 no espaço intraurbano da cidade de São Paulo. O trabalho compara o

total de óbitos de 2020 com os de 2021. Discute como a mobilidade populacional, sobretudo a mobilidade pendular cotidiana, viabilizada pelas linhas de transporte, transformou-se, no contexto da pandemia, em importante mecanismo de transmissão do vírus e de distribuição espacial no município e na região metropolitana. Trata não só de moradores da periferia pobre paulistana, mas também dos grupos etários mais idosos. Ainda considera a necessidade seja de intervenção mais detalhada nessas áreas periféricas, seja da colocação de equipamento urbano adequado à estrutura etária presente nessas regiões.

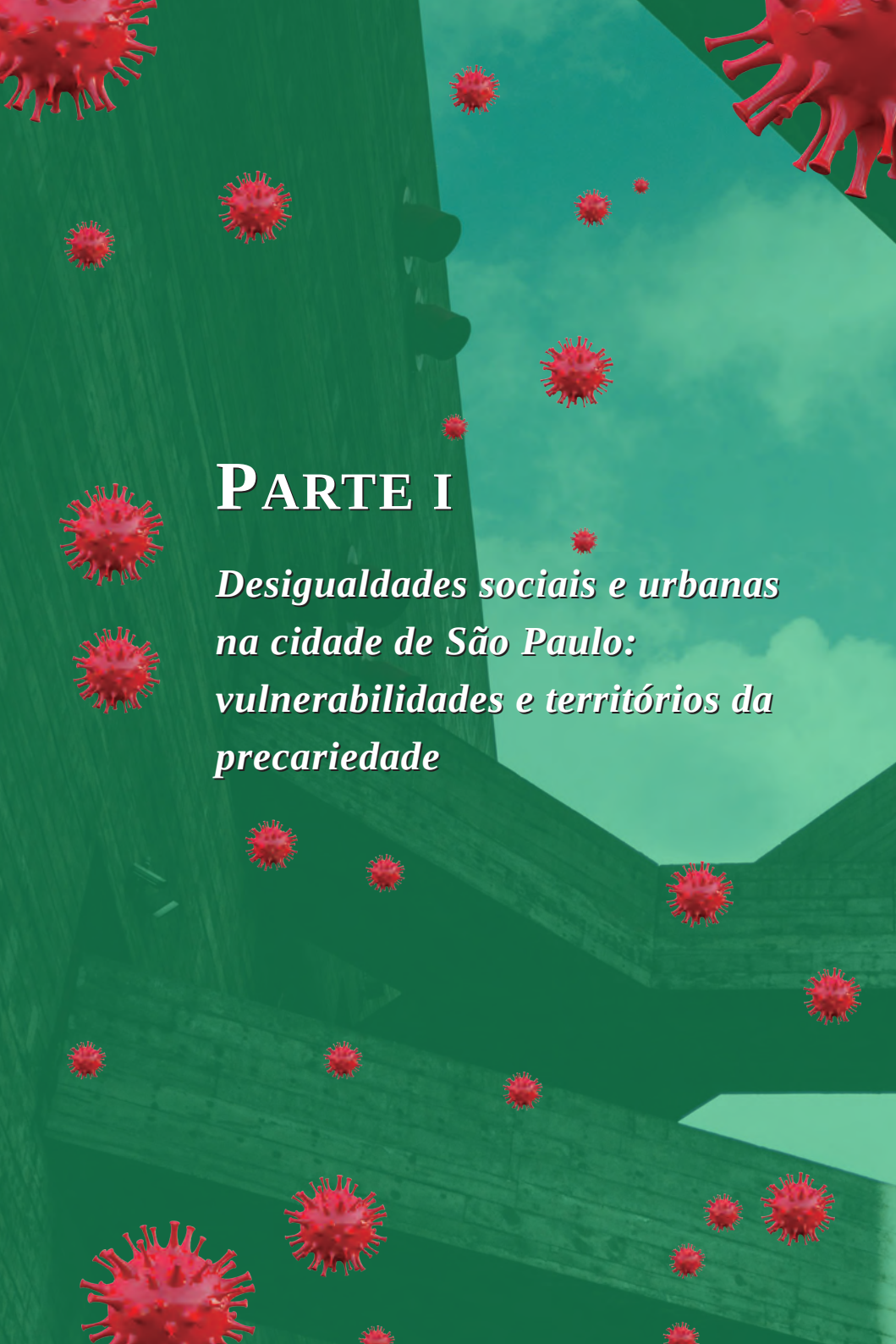
A Parte III – "Manifestações estético-político-culturais na covid-19" – ressalta os impactos da pandemia, na cidade de São Paulo, em manifestações estético-culturais como nas manifestações parietais nas encostas dos prédios nas vizinhanças dos hospitais que passaram a reverenciar médicos, enfermeiros, heróis desse tempo pandêmico, que se isolaram em seus locais de trabalho frente a essa emergência sanitária. São artísticos painéis visuais dispostos em pontos estratégicos da cidade a comunicar encorajamento, força, segurança, esperança, tanto ao corpo médico como à população aflita, e temos também projeções nas encostas vazias das edificações para serem vistas à distância. Projeções de frases nas empenas dos ativistas do *Projetemos* que sensibilizam os que circulam nas ruas, ou os que, confinados nas moradias, pelas janelas, olham os prédios ao redor e são capturados por dizeres que chamam a atenção para o combate ao negacionismo da ciência, a falta de uma política dominante para assumir a vacinação geral da população, e os alertas aos desentendimentos e discordâncias emitidos pelos modos como o Poder público foi exercido na crise da pandemia e aos posi-

cionamentos contra a Ciência. Na volatilidade da expansão do vírus, a medicina atuou de mãos dadas nacional e internacionalmente em busca de reunir forças para o avanço da pesquisa científica e produção de vacinas. Numa difusão dessas abordagens incluímos manifestações de artistas anônimos que dão cores e formas a essa temática da insurgência do vírus, dando visibilidade ao seu alastramento e como esse, na sua invisibilidade, espreita os habitantes para capturá-los, assim como registram agradecimentos aos profissionais da saúde pela sua atuação. Do mesmo modo, essa parte enfatiza a produção literária periférica, editada por editoras independentes, vinculadas ao projeto Câmara Periférica do Livro (CPL) – Editoras e Selos Editoriais das Periferias de SP. A manifestação poética em pauta objetiva tecer reflexões acerca da experiência da pandemia e da literatura, mostrando como impactos da pandemia materializam-se em dimensão poética, ao mesmo tempo, como essa escrita se torna espaço de refúgio e liberdade em tempo fraturado.

A Parte IV – "Saúde, pandemia e necropolítica" – conduz reflexão que vincula a preocupação política com os tempos de neoliberalismo e de neofascismo no Brasil e no mundo. Em seus questionamentos, insere-se diagnóstico acerca da situação pandêmica, mal gerida pela necropolítica típica do neoliberalismo e do neofascismo, robustecendo socialmente o medo profuso da morte que, arrastando multidões dromopatas (aquelas capazes de acesso permanente a teletecnologias digitais) para o coração multimediático da interação em rede, acabou por colaborar, como em nenhuma outra época, para a reprodução social-histórica mais intensa da civilização glocal avançada, doravante em sua fase cibercultural.

Com essa organização, o que esta coletânea mostra é um processo de reflexão e questionamento, é uma parcela da discussão acerca das repercussões da pandemia da covid-19 na cidade de São Paulo, realizada no âmbito do referido projeto investigativo que reuniu pesquisadores de vários Programas de Pós-graduação e da Graduação, assim como participantes de outras instituições em função da abrangência dos grupos e centros de pesquisa. Diante de atmosfera irrespirável a pergunta era como quebrar o cerco e atravessá-la? A resposta foi interrogá-la, problematizá-la, dando margem ao surgimento de ideias que, na contramão do lamento e do negacionismo, energizasse o pensar afetando-o sensível e criticamente, investindo-o de indignação e de potência política, social, cultural, frente a um acontecimento desconhecido que afetou a nossa vida subjetiva e singularmente a nossa vida social. Esperamos, enfim, incitar novas discussões, abrir possibilidades de trocas entre as áreas de conhecimento, enfrentar os desafios anunciados, apreender nas fissuras do acontecimento as práticas inovadoras, as experiências alternativas, colocando em jogo confrontos e complexidades.

Ana Claudia de Oliveira
Maria Aparecida Junqueira
Mariangela Belfiore Wanderley
Maura Pardini Bicudo Véras



PARTE I

Desigualdades sociais e urbanas na cidade de São Paulo: vulnerabilidades e territórios da precariedade

Territórios da pobreza, precariedade habitacional e vulnerabilidade: São Paulo em contexto pandêmico

Maura Pardini Bicudo Véras

Introdução

A problemática da desigualdade social, especialmente na cidade de São Paulo, merece olhar multifacetado, pois há uma perversa estabilidade dos processos disruptivos e excludentes trazendo um cenário de contrastes evidentes. De um lado, acumulação e concentração de renda, e, de outro, pessoas com fome, subalternidade, doença e sofrimento. São segmentos sujeitos, de forma geral, à vulnerabilidade em seus diferentes significados ligados à precariedade urbana e da moradia e ao ambiente. É preciso, sobretudo, que se discuta e destaque esse caráter multidimensional da desigualdade, acompanhando as constatações por inúmeros indicadores, mais do que renda, ocupação, escolaridade, também a situação na cidade, ou seja, sua localização, a precariedade habitacional, o nomadismo urbano, a exclusão de vastos segmentos populacionais como os

sem domicílios, os expulsos por despejos, aqueles banidos por remoções forçadas, segregados ou confinados a acampamentos improvisados, e, nesse subconjunto, também imigrantes pobres.

Assim, a questão habitacional se revela um indicador adequado para avaliação e mensuração das desigualdades sociais, pois reúne aspectos sensíveis e complexos em seu acesso. Conceituando habitação de forma ampla no contexto da sociedade capitalista, em especial nas especificidades da sociedade brasileira, temos que ela pode ser um índice do desenvolvimento econômico e das oportunidades descortinadas à maioria da população. O presente texto visa abordar a problemática da habitação precária na cidade de São Paulo em relação aos efeitos da pandemia da covid-19 entre nós.

Do ponto de vista sanitário são inúmeros estudos que têm destacado o papel da moradia insalubre em doenças respiratórias e epidêmicas em geral. O episódio da tuberculose é emblemático no caso dos cortiços até a primeira metade do século XX (Kowarick, 2016; Véras, 1999, 1992; Chalhoub, 1996). As favelas, especialmente pela falta de abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário são exemplos gritantes, além da precariedade da edificação, o que também ocorre nas periferias sem infraestrutura, como a presença de riscos de desmoronamentos, córregos a céu aberto, doenças endêmicas, verminoses e assim por diante.

No atual contexto econômico globalizado em que vivemos, temas como os custos da degradação ambiental e os benefícios do desenvolvimento sustentável ganharam envergadura internacional que foram amplamente divulgadas pela mídia e objeto de permanentes debates. Palavras de ordem

servem de alerta a governos, organizações sociais, empresas e população, de maneira geral para os riscos trazidos na manutenção do modelo atual. Nas palavras de Coimbra (1998 *apud* Malzyner, 2002, pp. 2-3):

> [...] Nós agimos como aprendiz de feiticeiro, aquele que realizou a façanha de fazer a vassoura voar e depois não conseguiu mais controlá-la. Com a tecnologia e com os processos modernos, estamos vivendo momentos chamados de 'efeitos limiares'. O efeito limiar é aquele que se produz por uma determinada causa, mas que você não sabe até onde vai chegar...

Enquanto o debate internacional se volta para as mudanças climáticas e a sustentabilidade do ambiente, atualmente sobre ESG (Environmental, Social Government), as questões do ambiente doméstico e seu entorno não têm recebido a mesma preocupação. Entretanto, seus efeitos podem ser bastante prejudiciais para a saúde dos moradores, especialmente nos assentamentos de população de baixa renda, com impactos comparáveis aos dos problemas ambientais mais amplos. A Organização Mundial da Saúde – OMS (World Health Organization – WHO) enfatiza a importância da adequação do ambiente doméstico e seu entorno para as condições de vida mais saudáveis, com prioridade análoga ao do próprio atendimento habitacional:

> [...] os mais importantes fatores para a criação de ambientes de suporte à saúde são a disponibilidade, distribuição, acessibilidade e a posse da habitação, assim como a ausência de riscos tanto em casa como na vizinhança imediata (WHO, 1996).

O imbricamento das questões do meio ambiente, habitação, educação ambiental e saúde publica é patente em inúmeros debates e conferências internacionais desde meados do século XX. A Agenda 21 e o projeto Cidades Saudáveis são exemplos disso, interconectando e integrando esses temas (Gordilho-Souza, 1997).

A lógica da desigualdade tem prevalecido na estruturação das grandes cidades brasileiras: de forma geral, áreas centrais caras, congestionadas e disputadas por usos residenciais, comerciais e industriais de variados portes e padrões, densidades e estados de conservação; extensas periferias de ocupação esparsa e urbanização precária, formadas ao longo dos corredores de transporte; inúmeras glebas e lotes vagos por toda a cidade, muitas delas ocupadas por favelas e, no caso de São Paulo, estão cada vez menos disponíveis à população delas necessitada. A confluência de diversos fatores como demandas formal e informal do solo urbano, os interesses do mercado imobiliário, a ineficiência das políticas governamentais para o setor fundiário e a insuficiência dos investimentos públicos levaram a uma ocupação desordenada da cidade. Ainda há o agravante do empobrecimento de amplos segmentos da população, inclusive de classes médias, e o ritmo acelerado de crescimento das cidades, provocando rápida obsolescência de suas infraestruturas e deterioração urbana. Como disse Ianni (1999), citando Coraggio, a cidade latino-americana reflete um corresultado reflexo de ações populares massivas (des)orientadas por estratégias de sobrevivência, na contingência, mais que planejamento linear de agentes imobiliários da acumulação. Entretanto, é válido afirmar que há e houve

um projeto segregatório e excludente por parte das elites e do Estado em relegar os interesses populares do ambiente urbano adequado. Como diz Rolnik (2022), houve o "*planejamento da desigualdade*" em São Paulo.

Parece evidente que, nesse contexto, as condições ambientais tendem a se deteriorar, pois a expansão urbana se dá na ocupação de qualquer tipo de terreno, mesmo os mais problemáticos, como várzeas inundáveis e encostas íngremes, à revelia das políticas públicas de preservação do meio ambiente e qualquer ação planejada. Somam-se ao quadro de risco a erradicação da cobertura vegetal e o lançamento de todo tipo de resíduos gerados pela ocupação urbana – lixo, efluentes sanitários, entulho e detritos industriais. O crescente número de emergências atendidas pela Defesa Civil (deslizamentos de encostas e enchentes), os desastres naturais (como contaminação das águas superficiais e subterrâneas e assoreamentos de rios e córregos), e o recrudescimento das doenças infecciosas (inclusive doenças antes consideradas típicas da zona rural, como doenças de Chagas e *leishmaniose*, dengue e, agora, a covid-19 são indicativos da gravidade da situação atual (entre outros, Malzyner, 2002).

A aprovação do Estatuto da Cidade (2001), entretanto, no âmbito federal, seguida da regulamentação no nível local e social de cada município, abriu novas perspectivas de planejamento e gestão das questões, aqui tratadas, que envolvem o setor habitacional, o meio ambiente, o ordenamento urbano de grandes cidades brasileiras e a melhoria da qualidade de vida de sua população. Buscando garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana, prevista na Constituição Fede-

ral de 1988, podem-se citar três instrumentos estratégicos: o parcelamento ou edificação de caráter compulsório, o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo e a desapropriação para fins de reforma urbana. Além destes, instituí também a regularização fundiária por meio da usucapião especial de imóveis urbanos e torna obrigatório o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para empreendimentos que possam afetar a qualidade de vida local (Malzyner, 2002). Espera-se, pois, que ainda seja possível atenuar, com tais instrumentos, a grave situação presente na cidade de São Paulo.

Este capítulo foi pensado como uma introdução ao exame das especificidades dos diversos territórios da precariedade em São Paulo que sofreram/reagiram cada um a seu modo às questões trazidas pela pandemia da covid-19 na conjuntura 2020-2021. Assim, o presente texto busca apresentar uma reflexão sobre os problemas trazidos pela pandemia da covid-19 no contexto da precariedade habitacional em São Paulo, que se agravou, mas que encontrou uma grave e estável desigualdade no acesso ao ambiente construído.

A exposição deste capítulo se organiza em três tópicos, além desta introdução: no sentido de avançar conceitualmente sobre as questões da habitação no capitalismo, iniciou-se com uma discussão do papel da moradia como mercadoria cara e que necessita de financiamento para seu usufruto/posse/propriedade e quais implicações de saúde desta precariedade, inclusive em face das políticas públicas, na atual etapa de desmonte do Estado de proteção, pela ausência de alternativas adequadas. Em segundo lugar, aborda-se o território enquanto categoria analítica e os territórios de precariedade e que trazem graves

problemas de saúde para seus usuários, uma territorialidade da pobreza, em situação de vulnerabilidade e, finalmente, em terceiro ponto, quais são as modalidades dos territórios da precariedade no contexto da pandemia em São Paulo, cortiços, favelas, periferias, ocupações, população em situação de rua.

Após este capítulo será realizado, em capítulos subsequentes, o exame de cada território da precariedade por diversos autores que se debruçaram sobre os dados da covid-19 em São Paulo, especificando a situação de cada modalidade e, também, uma certa regionalização diante da cidade como um todo.

Saúde e riscos ambientais na precariedade habitacional

É inegável que a casa e o bairro habitado exercem grande influência sobre a saúde de seus moradores. Aspectos interseccionados como as características construtivas, a conservação, o uso e a disponibilidade de infraestrutura básica, a localização na cidade, entre outros, combinam-se resultando em diferentes situações de risco epidemiológico. Desse modo, condições "subnormais" de moradia, como as de barracos de favelas, cômodos de cortiços ou casas em assentamentos precariamente urbanizados ou originadas da autoconstrução, condenam seus moradores a riscos e doenças. Do ponto de vista das condições sociais da ocupação do domicílio, surgem aspectos relevantes, entre outros: o custo da moradia (prestação ou aluguel caros, em geral, prejudicam o atendimento de outras necessidades básicas); a natureza da posse (inquilinos, posseiros e ocupantes ilegais que vivem sob permanente ameaça de despejo não sentem estímulo para melhorar as condi-

ções de habitabilidade); a inadequação da residência ou da vizinhança (para o atendimento das necessidades sociais dos moradores) (WHO, 1992).

Comumente são associadas ao ambiente doméstico/local aquelas doenças provocadas por agentes patogênicos – vírus, bactérias, protozoários ou vermes – transmitidos pelo contato do homem ou passando de uma pessoa a outra diretamente ou com materiais contaminados (solo, água, utensílios), pela ação de vetores (insetos, animais). As vias de penetração no organismo humano podem ser a digestiva (caso de diarreias, verminoses, gastroenterites, hepatites, cólera, leptospirose, dengue), a respiratória (gripe, asma, meningite, sarampo, tuberculose, febre reumática), através da pele e dos olhos (alergias, *leishmaniose*, tracoma, conjuntivite) (WHO, 1992; Malzyner, 2002). Condições de higiene precárias podem facilitar a contaminação tanto dos moradores quanto por falhas na limpeza das casas ou de todo o bairro. Superlotação, insolação ou ventilação deficientes, acúmulos de poeira, gordura ou umidade, estocagem e conservação inadequadas de alimentos, acondicionamento inadequado de lixo, falta de tela nas janelas e de tampa nas caixas d'água criam dentro das casas ambientes propícios à proliferação de patógenos e de seus vetores. Esgoto a céu aberto, acúmulo de lixo ou entulho não coletado, águas paradas e falta de arborização, desempenham o mesmo papel nas ruas. A ocorrência destes problemas ambientais, mesmo que isolados, representa sempre risco para a saúde dos moradores (Malzyner, 2002).

No universo da vulnerabilidade, destacam-se as pessoas que permanecem mais tempo em ambientes inadequados,

como, por exemplo, mulheres dedicadas exclusivamente às atividades domésticas ou que conciliam o habitar com funções de trabalho, de crianças em idade pré-escolar, de idosos aposentados, assim como de outros membros da família, por permanecerem a maior parte do tempo em casa.

Assim, convém registrar que boas condições de saúde dependem, primariamente, de ambientes saudáveis que impeçam a proliferação de patógenos e vetores, dentro das casas e fora delas, como nas ruas. Não basta, portanto, que o morador construa e use sua casa adequadamente. É necessário que toda a vizinhança aja da mesma maneira e que o bairro tenha infraestrutura (redes de água, esgoto e drenagem), serviços públicos (coleta de lixo e de entulho, posto de saúde), local para práticas esportivas e arborização. A viabilização de todas estas condições, porém, depende do Estado e/ou de uma organização comunitária eficiente, que atue tanto internamente no bairro, ou no domicílio, conscientizando e mobilizando os moradores, como fora dele, pressionando os órgãos públicos responsáveis.

Todos estes aspectos do ambiente habitacional exercem inegável influência no processo saúde/doença dos cidadãos. No entanto, especialistas apontam a dificuldade na mensuração de seus impactos epidemiológicos devido à sua vulnerabilidade a erros de interpretação (Taschner, 1982).

Parece serem comuns a todos os "estudos ecológicos", os seguintes problemas:

- unidade de análise demográfica (por vezes é a população e não o indivíduo) dificulta a comprovação científica das relações de causalidade entre problemas

habitacionais e indicadores de morbimortalidade;

- fatores socioeconômicos como pobreza, desnutrição, falta de assistência médica e de organização comunitária, entre outros, influem tanto nas condições de saúde quanto na situação habitacional das pessoas;
- critérios de avaliação das condições construtivas, de conservação e de uso das moradias e do bairro, não podem ser generalizados, devendo levar em conta as especificidades de cada população, inclusive culturais e ambientais (Taschner, 1982).

Tais dificuldades não chegam a constituir, entretanto, em impedimento para o desenvolvimento de trabalhos dos mais variados tipos, associando meio ambiente e saúde, incluindo políticas públicas, estudos acadêmicos (Cardoso, 1997; Taschner, 1982) e projetos de educação ambiental.

A habitação, dessa maneira, deve ser entendida não apenas como abrigo, mas como inserção na cidade, ou seja, como ocupação do espaço urbano com seus complementos de infraestrutura, serviços, transporte, equipamentos e paisagem. Desse ângulo, são complexas as funções ligadas ao habitar, incluindo desde a posse da terra, acesso à urbanização, características construtivas, qualidade da edificação, condições de ocupação e outros atributos componentes de seu valor de uso. Políticas de habitação costumam segmentar o mercado por faixas de poder aquisitivo e para o chamado mercado popular, visando "baratear" essa mercadoria, acabando por oferecer soluções em locais afastados, também levando "conjuntos habitacionais" à periferização, o que é bem

conhecido e debatido no Brasil. Até mesmo o Minha Casa Minha Vida repetiu esse modelo (Véras, 1980; Depieri, 2016).

Assim, como dito, os programas habitacionais de interesse social oferecem estoques de terra para provisão habitacional na periferia das grandes cidades, até mesmo em zonas rurais, áreas de geomorfologia precária e urbanização problemática e cara, mas de baixo custo de aquisição; por seu lado, a legislação ambiental para a aprovação de projetos habitacionais de grande porte exige avaliação prévia do impacto ambiental e inclusão de medidas que amenizem, o que pode encarecer até o ponto de inviabilizar a maioria deles. Configura-se um embate institucional que cria um círculo vicioso: devido à legislação ambiental, impõem-se exigências para a provisão habitacional, que, sem os ganhos de escala dos grandes conjuntos, mantém-se aquém das necessidades; a população desatendida volta-se para as soluções informais e/ou clandestinas de moradia, quer na periferia quer em porções degradadas da cidade, onde os valores fundiários são baixos ou no aluguel dos cortiços adensados e insalubres, resultando no problema ambiental que a legislação pretende prevenir (Malzyner, 2002).

Visando a aquisição de moradia, vastos segmentos têm dificuldade de fazer frente aos altos custos, necessitando de financiamento, destacando-se o peso que a propriedade privada da terra representa nesse conjunto de fatores. Surge a questão do "*déficit*" que deve ser visto mais como carestia a impedir o acesso da maioria a esse bem de consumo. Dessa maneira, conformada como demanda solvável, a enorme busca da casa própria continua sendo encarada como problema de mercado, tendência a que muitas políticas oficiais da chamada "habitação popular"

têm se adaptado, sem alterar a diretriz de tratar a habitação, não como direito do cidadão e sim como mercadoria (Véras, 1980, 1987, 2004; Véras e Bonduki, 1986; Bonduki, 1983). Tais subconjuntos de pessoas tornaram-se invisíveis diante das políticas que deveriam deles se ocupar, políticas sociais foram atualmente objeto de verdadeiro desmonte, jogando as pessoas no maior desespero, em especial em época de pandemia.

Territórios e vulnerabilidade em contexto da pandemia

Uma das expressões emblemáticas em relação ao tema do presente projeto, a contingência de moradia, é a de transitoriedade permanente, utilizada por Raquel Rolnik (2015) em estudo sobre a financeirização da moradia na atual etapa da globalização da economia, expressando a insegurança habitacional de vastos contingentes populacionais nas cidades capitalistas contemporâneas. Na mesma direção, mas proposta em contexto histórico diferente, foi a de nomadismo urbano (Véras, 1987; 2020), expressão empregada para a situação metropolitana com profundas desigualdades sociais, de restrito acesso a habitações adequadas no país, particularmente em São Paulo, atingindo parcelas consideráveis da população brasileira ao provocar um fluxo de expulsões e exclusões de melhores localizações. Em outras palavras, uma situação de deslocamento perene dos contingentes pauperizados de sua moradia, por não serem proprietários, por sofrerem despejos pelo custo de locação ou sua majoração desmedida, ou por obras públicas, ou pela pobreza que é cada vez mais impelida às periferias desequipadas e longínquas.

A expressão "*territórios da pobreza*" busca designar a ocupação do solo urbano por diferentes grupos sociais que se caracterizam pela exclusão do mercado formal de terra e moradias servidas de infraestrutura e equipamentos socioculturais, configurando a relegação diante das políticas públicas vigentes no contexto atual de desmonte do Estado.

> A questão do território tem recebido várias interpretações. Do ângulo político, o território é conceituado como área de jurisdição de um Estado. Mas se encarada a origem dessa concepção, tem-se que, de forma mais ampla, a territorialização diz respeito à ocupação de um determinado espaço por determinado grupo humano, constituído por algum critério social: etnia, nacionalidade, condição socioeconômica, nível cultural e outros. Nessa medida, é possível estabelecer relação intensa entre territorialidade e segregação socioespacial e, de modo abrangente, com a cidadania (Véras, 2003).

O território, espaço onde os seres humanos sentem-se ancorados, quer para moradia ou trabalho, pode representar um lugar de identificação, como uma "*ponte de passagem para sua sobrevivência ou adaptação às novas condições de vida*" (Silveira, 2014); de outro lado, submetida a leis do mercado, a "mercadoria/moradia" cara e custosa é apenas disponibilizada mediante critérios de renda, estabilidade de emprego, exigências documentais, o que restringe a possibilidade da maioria dos trabalhadores pauperizados ao seu atendimento, também atingindo os deslocados (Véras, 1987, 2016). Ademais, por vezes a concentração em um território determinado pode significar guetificação e consequente estigmatização, quando o pro-

nome "nós" se torna perigoso na autodefesa e no fechamento a contatos externos (Sennett, 1988).

Em tempos de neoliberalismo, o capital financeiro tem investido na construção de edifícios de escritório e habitações luxuosas, limitando a aplicação no mercado habitacional de baixa renda. Por seu lado, políticas oficiais de moradia popular são inexpressivas, assim como políticas urbanas têm privilegiado o sistema viário e a circulação por automóvel. Resulta disso tudo um cenário de esvaziamento de certas regiões e crescimento de outras; projetos de renovação urbana expulsam moradores para mais longe. Bairros se descaracterizam, referências urbanas se destroem. As periferias se esvaziam e se (re)alimentam: há "sem-teto" e excluídos pela cidade toda e a situação é mais complexa que a oposição binária centro e periferia. Fala-se em diminuição perversa da segregação na medida em que a pauperização e a desigualdade de acesso ao ambiente construído provocam o surgimento de "cidadelas" – conjuntos habitacionais exclusivos e fortificados para rendas médias e altas com a movimentação dos mais pobres em peregrinação em busca do morar acessível. Na ineficiência das políticas públicas quanto à oferta de soluções adequadas, tem-se um ambiente de segregação (Villaça, 2011; Marques, 2005) onde zonas de primeiro mundo, enclaves fortificados ocupados por elites que se auto-segregam (Caldeira, 2000) convivem com áreas desprovidas de equipamentos e serviços sociais, algumas em áreas centrais e degradadas, outras nas periferias abrigando moradores da precariedade, na pobreza, desempregados, nômades urbanos (Véras, 1987, 2010, 2016), sem abrigo, imigrantes, enfim, pessoas em situação de fronteira, vulneráveis. A presença dos imigrantes, refugiados,

moradores despejados é notada nos territórios ocupados na cidade, na vida das sub habitações como favelas, cortiços, onde em grande parte compartilhando o trabalho e morada como é, por exemplo, o caso das confecções onde imigrantes bolivianos, entre outros, residem e costuram em diversos bairros paulistanos; na participação nas ocupações de prédios por movimentos de moradia, nas periferias, na numerosa população que mora nas ruas e na constituição de fronteiras simbólicas das relações de culturas diferenciadas e de alteridade. Dessa forma é que se caracterizam tais situações como territórios da pobreza.

O conceito de vulnerabilidade, por sua vez, tem sido utilizado frequentemente por ser mais adequado que o de pobreza, este mais preso a mensuração de renda monetária ou em medidas fixas (como a linha da pobreza ou da miséria). Associa-se a vulnerabilidade a três componentes: exposição ao risco, incapacidade de reação e dificuldade de adaptação à materialidade do risco. Vulnerabilidade social, assim, considera a insegurança, exposição a riscos das crises econômicas a instabilidade das condições de vida dos grupos mais pobres, incluindo as estratégias das próprias famílias, sua disponibilidade de recursos para enfrentar suas questões (Kaztman et al. 1999).

Incluem-se nessa clarificação do termo, as contribuições da Geografia, de impactos de desastres naturais e avaliação de risco, enfocando como vulneráveis aqueles residentes em determinados locais expostos a riscos ambientais, em especial no que tange a enchentes, recursos hídricos, barragens de mineração, reservatórios etc. acesso a saneamento e outros desastres provocados por obras públicas (casos de Mariana em Minas Gerais, por exemplo e outros).

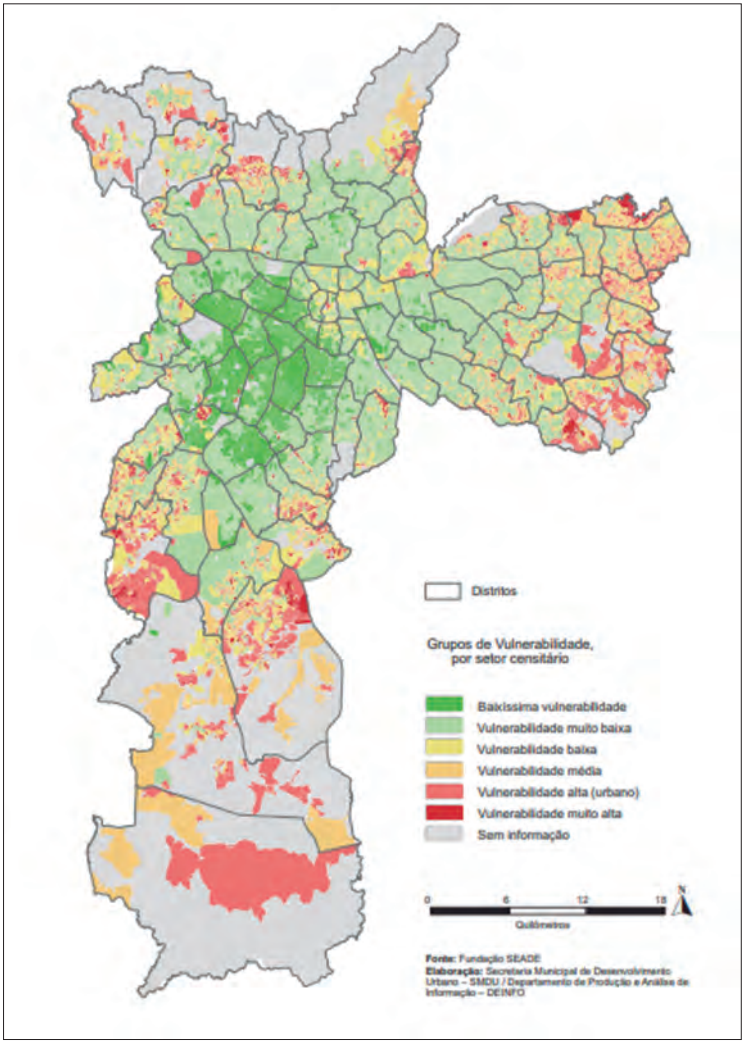
Grupos sociais mais pobres e de alta privação são considerados vulneráveis sociais e, pelas coordenadas de ocupação da cidade capitalista, acabam por localizar-se em áreas de risco ou degradação ambiental.

A população moradora na precariedade caracteriza-se pela presença dos riscos, inclusive de saúde, pois não há ventilação, sanitários suficientes, há congestionamento, degradação ambiental, falta de privacidade e segurança física dos imóveis, saturados com instalações clandestinas, fiações deterioradas, falta de infraestrutura e equipamentos e assim por diante. A ameaça dos despejos é constante, insegurança jurídica e a expulsão rondam continuamente as pessoas nessa situação. No caso das doenças respiratórias, parece-nos evidente o risco e vulnerabilidade e a contaminação de casos de covid-19.

Cumpre observar as mudanças nas vulnerabilidades da cidade de São Paulo[1]. Recente estudo de Miguel Jacob e Renata Bugni (2017) analisou a cidade de São Paulo por meio do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS e sua variante paulista, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, e, considerou as 1.593 Unidades de Desenvolvimento Humano – UDHs que formam a cidade de São Paulo.

1. Utilizando dados do IBGE em três dimensões: renda e trabalho, capital humano e infraestrutura urbana. Cada uma destas dimensões, bem como o índice total, tem um valor que varia entre 0 e 1, em que o valor mínimo representa total ausência de vulnerabilidade; e quanto mais próximo da unidade, mais vulnerável é a região.

Figura 1 – Mapa 1 – IPVS do Município de São Paulo-2010.



Fonte: Fundação Seade-Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano-SMDU. Departamento de Produção e Análise da Informação-DEPAI (Reproduzido de Reis, 2022, p. 6).

O que se considera vulnerável não pode ser visto de forma isolada, mas sim em relação à maneira pela qual as políticas públicas o tratam. Entendemos aqui por política pública o conjunto de ações do Estado em direção a atividades de caráter eminentemente social. Dessa maneira, três elementos se destacam na vulnerabilidade: a exposição aos riscos, a capacidade de enfrentá-los e a potencialidade destes em trazer consequências importantes para os afetados, manifestando-se numa gama de diversas situações (Véras, 2016; Kowarick, 2009). Tais grupos populacionais acabam sendo invisíveis diante da intervenção do Estado, caracterizando a relegação, a ausência de cuidado e atenção diante de sua pobreza extrema, da fragilidade dos laços familiares, de sua exposição a riscos e à violência. Estes contingentes não têm direito ao território de raiz como seu espaço, ao lugar de identificação e onde ganham apoio eventual de seus companheiros e/ou conterrâneos, ou de suas redes, de maneira geral.

Um ponto evocado nas discussões sobre neoliberalismo e na fragilidade das políticas sociais é o do necropoder. Parafraseando Foucault, o poder decide quem deve viver e quem deve morrer. Essa situação se aplica aos moradores da precariedade, caracterizando sua vulnerabilidade e, na crise econômica e sanitária da covid-19, ou após ela, se multiplicam na capital paulista (Véras, 1987, 2016; Escorel, 1999). São políticas de negação à vida no caso da necropolítica, o que se agravou com a pandemia (Mbembe, 2018).

> Hoje o eixo da morte e da destruição viraram políticas de Estado e são abertamente defendidas por variados segmentos e atores governamentais. Políticas de extermínio

> como forma de gestão dos pobres veio se consolidando e tem alterado profundamente a relação de todos com a cidade e com a forma de refletir sobre seus movimentos. Há uma ruptura inegável com o ordenamento jurídico e político da cidade quando as políticas de extermínio deixam de ser simplesmente toleradas para se transformarem em políticas oficialmente assumidas pelos governos estaduais e federais (Birman; Carneiro, 2020, p. 384).

Nesses termos, falando em necropolítica, como assim denomina Mbembe (2018) que, ao se utilizar do conceito foucaultiano de biopoder, analisa a soberani*a dos Estados residindo, em maior ou menor medida, na "capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais*" (Mbembe, 2018, p. 5). Aplicando esse conceito, observa-se que políticas urbanas que mantêm áreas mal servidas das condições de habitabilidade, como infraestrutura urbana e moradia adequadas, serviços e equipamentos de saúde, educação, lazer e consumo, expõem aqueles ali residentes à exclusão e à morte.

O panorama brasileiro diante da covid-19 ilustra os efeitos das não medidas profiláticas diante da pandemia. Quando se impôs o isolamento e a paralisação de atividades econômicas, alterou-se em muito a vida na cidade. Um dos efeitos foi a desativação de algumas atividades de pequeno porte como prestação de serviços e o comércio de maneira geral, restringindo o consumo e levando muitas empresas a falirem dispensando seus trabalhadores. Com essa crise econômica, aguçaram-se as desigualdades e a precariedade habitacional piorou sintomas, como o agravamento da doença; o governo

brasileiro, sob Jair Bolsonaro, custou a entender a gravidade da pandemia, demorou para tomar medidas de combate ao vírus como a aquisição de vacinas e outras determinações; o presidente da república encarava como uma gripe comum, chamava os trabalhadores para não paralisar as atividades e, seus ministros da Saúde, ou eram desacreditados e substituídos ou obedeciam à autoridade que não preconizava o respeito à ciência, seus alertas e a tomada de providências corretas. Os resultados foram desastrosos, entre eles, as setecentas mil mortes, em hospitais superlotados e episódios dantescos de escassez de leitos e depois de sepulturas.

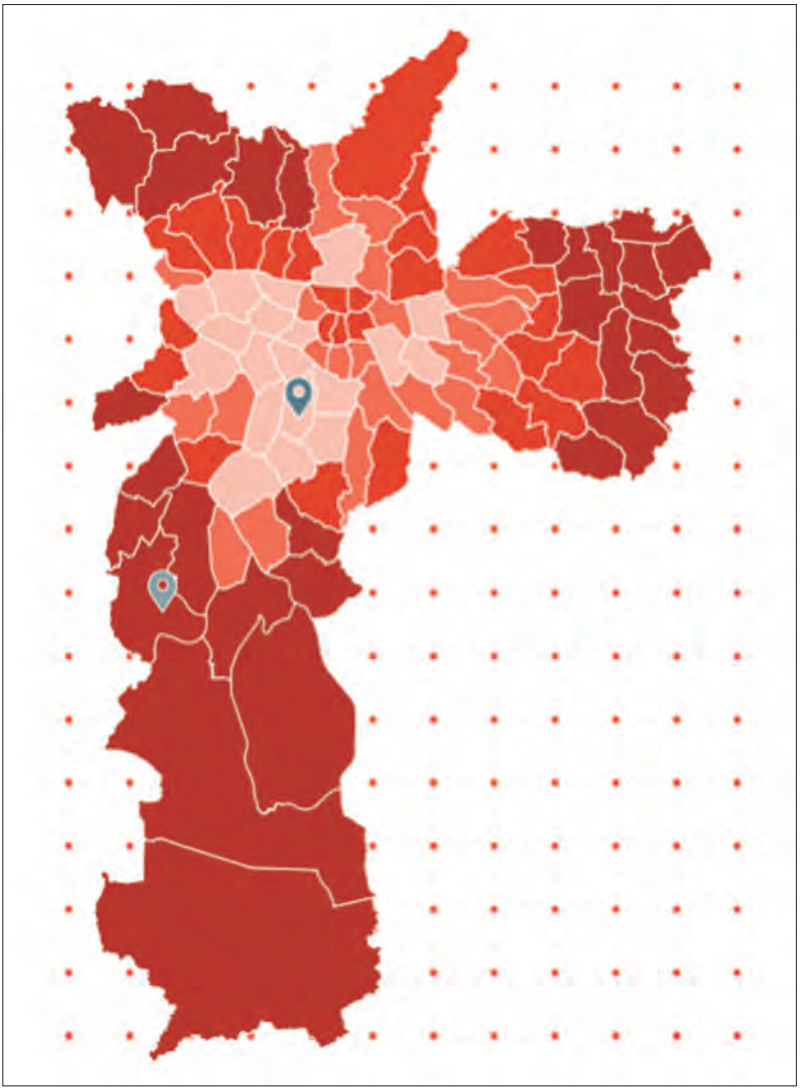
A pandemia encontrou o país com suas profundas desigualdades e, paradoxalmente, tirou a máscara das iniquidades, revelando que, embora tivesse se iniciado pelas camadas sociais de alta renda que viajaram internacionalmente e trouxeram o vírus, espalhou-se pela pobreza e acarretou incidência e óbitos diferencialmente pela situação socioeconômica desses segmentos.

Segundo Nísia Trindade, então presidente da Fundação Oswaldo Cruz e Ministra da Saúde no governo Lula da Silva (2023-2026), a pandemia "*ao se abater sobre a população brasileira como se fosse uma fortíssima tempestade, revelou que nem todos estavam no mesmo barco*" (Marques, 2021, p. 46). Esses setores da precariedade, de renda mais baixa e com dificuldades de espaço, de acesso à água corrente e ao saneamento básico, tiveram maior suscetibilidade à contaminação do vírus e vieram mais a óbito. Essa população, muitos sem direitos trabalhistas e previdenciários, em trabalho informal e grande parte de negros e pardos, do ponto de vista da questão racial, também teve de se locomover em transporte público pois muitos são ocupados

no comércio e serviços essenciais como abastecimento (supermercados) postos de combustíveis e trabalhadores da saúde que enfrentaram a epidemia saindo de casa todos os dias. Muitos domicílios da pobreza não ofereciam condições sanitárias que preservassem seus moradores da infecção. A ausência de políticas sociais que vinham sendo praticadas desde os governos Lula e Dilma, a partir do golpe de 2016, foram diminuindo, desvalorizando o salário mínimo e outros.

A pandemia na cidade de São Paulo não deixa dúvida sobre quais segmentos foram mais atingidos. Embora esta análise seja desenvolvida de forma mais completa no exame de cada território da precariedade, podem-se apontar algumas informações no sentido de abrir, mesmo que panoramicamente, este eixo da problemática da pesquisa. Algumas fontes de pesquisa colaboram para o diagnóstico evidente dos efeitos desigualizadores da covid-19. A Rede Nossa São Paulo, em junho de 2020, ainda nos primeiros tempos da pandemia, apontava os diferenciais das mortes segundo tipo informal de ocupação, nível de pobreza e renda. Desse ângulo, identificaram que os distritos com menor renda média apresentaram 2,7 vezes mais mortes por covid-19 que os distritos com rendas mais altas (Marques, 2021, p. 49).

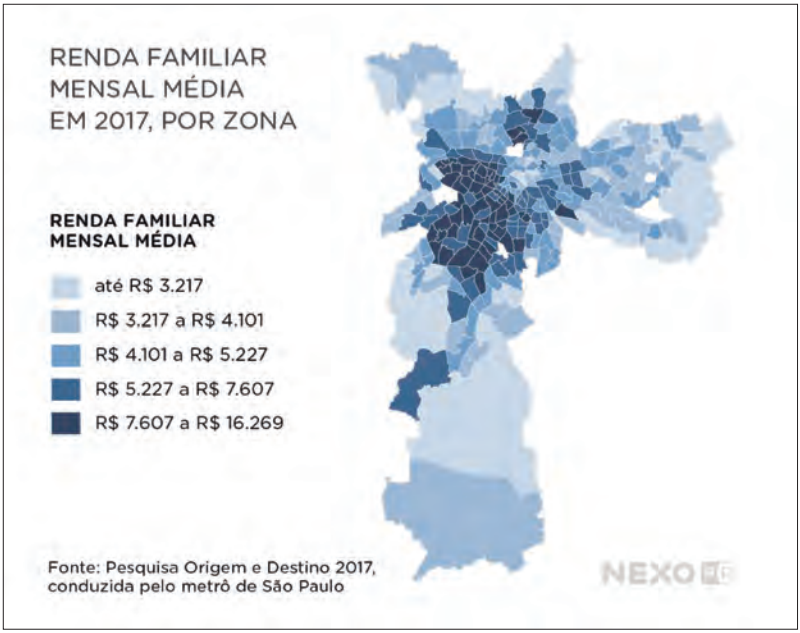
Figura 2 – Mapa 2 – População preta e parda na cidade de São Paulo.



Fonte: Rede Nossa São Paulo, 2020.

Esse breve panorama da situação da cidade de São Paulo permite avaliar o exame da precariedade da moradia como uma das determinantes dos efeitos da covid-19, como será posteriormente verificado nos textos subsequentes. Com o olhar da interseccionalidade, que nos parece acertado no exame das desigualdades, verificamos que ainda em 2020, o Instituto Polis apontava que a taxa da população negra foi de 172 mortes/100 mil habitantes enquanto a taxa da população branca foi de 115/100 mil habitantes. E tais residentes da precariedade se encontram nos degraus mais pauperizados da força de trabalho, como se sabe (Instituto Polis, 2020 *apud* Marques, 2021, p. 48).

Figura 3 – Mapa 3.



Fonte: Nexo, Políticas Públicas, 2023.

Os mapas 2 e 3 revelam as afirmações sobre a distribuição da pobreza, precariedade e raça na cidade de São Paulo. E, por oportuno, transcreve-se aqui texto de Fanon (2005) que, embora date de 1961, ilustra a desigualdade territorial desde aquela época ainda presente em nossas cidades.

> O mundo colonizado é um mundo cortado em dois e as [...] formas estéticas do respeito à ordem estabelecida criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e de inibição que alivia consideravelmente a tarefa das forças da ordem. [...] Na cidade do [dominador] colono é uma cidade de brancos, ou seja, [...] é uma cidade iluminada, asfaltada onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos nunca vistos, nem mesmo sonhados de [...] ruas limpas, sem buracos, sem pedriscos [...]. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a *medina*, a reserva é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. [...] A cidade do colonizado é uma cidade faminta, [...] é uma cidade de joelhos [...] de pretos [...] (Fanon, 2005, pp. 54-55).

Distintos territórios da precariedade: cortiços, favelas, periferias, população em situação de rua, ocupações

Apesar de integrarem o mesmo universo da desigualdade social, diversas situações de precariedade na moradia são identificadas tanto por condições inadequadas dos imóveis quanto pelas questões de habitabilidade, tais como falta de privacidade, coabitação involuntária, ausência de equipamentos hidráulicos e de higiene, insegurança física do imóvel, bem como pela in-

segurança habitacional (remoções, expulsões, relegações), além da sua localização urbana, em grande parte motivadas pela ausência de infraestrutura urbana, transporte e equipamentos sociais quando em áreas periféricas. O sentido de provisoriedade relacionado ao deslocamento parece constituir em característica frequente associada à precariedade na cidade. Combinam-se, portanto, indicadores econômicos, sociais, culturais e urbanos nesse quadro da desigualdade socioespacial, enquanto, grosso modo, a pobreza se espalha pela cidade toda.

Depreendem-se desse quadro alguns determinantes na questão habitacional: a propriedade privada da terra urbana, seu custo mercantilizado que afasta os contingentes de menor poder aquisitivo das melhores localizações das cidades; a ineficácia das políticas públicas em oferecer habitação adequada a essas faixas de renda excluídas do mercado formal, levando-as a "soluções" precárias como as favelas, cortiços, loteamentos irregulares nas franjas das cidades e da região metropolitana, as ocupações de prédios e espaços livres, bem como o aumento sensível de moradores de rua. A cada um desses aspectos, seria necessário um momento de reflexão e de caracterização agravados pela situação da pandemia da covid-19.

Será prudente uma brevíssima caracterização de cada um desses territórios da precariedade, mesmo que o aprofundamento no exame das influências da covid-19 seja realizado posteriormente. Iniciando pelos cortiços, depois as favelas e em seguida pelas periferias urbanas de São Paulo. Além desses usualmente descritos em inúmeros estudos, trazem-se as ocupações e a população em situação de rua.

Cortiços

Há porções urbanas em que há forte presença de habitações encortiçadas e geralmente são vistas como bairros degradados e até estigmatizados. E quando o cortiço aparece em zonas de aquecimento imobiliário, ou até gentrificação, a discriminação aumenta até que sejam removidos. Nesse sentido, acabam por constituir-se sempre como territórios da alteridade, bem como assim podem ser designados os espaços da "quebrada" da periferia (Véras, 2016).

Os cortiços se constituíram o tipo de moradia popular mais antigo em São Paulo, desde os primórdios de sua industrialização dos finais do século XIX. A palavra cortiço ganhou o significado de casa de abelhas, caracterizada por aglomeração de alvéolos iguais, caixa cilíndrica de cortiça onde as abelhas se criam e fabricam mel e cera (Aurélio Ferreira, 1975). Também identificado como habitação coletiva precária de aluguel, recebeu diversos apelidos como "cabeça de porco", casa de cômodos, quintalão, avenida, "casa de malta", a depender das situações regionais e da acentuação de traços presentes em sua configuração; em São Paulo, representou de várias formas uma alternativa de moradia para amplos segmentos da classe trabalhadora pauperizada e consiste de múltiplos cômodos de aluguel, a maioria na informalidade (Véras, 1992, 2016). Há diversas configurações físicas dos imóveis, podendo derivar de uma antiga edificação burguesa que acaba sendo subdividida e locada coletivamente ou até de pequenas casas construídas para locação em fundos de quintal. A localização sempre foi em áreas centrais servidas de infraestrutura, mas com distri-

buição interna insuficiente de pontos de água e sanitários, sem privacidade e com coabitação involuntária. Com a expansão da cidade, os cortiços passaram a ocorrer em zonas intermediárias e nas periferias por conta da precariedade agravada, nesse caso, pela ausência dos atributos urbanos adequados à moradia. Sem estimativas seguras, os movimentos de moradia apontavam cerca de um milhão de encortiçados na cidade (Véras, 2016), mas já foram apontados como até 6% dos habitantes da capital (Kowarick, 2016).

Favelas

As favelas em São Paulo começam a surgir nos meados do século XX, quando do forte surto industrial, em especial da indústria automobilística na região do ABC paulista (Véras; Bonduki, 1986). O primeiro censo de favelas levado a efeito pela municipalidade foi feito em 1973 e o contingente favelado representava 1,0% da população de São Paulo. A precariedade da moradia se caracteriza pela posse ilegal da terra, ocupação de início desordenada, atualmente em parte originada de movimentos, organizados ou não, de luta por moradia. A depender da propriedade do terreno, nas áreas públicas houve por vezes a regularização e urbanização de alguns aglomerados, mas via de regra são objetos de expulsão, especialmente em zonas cujo uso imobiliário pode ser vantajoso pela localização. De início a moradia em barraco era feita de materiais usados de grande precariedade como retalhos de madeira e restos de plásticos. Atualmente, a maioria dos domicílios favelados é feita de alvenaria e quase todas são abastecidas de água e

energia elétrica, mas o esgoto ainda não tem universalidade. Em São Paulo, em geral, as favelas se situam em beiras de córrego, vias expressas, morros e áreas periféricas. Em 2016 o contingente favelado foi estimado em 11,38% da população municipal (Pasternak, 2016).

População em situação de rua

Na capital paulista, sem dúvida, o exemplo mais visível do nomadismo urbano e da desigualdade social está no crescimento da população sem domicílio que é assustador. Dados do censo da população de rua em São Paulo, realizado em 2019, apontam um total de 24.344 pessoas sem domicílio na cidade, dos quais 20.344 são homens e 3.604 são mulheres. Essa marca representa expressivo aumento em relação a 2015 quando o total dessa população era de 15.905 pessoas, com uma variação anual de 11,23% entre as datas dos censos (SMADS-SP, 2019) (Véras, 2021).

Trata-se de uma população heterogênea, mas de maneira geral demonstra estar nessa situação de pobreza extrema, sendo paulatinamente jogada nas ruas, resultante dos processos advindos das situações habitacionais já mencionadas e que culminam em total e explícito nomadismo urbano. Ocupam ruas, baixos de viaduto, jardins públicos, calçadas, marquises e improvisam algum abrigo quando possível. Por contingência, necessidade, por vezes transitória, por outras permanente, acabam por ocupar também prédios abandonados, carcaças de veículos, cemitérios, ruínas, áreas degradadas. Cerca de metade desse conjunto recorre a albergues para pernoitar e a pes-

quisa do censo em 2019 denominou esse subconjunto de "acolhidos" e a outra metade de "rua".

Quanto à distribuição espacial dessa população na cidade de São Paulo: em ordem decrescente a pesquisa do censo de 2019 (SMADS-SP) indicou grande concentração na região central do município, a Sé, com 45,38% dos moradores de rua. A seguir, a Mooca com 19,63%, depois em Santana no Tucuruvi, apresentando 4,25% das frequências, que vão diminuindo em direção às periferias mais distantes. A interação desses moradores de rua é conflitante com as políticas urbanas higienistas. Atrelado à noção de saúde pública, o higienismo se conecta com um preconceito hierárquico de que essas pessoas são possíveis e passíveis de contágio de doenças (Lanfranchi, 2022).

Periferias urbanas

O tema das periferias em São Paulo vem ocupando inúmeros estudos desde os anos 1970 e necessita para seu desvendamento de abordagens múltiplas, refletindo sobre as desigualdades econômicas, sociopolíticas, étnico-raciais, culturais e urbanas. É preciso, além disso, considerar um duplo movimento, abrangendo as interrelações entre a territorialidade e os deslocamentos do nomadismo urbano. Este, pode acarretar a expulsão dessas pessoas para mais longe, ainda na periferia, ou a moradia em situação de rua ou ainda novas ocupações em edifícios e/ou glebas ociosas na cidade. Essa situação de moradia precária caracteriza a vulnerabilidade desses contingentes, pois se associam a precariedade da edificação (em geral originárias da autoconstrução) às carências de infraestrutura e equipamen-

tos das regiões deles desprovidas (Bonduki, Rolnik, 1975; Véras, 1987, 2016; Escorel, 1999). Reunindo várias "quebradas", uma região de mais de seis milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial (D'Andrea, 2020). Reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade, prossegue afirmando ser ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e esse é o lugar deles na cidade capitalista. Começa o sentimento sobre esse lugar: periferia é periferia em qualquer lugar, como um desespero em busca da pacificação (D'Andrea, 2020). Começam os saraus, o *hip hop*, o *funk*, além dos *slams*. Os coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos como o ocorrido em 2000 nos governos Lula e Dilma. No entanto, é um complexo de contradições, embora relegada, a cidade não vive sem sua periferia que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente (D'Andrea, 2020).

Como o lugar da heterogeneidade (Marques, 2016) e da alteridade (D'Andrea, 2020). E, aspecto muito importante, a periferia é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa (BIN, 2018), ao longo da história da cidade, observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação, no rastro da música e depois literatura chamada marginal. O som do forró, samba, *punk*, *rock*, deixou herança como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder pú-

blico com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos.

Ocupações

Um olhar, embora breve, sobre as ocupações. Ocupações são soluções provisórias de moradia nas quais, em geral, paga-se um valor mensal (muitas vezes um valor simbólico) inferior àquele pago em cortiços, aluguéis ou a autoconstrução. Os movimentos sociais urbanos de luta por moradia mais presentes nas ocupações que sofreram remoção total foram a Frente de Luta por Moradia – FLM com 13 ocupações e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) com cinco ocupações.

No período da pandemia, citam-se como total de famílias removidas de 36.920, sendo que a média é de 246 famílias removidas por ocupação. Os distritos da região sul (10.667 famílias removidas), leste (6.201 famílias removidas) e norte (4.364) tiveram o maior número absoluto de famílias ameaçadas ou removidas. Já os distritos do centro e oeste tiveram o menor número absoluto (2.026 famílias removidas). Em contrapartida, há um comprometimento com a causa que é exigida pelo movimento. Movimentos por moradia têm atuado fortemente buscando atender às parcelas despossuídas e com carência financeira diante das exigências do mercado formal da habitação quer para aquisição quer para locação. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), tem se destacado na luta para a moradia urbana desses setores das camadas pauperizadas da força de trabalho. Isso gera um sentimento de solidariedade entre os ocupantes, mas também faz com que

aqueles que não gostam de participar de lutas sociais tenham de se engajar mesmo (Observatório de Remoções-LabCidade, 2021). O principal objetivo é analisar a relação entre moradia da pobreza, desigualdade social e saúde pública, a partir dos dados sobre ocupações e sua relação com a covid-19. Desde 2017 o número de ocupações vinha se reduzindo, chegando a apenas quatro novas ocupações em 2019. Com a pandemia, no entanto, esse número voltou a crescer (Pucci, 2022).

Referências bibliográficas

BERTOLLI FILHO, C. (2001). *História social da tuberculose e do tuberculoso:1900-1950*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

BLAY, E. (1985). *Eu não tenho onde morar: vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.

BÓGUS, L. M. M. et al. (org.). (1992). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.

BONDUKI, N. G. (1982). Origens do problema da habitação popular em São Paulo. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo, ano 2, nº. 5, maio/junho.

BONDUKI, N. G. (1983). "Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo". In: VALLADARES, L. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

BONDUKI, N. G. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Estação Liberdade.

CARDOSO, M. R. A. (1997). *Indoor Environmental Risk Factors for Lower Respiratory Diseases in Young Children in São Paulo, Brazil*. London, University of London - LSHTM.

CHAMPS, M. L. (2008). Estudo sobre a vulnerabilidade socio-ambiental na região metropolitana de Curitiba. *Cadernos Metrópole*. São Paulo nº. 19.

COIMBRA, J. A. et al. (1998). O futuro pode ser amanhã. In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. CDHU. *Do alicerce ao teto*. São Paulo.

CUNHA, J. M. P. (org.). (2006). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, Nepo, Unicamp.

D'ANDREA, T. P. (2020). *40 ideias sobre periferias*. São Paulo, Editora Dandara.

ENGEL, M. G. Resenha de Chalhoub, S. (1996). Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperial. *Revista Tempo*. São Paulo, vol. 1, nº. 2, pp. 188-192.

ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

FABIAN, J. (2013). *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA – FIPE (1993). *Estudo das favelas e cortiços da cidade de São Paulo: relatório final*. São Paulo.

GILL, L. A. (2004). *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Doutorado em História. Porto Alegre, PUC-RS.

GORDILHO-SOUZA. A. (org.). (1997). *Habitat contemporâneo: novas questões no Brasil dos anos 90*. Salvador, UFBA/Faculdade de Arquitetura.

IANNI, A. M. Z. (1999). *Meio ambiente e saúde na periferia da metrópole. Capela do Socorro, São Paulo*. Mestrado em Ciência Ambiental. São Paulo, Procam-USP.

JACOBI, P. R. (1989). *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde - São Paulo 1974-84*. São Paulo, Cortez.

KAZTMAN, R.; QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (2012). Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, nº. 20.

KOWARICK, L. (2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34.

KOWARICK, L. (2013). Cortiços: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 25, nº. 2, novembro.

LAGO, L. C. (2012). Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80. *Cadernos Metrópole*, nº. 2, pp. 11-40.

LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes.

LUCCHESI, B. M. D. (2012). *Quintais e cortiços insalubres na pauliceia: uma história de condenação e resistência*. ANPUH, Encontro Estadual de História. São Paulo.

MACIEL, M. S.; MENDES, P. D. et al. (2012). A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. *Revista Brasileira de Cínica Médica*, Belo Horizonte, maio-junho, 10(3), São Paulo.

MAGNI, C. T. (1994). *Nomadismo urbano: uma etnografia sobre os moradores de rua em Porto Alegre*. Mestrado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

MALZYNER, C. (2002). *Habitação, meio ambiente e saúde: diagnóstico de necessidades dos mutirantes da cidade de São Paulo – Região Leste I*. Doutorado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARICATO, E. (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo, Hucitec.

MARQUES, E. (org.). (2015). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo, Editora Unesp.

MARQUES, R. M. et al. (org.). (2021). *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo, Popular.

MENDONÇA, F. (2004). Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 10. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3102. Acesso em: 30 nov. 2024.

MORSE, R. (1970). *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Dife.

PASTERNAK, S. (2016). Favelas, fatos e boatos. In: KOWARICK, L.; FRUGOLI, H. (org.). *Pluralidade urbana, segregação, marginalidade e ativismos*. São Paulo, Editora 34.

ROLNIK, R. (1988). São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ROLNIK, R. (1988). Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. *Conference ISA RC Sociology of Urban*, Rio de Janeiro, mimeo.

ROLNIK, R. (2022). *São Paulo: o planejamento da desigualdade*. São Paulo, Ed. Fósforo.

SACHS, C. (1999). *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo, Edusp.

SAMPAIO, M. R. A. (2015). Cortiço vivo: projeto de reabilitação de cortiço na área central-Bom Retiro. *Revista de Cultura e Extensão*. São Paulo, USP, jul.-dez.

SANTOS, M. (1979). *Espaço e sociedade*. Petrópolis, Vozes.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2001). *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). (1998). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec.

SENNET, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.

SINGER, P. (1968). *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Editora Nacional. São Paulo, Educ.

SOUZA, J. (2003). *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte, UFMG.

SOUZA, M. A. A. (2003). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas, Edições Territoriais.

TASCHNER, S. P. (1982). *Moradia da pobreza: habitação sem saúde*. Doutorado em Saúde Pública. São Paulo, FSP-USP.

TASCHNER, S. P. (2001). "Um olhar sobre o urbano: políticas públicas em São Paulo". In: SORRENTINO, M. et al. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo, Educ/ Fapesp.

TELLES, V.; CABANES, R. (org.). (2006). *Nas tramas de cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas.

VÉRAS, M. P. B. (1980). *A vida em conjunto, um estudo da política de habitação popular*. Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP.

VÉRAS, M. P. B. (1987). Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, nº. 1.

VÉRAS, M. P. B. (1991). *O bairro do Brás em São Paulo – um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP.

VÉRAS, M. P. B. (1994). Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo. *III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

VÉRAS, M. P. B. (1995). A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, nº. 2, abr./jun.

VÉRAS, M. P. B. (2003). *DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*. São Paulo, Educ.

VÉRAS, M. P. B. (2003). "Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São Paulo". In: CHAIA, M.; SILVA, A. A. (org.). *Sociedade, cultura, política: ensaios críticos*. São Paulo, Educ.

VÉRAS, M. P. B. (2010). Cidade, vulnerabilidade e território. *Revista Ponto e Vírgula*, PUC-SP, nº. 7.

VÉRAS, M. P. B. (2016). Dimensões sociais da desigualdade urbana: moradias da pobreza e a produção do outro. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 4, nº. 7, jan./jun.

VÉRAS, M. P. B. (2016). "Segregação e alteridade na metrópole, novas e velhas questões sobre cortiços em São Paulo". In: KOWARICK, L; FRUGOLI, H. (org.). *Pluralidade urbana, segregação, marginalidade e ativismos*. São Paulo, Editora 34.

VÉRAS, M. P. B.; DANTAS, S. (2014). "Prefácio". In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. (org.). *Saúde e história de migrantes e imigrantes: direitos, instituições e circularidades*. São Paulo, Faculdade de Medicina USP, UFABC, Casa de Soluções Editora.

VILLAÇA, F. (1986). *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo, Global.

WACQUANT, L. (1995). Proscritos da cidade, estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, nº. 43, nov., pp. 64-83: Editora Cebrap.

WATTS, M; BOHLE, H. (1993). *The space of vulnerability:the casual structure of hunger and famine*. London, v. 17, nº. 1, Progress in Human Geography.

WHO – World Health Organization (1992). *Our planet, our health: Report of the WHO Commission on Health and Environment*. Geneva, WHO.

WHO – World Health Organization (1996). *Creating supportive environments for health*. Geneva, WHO.

WHYTE, W. F. (2005). *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Trad. Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

WIEVIORKA, M. (2006). *Em que mundo viveremos?* São Paulo, Editora Perspectiva.

A (des)construção da política habitacional durante a crise da covid-19

Marcelo Álvares de Lima Depieri

Introdução

Até o presente momento, março de 2023, a covid-19 levou à morte mais de 6,8 milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, estamos próximos de chegar aos 700 mil mortos. É verdade que hoje, com o avanço da vacinação em escala global, a pandemia está relativamente controlada e o número de infectados e de pessoas que evoluem à óbito é muito menor do que quando não tínhamos vacina. Quando a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou a covid-19 como pandemia, em 11 de março de 2020, os países tinham como único instrumento para frear a contaminação do vírus Sars-Cov-2 o isolamento social. A paralisação de quase a totalidade dos setores da economia, funcionando apenas os essenciais, levou a uma brutal crise econômica global. As piores recessões na história ocorreram em diversos países no ano de 2020. O de-

semprego, a miséria e a fome rapidamente se manifestaram.

A economia mundial, antes da pandemia, já se encontrava em crise. O neoliberalismo e suas reformas eram as principais formas de expressão da atuação dos Estados. É sobre uma economia mundial em crise, que não havia se recuperado totalmente da última, a de 2007-2008, e sobre muitas sociedades fragilizadas, em termos de proteção social, que a crise da covid-19 se manifesta.

Os mais de quarenta anos de neoliberalismo já haviam distanciado as posições entre ricos e pobres, o topo da pirâmide havia se afunilado e a base se alargado. A crise da covid-19 escancarou as discrepâncias sociais e aprofundou as desigualdades de renda, patrimônio e a de acesso a bens econômicos (Marques et al., 2021).

A crise da covid-19 fez com que a economia mundial, já em 2020, sofresse com o desabastecimento de diversos insumos importantes para a produção. A paralisação de inúmeros setores da economia levou à quebra de importantes cadeias globais de valor, interrompendo a oferta bens essenciais à produção. A escassez de diversos produtos levou a pressões inflacionárias do lado da oferta (custos) no mundo inteiro.

A economia mundial se retraiu em 3,9%. Em consequência, o mercado de trabalho mundial sofreu uma desestruturação. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, no pior momento da crise econômica da covid-19, no segundo trimestre de 2020, o total de horas trabalhadas no mundo foi 18,7% menor do que no último trimestre de 2019, fechando o ano de 2020 com uma taxa 4,5% menor do que aquela vista no último trimestre do ano anterior à pande-

mia. Os dados para o ano de 2021 mostraram que o mercado de trabalho mundial não havia se recuperado. Ainda em comparação com o último trimestre de 2019, a taxa de horas trabalhadas estava 4,7% menor de acordo com dados do terceiro trimestre de 2021 (ILO, 2021).

No Brasil, o PIB se retraiu em 3,9% em 2020, uma queda maior do que a média mundial (3,3%). As taxas de desemprego atingiram, em alguns trimestres, níveis recordes, como no terceiro trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, chegando a 14,9%. A inflação recrudesceu, destaque para o IGPM, índice que é base para o reajuste dos contratos de aluguel. Em 2020, o índice teve um aumento acumulado de 23,14% e, em 2021, de 17,78%.

As condições sociais se deterioraram. Não era incomum cenas do cotidiano de inúmeras pessoas revirando o lixo em busca de restos de alimentos, filas do osso em açougues e até supermercados que vendiam carcaças de peixe. De acordo com a pesquisa da Rede Penssan, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos, sendo que "*43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidade suficiente (insegurança alimentar moderada ou grave) e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome (insegurança alimentar grave)*" (Olhe para Fome, 2020, on-line). Hoje, a fome atinge mais de 33 milhões de pessoas. Ainda, como destaque do presente texto, podemos afirmar que aumentou a dificuldade para muitos brasileiros pagarem seus aluguéis e que o número de pessoas morando nas ruas nas grandes cidades se elevou, levando ao aumento da demanda por moradia. Na cidade de São Paulo, houve um aumento significativo de no-

vas inscrições por vagas em programas habitacionais em 2021 e 2022 (Zylberkan, 2022).

O país enfrentou uma das piores crises humanitárias, a pandemia da covid-19, sob a gestão do governo de Jair Bolsonaro, governo caracterizado como governo da destruição (Tricontinental, 2021c) e que podemos relacionar ao termo necropolítica de Mbembe (2016). Essas duas características se manifestaram nas políticas públicas colocadas em prática durante a pandemia, não sendo diferente para a gestão da política habitacional.

O principal objetivo do presente capítulo foi o de analisar a política habitacional nacional colocada em prática durante a pandemia da covid-19, destacando a atuação federal para a cidade de São Paulo.

O governo Bolsonaro acabou com o Minha Casa Minha Vida – MCMV e criou o Casa Verde e Amarela – CVA, reproduzindo e aprofundando os erros e extinguindo os acertos do primeiro, como a extinção do principal instrumento voltado para os que mais necessitam de uma habitação, o subsídio.

O capítulo, além desta introdução, conta com mais três seções e as considerações finais. A primeira analisou a política habitacional anterior, o PMCMV, suas principais características e resultados. Posteriormente, é feita uma análise do governo Bolsonaro, procurando identificar seu significado e caracterizá-lo, destacando as principais medidas e ações do governo, entre 2019 e 2022. Na terceira seção é analisado o Programa Casa Verde e Amarela – PCVA, as mudanças em relação ao programa anterior, os resultados alcançados e como o programa foi expressão da forma como Bolsonaro governou o país.

Política habitacional em construção, o Programa Minha Casa Minha Vida

Lançado no segundo mandato de Lula da Silva, o Programa se inseria na proposta mais ampla daquele governo: combate à pobreza e melhora das condições de vida, enfrentando especificamente a desigualdade do acesso a moradia. Com o objetivo de resolver o alto *déficit* habitacional o Programa também contribuiu para impulsionar o setor da construção civil e fortalecer a economia brasileira que passara pelos efeitos negativos da crise econômica mundial em 2009.

A despeito dessa pauta econômica, o PMCMV foi divulgado com preocupações de cunho social, com sua estruturação compatível ao ideário da gestão Lula: atender com prioridade as classes trabalhadoras e aos movimentos sociais. Em 2010, um ano após o seu lançamento, o *déficit* habitacional no Brasil era de 6,49 milhões de unidades habitacionais (Fundação João Pinheiro, 2013). Quase 70% desse *déficit* estavam concentrados em famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. Na tentativa de superar o problema, o Programa incluía essa faixa mais empobrecida, mas contava com oferta para diferentes estratos de renda.

O primeiro aspecto a analisar é a quais segmentos da população o Programa era dirigido. Em seu início, a divisão das famílias por renda era a seguinte: Faixa 1, de 0 a 3 salários mínimos; Faixa 2, de 3 a 6 salários mínimos; Faixa 3, de 6 a 10 salários mínimos. A partir da segunda fase (junho/2011) os estratos de renda familiar não eram mais estipulados por salários mínimos, justificando como ajuste à realidade brasileira após crescimentos reais consecutivos do salário mínimo,

ou seja, segundo o diagnóstico do governo, uma família que ganhava três salários mínimos não precisava estar inserida na Faixa 1, prioritária. Com as alterações realizadas pelas fases 2 e 3 do Programa, até o início de 2016, – ainda no período do governo Dilma – a divisão das faixas ficou dessa forma: a Faixa 1 abrangia renda familiar até R$ 1.800,00; foi criada a Faixa 1,5, beneficiando as famílias com renda entre R$ 1.800,00 e R$ 2.350,00; a Faixa 2, de R$ 2.350,00 até R$ 3.600,00 e a Faixa 3 de R$ 3.600,00 até R$ 6.500,00 (Portal Brasil, 2016). À época, ressaltou-se que essas mudanças foram realizadas com o intuito de trazer maior cuidado social, principalmente com a população de baixa renda, abarcando maior número de pessoas e priorizando a demanda dos mais necessitados.

Outra característica estrutural está nas modalidades para diferentes demandas. A primeira modalidade é: a) "Empresas", voltada para o atendimento da casa própria para a população de baixa renda, por meio da presença das empresas no setor da construção civil na elaboração e execução dos empreendimentos. Essa forma já de pronto estabelecia potencial situação de incompatibilidade entre objetivos de lucro empresarial e atendimento social. Esta modalidade utilizava verba do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR advindo de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, tinha a Caixa Econômica Federal como administradora desse fundo e responsável pela oferta do financiamento e do subsídio ao beneficiário da primeira faixa. Esse subsídio podia chegar até 96% do valor do imóvel. O pagamento do financiamento pelos beneficiários é de 10% da renda familiar por um período de 10 anos, estabelecendo como valor mínimo da parcela mensal R$ 50,00.

As outras modalidades eram: b) "Entidades", que visava atender as famílias organizadas em movimentos sociais, cooperativas habitacionais e outras entidades privadas sem fins lucrativos, também dentro da Faixa 1: c) "Municípios com até 50 mil habitantes", para famílias de cidades fora das regiões metropolitanas; d) "Rural", que visava contemplar grupos da agricultura familiar e trabalhadores rurais com renda anual entre R$ 15 mil e R$ 78 mil; e) "FGTS" que são voltadas para as Faixas 2 e 3 do programa e prevê a liberação do fundo para a aquisição do imóvel para as famílias inseridas nessas faixas (Portal Brasil, 2016).

O PMCMV trouxe avanços em termos de organização e realização de política habitacional, uma vez que até julho de 2016, o Programa havia entregado quase três milhões de unidades habitacionais, sendo um milhão para a Faixa 1, 1,6 milhão para a Faixa 2 e 249 mil para a Faixa 3. Além do alto número de habitações entregues, o subsídio quase total do valor do imóvel, para o beneficiário da Faixa 1, possibilitou a concretização do financiamento da casa própria por parte da população mais pauperizada.

No entanto, o Programa contou sempre com a forte presença de construtoras na elaboração de suas diretrizes. A presença do capital privado na formulação e na implementação dessa política evidencia uma contradição entre tais interesses e aqueles dos beneficiários. É a partir dessa fissura que se manifesta um efeito nocivo, a segregação socioespacial da população atendida. Um dos benefícios mais importantes às empresas no PMCMV é o comércio de terrenos para a construção de conjuntos habitacionais, pois o governo pagava o mesmo

valor do metro quadrado independente da sua localização. Portanto, as empresas proprietárias de terrenos na cidade já obtêm lucro no comércio do terreno oferecendo localizações mais afastadas para o Governo comprar e construir as habitações. Tal situação afasta ainda mais a população dos centros urbanos absorvedores de mão de obra e funciona como mais uma forma do capital privado conquistar seus lucros, destacando-se, portanto, o lucro imobiliário:

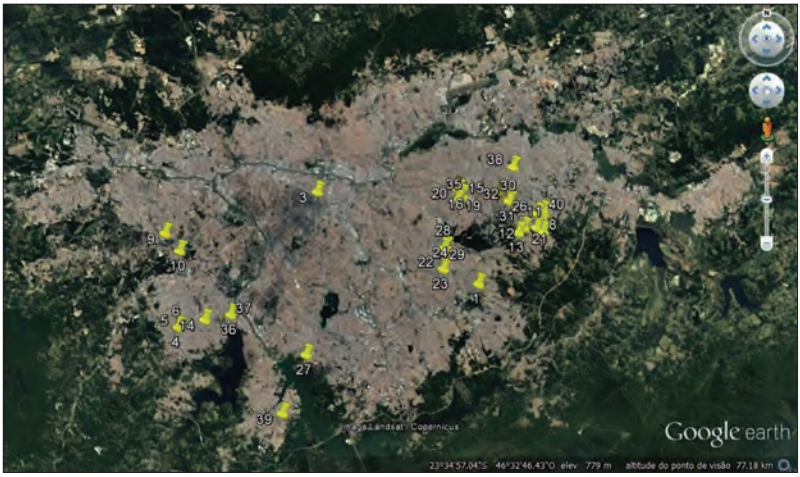
> Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. Todavia, o fato de trabalhar com as terras mais baratas não reverterá necessariamente no custo final para os adquirentes, já que os agentes tendem a trabalhar sempre com os tetos de financiamento como valores finais, ou seja, a utilização dos terrenos mais baratos reverterá como ampliação das margens de lucro e não como redução do preço final (Cardoso e Aragão, 2013, p. 55).

Esse processo revela-se publicamente a aparente desorganização e de gestão da política urbana de governantes locais e de técnicos da burocracia do Estado, contudo, a raiz do problema é a primazia do lucro que se impõe na execução do Programa.

As construções do PMCMV "Empresas" na cidade de São Paulo, por exemplo, evidenciaram esse processo. De 40 empreendimentos dessa modalidade até agosto de 2017, apenas um é localizado na região central. A imagem 1, ao lado, nos auxilia

a visualizar. Os marcadores amarelos são as localizações dos conjuntos do MCMV Empresas em território paulistano.

Figura 1 – PMCMV Empresas – localizações, São Paulo.



Fonte: Google Earth e Ministério das Cidades – Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação (SNH). Marcação pelos autores, 2017.

Deixa clara a perspectiva adotada de pensar a moradia para baixa renda na periferia da cidade, reservando as regiões centrais para outros projetos. O interesse dos beneficiários do Programa fica circunscrito à aquisição do imóvel e a um lugar de abrigo, sem influir onde e em quais condições.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 2016 demonstra como a produção habitacional de interesse social dos últimos anos, no caso o PMCMV faixa 1, tem influenciado a vida dos beneficiários, corroborando o afirmado anteriormente:

> A análise da localização dos empreendimentos da faixa 1 do MCMV demonstra que grande parte dos conjuntos habitacionais foi implementada com projetos de uso exclusivo de habitação nas periferias das cidades brasileiras. As distâncias dos empreendimentos das centralidades das cidades, bem como os tempos de deslocamento envolvidos, dão mostras do reforço de um quadro de segregação socioespacial [...] (IPEA, 2016, p. 8).

Além da segregação socioespacial, os beneficiários da modalidade "Empresas" enfrentam problemas relacionados ao conforto interno do apartamento. No modelo de negócio do Programa as empresas fixaram um valor teto por unidade habitacional.

A modelagem pouco flexível dos apartamentos da modalidade "Empresas" reforça a ideia de uma inadequação social do produto construído. As unidades habitacionais se reduzem a um tipo de dois quartos, independentes do número de pessoas que ali irão habitar. Dessa forma, reproduz-se uma lógica do lar como mero abrigo para acomodar a mão de obra necessária às engrenagens produtivas. Este é mais um problema trazido pela presença das empreiteiras desde à formulação do Programa, com minimização de custos na construção. A responsabilidade do governo estaria em exigir as contrapartidas por parte do capital privado que respeitassem o direito à moradia, garantindo qualidade.

Estas são as principais referências da implantação do Programa, descritas até o momento neste capítulo, ao apresentar brevemente um balanço do PMCMV ressaltando características, algumas positivas e outras que provocaram efeitos socialmente negativos. Na subseção a seguir analisam-se as

mudanças institucionais e diferentes medidas no Programa durante o Governo Temer.

O Programa sob o Governo Temer: acentuando os problemas

O presidente Michel Temer, vice na chapa com Dilma Rousseff em 2014, veio a assumir o governo em 2016, após um golpe contra a então presidente. O Governo Temer se caracterizou por sua baixa legitimidade, por diversas razões, entre elas: ter sucedido, por meio de um golpe político, uma presidente que foi eleita de maneira direta por votação popular e com compromissos para com a maioria; e pela plataforma política levada a cabo, a qual procurava diminuir os gastos do governo em detrimento das políticas sociais, restringindo o acesso da população aos seus direitos.

Tais medidas representaram um aprofundamento do neoliberalismo no país. Na ordem neoliberal, o capital portador de juros, na forma do capital fictício, a mais fetichizada do capital (Marques e Nakatani, 2009), é a dominante para a reprodução capitalista. O Estado passa a ter como maior preocupação pagar juros, amortizações e obrigações financeiras de sua dívida pública. Os ganhos que esse capital obtém na esfera financeira fazem-no acreditar que sua rentabilidade está descolada do papel do trabalho e dos trabalhadores. Dessa forma, esse capital exerce sua influência no poder estatal exigindo políticas sem compromisso algum com a produção, o emprego ou com políticas sociais, as quais são imprescindíveis para a manutenção e reprodução da força de trabalho.

Vale lembrar que foi na gestão de Michel Temer a aprovação da política de Teto de Gastos públicos, a qual prevê um congelamento dos gastos do governo por um período de 20 anos, reajustada apenas pela inflação. O Teto de Gastos foi corolário para o abandono de muitas políticas sociais.

A área habitacional sofreu retrocesso em sua maior expressão, o PMCMV. Em setembro de 2016 o governo desautorizou a Caixa Econômica Federal – CEF a utilizar recursos do FGTS, do FAR e do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS – MCMV Entidades – para contratações de unidades do Programa (UOL Economia, 2016).

Em fevereiro de 2017, o governo retomou o PMCMV. É importante destacar que a retomada do Programa, principalmente quanto a contratações voltadas para a Faixa 1, foi também fruto da luta política de movimentos de moradia como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST. No início de 2017, o movimento acampou por 22 dias na avenida Paulista, em frente ao prédio do Ministério das Cidades, exigindo a liberação das contratações para famílias inseridas na Faixa 1. Os manifestantes só saíram do local após o anúncio de que o PMCMV havia voltado com as contratações para aquela faixa.

Com a retomada vieram novas regras. As alterações tendiam a transformá-lo de política social em um programa de crédito imobiliário, voltado para o aquecimento da economia. É certo que essa possibilidade já estava presente nos governos de Lula e Dilma, mas, apesar das inúmeras críticas ao viés economicista do Programa, essa tendência veio a ser aprofundada por Temer ditando agora como ponto principal.

Os objetivos das mudanças no MCMV ficam mais claros se atentamos aos discursos dos agentes envolvidos na área da habitação. O presidente Temer ao anunciar as novas diretrizes diz: "*A construção é um dos setores que gera emprego de forma rápida e umas das peças-chave da economia brasileira*" (Agência Caixa de Notícias, 2017a). Por sua vez, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, destacou a criação de empregos no setor: "*Numa época de tantas dificuldades, é uma notícia muito importante* [...]. *O setor perdeu muitos empregos. Agora, começa a recuperar*" (Agência Caixa de Notícias, 2017b).

Houve também mudança nos valores dos imóveis financiados. Nas cidades de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro o teto do valor do imóvel passou de R$ 225 mil para R$ 240 mil e para famílias com renda acima de R$ 7.000,00 por mês, o teto foi para R$ 300 mil. Essas alterações aumentaram o alcance do MCMV uma vez que empreendimentos de valores maiores se incluíram no Programa. O alargamento do teto de rendas mensais nas faixas 1,5, 2 e 3, uma reivindicação dos empresários do setor da construção (Agência Caixa de Notícias, 2017a), mostra preocupação maior com a questão econômica do que com o combate à desigualdade de moradia no país. Nas mudanças de fevereiro/2017, a Faixa 1,5 passou de um teto de renda mensal de R$ 2.350,00 para R$ 2.600,00, tendo, dessa forma, famílias com renda mensal entre R$ 1.800,00 (teto da faixa 1) e R$ 2.600,00; o teto da Faixa 2 foi de R$ 3.600,00 para R$ 4.000,00, com a abrangência de famílias com renda mensal entre R$ 2.600,00 e R$ 4.000,00; o teto da Faixa 3, por sua vez, foi de R$ 6.500,00 para R$ 9.000,00, as famílias

que se enquadravam nessa faixa são as que possuem renda entre R$ 4.000,00 e R$ 9.000,00. Essas medidas não auxiliaram o enquadramento daquelas mais necessitadas, mas o objetivo era alcançar maior número de famílias que possuem condições econômicas para financiar apartamentos de valores maiores e arcar com o compromisso de pagamento das parcelas dos financiamentos.

A revogação da Portaria 146 de 26 de abril de 2016 é outro exemplo de que as alterações realizadas no campo institucional do Programa não propiciaram atenção social. Ao contrário, deram margem para as construtoras diminuírem seus custos de produção na edificação de apartamentos menores com os mesmos valores de financiamento ou até maiores. A portaria 146 previa o tamanho mínimo do apartamento em 41m² e a publicação da Portaria 269 de 24 de abril de 2017 estabeleceu o tamanho mínimo do apartamento de 39m² (Ferreira, 2017).

Além de piora qualitativa no Programa, quantitativamente deixou a desejar a partir do golpe. Os números de unidades entregues refletem com algum limite o tratamento do governo, pois para serem entregues, as habitações, carregam uma defasagem de tempo, muitas vezes tendo sido contratadas, organizadas e construídas nos governos anteriores. Assim, foram apresentados alguns dados sobre contratações.

A tabela 1 mostra o número de unidades habitacionais contratadas pelo Programa para todas as faixas durante o Governo Temer. Observa-se que, entre julho de 2016 e dezembro de 2018, a faixa 2 é a que possuía o maior percentual (67,82%) em relação às outras faixas.

Tabela 1 – PMCMV, Unidades Habitacionais Contratadas. Governo Temer.

FAIXA	Nº. UNIDADES CONTRATADAS	PARTICIPAÇÃO (%)
Faixa 1	138.386	11,61%
Faixa 1,5	118.930	9,97%
Faixa 2	808.735	67,82%
Faixa 3	126.388	10,60%
Total	**1.192.439**	**100,00%**

Fonte: Ministério das Cidades – Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação – SNH. Elaboração própria, 2023.

Tabela 2 – PMCMV, Unidades Habitacionais Contratadas. Governos Lula e Dilma.

FAIXA	Nº. UNIDADES CONTRATADAS	PARTICIPAÇÃO (%)
Faixa 1	1.758.136	40,05%
Faixa 1,5	–	–
Faixa 2	2.102.239	47,88%
Faixa 3	529.812	12,07%
Total	**4.390.187**	**100,00%**

Fonte: Ministério das Cidades – Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação – SNH. Elaboração própria, 2023.

A tabela 1 mostra o número de unidades habitacionais contratadas pelo Programa para todas as faixas durante. Na tabela 2 observa-se que a Faixa 2 também teve mais contratações nos governos Lula e Dilma, mas em uma taxa significativamente menor (47,88%). As contratações nos governos petistas, 40,05% foram voltadas para a Faixa 1, enquanto no período de Temer apenas 11,61%, diferença relevante a expressar prioridades dos governos.

No início de 2017, 85% do *déficit* habitacional brasileiro estavam concentrados em famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos (Fundação João Pinheiro, 2017). A política habitacional no governo Temer pelo MCMV aprofundou a tendência de privilegiar as famílias com rendas médias, contrariando os objetivos explícitos e iniciais do Programa que eram priorizar as camadas de 0 a 3 salários mínimos.

Governo Bolsonaro: o imperativo é desconstruir!

O governo Jair Bolsonaro já foi adjetivado como um governo que levava a cabo um projeto de destruição. Não só por ter afirmado, no início de seu governo, que não estava na presidência para construir nada e sim desconstruir muita coisa (Tricontinental, 2021c), mas por suas ações contra o meio ambiente, contra a população indígena, sua política econômica ultraliberal de austeridade e privatizações e principalmente sua atuação durante a pandemia.

Essas ações podem muito bem ser amparadas pelo termo necropolítica de Achille Mbembe (2016). De acordo com essa ideia, a força do Estado é utilizada com o objetivo de levar à

morte alguns grupos da sociedade. No caso brasileiro, Bolsonaro tem total desprezo a qualquer grupo que possa atrapalhar os avanços de um capitalismo predatório e tem um apreço pelos interesses das classes dominantes.

O projeto de destruição ou a política de morte podem ser evidenciadas em muitas ações ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro. O trato à pandemia é o mais evidente daquilo que Mbembe chama de necropolítica.

Foram graves as acusações durante a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da covid-19 sobre as relações entre o governo e o grupo Prevent Sênior. Em 28 de setembro de 2021, a advogada de doze médicos da empresa disse, a partir de alguns laudos médicos que, muitos pacientes com chances de sobrevivência eram direcionados para um setor específico para realizarem tratamento com medicamentos ineficazes como a cloroquina e a ivermectina para tratar da covid-19. Segundo os médicos, a Prevent Sênior fazia isso para usar os pacientes como cobaias para tratamento precoce. A empresa fazia parte do chamado gabinete paralelo do governo para encaminhar as diretrizes do enfrentamento à doença sem o crivo de especialistas do corpo estatal como o SUS, por exemplo, e de comprovações científicas. Foi nesse gabinete que realizaram o alinhamento entre governo e a Prevent Sênior para a prescrição de cloroquina, ivermectina e azitromicina. Além disso, médicos afirmaram que eram instruídos a reduzir o oxigênio para os pacientes internados por mais de 14 dias na Unidade de Terapia Intensiva, que haviam escutado a seguinte frase: "*óbito também é alta*". Em entrevista realizada no dia 3 de outubro, três médicos da Prevent Sênior explicaram que os hospitais da

empresa davam altas precocemente, evitavam procedimentos mais complexos com o intuito de reduzir custos e pressionavam para liberação de leitos de UTI. No dia 7 de outubro, um ex-paciente da Prevent Sênior depôs na CPI, dizendo que a empresa tentou convencer sua família a desligar os aparelhos com o prontuário de outro cliente. Ele também afirmou que se não fosse pela pressão da sua família na época, ele poderia ter morrido. Em 26 de outubro, a CPI da covid-19 divulgou relatório final acusando o presidente Jair Bolsonaro de cometer nove crimes (Tricontinental, 2021a).

A outra área que foi alvo constante do projeto de destruição colocado em prática pelo governo de Jair Bolsonaro foi o meio ambiente. O então ministro do meio ambiente, no início da pandemia, Ricardo Salles foi flagrado ao dar uma declaração de que o contexto pandêmico poderia ser utilizado para "*passar a boiada*", fazendo alusão de que aquele seria um momento propício para aprovar medidas contra o meio ambiente. No dia 23 de junho de 2021, Salles deixou o cargo de ministro por ser alvo investigações relacionadas ao comércio ilegal de madeira. Um enorme contrassenso uma pessoa que defende as coisas que defende ter sido nomeado ministro do meio ambiente. (Tricontinental, 2021c).

Mesmo sem Salles no ministério, a destruição do meio ambiente ou a tentativa de destruir prosseguiram. No mesmo dia da renúncia de Salles, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 490/2007, para que fosse encaminhado às casas legislativas para votação e, caso aprovada, para sanção presidencial. O projeto da lei estabelece um marco temporal, que prevê que só

serão demarcadas as terras ocupadas até 5 de outubro de 1988 (data da promulgação da Constituição). Áreas ocupadas após essa data não podem ser delimitados. Foi um claro ataque aos povos nativos e às florestas, que inviabilizaria a demarcação de terras indígenas. Ainda, a Câmara dos Deputados aprovou no dia 13 de maio o Projeto de Lei (PL) 3.729, que prevê alterações na Lei de Licenciamento Ambiental. O projeto de lei flexibilizava as exigências de licenças ambientais para diversas atividades. As obras de manutenção de rodovias e portos, saneamento básico e distribuição de energia elétrica em baixa tensão não precisariam mais de licença. Certas atividades, como a agricultura e pecuária e as atividades de mineração em pequenas barragens para fins de irrigação seriam livres de licença (Tricontinental, 2021c).

No início de março 2022, a Câmara dos Deputados aprovou que o Projeto de Lei – PL 191/2020 fosse tramitado em regime de urgência. O PL autorizava a exploração mineira e a construção de hidrelétricas em Terras Indígenas – TI's. A Constituição brasileira recomenda a proibição de mineração em TI. O projeto sofreu grande rejeição por parte da sociedade. Indígenas, artistas e políticos manifestaram seu descontentamento e o PL perdeu prioridade na Câmara. É verdade que a aprovação do PL 191 interessava também parte do grande capital estrangeiro. Uma reportagem do início de março de 2022 trazia informações denunciando a participação de empresários e representantes governamentais da Austrália, do Canadá, dos EUA e do Reino Unido, pressionando pela aprovação da legislação. A mineração, além de desmatar, contaminar a água, tem impacto direto na vida dos nativos, provocando cenas de horror.

No final de abril de 2022, o líder Yanomami, Junior Hekurari, denunciou o estupro e morte de menina indígena de 12 anos da comunidade Aracaça por garimpeiros na zona norte do estado de Roraima. Após a denúncia, vinte e quatro indígenas da mesma comunidade ficaram desaparecidos por alguns dias e suas casas foram encontradas queimadas (Tricontinental, 2022c).

A gravidade da situação do povo Yanomami, no início de 2023, foi reflexo do abandono do Estado durante o governo Bolsonaro e do incentivo às práticas de garimpo ilegal em terras indígenas. No início de 2022, o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, havia afirmado que a situação no Norte do país era extremamente grave e que todas as semanas havia denúncias de violência contra o povo Yanomami pela presença dos mineradores na região. No dia 4 de junho, um crime chocou o país. Foi o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Philips na região amazônica do Vale do Javari, conhecida por ser a segunda maior terra indígena. Bruno era funcionário credenciado da Funai no combate a crimes ambientais em terras indígenas. Suspeitos da autoria do crime foram presos, mas até o momento não se sabe se houve outro mandante. Esses episódios demonstram o projeto do governo anterior em relação ao meio ambiente e, mais particularmente, com os povos indígenas. O enfraquecimento de instituições como a Funai dificultou a implementação da política ambiental e da fiscalização, deixando os povos indígenas à própria sorte, em um contexto de mineração e outras atividades econômicas ilegais (Tricontinental, 2022a).

Importantes instituições para o desenvolvimento autônomo do país e a classe trabalhadora também foram alvos

constantes do governo Bolsonaro. As universidades federais sofreram com bloqueios e contingenciamentos de verbas ao longo do período 2019-2022, afetando principalmente o ensino, a pesquisa de interesse social, inclusive a relacionada à saúde – em meio à pandemia – as bolsas de estudo para estudantes de baixa renda e o funcionamento básico das universidades, como serviços de luz, água e limpeza. Em 2021 foi privatizada a Eletrobrás, empresa estatal responsável por gerar 30% da energia do país. Em agosto de 2021, a Câmara dos Deputados aprovou às pressas, passando por cima das comissões, um projeto de lei para privatizar os Correios. Ressalte-se que se trata de uma empresa lucrativa, presente em diversas localidades do Brasil, e a privatização dos serviços postais (cartas, postais, telegramas) poderia prejudicar o serviço nas regiões mais remotas. No mesmo período, outra medida grave foi aprovada na Câmara, que fere direitos trabalhistas e a Constituição: é a Medida Provisória – MP 1.045, que entre outras coisas estabelece uma modalidade de trabalho denominado Regime Especial de Incentivo ao Trabalho, Qualificação e Inclusão Produtiva – REQUIP, sem os principais direitos trabalhistas. Essa modalidade é destinada a trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos, sem carteira de trabalho registrada há mais de dois anos e pessoas de baixa renda beneficiárias de programas sociais. O contrato seria celebrado sem direito a 30 dias de férias – sem o adicional de 1/3 do salário correspondente a férias – sem décimo terceiro salário (ou gratificação natalina) e sem contribuição previdenciária. Eles receberiam apenas bolsa-auxílio, vale-transporte, curso de qualificação e folga de 30 dias, que podem ser divididos em até três períodos.

É um claro ataque à classe trabalhadora. Essa medida e a privatização do Correios não avançaram (Tricontinental, 2021b).

Em julho de 2021, a área da cultura também foi expressão da política de destruição colocada em prática pelo governo de Jair Bolsonaro. O prédio da Cinemateca Brasileira, local onde inúmeras documentos da história do cinema brasileiro e também obras, pegou fogo no dia 29 de julho. Em manifesto, seus trabalhadores afirmaram que denunciaram o risco de incêndio, e que não havia trabalhadores suficientes nas áreas de documentação, conservação e difusão (Tricontinental, 2021b).

Por fim, os diversos ataques à democracia brasileira foram frequentes durante o governo Bolsonaro e realizados pelo próprio então presidente. Primeiramente em sua Proposta de Emenda Constitucional – PEC 153/19, que faz obrigatório o voto impresso. Em 2022, ano das eleições presidenciais esses ataques se intensificaram. Observando as pesquisas de intenção de voto e a real possibilidade de perder as eleições, Bolsonaro atacou por diversas vezes as urnas eletrônicas e o Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Em agosto de 2022, a PEC 153/19 foi para a votação na Câmara dos Deputados e Bolsonaro ameaçou que caso não fosse aprovada a PEC as eleições não seriam realizadas. (Tricontinental, 2022a).

A classe trabalhadora e seus direitos, as instituições para o desenvolvimento do país e o meio ambiente foram os principais alvos do governo Bolsonaro. A esfera da política habitacional também foi um desses alvos. A pandemia da covid-19 e sua crise econômica elevaram as necessidades por moradia. O tratamento dado pelo governo Bolsonaro à questão habitacional nega o direito à moradia digna para os que mais necessitam de

uma. Partindo da política de contenção dos recursos para a área habitacional até as diretrizes do PCVA, o que se observou é um total descolamento das necessidades sociais. A forma como foi tratada a política habitacional entre 2019 e 2022, principalmente no contexto da pandemia, traz uma tendência de levar à morte um grupo da sociedade. Esse grupo é formado pelas populações mais vulneráveis, inclusive aquelas em situação de rua. Foram deixadas à própria sorte em meio a uma das piores crises sanitária e econômica passadas pelo Brasil.

Desconstruindo a política habitacional: o Programa Casa Verde e Amarela

Diante de um contexto de gravidade da situação socioeconômica, apesar das medidas de proteção à renda e ao emprego realizadas e colocadas em prática com mais intensidade no ano de 2020, o governo Bolsonaro não alterou institucionalmente a estrutura da política econômica. A política fiscal do teto dos gastos públicos – que congela os gastos públicos por 20 anos – foi mantida. Não poderia haver cenário mais propício para o abandono do teto de gastos do que a pandemia. A manutenção da política fiscal se mostra bastante descolada das necessidades sociais, que em um momento de pandemia e de crise econômica demandam por maiores investimentos, principalmente nas áreas socias.

A área habitacional é uma delas. O descolamento das ações do governo, em relação as reais necessidades de moradia, se mostrou com o fim do PMCMV e com a criação do Programa Casa Verde e Amarela – PCVEA. O desemprego e a

inflação fizeram com que muitos deixassem de pagar aluguéis e acabassem em situação de rua, por exemplo. Em pesquisa realizada pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 2021, 31% das pessoas que estavam nas ruas eram há menos de um ano (Gameiro, 2021). O que mostra o efeito da pandemia para o aumento da população em situação de rua em uma cidade grande como o Rio de Janeiro.

Na capital paulista, o número de pessoas em situação de rua cresceu 31% de 2019 para 2021, um aumento bastante acentuado em um curto período de tempo, passando de 199 pessoas para cada 100 mil habitantes, em 2019, para 257 pessoas em situação de rua a cada 100 mil habitantes, em 2021 (tabela 3).

Tabela 3 – População em situação de rua em São Paulo-SP, anos 2000, 2009, 2011, 2015, 2019 e 2021.

CARACTERÍSTICAS	2000	2009	2011	2015	2019	2021
Pessoas em situação de rua	8.706	13.666	14.478	15.906	23.344	31.884
Variação em relação ao censo anterior	–	57,0%	5,9%	9,9%	53,0%	31,0%
População do município de São Paulo (milhões)	10,43	11,04	11,30	11,50	12,25	12,40
Variação da população em relação ao ano anterior	–	5,8%	2,4%	1,8%	6,5%	1,2%
Pessoas em situação de rua por 100 mil/hab.	83	124	128	138	199	257

Fonte: Censos da população em situação de rua – SMADS e censos/estimativas IBGE.

Em 2019, ano anterior ao da pandemia, o *déficit* habitacional era de 5,87 milhões de domicílios. O principal componente do *déficit*, segundo a Fundação João Pinheiro, foi o ônus excessivo com o aluguel urbano, depois dele as principais causas foram habitações precárias e a coabitação. Do total do *déficit*, 88% eram de famílias que ganhavam até três salários mínimos (Fundação João Pinheiro, 2021).

Se comparados os *déficits* habitacionais de 2010 – primeiro ano do MCMV –, 6,49 milhões, com o de 2019 – último ano do Programa –, 5,87 milhões, podemos observar uma diminuição de 620 mil moradias. Se por um lado esses números mostram os limites de uma política habitacional baseada na construção de novas moradias, por outro lado, revela a importância do programa ao ter minimizado, mesmo que pouco, o *déficit* habitacional. E o importante a se colocar é que se não houvesse PMCMV, e principalmente as suas significativas ofertas de moradias para os desfavorecidos, o *déficit* habitacional estaria muito mais elevado.

Não é difícil inferir que, com a crise da covid-19, as necessidades habitacionais aumentariam e o esperado era que o governo tomasse medidas com base no contexto daquele período, mas não foi o que aconteceu.

No final de agosto de 2020, o executivo federal enviou às casas legislativas a Medida Provisória número 996 (MP 996) para a instituição do PCVA. Do ponto de vista de oferta de novas moradias, o programa tinha como objetivo construir 1,6 milhão de casas para baixa renda, mas não especificava a política de subsídios, a qual foi a principal inovação social do MCMV, que oportunizou o alcance de parcela da sociedade brasileira de baixa renda à casa própria. Sem esses subsídios e investimentos por parte do governo, a quantidade de moradias entregues para a população de baixa renda teria sido significativamente menor.

Ao invés das faixas adotadas pelo MCMV, o novo programa habitacional era dividido em grupos, com abrangência maior nos estratos de baixa renda, o que dificulta o acesso para os mais po-

bres – Grupo 1, famílias com renda de até R$ 2.400,00; Grupo 2, famílias com renda entre R$ 2.400,00 e R$ 4.000,00; e Grupo 3, famílias com renda entre R$ 4.000,00 e R$ 7.000,00.

Em relação aos subsídios, de acordo com o site da Caixa Econômica Federal, o valor máximo subsidiado pelo PCVA era de R$ 47.500,00 para famílias que ganham até R$ 1.650,00. Aqui é uma clara diferença com o PMCMV, que subsidiava quase 100% do preço do imóvel para a Faixa 1. Quase trinta por cento das entregas do MCMV foram direcionadas à população de baixa renda. Apesar da concentração das entregas para a classe média, se somadas as unidades da Faixa 1,5, mais de trinta e dois por cento das unidades foram direcionados para quem realmente precisa.

Tabela 4 – Programa Minha Casa Minha Vida – Unidades entregues por faixa.

LOCAL	FAIXA 1		FAIXA 1,5		FAIXA 2		FAIXA 3		TOTAL
	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES
Brasil	1.540.202	29,83%	150.144	2,91%	3.110.029	60,23%	363.420	7,04%	5.163.795
SP	204.606	19,17%	37.666	3,53%	698.093	65,41%	146.861	13,76%	1.067.226
SP Capital	15.780	12,93%	1.260	1,03%	66.149	54,21%	38.839	31,83%	122.028

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação. Elaboração própria.

O PCVA aprofundou os problemas que existiam no MCMV. Ampliou a concentração de unidades entregues para as faixas de renda maiores. Se somadas as unidades entregues para os grupos 2 e 3, o percentual chega a 76,94%, enquanto

o grupo 1 recebeu apenas 23,06% das unidades entregues em âmbito nacional (tabela 5).

A política habitacional do governo Bolsonaro já dava sinais de fracasso em sua estrutura de ação por apostar em uma política baseada no crédito habitacional. Os autores do programa ignoraram o acúmulo de pesquisas de muitos especialistas no tema habitacional, como a de Véras e Bonduki (1986), entre outros, que já explicaram o motivo de uma estratégia dessas não ter sucesso no objetivo de ofertar moradias para quem realmente precisa.

Tabela 5 – Programa Casa Verde e Amarela – Unidades entregues por grupos. Out/2021.

LOCAL	GRUPO 1		GRUPO 2		GRUPO 3		TOTAL
	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES	%	UNIDADES ENTREGUES
Brasil	101.211	23,06%	277.502	63,23%	60.196	13,71%	438.909
SP	23.723	16,72%	85.766	60,46%	32.376	22,82%	141.865
SP Capital	4.009	10,06%	21.859	54,85%	13.984	35,09%	39.852

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação. Elaboração própria.

O MCMV sofreu críticas sobre as poucas unidades habitacionais entregues na cidade de São Paulo. Ainda, dessas poucas unidades, apenas 12,93% foram direcionadas para a faixa 1 (tabela 4).

Na cidade de São Paulo, essa distribuição piora com o PCVA. Apenas 10,06% das unidades entregues foram direcionadas para a população de baixa renda. Já os grupos 2 e 3 soma-

dos concentram mais de 89% das unidades entregues na capital paulista. Vale ressaltar que as entregas do PCVA foram realizadas somente porque as contratações haviam sido realizadas ainda pelo PMCMV.

Esses resultados são reflexos da importância dada pelo governo à política habitacional. O orçamento do PCVA foi reduzido de R$ 1,5 bilhão, em agosto de 2020, quando foi criado, para R$ 27 milhões, em 2021, o que representa uma diminuição de 98%. Uma clara destruição da política habitacional, em um dos momentos da história nacional, em que as pessoas pobres do país mais necessitavam da ajuda do Estado nessa área.

Além de os resultados da política habitacional aprofundarem problemas conhecidos do MCMV, o PCVA extirpou qualquer possibilidade de participação popular ao não criar uma modalidade como aquela do PMCMV, chamada de Entidades, em que movimentos sociais participavam do início ao fim da construção da obra, da oferta das moradias e da própria gestão do empreendimento. O governo, antes mesmo da criação do PCVA, já havia extinguido, em 2020, o Ministério das Cidades – espaço institucional importante para pensar o direito à cidade em todas as suas formas, inclusive as que se referem à habitação – e o Conselho Nacional das Cidades – Concidades. O Supremo Tribunal Federal ordenou o retorno do Conselho, mas até o final do governo Bolsonaro ele se manteve esvaziado (Balbim, 2020).

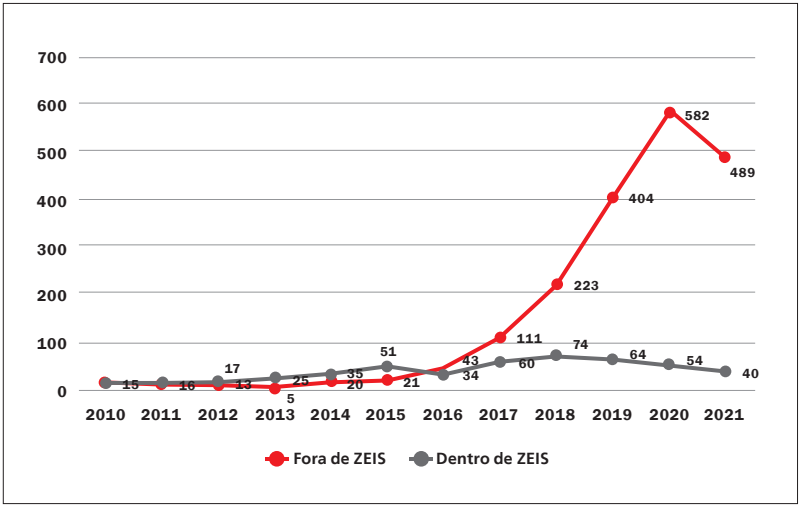
Outro ponto importante é que o PCVA apresentou um grau de rigorosidade no que diz respeito às perdas de imóveis no caso de não pagamento das parcelas do financiamento. O PMCMV tinha uma abertura maior para renegociação das dívidas. No documento de lançamento do programa habitacio-

nal do governo Bolsonaro diz que poderão ser empregados atos de defesa ou de desforço diretos, inclusive por meio do auxílio de força policial para apropriação do imóvel (Observatório das Metrópoles, 2020).

Essa lógica de despejo e expulsão dos locais de moradias, que sofrem os mais pobres das grandes cidades são comuns nas relações de mercado e abusos da lógica capitalista de não respeito aos preceitos constitucionais importantes, como a função social do terreno, mas era impensável partir de um programa habitacional público, que diz que tem como objetivo ofertar moradias para quem precisa, ter de maneira tão declarada e aberta tal posicionamento.

Em âmbito municipal, o poder público se caracterizou pela inanição para a área habitacional no período pandêmico. A política habitacional da capital paulista também não vem cumprindo seu papel de ofertar moradias de acordo com a demanda na cidade de São Paulo. Ao observar o gráfico 1, entre 2010 e 2021, o maior número de unidades habitacionais licenciadas para a aprovação ou execução de obras novas, para unidades habitacionais de Habitação de Interesse Social, em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), foi, em 2018, 74 empreendimentos.

Gráfico 1 – Evolução da quantidade de empreendimentos licenciados com unidades habitacionais HIS, em ZEIS e fora de ZEIS.



Fonte: Sistema de Controle de Obras e Edificações (SISACOE) e De Olho na Obra. Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração própria.

Chama atenção o salto, a partir de 2017, no número de unidades habitacionais licenciadas para Habitação de Interesse Social fora de ZEIS. Além de, apesar do salto, o número não ser significativo para a necessidade da capital paulista, foram licenciadas as unidades habitacionais sem levar necessariamente em conta fatores importantes para a moradia digna.

O local da construção da nova moradia faz toda a diferença. Se ela está em zona equipada de infraestrutura urbana, com acesso a abastecimento de água e esgoto; se a zona está dotada de áreas verdes, comércio e serviços locais. A política habitacional municipal, ao licenciar unidades habitacionais fora

de ZEIS, acaba por colocar em risco a oferta de moradia digna na cidade de São Paulo com a possibilidade de se tornar uma política que repete erros do passado ao reproduzir desigualdades espaciais ao servir apenas para dinamizar a acumulação de capital de poucas empresas do setor da construção civil.

Considerações finais – É tempo de reconstruir

A política habitacional do governo federal colocada em prática durante o período pandêmico não funcionou no sentido de mitigar os efeitos negativos advindos da crise da covid-19, no que diz respeito à oferta de moradia. Foi uma política totalmente descolada da realidade nacional e da do município de São Paulo, atuando como potencializadora dos problemas já existentes.

Tal política, por meio do PCVA, foi reflexo da forma como o governo Bolsonaro geriu o país. Um governo que colocava em prática um projeto de destruição. Sua política da morte, ou a necropolítica, para usar o termo de Achile Mbembe (2016), ficou bastante evidenciada no tratamento à pandemia, mas não só nessa área, também na área ambiental, nas políticas sociais e na habitacional.

Nesta última, a destruição se iniciou com a extinção do Ministério das Cidades, e, em seguida, acabando com o Concidades. Acabar com uma instituição, como o Ministério das Cidades, significa tirar o poder público, em âmbito federal, em se colocar como ator fundamental na garantia ao direito à cidade. Acabar com o Concidades é abandonar a ideia de pensar as políticas públicas para as cidades de maneira democrática, com participação popular.

A extinção do PMCMV e a criação do PCVA significaram um ataque à garantia ao direito à cidade e à participação popular. Além de acabar com aquilo que era o melhor do programa anterior, o subsídio, que oportunizava os mais pobres alcançarem a casa própria, repetiu e aprofundou problemas do MCMV e de programas anteriores como os do Banco Nacional de Habitação, ao transformar a política habitacional em uma política que tem como principal instrumento a oferta de crédito para aquisição de um imóvel e ser concentrada para as camadas médias da sociedade.

O descaso de Bolsonaro com os mais pobres custou caro para ele. Nas eleições de 2022, Bolsonaro foi derrotado por Lula nas urnas. Apesar de ter sido a eleição para presidente mais apertada da história política do país, todas as pesquisas anteriores às eleições davam ampla vantagem para o candidato petista no recorte dos que ganhavam entre 0 e 2 salários mínimos.

Além da frente ampla, que amparou a candidatura Lula, quem derrotou Bolsonaro foram os mais pobres desse país. O povo deu uma lição de dignidade e de formação de consciência, principalmente naquelas mentes gananciosas, que, por alienação, acham que todos possuem o mesmo pensamento curtoprazista e de ganho fácil. A maior parte do povo pobre desse país ficou com Lula, mesmo com o aliciamento descarado por parte do governo, que ofertou benefícios sociais no ano eleitoral sem verbalizar que esses mesmos benefícios seriam finalizados ao final de seu mandato.

Sem ter falsas ilusões, o momento é de reconstrução. O comportamento do povo brasileiro nos dá esperança de que podemos ter suporte para tentar reconstruir o país, que apesar

dos quatro anos de governo Bolsonaro o país não foi totalmente destruído.

Um dos primeiros sinais de que a reconstrução será a ordem do terceiro governo Lula foi justamente na área habitacional. No dia 14 de fevereiro de 2023, na cidade de Santo Amaro, na Bahia, Lula anunciou a retomada do PMCMV. Além de reafirmar os pontos positivos do programa, retomando o financiamento para a Faixa 1, que foi extinta no PCVA, apresentou as novas características da política se atentando aos problemas reproduzidos anteriormente. Nesse sentido, Lula afirmou que os empreendimentos serão construídos mais integrados com os centros urbanos, próximos de serviços públicos, de áreas comerciais e de outros serviços.

Que o terceiro governo de Lula se construa sendo exemplo novamente em políticas públicas, que dão dignidade ao nosso povo.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS (2017a). *Minha Casa Minha Vida 2017: governo anuncia mudanças no Programa*. Disponível em: http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4549. Acesso em: 15 jan. 2019.

AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS (2017b). *Minha Casa Minha Vida 2017: entenda o que muda no Programa*. Disponível em: http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550. Acesso em: 15 jan. 2019.

BALBIM, R. (2020). O Casa Verde e Amarela que a propaganda esconde. *Outras palavras*, on-line. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-casa-verde-e-amarela-que-a-propaganda-esconde/. Acesso em: 8 mar. 2023.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. (2013). "Do Fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25anos de política habitacional no Brasil". In: CARDOSO, A. L. (org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro, Letra Capital, pp. 17-66.

FERREIRA, J. S. W. (2017). O Golpe e o Minha Casa Minha Vida. *Blog do João Sette Whitaker*. Cidades para que(m)? Disponível em: http://cidadesparaquem.org/blog/2017/4/16/o-golpe-e-o-minha-casa-minha-vida. Acesso em: 2 mar. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2021). Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019. Governo de Minas Gerais. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2017). *Déficit habitacional aumenta com a recessão. Governo de Minas Gerais*. Disponível em: http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/fjp-na-midia/3785-1-3-2017-deficit-habitacional-aumenta-com-a-recessao. Acesso em: 17 mar. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). Centro de Estudos Políticos e Sociais. *Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte.

ILO – International Labour Organization (2021). *Covid-19 and the world of work. Eighth edition Updated estimates and analysis*. 27 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_824092.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016). *Inserção Urbana de Habitação de Interesse Social: um olhar sobre mobilidade cotidiana e uso do solo*. Rio de Janeiro, IPEA, ISBN: 1415-4765. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2176.pdf. Acesso em: 30 jan. 2023.

GAMEIRO, N. (2021). *População em situação de rua aumentou durante a pandemia*. Portal Fiocruz Brasília. Disponível em: https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/. Acesso em: 10 mar. 2023.

MARQUES, R. M.; LEITE, M. G.; BERWIG, S. E.; DEPIERI, M. A. L. (2021). *Pandemias, crises e capitalismo*. Expressão Popular, São Paulo.

MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. (2009). *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo, Editora Brasiliense.

MBEMBE, A. (2016). Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. *Arte & Ensaios*. Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nº. 32, dezembro. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169. Acesso em: 10 mar. 2023.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2020). *Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal*. GT Habitação e Cidade. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-do-governo-federal/. Acesso em: 8 mar. 2023.

OLHEPARAAFOME (2021). *Olhe para a fome: o desafio é de todas e todos nós*. On-line. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/#action. Acesso em: 8 mar. 2023.

PORTAL BRASIL (2016). *Site do Minha Casa Minha Vida faz simulação de financiamento e subsídio*. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2016/04/site-do-minha-casa-minha-vida-faz-simulacao-de-financimento-e-subsidio. Acesso em: 30 abr. 2019.

TRICONTINENTAL (2022a). "Nuestra América: calendario electoral y violencia política en el marco de la crisis global". *Informe de Conjuntura #18*. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/05/20220524-OBSAL-17-Web.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

TRICONTINENTAL (2022b). "América Latina y el Caribe en el mapa de 2022: guerra, crisis económica y posibilidades de cambio". *Informe de Conjuntura #17*. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2022/05/20220524-OBSAL-17-Web.pdf . Acesso em: 8 mar. 2023.

TRICONTINENTAL (2021a). "Bajo la otra pandemia: crisis social, ofensiva neoliberal y movilización popular". *Informe de Conjuntura #15*. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/11/20211110_OBSAL-15_Web-1.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

TRICONTINENTAL (2021b). "Frente a frente: proyectos de integración en disputa, procesos electorales y movilizaciones populares". *Informe de Conjuntura #14*. Disponível em: https://thetricontinental.org/es/argentina/obsal13/?output=pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

TRICONTINENTAL (2021c). "Subiendo por la Cordillera de los Andes: cambios y procesos abiertos en todo el continente". *Informe de Conjuntura #13*. Disponível em: https://thetricontinental.org/es/argentina/obsal13/?output=pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

UOL ECONOMIA (2016). *Governo desautoriza Caixa a usar recursos do FGTS para financiar 'Minha Casa'*. Disponível em: https://ebbs.short.gy/nkOdsN. Acesso em: 10 mar. 2023.

VÉRAS, M. P. B.; BONDUKI, N. G. (1987). "Política habitacional e a luta pelo direito à habitação". In: COVRE, M. L. M. (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ZYLBERKAN, M. (2022). Demanda por habitação social dispara em SP durante a pandemia. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/11/demanda-por-habitacao-social-dispara-em-sp-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em: 10 mar. 2023.

Moradia em cortiços, vulnerabilidades e a pandemia de covid-19

Maura Pardini Bicudo Véras

Introdução

O presente texto objetiva analisar as vulnerabilidades que o ambiente das moradias encortiçadas apresenta para seus moradores do ponto de vista da saúde, em situação da pandemia da covid-19 na cidade de São Paulo nos anos de 2020 e 2021. Trata-se de desvendar as desigualdades sociais presentes na constituição histórica da metrópole do ângulo da moradia para seus trabalhadores, uma vez que o cortiço marca sua presença desde os primórdios da industrialização e permanece até a atualidade.

A realidade dos cortiços é bem antiga na cidade, como é conhecido, entretanto, para enfrentar a análise dos dados da recente pandemia houve dificuldade na estimativa do número de imóveis encortiçados e sua população residente. Assim, algumas observações metodológicas devem ser feitas; apenas estavam disponíveis os dados e informações de censo demográfico do IBGE (2010). Outras fontes foram consultadas, tais

como pesquisas amostrais anteriores feitas pela municipalidade em 1975, 1983 e 2001, especialmente úteis pela caracterização de sua precariedade e de fatores que implicam nos riscos à saúde (Habi-Coped, 1975; Sempla, 1985; 1991; Véras, 1981; 1992; 1999; 2003; 2016; Kowarick, 1981; 2011; 2016; Simões, 1991). O Censo de Cortiços realizado pela SEHAB em 2022 veio trazer alguma complementação que foi incluída brevemente neste capítulo.

Também pesquisas levadas a efeito por esta pesquisadora em diversas oportunidades embasaram o estudo no relacionamento da insalubridade e a potencialidade desse tipo de moradia em favorecer o contágio do vírus, inclusive pela literatura específica que associava doenças infecciosas como a tuberculose às áreas encortiçadas. Faz-se referência à dinâmica social e econômica brasileira, para explicar o processo desordenado de crescimento urbano, a degradação ambiental, o problema habitacional e o papel desempenhado pelo Estado.

O exame do assunto visa descrever os impactos do ambiente doméstico e local sobre a saúde dos moradores. Faz uma revisão dos problemas de uso e conservação das moradias associados a doenças de grande incidência. Cabe também, inicialmente, com base nessas fontes enumeradas, a conceituação e histórico de sua presença na cidade e em quais bairros/distritos foram concentrados do que consiste a moradia em cortiços.

Depois pretende-se apresentar a situação dos setores distritais mais encortiçados para, em seguida, analisar a relação dessas áreas com a incidência da covid-19 e sua letalidade.

Conceito e histórico na cidade de São Paulo

A mais forte marca é o inquilinato, muitas vezes chamado de "*inquilinato selvagem*", dada a ausência de formalização de contratos e consequente falta de amparo legal a seus moradores. Do ângulo de seus habitantes, a ausência de condições para integrar o mercado formal de locação – como documentação, emprego e renda estáveis, além de fiador, fichas cadastrais e bom crédito – induzem-nos a aceitar uma situação de informalidade, ainda que rigorosamente mercantil e espoliativa, pois em geral os valores dos alugueis são altos, pesam em seus respectivos orçamentos familiares, embora a péssima qualidade habitacional.

O traço seguinte e distintivo a ser destacado é o caráter coletivo de utilização de um endereço, de um lote, de uma edificação, a indicar que tais moradores não dispõem de renda suficiente para o usufruto de uma unidade habitacional completa, cabendo-lhes a subdivisão de uma casa, de um lote, da ocupação em subunidades dentro de um domicílio, sendo que cada subunidade é ocupada por uma família, muitas vezes bastante numerosa. Esta característica é a coabitação involuntária.

Existem distintas configurações físicas dos imóveis encortiçados: são de fato "*habitação coletiva para classes pobres ou casas de cômodos*", pois há cortiços que foram construídos para esse uso compartilhado, presentes ainda no século XIX, edifícios já comportando essa subdivisão interna, fileira de cômodos, meias-águas em um quintalão ou o casarão burguês deixado pelos antigos moradores e subdividido e ofertado à locação, de modo que se ocupam vãos de escada, porões, quartos

seccionados, sem sanitários e com escassez de pontos de água, aeração, iluminação e ventilação.

A depender da localização urbana, tipos construtivos podem se combinar ou contrastar com os respectivos entornos. Nos bairros centrais históricos oriundos do século XIX como o Brás, que já nasceu popular e tinha cortiços ocupados pelos segmentos pauperizados de sua força de trabalho, são ilustrativas as casas de cômodos concebidas para tal uso. Em Campos Elísios, arruamento voltado às elites cafeeiras da transição para o século XX, a partir dos anos 1950 alguns palacetes se deterioraram e ganharam novos ocupantes, migrantes empobrecidos. Nas áreas periféricas da cidade, a habitação precária de aluguel pode apresentar-se atualmente em diversificadas manifestações, de casinhas situadas no fundo de quintal originadas de autoconstrução, casas de aluguel unifamiliares que se subdividem e ganham acréscimos de edícula e outras.

Por outro lado, na capital de hoje, podem-se achar zonas de verticalização acentuada com prédios de apartamentos e/ou quitinetes encortiçados, subdivididos e ocupados por diversos grupos familiares na mesma unidade. De maneira geral, localizam-se nas porções melhor servidas de transporte coletivo, mesmo nas regiões longe do centro, pois essa é a estratégia predominante que prende seus moradores a esse tipo de precariedade, a acessibilidade ao mercado de trabalho que se viabiliza pelo transporte coletivo (Kowarick, 2011).

De qualquer maneira, a precariedade é flagrante. Cada família desempenha todas as funções dentro de um cômodo: cozer, dormir, procriar, trabalhar, educar e conviver entre adultos, crianças, idosos, de ambos os sexos, em exíguos

espaços, sem ventilação, unidades sanitárias, água e cozinha. As dimensões são restritas, há congestionamento, não há privacidade, os ruídos são compartilhados em rotinas insalubres, como o é também o compartilhamento de bacias sanitárias, chuveiros e tanques. E cozinhas por vezes em espaços comuns.

O cortiço pode ser administrado/explorado diretamente por seu proprietário ou prepostos, havendo até mesmo imobiliárias para isso. Como se tratam de imóveis em geral deteriorados, mesmo situados em áreas valorizadas, seus donos parecem constituir parcelas do capital rentista, nem sempre logrando possibilidades de incorporação do local para outros empreendimentos mais lucrativos. Convencionou-se resumir essa situação na fórmula "*construção barata em terreno caro*"; entretanto muitas vezes as dimensões desse terreno não permitem avançar em soluções de caráter comercial. Muitos passam a tolerar o uso cortiço e se apropriam do rendimento dos cômodos alugados, encarregando funcionários para cobrar, cuidar e manter a "ordem" em alguns deles (Véras, 1999).

Apesar dessa aguda situação, há ausência de políticas públicas adequadas à magnitude desse problema. Foram poucas iniciativas em algumas gestões com diferentes abordagens e em distintas conjunturas, como experiências-piloto, seminários nacionais e internacionais sobre como viabilizar empreendimentos à semelhança do Inquilinato Social, sobretudo nos moldes franceses (Véras, 1999).

Em 1991, apesar de insuficiente, para viabilizar a intervenção em cortiços e possibilitar a diversos órgãos governamentais regularizar e oferecer infraestrutura mínima a esse tipo de moradia, tentou-se não expulsar os moradores para outras soluções mais pre-

cárias caso a melhoria no imóvel acarretasse aumento de aluguéis; dentre outras, a Lei Municipal n°. 10.928, a chamada Lei Moura.

Como já afirmado em escritos anteriores,

> As abordagens sobre o cortiço, dos processos de encortiçamento na cidade e das estratégias desenvolvidas por seus habitantes, devem integrar-se ao exame conjunto dos temas da habitação, da vizinhança, segregação urbana, exclusão social e da alteridade (Véras, 1999: 3).

Ocupavam-se quartos, vãos de escada, porões, em certa hierarquia pelos estratos sociais de renda, pela origem étnica, migrante ou imigrante, primeiro os do Norte, depois os do Sul, em levas sucessivas que dos cafezais dirigiam-se à capital paulista (Véras, 1992).

A estratégia da acumulação no período era a absorção de menor número de operários especializados, também com salários mais baixos e fáceis de serem dominados em períodos de conflitos sociopolíticos; havia base técnica artesanal, usando o prolongamento da jornada de trabalho de doze a catorze horas diárias. Para economizar tempo, os trabalhadores alojavam-se próximos às fábricas, em cortiços, onde eram frequentes as epidemias de malária, febre amarela, tuberculose, entre outras.

A habitação operária marcou profundamente o feitio de alguns bairros como o Brás, Mooca, Bexiga e Bom Retiro, assim como as residências das classes dominantes moldaram outras áreas (Higienópolis – cidade da higiene –, Campos Elísios, Avenida Paulista, Vila Buarque e posteriormente Aclimação. Em expansão, a cidade apresentava zonas especializadas e segregadas (Villaça, 1978).

Com o crescimento da cidade, o estoque existente de casas foi sofrendo adensamento, e construídas moradias coletivas, cuja precariedade só viria a ser contestada quando o interesse público vislumbrou os riscos para a saúde pública ou então à paz social, devido aos embriões da luta operária que grassavam nesses locais. Os cortiços, espaços com vários tipos de epidemias, eram associados pelos potentados urbanos com o vírus do anarquismo, principal força política de 1880 a 1920, período de auge e decadência, substituído pelo partido comunista a partir de 1925.

Portanto, a moradia alugada era compatível com o grau de acumulação do período. Os cortiços, vilas e quintalões eram variações do padrão de habitação coletiva. Geralmente lotes retangulares apresentavam dimensão variável, oscilando a frente entre cinco e quinze metros e, o fundo, de vinte a cinquenta metros. A moradia padrão era o cortiço, pois já em 1893 o relatório do Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva fazia uma eloquente descrição das condições habitacionais da moradia da pobreza em São Paulo (Morse, 1970).

Até meados dos anos 1970, quando vários problemas o desestimularam: a expansão exagerada da mancha urbana e das distâncias; as pressões demográficas, tanto pelo seu componente migratório quanto o vegetativo; e o encarecimento dos valores fundiários. Em consequência, as diversas "soluções" alternativas expandiram a precariedade: aumentou a ocupação de áreas de risco, como margens de córregos, encostas íngremes e de zonas de proteção ambiental, como áreas de mananciais e de mata; surgem e incrementam-se o número de favelas e suas dimensões; agravou-se a lotação de cortiços e outros

tipos de cômodos alugados; multiplicaram-se as ocupações de prédios abandonados e de áreas públicas e particulares; por fim, cresceu enormemente o número de desabrigados nas ruas.

Ao longo do século XX, portanto, parece ter sido a ocupação de vazios existentes na mancha urbanizada – favelas e ocupação de terrenos públicos – a modalidade dominante da habitação popular em São Paulo. Na região dos mananciais sul, por exemplo, inúmeras ocupações acontecem desde os anos 1970, configurando um "mar de pobreza". Entretanto, os cortiços permanecem como "solução" para os que não desejam ir à periferia, pois um dos mais fortes argumentos é "*morar perto de tudo, do transporte, dos recursos comunitários, do comércio, do emprego*". Assim, pesquisa de 1975 (SEBES-HABI) apontou a expansão dos cortiços nos anéis intermediário e exterior da cidade. Essa problemática, indicando como características essenciais a habitação coletiva precária de aluguel e englobando a multiplicidade de manifestações físicas dessa modalidade no município, ainda não tem estimativas seguras de seu dimensionamento; no ano de 1960, uma pesquisa sobre o tema calculara que 18% da população paulistana moravam em cortiços (Lagenest, 1962). Em 1975, estimava-se que cerca de 9,3% da população do município habitavam esta modalidade de aluguel coletivo precário (SEBES-HABI, 1975).

Nos anos de 1980 o poder público e outros pesquisadores apontaram e atualizaram as regiões onde estariam concentradas as habitações coletivas precárias de aluguel, nos bairros que também se adensaram nesse período, ou seja, com 155 ou mais cortiços por km^2 estariam a Bela Vista (o popular Bexiga) e a Liberdade; com densidade de 75 a 155 cortiços por km^2,

estavam Cambuci, Pari, Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Vila Maria Alta e Santa Ifigênia. Menores densidades eram atribuídas aos distritos de Vila Maria Baixa, Mooca, Sé, Consolação, Barra Funda e outros (FIBGE, 1991; Sempla, 1985; Kowarick et al., 1991; Simões Jr., 1991).

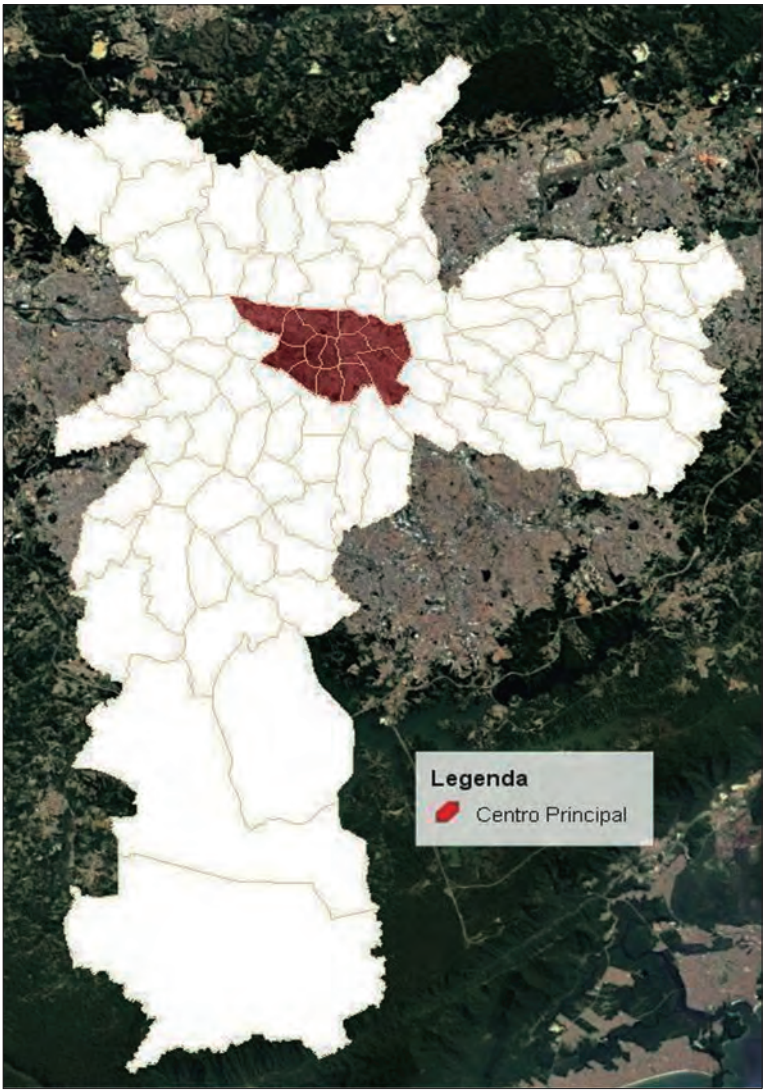
Em 1993, tal proporção foi de 6% dos moradores de São Paulo (FIPE-SEHAB, 1993) e as últimas pesquisas amostrais reiteram os 6,0% (Kowarick, 2011). Entre as super ou subestimativas, tentando aproximarmo-nos das reais presenças do aluguel precário compartilhado e fugindo de conceitos restritivos e excludentes como os relativos ao tipo de imóvel e uso comum de sanitários, estimamos tal precariedade em 15% da população da cidade de São Paulo que morariam nessa modalidade nesse período (Véras, 1999). Assim, oscila-se a estimativa de 600 mil a 1,5 milhão de pessoas encortiçadas. Lideranças dos movimentos sociais por moradia consideram que há, no mínimo, um milhão de encortiçados na cidade (Kowarick, 2011).

Em 2022, a municipalidade de São Paulo, por meio da Operação Urbana Centro (OUCentro), depois Projeto de Intervenção Urbana-PIU do Setor Central, realizou um Censo de Cortiços na área dessa operação urbana, cujo perímetro não coincide com o mesmo utilizado até aqui com base nos dados de 2010. O ponto de partida do estudo mais recente foi, para posterior comparação, a base de cortiços existentes no sistema da SEHAB, que em 2021 contava com 812 cortiços ativos no perímetro da OUCentro. E, ao término do período de cadastramento, em agosto de 2022, chegou-se ao total de 1.037 cortiços situados no perímetro de estudo.

Embora não se possa generalizar este aumento em toda a cidade, pode-se inferir que o novo censo identificou um aumento de 27,7% dos imóveis encortiçados entre 2010 e 2022 na área de estudo[1].

1. Nos estudos sobre a cidade de São Paulo realizados ao longo do séc. XX os cortiços apareceram com uma participação importante no total de moradias, variando entre 7% e20%, representando centenas de milhares de habitantes. Esses estudos indicam que o importante fluxo migratório do Nordeste para São Paulo ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980 levou a uma aceleração do encortiçamento no município, o que junto à atuação de pastorais da Arquidiocese de SP e movimentos sociais, chamou atenção para o grave problema social decorrente das condições inadequadas de moradia nos cortiços [...]. Nesse intervalo foi criada em 1997 e extinta em 2022 a Operação Urbana Centro (OUCentro), substituída pelo Projeto de Intervenção Urbana – PIU Setor Central. A OUCentro tinha entre seus objetivos "*iniciar um processo de melhoria das condições urbanas e da qualidade de vida da área central da cidade, especialmente dos moradores de habitações subnormais*" (inciso VI do art. 2o da Lei Municipal no 12.349/1997). Censo de cortiços da região central de São Paulo-OUCentro/PIUSetor Central PMSP SEHAB-2022, p. 3.

Mapa 1 – Centro principal de São Paulo.



Fonte: Google Maps. Reproduzido de Isabela S. Ramos, 2024.

Saúde, vulnerabilidades e covid-19 em bairros centrais

Depreende-se desse histórico de precariedade que a situação de saúde na vida dos moradores de cortiço é preocupante, pela coabitação, pelo confinamento, ausência de pontos de água, ventilação, trazendo inequívoca gravidade em tempos de pandemia.

Todo o histórico das epidemias em São Paulo, como varíola, gripe espanhola, por exemplo, trazem relatos da mortalidade nesse tipo habitacional.

No caso da covid-19 podem ser estimados pelos índices de mortes e internações relativos aos bairros em que predominam cortiços. Muitos domicílios encortiçados são ocupados por imigrantes como o exemplo do Brás, Bom Retiro, em que bolivianos habitam nas oficinas de costura e onde se verificaram altos números de mortes e internações por covid-19. É desses aspectos que o presente texto se ocupa.

A população moradora em cortiços caracteriza-se pela presença dos riscos, inclusive de saúde, pois não há ventilação, sanitários suficientes, há congestionamento, degradação ambiental, falta de privacidade e segurança física dos imóveis repletos de instalações clandestinas, fiações deterioradas e assim por diante. A ameaça dos despejos é constante, insegurança jurídica e a expulsão rondam continuamente as pessoas nessa situação.

No caso das doenças respiratórias parece-nos evidente a vulnerabilidade e a contaminação de casos de covid-19.

Com base nos dados de 2010, observa-se que as áreas centrais que historicamente sempre revelaram alta presença desse tipo de moradia precária se mantém nessa condição. É

preciso distinguir alguns indicadores para aferir a real situação da densidade encontrada.

O número de imóveis encortiçados na área, bairro, distrito, é um indicador, mas carece da complementação sobre a área construída de cada um, e, principalmente, o número de cômodos ocupados com esse uso; além disso, o número de pessoas em cada imóvel é informação necessária, como também, o número de pessoas por cômodo e área construída por pessoa. Outros indicadores necessários para que se possam desvendar os índices de insalubridade nesses imóveis, seriam a presença de janelas e/ou, áreas de ventilação, além do número de instalações sanitárias, pontos de água etc.

Os dados disponíveis no momento não oferecem esse tipo de informação, mas por pesquisas amostrais anteriores poderemos completar o quadro necessário para o exame dessa precariedade habitacional e seus efeitos sobre a saúde e, em especial, sobre a epidemia de covid-19.

Em primeiro lugar, uma visualização geral das áreas centrais pesquisadas e sobre qual o peso e a distribuição desse tipo de precariedade na cidade. Também o Censo de Cortiços realizado em 2022 e que chegou às nossas mãos em 2023 pode contribuir complementando.

As taxas de número de pessoas moradoras de cortiços na proporção por mil habitantes (população de 2010 em cada distrito) nos indica que os distritos mais "encortiçados" são em ordem decrescente:

Tabela 1 – Pessoas em cortiço/1000 pessoas da população do distrito, 2010.

Brás	126,08	Sé	29,09
Belém	68,40	Cambuci	24,47
Bela Vista	47,85	República	22,50
Pari	45,44	Mooca	11,95
Liberdade	39,17	Água Rasa	4,1
Bom Retiro	37,86	Tatuapé	1,82
Santa Cecília	29,48	Consolação	0,78
TOTAL MUNICIPAL		1,93	

Como não se tem mensurações abrangentes e corretas sobre o peso dessa precariedade no município de São Paulo, estes dados reiteram o quadro conhecido de distrito mais encortiçados, dos quais sobressai o Brás, bairro historicamente concentrando tal tipo de moradia, seguido do seu vizinho Belém, depois Bela Vista, Liberdade e Bom Retiro. Com exceção de Consolação e Tatuapé, zonas de mercado imobiliário aquecido, e que não permitem a presença desse tipo de uso por muito tempo, nas zonas centrais a presença do encortiçamento ultrapassa a taxa de dez em 1.000 habitantes.

Quando da realização do Censo de Cortiços na área central da cidade (OUCentro) - Operação Urbana do setor central (SEHAB, 2022) verificou-se quais os distritos mais encortiçados, e, portanto, mais precários. Entretanto, é pesquisa regionalizada e não foram analisados especificamente o seu desempenho quanto a incidência de casos e óbitos na pandemia, pois este objetivo não fazia parte das intenções desse levantamento:

> Diante da necessidade de atualizar o mapeamento dos cortiços e melhor conhecer seus moradores como fundamento para a política habitacional, o censo teve como objetivo identificar, mapear, caracterizar e classificar os imóveis encortiçados e obter informações socioeconômicas de seus moradores no perímetro que engloba integralmente os distritos Sé, República e Brás e parcialmente os distritos Santa Cecília, Consolação, Bela Vista, Liberdade, Cambuci, Pari e Bom Retiro (SEHAB, 2022, p. 1).

A OUCentro solicitou e forneceu recursos à SEHAB para realização da pesquisa para melhor embasar e direcionar seus trabalhos, de modo que a área vistoriada é basicamente o perímetro expandido da OUCentro (idem, ibidem). Foram pesquisados 885 imóveis encortiçados. Quanto à localização e concentração desse tipo de habitação no centro da cidade de São Paulo, sua distribuição pelo perímetro considerado não é uniforme. O distrito de Bela Vista, com 6% da área total pesquisada, responde por 25% de todos os cortiços identificados, e era também predominante em 2010. Vêm a seguir os distritos da Liberdade (com 8% da área pesquisada e 17% do total de cortiços) e Santa Cecília (7% da área pesquisada e 10% do total de cortiços). O Brás e a Sé apresentaram mais cortiços do que Santa Cecília, e possuem área maior que o dobro da área encortiçada na Santa Cecília.

Constatou-se também que nas áreas centrais predominam os cortiços pequenos, informando o número de quartos: 61% dos cortiços têm até 10 quartos. Apenas 4% do total, abrigam cortiços com mais de 35 quartos, mas foi encontrado um imóvel, caso isolado, com 150 quartos.

Existe certa homogeneidade no tipo arquitetônico dos cortiços nesse centro pesquisado, pois quase 70% são sobrados e casarões, os quais junto das casas térreas somam quase 95% desses imóveis. Assim, um número reduzido se enquadra em outro tipo construtivo: apenas 6% dos endereços são edifícios com mais de dois andares, sobrelojas ou galpões.

Quanto à população residente, são uma evidência forte que cerca de 50% apresentam renda mensal na faixa de menos de um salário mínimo até dois salários mínimos (23% deles) e de mais de um salário mínimo a dois salários mínimos (são 27%). Cerca de 63% são pretos e pardos, procedem de outros cortiços e mesmo quando imigrantes, 57% estão no Brasil há mais de dez anos e já moravam em cortiços (SEHAB, 2022).

De qualquer maneira, foi possível utilizar algumas informações dessa atualização da pesquisa da Operação Urbana Centro para identificar a precariedade dos cortiços, denotando o peso que tal ambiente pode representar na saúde de seus moradores. Seguem-se alguns outros indicadores apresentados por esta fonte (SEHAB, 2022):

- Quanto à densidade, foi encontrada a razão de 1,92 pessoas por quarto, como média das densidades demográficas; e uma taxa média de ocupação dos cômodos de 89% (cômodos ocupados/cômodos vagos)*.
- Quanto a problemas identificados de insalubridade, 11% dos cômodos têm infiltração, constante falta de água (12%) e de luz (4%), falta de circulação de ar (5%), riscos de desabamento de paredes e estas com escoras (3%), infestação de insetos (1%) e outros motivos (3%)*.

* problemas do imóvel foram relatados pelos moradores: iluminação precária e insuficiente (31%); rede de água e esgoto inadequada e insuficiente (com mau cheiro, refluxo, encanamento com problemas (87%); rede interna de iluminação insuficiente e inadequada (fios desencapados, ligações sem vedação, ligações múltiplas e excessivas em cada tomada (22%); presença e material inflamável (58%); botijão de gás em área aberta (11%); 10% dos cômodos não têm janela e 27% não têm ventilação, o que indica risco de contágio para doenças respiratórias.

Infelizmente, os indicadores de 2022 reforçam os problemas já apontados anteriormente e que permanecem e até se agravaram, pelas condições de precariedade oferecidas à população encortiçada.

Por esse motivo, vamos apresentar a seguir alguns indicadores de insalubridade pois demonstram sua relação com a incidência de casos da covid-19. Pelo número de cortiços, a tabela revela que o distrito mais representativo em número de imóveis encortiçados é Bela Vista, seguido de Belém, Liberdade e Brás. Mas se olharmos o número de famílias, a relação se altera em parte pois o maior número de grupos familiares ainda está na Bela Vista, mas Brás e Liberdade ganham destaque na sequência. Esta distribuição coincide com as observadas em outros momentos da história da cidade de São Paulo.

Outro indicador importante é o número de cômodos ocupados com moradores encortiçados, pois revela qual o grau de coabitação desses imóveis. Segundo a tabela em referência,

o maior número de cômodos locados está no Brás, com 2.400 unidades locacionais, depois Bela Vista, com 2.300 cômodos alugados, seguida de Liberdade (2022), de Belém (2002) e ainda Bom Retiro com 1.022 unidades.

O total de cômodos de cortiços na amostra considerada é de 15.565 e são 13.180 famílias.

É válido, pois, observar o número de grupos familiares ocupantes dessas unidades alugadas, pois nem sempre cada família ocupa só um cômodo, às vezes ocupam mais de uma unidade ou pode ocorrer de um cômodo abrigar mais de uma família. O caso do Brás é ilustrativo pois há 2.064 famílias que ocupam 2.400 cômodos. Outros endereços com expressiva presença de famílias encortiçadas são a Liberdade, 1.688 famílias ocupando 2.022 cômodos. A Santa Cecília, com 1.807 grupos familiares e que habitam em 2.276 cômodos. Se observarmos a média de cômodos e famílias por endereço encortiçado teremos a Consolação com a alta proporção de 25 famílias por cortiço, o Brás com 12,3 famílias por imóvel e a Bela Vista com a média de dez famílias por cortiço.

Em termos de precariedade, portanto, os distritos que apresentam maior número de moradores encortiçados e com piores indicadores de insalubridade como congestionamento (número de pessoas por cômodo, menor área construída por pessoa) devem ser observados pois as taxas de casos de covid-19 podem ser aumentadas graças a tais contingentes.

O número de casos confirmados de covid-19 até 2021 são os seguintes, verificados segundo Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, apontando os distritos da área central conhecidas áreas encortiçadas.

Tabela 2 – Casos de covid-19 até 2021.

Água Rasa	9.083	Liberdade	55.958
Bela Vista	9.523	Mooca	8.269
Belém	6.161	Pari	1.847
Bom Retiro	3.138	República	5.809
Brás	3.834	Santa Cecília	7.795
Cambuci	4.319	Vila Maria	10.191
Consolação	6.002		
TOTAL DO MUNICÍPIO		1.465.556	

A porcentagem de casos de covid-19 em cada um dos distritos tidos como encortiçados, em relação a população estimada para 2022 desses distritos é a seguinte:

Tabela 3 – Porcentagem de casos de covid-19 em relação à população de cada distrito.

DISTRITO	%	TAXA DE LETALIDADE	ÓBITOS 100 MIL HABITANTES
Água Rasa	11,08	4,91	544,14*
Bela Vista	12,97	2,21	286,04
Belém	12,40	3,78	469,24*
Bom Retiro	12,44	4,11	326,35
Brás	11,43	3,00	343,01
Cambuci	10,53	3,20	336,45
Consolação	10,49	3,15	330,50
Liberdade	8,56	3,63	295,70
Mooca	10,25	4,92	504,92*
Pari	9,54	4,01	382,94
República	9,35	4,05	378,54
Santa Cecília	9,00	4,02	361,88
Vila Maria	0,88	4,80	425,82*
TOTAL DO MUNICÍPIO	12,25	3,01	369,15

O relatório até aqui demonstrou a precariedade presente nos cortiços e quais distritos mais apresentam esse tipo de moradia. Foi necessário, diante dos dados da pandemia obtidos em 2021, verificar o peso de cada incidência de casos diante da população de cada distrito em 2021. Tivemos acesso aos dados estimados pela Fundação Seade da população de 2022.

Por esses dados, as maiores porcentagem de casos de covid-19 nessa região mais centralizada estavam na Bela Vista (12,97), Bom Retiro, Belém, tendo cerca de 13 e 12% de sua população infectada pela covid-19. No município foi quase essa porcentagem de contaminados pela covid-19 (12,25% do município).

Com relação à taxa de letalidade, ou seja, dos casos da infecção quantos levaram a óbito, verifica-se que de todos os distritos encortiçados, todos têm incidência de óbito superior àquele do município, com exceção do distrito de Bela Vista. Muitas variáveis podem explicar essa diferença, uma delas é a capilaridade do SUS e dos serviços de saúde, além dos movimentos de resistência que variam de bairro para bairro, organização comunitária etc.

As maiores taxas de letalidade estavam na Mooca (4,92) Água Rasa (4,91) Vila Maria (4,80) e Bom Retiro (4,11) e mais altas em relação ao município em geral, o que demonstra que tais áreas da precariedade estão em risco e vulnerabilidade, todas em nível superior.

Nesse sentido, as maiores incidências de casos de covid-19 se fazem muito fortes em regiões adensadas e de baixa renda, não necessariamente apenas nas regiões encortiçadas. Pelas porcentagens de casos de covid-19 registrados, as maiores porcentagens em relação ao total de casos registrado no município paulistano são Grajaú, (3,44%) Casa Verde (3,11%), Jardim São Luiz (3,09%), Campo Limpo (2,36%), Brasilândia (2,02%), decrescendo o número de casos, devem ser olhadas com cuidado e atenção epidemiológica, portanto, as áreas periféricas também.

O que se verifica é que a precariedade habitacional, o adensamento, a escassez de condições sanitárias adequadas, somados às dificuldades de renda na cidade, se disseminaram pela cidade toda, quer nas zonas centrais, quanto nas áreas intermediárias e periféricas, nos diversos quadrantes da aglomeração urbana, atingindo as zonas norte, leste, sul e oeste.

Referências bibliográficas

BERTOLLI FILHO, C. (2001). *História Social da tuberculose e do tuberculoso:1900-1950*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

BLAY, E. (1985). *Eu não tenho onde morar: vilas operárias da cidade de São Paulo*. São Paulo, Nobel.

BÓGUS, L. M. M. et al. (org.). (1992). *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.

BONDUKI, N. G. (1982). Origens do problema da habitação popular em São Paulo. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo, ano 2, nº. 5, maio/junho.

BONDUKI, N. G. (1983). Habitação popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo. In: VALLADARES, L. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

BONDUKI, N. G. (1998). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. São Paulo, Estação Liberdade.

ENGEL, M. G. Resenha de Chalhoub, S. (1996). Cidade febril: cortiços, e epidemias na Corte Imperial. *Revista Tempo*. São Paulo, vol. 1 nº. 2, pp. 188-192.

ESCOREL, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

FABIAN, J. (2013). *O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

GILL, L. A. (2004). *Um mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Doutorado em História. Porto Alegre, PUC-RS.

KAZTMAN, R. et al. (1999). *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile, OIT.

KAZTMAN, R.; QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (2012). Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, nº. 20.

KOWARICK, L. (1988). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOWARICK, L. (2013). Cortiços: a humilhação e a subalternidade. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 25, nº. 2, novembro.

LAGO, L. C. (2012). Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80. *Cadernos Metrópole*, nº. 2, pp. 11-40.

LUCCHESI, B. M. D. (2012). *Quintais e cortiços insalubres na pauliceia: uma história de condenação e resistência*. ANPUH, Encontro Estadual de História. São Paulo.

MACIEL, M. S.; MENDES, P. D. et al. (2012). A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. *Revista Brasileira de Cínica Médica*. Belo Horizonte, maio-junho, 10(3), São Paulo.

MALZYNER, C. (2002). *Habitação, meio ambiente e saúde: diagnóstico de necessidades dos mutirantes da cidade de São Paulo – Região Leste I*. Doutorado na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES, E. (org.). (2015). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. São Paulo, Editora Unesp.

MARQUES, R. et al. (org.). (2021). *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo, Editora Fósforo.

MENDONÇA, F. (2004). Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, nº. 10.

MOSER, C. (1998). The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. *World development*. Nova York, vol. 2, nº. 1.

SAMPAIO, M. R. A. (2015). Cortiço vivo: projeto de reabilitação de cortiço na área central-Bom Retiro. *Revista de Cultura e Extensão*. São Paulo, USP, jul.-dez.

SANTOS, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Livraria Nobel.

TELLES, V.; CABANES, R. (org.). (2006). *Nas tramas de cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas.

VÉRAS, M. P. B. (1987). Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Fundação Seade, nº. 1.

VÉRAS, M. P. B. (1991). *O bairro do Brás em São Paulo – um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social*. Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP.

VÉRAS, M. P. B. (1992). "Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social". In: BÓGUS, L. et al. (org.). *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora.

VÉRAS, M. P. B. (1995). A nov(a) (c)idade do gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 2, abr/jun.

VÉRAS, M. P. B. (1999). *Cortiços em São Paulo: segregação e alteridade*. Tese de Concurso de Professor Titular em Sociologia. PUC-SP.

VÉRAS, M. P. B. (2003). "Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais". In: CHAIA, M.; SILVA, A. A. (org.). *Sociedade, cultura e política: ensaios críticos*. São Paulo, Educ, pp. 323-367.

VÉRAS, M. P. B. (2010). Cidade, vulnerabilidade e território. *Revista Ponto e Vírgula*, PUC-SP, nº. 7.

VÉRAS, M. P. B. (2016). Dimensões sociais da desigualdade urbana: moradias da pobreza e a produção do outro. *Revista Brasileira de Sociologia*.

Favelas em São Paulo e a covid-19

Suzana Pasternak

Embora existam referências sobre favela na literatura, as favelas passaram a se destacar na paisagem urbana a partir de 1970. Antes desta data, as alternativas de moradia para a população pobre paulistana foram primordialmente os cortiços (no começo do século XX) e os loteamentos periféricos (após 1940). Dados levantados pela PMSP indicaram que a população favelada de 1973 era cerca de 1% da população municipal, proporção que cresceu para 8,92% em 1987, totalizando quase 813 mil favelados.

A partir de 1980 o IBGE começou a incluir, nos seus censos demográficos, a contagem do que chamou "*aglomerado subnormal*". Os resultados nem sempre coincidiam com os da Prefeitura de São Paulo. O conceito de setor de aglomerado subnormal incluía unidades domiciliares em terrenos ocupados ilegalmente. Mas, para que o setor fosse considerado, seriam necessários um mínimo de 50 unidades de habitação. Assim, até pela própria definição, aglomerados abaixo deste número estava excluído da contagem.

O IBGE adotou inovações metodológicas e operacionais no Censo de 2010, com a utilização de fotos de satélite e melhoras na cartografia. A estimativa feita em 2019, para embasar o Censo de 2022/23, foi realizada em cima da grade de 2010. O próprio IBGE avisa para ter cautela na sua utilização. Mas creio ser melhor usá-la que ficar com os dados de 2010. Em 2008, a PMSP lançou uma plataforma a Habisp, que permite a atualização permanente dos dados socioeconômicos e urbanísticos dos assentamentos precários. Criou-se uma nova categoria, a dos núcleos urbanizados, ou seja, favelas que já possuem infraestrutura sanitária (água, esgoto, drenagem, iluminação pública e coleta de lixo). Os dados desta plataforma também não coincidem com os dos censos demográficos. Na presente análise, optou-se pela utilização dos dados do IBGE, porque são os únicos de abrangência nacional, permitindo comparação entre estados e municípios.

Tabela 1 – Município de São Paulo. Favelas, domicílios e população favelada, 1980 a 2019.

	1980	1991	1996	2000	2010	2019
Favelas	188	629	574	–	1.988	–
Domicílios	71.358	146.891	176.905	225.133	357.756	529.921
População	335.344	711.031	747.322	932.628	1.280.400	1.532.368
% da pop.	4,07%	7,46%	7,60%	8,94%	11,38%	12,91%

Fonte: Censo Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010; Contagem de meio da década de 1996; Estimativa IBGE 2019; elaboração própria.

As taxas de crescimento dos domicílios favelados têm-se mantido altas, como atesta a tabela 2. Nota-se que na década de 1980 o município teve um alto incremento de domicílios favelados, 7% ao ano. Já nas décadas seguintes, 1991, 2000 e 2020, estas taxas diminuíram para 3,06%, 3,22% e 2,02%. A taxa sofre um efeito do número base. Por isso, quanto maior for o número de domicílios, para um mesmo absoluto de moradias, a taxa é menor. O aumento de casas faveladas entre 1980 e 2019 no município foi de 468.563, do qual 38% ocorreu entre 2010 e 2019 (aumento de 172 mil casas em favelas).

Tabela 2 – Município de São Paulo. Taxa de crescimento anual dos domicílios favelados, 1980 a 2019.

INTERVALO	TAXAS
1980-1991	7,07%
1991-2000	3,06%
2000-2010	3,22%
2010-2019	2,02%

Fonte: Censo Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010; Contagem de meio da década de 1996; Estimativa IBGE 2019; elaboração própria.

O crescimento da população favelada no município de São Paulo tem se mostrado superior ao crescimento da população total municipal. Assim, na década de 1980 foi de quase 7% anuais, superior à taxa de crescimento populacional da população municipal no mesmo período (3,66% ao ano). Entre 1991 e 2000 a população favelada continuou a crescer mais que a população como um todo: 4,86% ao ano, enquanto a do município cresceu a uma taxa de apenas 0,9%. Entre 2000 e 2010, as taxas faveladas se mantiveram superiores às municipais: a população municipal cresceu a 0,76% anuais, enquanto que a favelada atingiu 3,22%. As projeções indicam um crescimento populacional de menos de 0,50% anuais, enquanto que o estimado para a população favelada atingiu 2,02%.

O crescimento demográfico municipal foi, até o ano 2000, marcadamente periférico: as taxas de crescimento por anéis[1] mostram que as taxas dos três anéis mais centrais eram negativas, enquanto a do anel periférico se responsabilizava por praticamente todo o crescimento municipal. Este panorama muda na primeira década do século XXI, com os anéis centrais e interior com taxas positivas e mais altas que as dos anéis exterior e periférico. E as projeções da Fundação Seade para o ano 2022 mostram um crescimento reduzido do polo metropolitano, mas com um perfil, tal como na década anterior, menos periférico: todos os anéis apresentam taxas positivas, mas a taxa do periférico ainda é a maior.

1. Divisão por anéis a partir da metodologia desenvolvida por Taschner, 1900.

Tabela 3 – Município de São Paulo: população total e favelada por anéis, 1991 a 2022.

ANEL	POPULAÇÃO TOTAL			
	1991	2000	2010	2022
Central	384.048	318.599	360.266	381.491
Interior	686.610	583.956	648.269	682.853
Intermediário	1.413.723	1.316.367	1.426.682	1.477.313
Exterior	3.265.900	3.304.779	3.414.917	3.503.775
Periférico	3.860.378	4.911.845	5.403.336	5.912.783
MSP	9.610.659	10.435.546	11.253.470	11.958.215

ANEL	POPULAÇÃO FAVELADA			
	1991	2000	2010	2022
Central	211	0	0	
Interior	6.156	4.557	621	
Intermediário	74.053	946.210	80.247	
Exterior	230.416	220.365	343.520	
Periférico	398.223	611.095	850.442	
MSP	711.050	932.628	1.280.400	1.543.805

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010. Projeções populacionais Fundação Seade; Proporção de 12,91% de população favelada no município, calculada a partir de dados IBGE 2019; elaboração própria.

Tabela 4 – Município de São Paulo. Taxas anuais de crescimento populacional, população total e favelada, por anéis.

ANEL	POPULAÇÃO TOTAL		
	1991-2000	2000-2010	2010-2022
Central	-2,05%	1,24%	0,48%
Interior	-1,78%	1,05%	0,43%
Intermediário	-0,79%	0,81%	0,29%
Exterior	0,13%	0,33%	0,21%
Periférico	2,71%	0,96%	0,75%
MSP	0,92%	0,76%	0,51%

ANEL	POPULAÇÃO FAVELADA		
	1991-2000	2000-2010	2010-2022
Central	-100,00%	0,00%	
Interior	-2,70%	-10,07%	
Intermediário	2,25%	-1,63%	
Exterior	-0,04%	4,54%	
Periférico	3,70%	3,36%	
MSP	2,50%	3,22%	1,57%

Fonte: Elaboração própria.

O crescimento da população favelada também tem sido maior nos anéis exterior e periférico. Aliás, uma característica da favelização paulistana, que a distingue da carioca, é a

locação de preferência das favelas nos segmentos periféricos da cidade. A tabela 5 mostra que mais que 66% da população favelada em 2010 estava no anel periférico. E que 11,6% da população deste anel morava em assentamentos precários do tipo favela. Infelizmente não há dados para a distribuição da população e domicílios favelados intraurbana.

Tabela 5 – Município de São Paulo: população favelada por anel, 2010.

ANÉIS	POPULAÇÃO FAVELADA 2010		
	NA	%	% NA POP TOTAL
Anel central	0	0,00%	0,00%
Anel interior	6.211	0,48%	0,96%
Anel intermediário	80.247	6,26%	5,63%
Anel exterior	343.520	26,81%	10,04%
Anel periférico	851.422	66,44%	15,77%
TOTAL	1.281.400	100,00%	11,39%

Fonte: Censo Demográfico de 2010; elaboração própria.

Sumarizando: embora a taxa de crescimento do anel periférico tenha diminuído, este aumento populacional é, ainda, bastante localizado nas franjas do município. No incremento de 705 mil pessoas entre 2010 e 2022, estimou-se que 509 mil, ou seja, 72,29% se deu na periferia.

Na periferia acorreu a maior incidência de covid-19, tanto em 2020, como em 2012. Entretanto, em 2022, com o efeito da vacinação, o número de casos de covid-19 no anel periférico

por 100 mil habitantes foi inferior aos números de casos nos outros anéis e a letalidade espantosamente mais baixa. Aliás, a letalidade no anel periférico apresentou-se mais baixa também em 2020 e 2021. Provavelmente a associação entre estrutura etária e mortalidade por covid-19 é dominante. E como a população da periferia é mais jovem, de certa forma este fator etário a protegeu mais do óbito.

Tabela 6 – Município de São Paulo: casos, óbitos e população por anel, 2020.

ANÉIS	CASOS	ÓBITOS	POP 2022**	LETALIDADE	CASOS 100MIL	ÓBITOS 100MIL
Anel central	14028	518	381491	3,69	3677,15	135,78
Anel interior	26400	1031	682853	3,91	3866,13	150,98
Anel intermediário	65779	2358	1477313	3,58	4452,61	159,61
Anel exterior	151745	5699	3503775	3,76	4330,90	162,65
Anel periférico	264681	7722	5912783	2,92	4476,42	130,60
TOTAL	556625	17447	11958215	3,13	4654,75	145,90

Fonte: Fundação Seade. Secretaria da Saúde SP; elaboração própria.

Tabela 7 – Município de São Paulo: casos, óbitos e população por anel, 2021.

ANÉIS	CASOS	ÓBITOS	POP 2022**	LETALI-DADE	CASOS 100MIL	ÓBITOS 100MIL
Anel central	23550	698	381491	2,96	6173,15	182,97
Anel interior	40438	1301	682853	3,22	5921,92	190,52
Anel intermediário	105059	3278	1477313	3,12	7111,49	221,89
Anel exterior	257952	8848	3503775	3,43	7362,12	252,53
Anel periférico	432945	11502	5912783	2,66	7322,19	194,53
TOTAL	910061	25844	11958215	2,84	7610,34	216,12

Fonte: Fundação Seade. Secretaria da Saúde SP; elaboração própria.

Tabela 8 – Município de São Paulo: casos, óbitos, população, 2022.

ANÉIS	CASOS	ÓBITOS	POP 2022**	LETALI-DADE	CASOS 100MIL	ÓBITOS 100MIL
Anel central	24186	124	381491	0,51	6339,86	32,50
Anel interior	50029	282	682853	0,56	7326,47	41,30
Anel intermediário	112455	638	1477313	0,57	7612,13	43,19
Anel exterior	214329	1140	3503775	0,53	6117,09	32,54
Anel periférico	309733	1176	5912783	0,38	5238,36	19,89
TOTAL	796865	3535	11958215	0,44	6663,75	29,56

Fonte: Fundação Seade. Secretaria da Saúde SP; elaboração própria.

A análise das tabelas 6, 7 e 8 permite ver o aumento do número de casos por 100 mil habitantes entre 2020 e 2021. Aumentou bastante, numa proporção de mais de 60%. E o indicador de óbitos por 100 mil habitantes é mais alto nos anéis periféricos e exterior, indicando maior disseminação da doença, provavelmente por transporte coletivo e por adensamento residencial.

A letalidade, entretanto, é menor no anel periférico tanto em 2020 quanto em 2021. Provavelmente está mais associada à estrutura etária, uma vez que na periferia a população é mais jovem.

Em 2022 os efeitos da vacinação se fazem ver com clareza. A incidência da doença, medida em óbitos por 100 mil habitantes, continua alta, embora menor que em 2022 para aos anéis exterior e periférico e para o total da população. De outro lado, a queda da letalidade é extraordinária: de 3,13 óbitos por 100 doentes em 2020 para 0,44 óbitos por 100 casos em 2022, uma queda de 86% na letalidade. E a letalidade no anel periférico é a menor, entre os anéis, o que se traduz num menor indicador de óbitos por 100 mil habitantes: 19,89 no anel periférico e 42,30 no anel interior, o que agrega a população com maior poder aquisitivo, mas também com maior proporção de idosos.

A população de pessoas com 60 anos e mais alcançava 16,19% do total populacional no município em 2021. Esta proporção não se aloca especialmente no tecido urbano de forma uniforme. Nas favelas e na periferia a proporção é menor. A tabela 9 mostra que, em 2021, a proporção de idosos no anel periférico era de 12,83%, enquanto que no anel interior chegava a 23,13%. Aliás, nos três anéis mais centrais a proporção de

idosos ultrapassava 20%. Nas favelas, dados de Saraiva (2015, p. 321) indicam que nas favelas pessoas com 65 anos e mais representam 2,6% da população favelada, nos "núcleos urbanizados" 3,4%, enquanto que no município como um todo, em 2010, eram 8,1%. Saraiva (2015) elaborou estas porcentagens a partir de dados de favelas da PMSP. Distritos com maior renda média tendem a apresentar maior percentual de idosos, como Alto de Pinheiros (29,19% de população com 60 anos ou mais), Jardim Paulista (27,02%), Pinheiros (26,43%), Moema (26,21%). Os distritos paulistanos com menos proporção de idosos ficam na periferia: Anhanguera (9,12% de pessoas com 60 anos ou mais), Jardim Ângela (9,90%), Parelheiros (10,14%) e Grajaú (10,15%).

Tabela 9 – Município de São Paulo. Estrutura etária, por anel, 2021.

GRUPO ETÁRIO	CENTRAL	INTERIOR	INTERMEDIÁRIO	EXTERIOR	PERIFÉRICO	MSP
0 a 9	10,77	10,78	10,6	12,68	14,17	12,97%
10 a 19	8,08	9,06	10,05	11,62	13,48	12,06%
20 a 29	9,68	10,13	11,85	14,30	16,66	14,74%
30 a 39	19,50	16,78	15,75	16,50	16,55	16,55%
40 a 49	18,03	16,97	16,28	15,02	14,75	15,26%
50 a 59	13,24	13,16	13,58	12,45	11,57	12,23%
60 e mais	20,70	23,13	21,88	17,42	12,83	16,19%
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00%

Fonte: Fundação Seade; elaboração própria.

No município de São Paulo havia, em 2010, distritos com grandes proporções de favelados, como Vila Andrade (49,80%), Pedreira (36,68%), Jardim Ângela (31,90%,) Jaguaré (28,96%), Capão Redondo (23,89%), Grajaú (23,59%), Vila Jacuí (22,98%), Jardim São Luís (22,90%), entre outros. Ao todo, eram 28 distritos paulistanos com 10% ou mais de moradores em favelas. Trinta e um distritos tinham entre 3% e 10% de sua população favelada, enquanto 37 distritos mostravam 3% menos de favelados. Distritos como Alto de Pinheiros, Casa Verde, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, Perdizes e distritos centrais, como Santa Cecília, República, Sé, Liberdade não apresentavam favelas. Não se dispõe de dados de casos de óbitos por

covid-19 em favelas de forma específica. Assim tentou-se uma aproximação através dos distritos com maior percentual de população favelada. Infelizmente as proporções de favelados estão disponíveis apenas para 2010.

A tabela 10 mostra que não houve associação entre proporção de favelados e incidência e mortalidade por covid-19.

Tabela 10 – Município de São Paulo: Casos e óbitos por covid-19 em distritos agrupados por proporção de favelados.

DISTRITOS MSP	CASOS/100 MIL			ÓBITOS/100 MIL			LETALIDADE POR 100		
	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Distritos com 10% e mais de população favelada	4.441,86	7.653,28	5.702,68	130,70	187,44	19,99	2,93	2,45	0,35
Distritos entre 3% e 10% de população favelada	4.521,59	6.961,31	5.433,43	152,53	233,84	27,48	3,37	3,36	3,56
Distritos com menos de 3% de população favelada	5.702,68	6.669,67	7.159,42	162,40	237,31	43,47	0,35	0,53	0,61

Fonte: Censo de 2010 para percentual de favelados; Secretaria da Saúde para casos e óbitos.

Percebe-se, em todos os anos, que distritos com menor percentual de favelados tiveram maior incidência da doença. Assim, os 37 distritos de favelados em 2020 mostraram 5.502,68 casos de covid-19 por 100 mil, subindo para 6.669,67 em 2021 e para 7.159,42 em 2022. Em 2021 os distritos com mais favelados mostraram a maior incidência, com 7.653,28 casos por 100 mil. A associação por casos não está clara.

De outro lado, a associação por mortalidade desenha-se com clareza: nos distritos com menos população favelada a mortalidade (óbitos por 100 mil) é maior, tanto no inicio como no fim da pandemia: mortalidade de 19,99 por 100 mil em 2022 para distritos com muita favela e de 43,47 por 100 mil para distritos com menos de 3% de favelados. Em Vila Andrade, por exemplo, onde existe a maior percentagem de população favelada, em 2020 a incidência era de 4.103 casos por 100 mil, a mortalidade 75,95 por 100 mil, uma das menores mortalidades por distrito. Em 2021 a incidência subiu para 6.831,90 e a mortalidade para 218,78 por 100 mil, maior que a municipal para o mesmo ano, de 216,12. Em 2022 a incidência continuou alta, com 6.261,68 casos por 100 mil moradores, mas a mortalidade caiu para 21,36 óbitos para 100 mil.

De outro lado, em Alto de Pinheiros, com 0% de favelados, os casos perfaziam 3.003,49 por 100 mil em 2020. 4.454,55 por 100 mil em 2021 e 7.042,74 em 2022. E a mortalidade alcançou 170,57 óbitos por 100 mil em 2022 e 46,97 mortes por 100 mil em 2022. Cifras maiores que Vila Andrade.

Em relação à letalidade, em 2020, antes da vacinação, a letalidade era mais alta nos distritos com maior proporção de favelas, ou seja, os mais pobres, embora nos intermediários atingisse o maior valor. Nos distritos com menos favelas, onde estão os mais ricos, o acesso a equipamentos de saúde diminuiu muito da letalidade, apesar da estrutura etária envelhecida apresentar maior risco.

De qualquer forma, algumas conclusões podem ser tiradas, apesar da fragilidade dos dados:

- a maior incidência da doença se deu em 2021, embora em 2022 ainda se manteve alta;
- a mortalidade também foi maior em 2021;
- na periferia, devido a estrutura etária mais jovem, a mortalidade foi menor;
- a letalidade desabou em 2022, efeito vacina, em todo o tecido urbano;
- embora uma análise das condições de vida e da densidade habitacional indiquem, em princípio, uma maior incidência e mortalidade em favelas, os dados não nos permitem afirmar isto;
- não há dados específicos para favelados no MSP. Foi usada uma aproximação – proporção de favelados na população distrital de 2010;
- a associação entre estrutura etária e mortalidade se mantem. E aparentemente a idade é maior fator de risco para óbito que condições habitacionais.

Referências bibliográficas

SARAIVA, C. (2015). "Revisitando a dinâmica social das favelas". In: MARQUES, E. *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidade e desigualdades*. São Paulo, Unesp, pp. 309-336.

Pandemia e favela: um estudo de caso de Paraisópolis-SP

Dulce Baptista
Marisa do Espírito Santo Borin

Favela não é um local só de carência,
mas também de resiliência e potência.
Celso Athayde[1]

Introdução

O presente estudo tem como foco a comunidade de Paraisópolis, no período em que o Brasil se viu frente à pandemia do coronavírus.

Paraisópolis se encontra localizada no bairro do Morumbi, no distrito da Vila Andrade, onde estão os condomínios de alto luxo e, segundo Gohn (2010), foi o distrito que obteve

1. Fundador da Central Única das Favelas – Cufa e CEO do Projeto Favela Holding.

maior crescimento na cidade de São Paulo, entre 1999-2000, ou seja, de 70%. Destaca-se que o distrito da Vila Andrade se caracteriza por uma segregação socioespacial entre as zonas centrais e periféricas, onde convivem simultaneamente loteamentos de alto padrão e a favela que estão separados, às vezes, por uma rua ou apenas por um muro.

A comunidade de Paraisópolis é uma das maiores favelas da cidade... Ocupa 1,5 milhões de metros quadrados e agrega cerca de 21 mil moradias, incluindo barracos, construções em alvenaria, sobrados e construções recentes com edificações mais sólidas.

Conforme Gohn (2010), 80% da população local é de origem nordestina, sendo que grande parte foi trabalhar na indústria da construção civil e hoje parte deles são faxineiros e porteiros nos condomínios de luxo. Suas mulheres e filhas também trabalham como empregadas domésticas no bairro do Morumbi.

A comunidade de Paraisópolis comemorou os seus 100 anos de existência em 2021, e hoje é considerada uma cidade de porte médio, que tem uma organização centrada na vida comunitária e que mostrou a sua força sócio-organizacional na pandemia da covid-19.

Paraisópolis e o bairro do Morumbi estão localizados na zona oeste de São Paulo. Nos seus 100 anos de existência apresenta avanços e conquistas decorrentes da sua mobilização comunitária no enfrentamento às conjunturas das crises que se desencadeiam apontando para altas expectativas de futuro (Bernardo e Santos, 2021).

O território de Paraisópolis tem hoje entre seus limites um dinamismo próprio. Segundo a Associação dos Moradores da Comunidade, há 14 mil estabelecimentos comerciais como mercadinhos, lojas de roupas, marcenaria, adegas e também escolas nos diversos níveis, serviços de saúde e seis agências bancárias. Foi desenvolvido, também, um sistema próprio de transporte e entregas: "Favela Brasil Express". As encomendas chegam na sede do projeto e são levadas até as casas dos moradores. Além disso, 21% dos seus moradores trabalham dentro da própria comunidade (Bernardo e Santos, 2021).

Ao eleger essa comunidade, como um estudo de caso, é intenção dar visibilidade aos tipos de ações implementadas, na dimensão do capital social e da economia criativa, frente aos impactos diante das alternativas criadas em Paraisópolis no enfrentamento à pandemia, a partir das mobilizações, redes de apoio e por organizações socioeconômicas, que têm realizado investimentos em sua área.

A partir da leitura do território, não simplesmente como um espaço vazio, mas enquanto um lugar de ação dos sujeitos que o torna matéria viva (Koga, 2011), propõe-se levantar ferramentas e instrumentais de análise do movimento real de enfrentamento às desigualdades econômicas e sociais. Ressalta-se a importância de se conhecer o território, as relações sociais, as relações de solidariedade, relações de poder e as reais condições de vida dos moradores. É no território que se mostram as desigualdades das condições de vida de seus moradores por meio da presença/ausência de serviços públicos e da qualidade dos serviços ofertados (Koga, 2011), aspectos esses que representam o direito à cidade e, portanto, à cidadania.

Em síntese, o estudo busca entender os modos de vida do lugar e de sua gente e a construção do social e da produção de sentidos que dão às suas vidas, por meio das redes de sociabilidade e da dinâmica dos vínculos sociais nesse histórico sociorganizacional.

Favelas no município de São Paulo

O espaço urbano de São Paulo é reflexo da complexa estrutura social que manifesta a segregação territorial, decorrente das formas de apropriação da terra que têm uma lógica no desenvolvimento desigual de relações sociais na sociedade.

A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Ela resulta, sobretudo, da exploração da força de trabalho em uma sociedade estratificada, onde as desigualdades tendem a se perpetuar e o processo de acumulação do capital é cada vez maior. Resulta, ainda, de uma situação onde o uso do "*solo é cada vez mais determinado pelo seu valor e onde o controle do espaço urbano é exercido pelas ou em nome das camadas dominantes*" (Valladares, 1978, p. 34).

Sem dinheiro para o aluguel, pessoas ocupam terrenos ociosos em São Paulo, buscando o acesso à moradia. Segundo o sistema de monitoramento da Prefeitura de São Paulo (2022), existem 1.739 comunidades e 397.054 domicílios na cidade. Em 2018, eram 391.043, sendo que, entre 2019 e 2022, a capital paulista ganhou 6.000 novos domicílios em favelas. Preto Zezé, presidente nacional da Cufa (Central Única das Favelas), declara:

> Só lembram da favela quando é para cobrar imposto, pedir voto ou lucrar vendendo produto. Quando entenderem que, num país desigual como o Brasil, compartilhar riqueza e oportunidade com essa população não é gasto, é investimento, aí sim vamos nos tornar uma nação. No Brasil não falta dinheiro ou comida. A nossa fome não é um acidente ou um descuido, é um projeto. A concentração de renda é um projeto (Barbon, 2021).

Políticas públicas desencadeadas nas duas últimas décadas têm propiciado infraestrutura sanitária em parte dos assentamentos precários, já que em 98% das unidades habitacionais faveladas havia água de rede publica, 67% estavam ligadas à rede de esgoto e a coleta de lixo estava presente em quase todas as favelas municipais. Dados recentes sobre favelas relatam um retorno de casas com materiais precários, que em 2010 já tinham quase desaparecido (96% das unidades habitacionais em 2010 eram de alvenaria).

Parte-se da ideia de que o território da favela é um espaço cultural de identificação ou de pertencimento. O território é um espaço político, um jogo político, um lugar de poder, defendido, negociado, cobiçado e sonhado, cuja força efetiva e simbólica é forte. É também um lugar de ritos, expressando valores e confronto de crenças.

Nesta direção, Kehl (2010) nos aponta que a favela não pode ser vista só pela perspectiva de sua miséria física, mas do ponto de vista da riqueza humana. Segundo Preto Zezé "*a favela na atualidade é um ator político e econômico estratégico para o país*" (Barbon, 2021).

Hoje, mais do que nunca, o sujeito periférico toma posse de sua própria história e o território incide sobre sua formação. A periferia é um bolsão de reserva que, ao mesmo tempo em que vive a desigualdade, a violência e as contradições da sociedade, ela correlaciona forças, constrói e alimenta a cidade.

Atualmente, o direito à cidade reforça o preconizado por Henri Lefebvre (2001) e possui uma expressão política abrangente, não apenas de acesso ao espaço urbano, mas também à cultura urbana, ao uso dos equipamentos e serviços que ela oferece, garantindo a condição de cidadania política e cultural.

Segundo Milton Santos (1992), o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos conjuntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Os territórios só se efetivam quando os indivíduos constituem relações entre si, construindo campos de redes e de sociabilidades, de práxis interativas de ações, significando interação plural, multidimensional e unidade na diversidade.

Os territórios expressam conflitos, contradições, fricções, nervuras sociopolíticas das cidades, das regiões, dos bairros, das ruas, das residências e das relações entre os sujeitos. As territorialidades são multidimensionais e podem revelar os circuitos das intencionalidades, das correlações de força, dos desejos e das necessidades dos sujeitos individuais e coletivos com o seu local de vivência.

As territorialidades mostram como os sujeitos experimentam o mundo e como atribuem significados a partir das práticas sociais nos seus lugares de vida. É uma construção onde as relações sociais são formatadas espacialmente.

Dessa forma, a relação inseparável apontada por Milton Santos (1992) entre território e sujeitos, ou território e população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas e pelos moradores de um lugar.

A apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando significados em torno dessa apropriação cotidiana. Neste sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, como uma maneira singular de se apropriar, controlar, fazer uso do espaço, da terra e do território.

A territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território, pois as territorialidades são vividas e experimentadas a partir do convívio, da resistência e da existência da metrópole. É assim, que se pode identificar e compreender os significados mais profundos das relações sociais, da história social, das mudanças, levando-se em consideração e incorporando-se a diversidade de perspectivas e pontos de vista que compõem a trama das vivências e que produzem o espaço.

E, ainda, território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma concreta nas manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas e outros.

Em São Paulo, as favelas constituem entre, muitos outros, espaços representativos de vulnerabilidade social. O indicador de vulnerabilidade não se limita a considerar apenas as condições de infraestrutura e de privação de renda, mas também características individuais e familiares, ou seja, tipos de arranjos familiares, acesso à moradia, condições de saúde, acesso a serviços médicos e ao sistema escolar, formas de in-

serção no mercado de trabalho, ausência de garantias legais, enfim, exposições a situações e riscos de toda ordem, em que as pessoas se tornam incapazes de conduzir sua própria vida, intensificadas pela falta de políticas públicas.

Dessa forma, tem-se como hipótese deste trabalho que a mortalidade dos favelados na pandemia está ligada à falta de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, obrigando esta parcela populacional ao não isolamento pela necessidade de trabalho diário, em grande parte na condição informal, expondo-se ao transporte público lotado, deficiente e, sem dúvida, também em função do adensamento populacional em seu território, além da situação de desemprego.

Entretanto, como aqui se demostra, no caso de Paraisópolis, uma série de ações solidárias, como a vigilância epidemiológica com isolamento dos doentes, dentre muitas outras, pôde funcionar na pandemia, mesmo em condições de vida e moradia não ideais.

Pandemia e favela

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou que a covid-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII e, em 11 de março de 2020, torna-se uma pandemia.

No Brasil, a doença se propagou rapidamente por todo o país, tornando difícil o seu controle. Sua elevada transmissibilidade gerou internações e mortes continuadas até os dias de hoje, com quase 700 mil óbitos.

A pandemia da covid-19 potencializou as fragilidades estruturais de nosso país, principalmente dos grupos mais vulneráveis, cujas condições de vida e de saúde são muito precárias, especialmente para a população residente nas periferias dos grandes centros urbanos, entre elas os que vivem em favelas.

A favela é terreno fértil para o espalhamento de vírus respiratório. A densidade média é alta, a saber, de 297,45 hab./ha., quando comparada à média do município de São Paulo (82 hab./ha.). No centro expandido da cidade de São Paulo, as favelas e habitações precárias são ainda mais densas, chegando a 913 hab./ha. em 2010. O número de pessoas por domicílio é também superior à média do município como um todo, atingindo quatro pessoas por domicílio no ano 2000, mas caindo para 3,62 em 2010 (IBGE, 2000, 2010).

A população mais vulnerável da cidade, não só a que vive em favela, viveu momentos desafiadores na pandemia.

A pandemia jogou luz também sobre a desigualdade de gênero, raça, território, emprego e ausência de políticas públicas. O Instituto Locomotiva (2020) diz que é a renda que define o grupo de risco da covid-19.

Ricardo Antunes, analisando o Capitalismo Pandêmico, diz que, com o coronavírus, o trabalho está sob fogo cruzado (2022, p. 15).

O capitalismo torna-se pandêmico, desenvolve um sistema de metabolismo antissocial, cuja sua normalidade é a destrutividade, pois leva uma maior letalidade à população mais vulnerável das periferias, favelas, com negros, indígenas, migrantes, envolvendo as relações de classe, gênero, raça e etnia.

A tragédia maior está dentre os que precisam do trabalho cotidiano para sobreviver no sistema de metabolismo antissocial do capital que é autofágico, sem limites, sempre em busca de produção e de mais capital, expansão e reprodução via o tripé capital, trabalho assalariado e Estado.

Existe a redução sempre crescente do tempo de vida útil das mercadorias, levando a sua reprodução independente das verdadeiras necessidades humanas voltadas para o uso.

Apresenta a virulência e letalidade no seu modo de ser e se reproduzir com "*devastação dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro*" (Marx *apud* Antunes, 2022).

O avanço informacional digital da Tecnologia da Comunicação e Informação – TIC comanda hoje as relações capitalistas, levando à uberização do trabalho com informalidade, descarte, precarização ilimitada, desemprego estrutural, trabalhos intermitentes, acidentes, assédios, morte e suicídios. É o que Antunes define como "*a pandemia do capital e o (des) valor do trabalho*" (2022, p. 21)".

Como na pandemia é possível ficarem em isolamento os desempregados, informais, intermitentes, uberizados? E as crianças pobres em idade escolar sem merenda e acesso às aulas virtuais?

A classe trabalhadora se viu sob "fogo cruzado" na luta para conseguir sobreviver nesse momento, com a expansão de trabalhadores da plataforma digital e aplicativos. Foi o sair do desemprego para a uberização do trabalho, a nova modalidade de servidão excluída dos direitos sociais.

Antunes diz que se deve criar um novo modo de vida diante desse mundo letal, voltado para preservação da vida pois tudo que parece sólido pode fenecer.

O desafio foi grande diante da crise estrutural da pandemia com a covid-19, desencadeadora de alta mortalidade, desalento, desemprego, migrações, fome e desigualdade. Faz-se necessário inventar um outro "*Sistema de metabolismo social do capital*" com decrescimento, bem viver e espírito comunal. "*A pandemia do capital tornou a invenção de um novo modo de vida, o imperativo maior do nosso tempo*" (Antunes, 2022, p. 32).

Como fazer *lockdown* se a maioria da população estava já desempregada/ou na informalidade?

É uma falácia, uma empulhação ideológica colocar saídas em novos empresários ou empreendedores em comunidades que se encontram em abissal contradição com a miserabilidade do seu povo.

Na pandemia, a uberização e o capitalismo financeiro controlam, com uso intenso das TIC, a imensa força de trabalho sobrante, ávida de qualquer trabalho remunerado, e que se transforma em "autônomos", "empreendedores", para daí excluí-los da legislação social protetora do trabalho. Antunes diz que a plataforma digital é uma metamorfose nas relações de trabalho, ou seja, representa ser um golpe de mestre na implementação da alternativa do trabalho uberizado que com a pandemia se fortaleceu, procurou desenvolver novos laboratórios de experimentação do trabalho, enfraquecendo os sindicatos e movimentos de classe, colocando em prática jornadas mais extenuantes com simbiose entre trabalho intermitente e escravidão digital, desigual divisão sociossexual, racial e étnica do trabalho em uma nova autocracia do capital, resultando um "*sistema de metabolismo antissocial do capital*". Este tem sido destrutivo e letal para o trabalhador, meio ambiente e na-

tureza, dificultando as diferentes formas de luta pela igualdade substantiva entre gêneros (liberação das mulheres), raças, etnias, liberdade sexual e efetiva emancipação social.

No entanto, as relações sociais na favela buscaram preservar e reinventar um novo modo de vida a começar pelo trabalho (atividade humana mais vital e sem a qual a humanidade não sobrevive), colocando em prática trabalhos socialmente úteis e necessários e que canalizassem as atividades laborativas para a produção de bens socialmente úteis e não só de mercadorias, reinventando um novo modo de produção para além do capital e com "*igualdade substantiva*".

Nesse momento pandêmico, a potência das favelas e das periferias representou uma força comunitária, mostrando como as doações e mobilizações puderam chegar aos necessitados da favela. Houve a mobilização de ONGs diante da ausência do Estado, o que representou uma grande experiência, a de agir de dentro para fora e de fora para dentro. Parcerias estratégicas foram celebradas. A população teve de se organizar e a força da favela emergiu para fazer frente à pandemia.

Um passo de qualidade foi dado diante dessa realidade, com diálogo e pontes entre diferentes realidades: a sociedade civil, ONGs, fundações, institutos e empresas foram ao encontro das necessidades imediatas dos mais vulneráveis e responderam com doações, chegando o apoio onde deveria chegar com a mediação e logística da Central Única das Favelas – CUFA. A favela teve que se redesenhar junto com as doações, trabalho conjunto etc.

O momento sinalizou uma nova articulação das políticas públicas, cujo desafio foi continuar com as doações e direcio-

nar ações para atuar nas comunidades que assumem o protagonismo no seu espaço.

Atores sociais na música, na arte, das diversas etnias, branca, preta e parda, juntamente com as mães da favela, as associações locais, vêm construindo um novo cenário causando impactos positivos na qualidade de vida local.

Músicos envolvidos no movimento dizem que a música deve levar soluções a tempos insanos; a força da fé, esperança e positividade na canção, motivada com a mobilização do que vem da favela, se junta com a mobilização e ação que vem do asfalto. Música traz a reflexão do que é estar na favela, refrão, Orixás, força e fé...

Marlova da Unesco (Instituto Locomotiva, 2020) diz:

> Pesquisa demonstra que a desigualdade se mostra de modo abissal, de gênero, racial, espacial. A pandemia escancarou a desigualdade abissal da sociedade. Ampliar o conhecimento acerca da favela, e dizer que não pode ser assim. Não compartilhar com a realidade abissal. Trazer a luz sobre a realidade.

É o Brasil dividido, com política pública que não fornece auxílio. Falta água, saúde, educação e as políticas públicas são ausentes nesse país, chamado favela. Na covid-19 o vírus mostra que não é democrático e há um aumento do fosso de desigualdade.

Mariana Ximenes que liderou a Cufa por 12 anos um projeto de educação com teatro, distribuição de livros na favela, levando a sua experiência para favela, diz: "*Políticas públicas não vieram do governo, mas das redes da sociedade civil. O asfalto precisa aprender nas favelas*".

A covid-19 em Paraisópolis

Durante a pandemia, a Associação dos Moradores de Paraisópolis se mobilizou e se organizou em várias frentes de atuação, como a campanha de doação de cestas básicas, na tentativa de minimizar o aumento da fome. A distribuição de comida contou com a ajuda dos chamados "Presidentes de Rua", voluntários que assumiram a função de monitorar e atender os casos de covid-19 (a cada 50 casas), além de ajudarem na entrega de marmitas, cestas básicas e outros serviços.

A comunidade de Paraisópolis integrada ao G10 Favelas e Central Única de Favelas – CUFA, grupos que reúnem lideranças de comunidades do Brasil, abriu um financiamento coletivo para arrecadar doações e custear a contratação de uma ambulância para os moradores de Paraisópolis. Durante quase um ano, entre março de 2020 e fevereiro de 2022, a União dos Moradores da Favela manteve ambulâncias privadas para socorrer quem apresentasse sintomas de coronavírus (Bernardo e Santos, 2021).

A organização "Mãos de Maria" da favela desencadeou cozinhas comunitárias e distribuição de alimento a cinco mil famílias. A importância da ação comunitária local no combate real ao coronavírus, diante da não execução das políticas públicas foi o que desencadeou o necessário enfrentamento à pandemia. A grande atuação da Cufa, G10, os artistas e outros demais parceiros responderam às necessidades da comunidade no enfrentamento à pandemia. Experiência da Cufa foi inédita na política de inclusão e pensamentos plurais. Uma moradora diz: "*Na pandemia fui mandada embora do trabalho e a Cufa foi*

a luz para a nossa vida. A favela foi acordada e a favela ajudando a si própria viu a força que tem".

A favela sempre teve tendência e se dividir em grupos sociais distintos; na pandemia muitas famílias não conseguiram se organizar a depender do trabalho que tinham e cujo fluxo foi interrompido. Os direitos sociais a serem garantidos por lei são inexistentes e, então, a solidariedade na favela foi muito importante. Um morador declarou: "*Você tem e o vizinho não tem. Às vezes quando você batia em uma porta com uma cesta básica, quem abria começava a chorar*". Outro morador diz: "*Houve uma desburocratização do atendimento... chegamos juntos rápido, sem deixar continuar a se reproduzir a fome, a desigualdade* [...]".

Na favela, em relação às crianças e educação, há baixa escolaridade. A mulher/mãe tem o olhar do cuidado. O ensino remoto não chega ao aluno da escola pública. A TV aberta teve mais alcance. Mas a aula virtual no celular é difícil e a internet é de baixa qualidade – e tal qualidade deveria ser um direito para todos. Focalizar o ensino na escola para essas crianças em que o fosso da desigualdade educacional já existia, tornou-se ainda maior premência. As pessoas tiveram que se conectar para se fortalecer e a mãe teve um papel enorme. Declaram: "*As mães estão sendo sobrecarregadas; na divisão das tarefas pesa para a mulher*".

Os depoimentos colhidos foram muitos: Negra Gizza (Instituto Locomotiva, 2020), liderança da Ação das Mães da Favela, declara:

> As mães não conseguem administrar o estudo dos filhos. Não são pedagogas e não estão preparadas para auxi-

> liar no ensino aos filhos, as crianças ficam assustadas com as notícias da TV, as contas/despesas aumentam na pandemia, há necessidade de mais comida em casa na pandemia, as crianças não podem sair e brincar, há pouco espaço para muita gente e, sem ventilação, ainda mais com o ventilador quebrado e sem dinheiro para consertar. A sanidade mental é abalada, a cabeça é destruída, não podem dar solução e as mães atuam. Se têm o dinheiro na mão ajudam a atender as famílias diante de uma necessidade imediata.

A desigualdade é grande e o privilégio do branco é sempre maior e teve que se iniciar com atitudes que mudassem essa realidade, aprendendo a olhar para os lados. "*Como posso contribuir*" [...]. Renato Meireles (2014) diz: "*É na favela que se tem o saber. É sentir a dor do próximo, estar lado a lado* [...]. *Escutem a voz das favelas. Favela não deve ser objeto de estudo, mas a protagonista*".

No seu estudo, Meirelles foi em busca de dados quantitativos e qualitativos obtidos nas favelas para ter credibilidade nos debates com a sociedade, por meio da parceria da Data Favela com a Locomotiva, evidenciando a realidade e a desigualdade existente. "*Furar a bolha é usar os espaços para divulgar os dados pesquisados e defender o direito da igualdade*".

Redes sociais de solidariedade no contexto da pandemia

Paraisópolis viveu novos modos de vida no decorrer da pandemia. Diante dos desafios sofridos nessa fase, para sobreviver conseguiu se reinventar. Celso Atayde, fundador da Cen-

tral Única de Favelas – CUFA, afirma: "*Na favela se seu vizinho tem comida você não passa fome*". A favela mostrou à sociedade que possui capital social, capacidade empreendedora e, diante do desafio pandêmico, por meio da mobilização social e comunitária dos seus moradores, desencadeou uma ação criativa nos moldes da economia solidária.

Foi desencadeada no espaço da favela, diante da covid-19, com atuação da Cufa, Gerando Falcões e G10, o "Movimento Panela Cheia Salva", lançando uma campanha emergencial de doações e transferências de renda – do Governo, de empresas e da comunidade em geral – para fazer frente à pandemia. Nesse processo houve o protagonismo dos próprios moradores que buscam a utopia do direito e da justiça.

Na favela há muita pobreza, mas também nela se gera riqueza. Na comunidade de Paraisópolis se produz moda, música, culinária, arte, *funk*, comércio, serviços, empregos, entre outros, mas também violência.

"*A favela hoje é o lugar onde o Estado não se instalou e, talvez por isso, passou a não ser mais tutelada, domesticada*" (Meirelles, 2014, p. 14). Tem protagonismo próprio assumido pelo ator social que ocupa o seu espaço e celebra parcerias e alianças com outros atores sociais. Vive um novo momento de abertura, maturidade, liberdade, solidariedade, criatividade e invenção e constrói espaços de diversidade.

A pandemia viabilizou essa metamorfose rompendo a lógica de dominação e aí se buscou estabelecer lugares mais dignos para os pretos e pobres, celebrando enfrentamentos diante da clara política de segregação existente nas comunidades vulnerabilizadas (Meirelles, 2014, p. 25). Nesse novo contexto, a

economia dentro da favela se intensifica até o mercado imobiliário se aquece e uma casa na favela pode custar 200 mil reais.

Deu-se a criação dos negócios legais, como também os não formais. Desencadeia-se a implementação de comércio próprio, a renda aumenta, cria-se moda, abrem-se institutos de beleza, surgem academias de ginástica, o dinheiro circula com abertura de Bancos e há maior consumo de eletrodoméstico, arte, música e novas tecnologias.

A dinamização da economia na comunidade pode oferecer o turismo no morro, Hostel na Favela, comércio de alimentos, eventos musicais e gastronômicos, fast-food e cuidados ambientais, fazendo o dinheiro se multiplicar localmente.

Há capital social, pois devido à necessidade "*o povo aprende a se virar*" e abrir negócios criativos.

Os bancos comunitários e populares viabilizaram crédito para pequenos empreendimentos[2] com incubação de novos negócios, protagonizados por ONGs, com o apoio do Sebrae, oferecendo abertura de projetos como o carteiro amigo, viagens turísticas "Vai voando" e outros pequenos negócios. MEI(s) e novas fontes de oportunidades fazem crescer a sociedade do consumo em que a favela se reinventa, pulsando eco-

2. Ricardo Antunes adverte sobre o discurso ideológico do empreendedorismo dizendo que funciona como falácia, empulhação ideológica os "novos empresários" [...] (problematizar a questão – ver no site do Observatório das Metrópoles o debate...). A solidariedade é utilitarista, ou associativista, ou de valores, transformadora ou subordinada ao capitalismo? Compete com o mercado? É funcional ao mercado ou é transformadora? Como fortalecer esse eixo em um subsistema? Há diversidade de práticas solidárias... Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES; pode estar voltada para a desmercantilização da vida? Está na esfera mercantil ou na esfera pública de trocas recíprocas?

nomicamente. De problema social e moradia vulnerabilizada para muita gente, passa a ser fonte de oportunidades fora da centralidade urbana (Meirelles, 2014).

Na favela há um mundo de oportunidades, é um celeiro de inovações que podem ser implantadas, mas que, por outro lado, segundo Celso Atayde (CEO do Projeto Favela Holding)[3], "*é preciso dialogar com a linguagem certa, pois a favela não quer ser catequizada, ela quer a melhor versão de si mesma*".

Na favela existem acessos ao ensino fundamental médio e técnico, este último pela ETEC de Paraisópolis. Os jovens ingressam nas universidades, via cotas, Prouni, FIES e ENEM. O IDH da favela vem crescendo e no seu espaço se promovem eventos culturais, como os saraus, na Cooperativa Cultural da Periferia – Cooperifa, o Cinema na Lage, a Chuva de Livros, Sarau nas Escolas, conforme Vaz (*apud* Meirelles, 2014). Vaz diz: "*Nas bordas da cidade, o artista tem que ser ativista. Sua arte mistura educação e entretenimento, tem luta, sangue e suor*".

Desse modo, arte, grafite, educação, entretenimento, eventos, shows, funk, basquete de rua, produção e feira de alimentos orgânicos, justos e saudáveis pipocam em Paraisópolis. A favela se transforma em reduto de veículos automotores, vivência viva da cultura e sociabilidade, também em espaços

3. O Projeto Favela Holding foi criado no dia 20 de fevereiro de 2013, por Celso Athayde, fundador da Central Única de Favela – CUFA. O projeto surge a partir do reconhecimento da necessidade de se mudar a raiz econômica das Comunidades, que normalmente têm como base a economia informal, que são, por exemplo, os vendedores ambulantes. O projeto vem da necessidade de se manter uma revolução social, na esfera econômica, gerando capital nas Comunidades, formando-se empreendedores e dando maiores chances de que haja mais empregos para o local.

como o Céu de Paraisópolis que oferece à comunidade um rol de cultura, esportes, lazer e serviços. Nos eventos de rua há roda de samba, bares, o pancadão nos finais de semana, atraindo a população de várias localidades de São Paulo que adentram na madrugada.

Aí são celebrados eventos que "*dependem de autorização da polícia e também dos líderes do tráfico. Afinal, de maneira silenciosa, as organizações criminosas seguem presentes nas comunidades*". [...] "*A favela se reinventa, empurra o novo – inexoravelmente – para o resto da cidade. Ela ensina e aprende*" (Meirelles, 2014, pp. 114-116).

Segue fala de moradora de Paraisópolis (Meirelles, 2014, pp. 159-160):

> A vinda dos bancos e das Casas Bahia para cá mudou a imagem da comunidade. O pessoal dos Jardins, Moema, Vila Mariana, dos locais onde eu trabalhava, pensava que só vivia bicho aqui, gente carente. Perguntavam: você não tem medo de morar lá, não? Esse comércio, mais a urbanização, trazem uma melhoria. Aqui não é mais uma comunidade perigosa. [...] Assiste-se hoje a um *boom* imobiliário. Hoje tem casa custando até 200 mil aqui em Paraisópolis.

A diversidade do empreendedorismo é intensa: rádio local, associação de moradores, ongs. locais, Mãos de Maria, hortas comunitárias, marmitas, startup faz serviços de entrega em Paraisópolis com o sentido de se reinventar na pandemia. A Empresa Favela Brasil Express oferece ao morador que faz compra pela internet a intermediação da Empresa na

entrega, haja vista a ausência de CEP e o endereçamento sem sequência de números corretos dentro da favela, o que impede o uso dos Correios. Foram criados o Unicórnio das Favelas, a Bolsa de Valores das Favelas e a Vila de Natal por ocasião das festas de final de ano.

Está presente na luta cotidiana a resiliência, com as redes de solidariedade. Um exemplo dessa mobilização é a criação, não existente antes da pandemia, do vale-mãe para todas as mães da favela. Elas se reuniram e redividiram entre elas a cota recebida.

Na favela a crise não é exceção; é a regra cotidiana; daí a solidariedade e a criatividade.

> Se a favela necessita urgentemente das facilidades e dos engenhos do asfalto, não nos parece incorreto afirmar que o asfalto, muitas vezes afogado em interesses mesquinhos, precisa importar saberes e valores da favela. Se o país dos brasileiros pretende ser justo e melhor, convém valorizar o lugar da favela, convém estimular o espírito da sua arquitetura (Meirelles, 2014, p. 165).

A pandemia (2021-2022) demonstrou essa realidade à sociedade brasileira!

Considerações finais

Segundo o IBGE, o total de favelas no Brasil mais que dobrou na última década, saltando de 6.329 para 13.151. Com maior desemprego e a queda da renda, moradores de padrão urbanístico irregular e sem saneamento básico eram 5,1 mi-

lhões em 2019, dado este recente. O número é mais um reflexo do aumento da pobreza no país.

Em valores mensais em 2021, a linha da pobreza nas metrópoles brasileiras é de cerca de R$ 465,00 per capita e, no mesmo ano, a linha de extrema pobreza é de R$ 160,00 (Salata e Ribeiro, 2022).

Em São Paulo, o número de pobres quase dobrou de 2014 para 2021, passando de cerca de 2 milhões para 3,9 milhões. A taxa de pobreza na região metropolitana pulou de 9,5% para 17,8% no mesmo intervalo. Já o grupo em pobreza extrema em São Paulo saltou de 381,4 mil em 2014, para 1,03 milhão em 2021. A taxa aumentou de 1,8% para 4,7% da população total (Vieceli, 2022).

Por sua vez, o ano de 2022 marca o retrocesso alimentar no Brasil ao mesmo patamar de quase 30 anos atrás. Atualmente, 33 milhões de pessoas passam fome no país (Rede Penssan, 2022).

Nas favelas e fora dela, ou seja, na sociedade como um todo, temos desigualdades históricas em nosso país que nunca foram resolvidas nas relações rural e urbana, nas questões de gênero, de cor, de raça e de escolaridade, entre outras. Essas desigualdades se reproduziram na pandemia agravando a questão da fome.

Vive-se uma instabilidade econômica e social, que foi afetada pela pandemia e que atingiu uma parcela expressiva da população, que já se encontrava em uma condição desfavorável.

Segundo consultor da ONG Internacional ActionAId, três das principais causas do aumento da fome no país são o empobrecimento da população, o desmonte das políticas sociais e de abastecimento e a crise climática (Mena, 2022).

O referido consultor ainda nos diz que: "*tivemos uma elevação muito forte do desemprego e um processo de precarização do trabalho, com o crescimento da informalidade. Soma-se à perda de renda a inflação dos alimentos*" (Mena, 2022).

Diante deste cenário, vale dizer que a cidade de São Paulo, embora vivendo um momento especial em sua história, com a coexistência de crises econômicas, sociais e pandêmicas, cria sujeitos periféricos, que vêm protagonizando um novo ciclo de lutas urbanas, sendo nas favelas e para elas que esses sujeitos emergem, com muita força e criatividade, para combater a pobreza e promover a inclusão social, de uma população que historicamente produz riqueza com seu trabalho, mas é alijada dela na maior cidade do país.

A comunidade de Paraisópolis foi, na pandemia, um exemplo de solidariedade e tem sido um caso especial de luta no combate à pobreza, juntamente com ONGs, institutos, fundações, empresas e associações, que acreditam no potencial das favelas e de seus moradores. Preto Zezé, diz:

> A gente não pode aceitar mais que a favela seja vista como aquele grande safári ou laboratório, e os favelados como camundongos que vão ser pesquisados. Ao mesmo tempo, temos que qualificar para fazer o '*translation*' do favelês para a linguagem do homem branco do asfalto (Barbon, 2021).

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (2022). *Capitalismo pandêmico*. São Paulo, Boitempo.

ATHAIDE, C. (2014). *Um país chamado favela: a maior pesquisa feita sobre a favela brasileira*. 3ª. ed. São Paulo, Editora Gente.

BARBON, J. (2021). Entrevista Preto Zezé. In: *Folha de S.Paulo*, Cotidiano.

BERNARDO, J.; SANTOS, C. (2021). In: *Folha de S.Paulo*, Cotidiano.

BIIL, M. V. ATHAYDE, C. (2007). Documentário. *Falcão-Mulheres e o tráfico*. Objetiva.

DATA FAVELA (2013). *Radiografia das favelas Brasileiras*.

DAVIS, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo.

FIORATTI, G. (2022). *Folha de S.Paulo*, Cotidiano.

GOHN, M. G. (2010). Morumbi: o contraditório bairro-região de São Paulo. In: *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, nº. 59, pp. 267-281.

INSTITUTO LOCOMOTIVA (2020). *Fórum Data Favela – Favela no Combate ao Coronavírus*. Central Única das Favelas (CUFA), Instituto Locomotiva e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Youtube, 24 jun. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ij2cXjXVc94. Acesso em: 20 out. 2023.

KOGA, D. (2011). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. 2ª edição. São Paulo, Cortez Editora.

KEHL, L. (2010). *Breve história das favelas*. São Paulo, Editora Claridade.

LEFEBVRE, H. (2001). *Direito à cidade*. São Paulo, Centauro.

MENA, F. (2022). *Folha de S.Paulo*, Cotidiano.

REDE PENSSAN (2022). *2º Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*. Disponível em: https://ebbs.short.gy/HoB89c. Acesso em: 20 out. 2023.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. (2022). *Boletim Desigualdade nas Metrópoles*. Porto Alegre/RS, nº. 9. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, M. (1992). *O espaço do cidadão*. São Paulo, Livros Studio Nobel.

VALLADARES, L. P. (1978). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

VIECELI, L. (2022). *Folha de S.Paulo*, Mercado.

ZEZÉ, P. (2013). *Selva de pedra: a fortaleza noiada/Preto Zezé*. Fortaleza, Expressão Gráfica.

Pandemia e vidas nas ruas em São Paulo

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi
Marisa do Espírito Santo Borin

Introdução

Com a pandemia da covid-19, as condições de vida dos grupos mais vulneráveis de nosso país foram expostas, especialmente dos que residem nas ruas dos grandes centros urbanos, que emergem como um dos principais protagonistas da vida social em condições de extrema privação. A emergência sanitária deixou exposta também a face política do desmonte da seguridade social em curso, uma vez que as políticas de assistência social do SUAS foram subjugadas e descaracterizadas das suas funções protetiva e defesa de direitos. Tem como característica central, conforme Decreto Nº 7.053/2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

> [...] a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degra-

> dadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Assim, destaca-se para este segmento populacional a severa dificuldade em garantir o distanciamento social e o acesso a insumos para a sobrevivência e a itens para higiene, pela paralisação dos comércios, do fluxo convencional de pessoas nas ruas e do funcionamento dos estabelecimentos e serviços de alimentação, fragilizando a segurança alimentar, a geração renda e acesso aos recursos da sobrevivência dessa população.

Em 2019, segundo censo realizado na cidade de São Paulo, foram contadas 24.344 pessoas em situação de rua e em 2021 foram identificadas 31.884 vivendo nas ruas ou acolhidos em serviços socioassistenciais (Qualitest/SMADS, 2021). Representando uma taxa geométrica de crescimento de 14,4% ao ano entre 2019 e 2021, sendo que entre 2015 e 2019 essa taxa era de 13,9%a.a. e de 2009 para 2015 era de 2,6%a.a.

Tabela 1 – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo, por Rua e Acolhido, entre 2000 e 2021.

PERÍODO	RUA	ACOLHIDOS	TOTAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
2000 e 2009	3,1	7,5	5,1
2009 e 2015	1,8	3,2	2,6
2015 e 2019	16,9	11,0	13,9
2019 e 2021	23,2	4,1	14,4

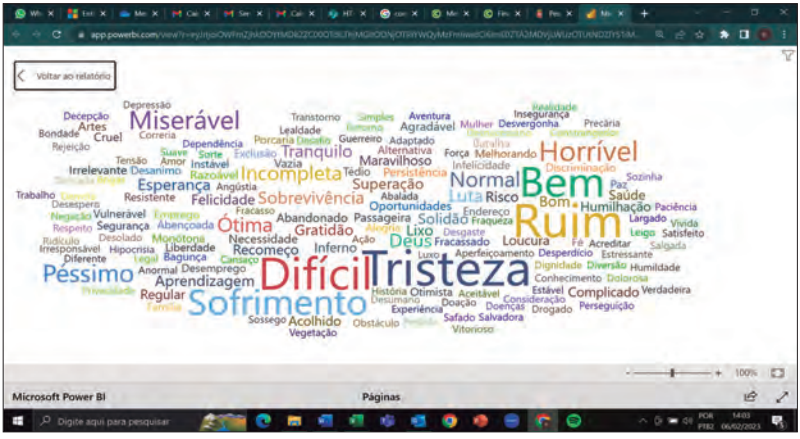
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, Coordenadoria do Observatório da Vigilância Socioassistencial – COVS, e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE em 2000, 2009 e 2015; e Escola de Sociologia e Política, em 2011; e Qualitest Inteligência em Pesquisa (Qualitest) em 2019 e 2021.

A pesquisa censitária, em sua fase amostral, revelou também, um aumento de pessoas vivendo nas ruas pela pandemia, sendo os principais fatores, o desemprego, a insegurança habitacional (dificuldade em pagar aluguel), entre outros. Contudo, é fundamental apontar que a crise econômica é o principal fator, fortemente sentida no Brasil a partir dos anos de 2014 e agravada pela pandemia.

Segundo a teoria sociológica de Bourdieu as relações de poder na sociedade se dão tanto pela condição social como pela posição dentro de um dado segmento. Isso significa entender que a vida dos sujeitos é marcada pela hierarquia e distância, tanto entre segmentos sociais diversos como entre os sujeitos dentro de um mesmo segmento.

O fenômeno da população em situação de rua é um subproduto das relações de classe e de poder no capitalismo. Por isso, vê-se a expressão dessa desigualdade nos mais variados centros urbanos pelo mundo. As condições materiais, o acesso aos direitos, as possibilidades de participação, de voz e vez, etc., definem essas condições de existência. O próprio sistema e a estrutura de classes estabelecem as formas de sobrevivência, sendo uma delas a situação de rua. Neste caso, a ausência de moradia regular, de um emprego estável, com rendimento insuficiente, são exemplos da condição social que se somam às dificuldades de manter os laços familiares, manutenção da saúde mental e por decorrência a dependência ou uso abusivo de substâncias psicoativas, o acesso a serviços etc.

Figura 1 – Município de São Paulo: nuvem de palavras de "*Como descrevem sua vida na rua ou em centro de acolhia*", 2021.



Fonte: Pesquisa amostral de identificação das necessidades, Qualitest/SMADS, 2022.

A vida nas ruas é marcada por violências e negociações, pelo embate entre a aceitação e a resistência aos diferentes estereótipos, aos diferentes rótulos. As territorialidades da população de rua se fazem nos espaços percebidos como "vazios", se fazem nos "não territórios". A rua vira "casa" a partir de uma ressignificação que se faz do espaço público dada pela necessidade de sobrevivência. Ressignificação que resiste à institucionalização e às violências (física e simbólica) do poder público, da população residente, da iniciativa privada e dos serviços de acolhimento. Com idas e vindas, "ser da rua" é conhecer suas regras e adaptar-se a elas para ali sobreviver (Lanfranchi, 2022). Por isso mesmo envolve conhecimento e capitais em disputa.

A grande maioria da população de rua persegue regularmente um leque de estratégias para a sobrevivência, dentro de um raio de ação delimitado, mobilizando-se espacialmente na cidade, em função de atender suas necessidades básicas, quer de obtenção de rendimentos monetários, quer de alimentação, vestuário, de higiene, entre outros. É, portanto, uma população móvel e heterogênea que circula geograficamente em função de condições econômicas, culturais e sociais diferenciadas (Borin, 2003).

A vida na rua é frequentemente permeada por uma condição de incerteza. Não há garantias de que o que facilitou a sobrevivência hoje funcionará amanhã. Todo dia é um novo refazer em busca da sobrevivência, o que torna a vida extremamente fragmentada. É essa situação que dá à vida das pessoas nas ruas um caráter distinto de outros segmentos da pobreza urbana (Borin, 2003). Ou seja, envolve o conhecimento acumulado de recursos da sobrevivência (pontos de concentração, feiras de rolo, pontos de distribuição de alimentação etc.) que

vão definir a sua capacidade de resistir à institucionalização (Lanfranchi, 2022).

A rua traduz-se também em potencialidade, pois segundo Frangella (2016):

> Habitar as ruas, fazendo delas o seu lugar de trabalho, de moradia e de sociabilidade, significa contrapor-se á ideologização da cidade contemporânea, ameaçados física e simbolicamente por serem vistos "fora do lugar", constituindo novas e moventes territorialidades nas ruas, e criando um duplo movimento de exclusão e vivência nômade.

A situação de rua dentro da dimensão do território, a partir de uma análise do ponto de permanência ou concentração, possibilita a compreensão do território urbano como espaço privilegiado para caracterizar os capitais sociais, simbólicos e monetários – pontos e áreas para renda, moradia, socialização etc. –, como lócus estratégico de análise da situação de rua inserida na dinâmica geral da cidade e dos movimentos do capital. Segundo Milton Santos (2014, p. 11):

> [...] certas noções consagradas, como a rede urbana ou a de sistema de cidades, não tenha validade para a maioria das pessoas, pois o acesso efetivo os bens e serviços distribuídos conforme hierarquia urbana depende do seu lugar socioeconômico e também do seu lugar geográfico.

É a partir desta perspectiva que se busca compreender as territorialidades da situação de rua dentro do debate urbano e

alinhado à crítica das políticas habitacionais de interesse social, hoje focadas na noção de propriedade e distantes da lógica de serviço púbico. Partindo do entendimento de que o lugar significa acesso, ao mesmo tempo mobilidade urbana e social, é que se faz a presente proposta de compreender os impactos da covid-19 nas vivências da situação de rua.

Histórico das pesquisas e ofertas voltadas para a população em situação de rua

Cabe aqui um importante destaque para o acúmulo de conhecimento, metodologia e visibilidade que vem sendo dada à população em situação de rua no município de São Paulo, através da realização de Censos e de pesquisas de perfil amostral, que já somam mais de 20 anos (Ferreirinho e Lanfranchi, 2020).

Em resumo, as pesquisas dos anos 1990, realizadas pelos servidores e limitadas ao centro tradicional, levaram à necessidade de se pensar novas formas de acolhimento (criticando o modelo Cetrem, que até uniforme tinha, com arquitetura típica de presídio). Depois nos anos 2000, adotando metodologia hoje exportada para outros territórios nacionais, tem-se como impacto os subsídios para o debate e construção dos padrões de oferta, incluindo a dimensão da aquisição dos usuários. O exemplo emblemático disso é o projeto Oficina Boraceia de 2002 focado no catador, espaço para cachorros, carroças etc. Também os espaços de convívio e acolhimento com trabalhos voltados ao estímulo à formação de lideranças políticas.

A pesquisa de 2003 permitiu a consolidação da Norma Técnica com padrões de ofertas, passando a incluir o processo

de concorrência pública, hoje presente no território nacional, na forma do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que regula a relação de parceria – MIROSC. Também servindo de referência para a construção nacional de Tipificação de Serviços Socioassistenciais.

Em 2005 a pesquisa de avaliação dos "Albergues" ocorreu ao mesmo tempo em que se observa uma atuação quase totalmente focada no acolhimento do tipo "casa de passagem". É aqui que se pode dizer que nasce uma atuação socioassistencial que se resume na vaga, como um fim em si mesmo, quando na verdade deveria ser o começo de um processo de experimentação e conquista dos direitos.

A pesquisa de 2007 focada na criança e adolescente em situação de rua, permitiu a construção de um fluxo integrado de atendimento entre serviços de proteção social média e básica, bem como com o benefício PETI. Constituindo um sistema de trabalho em rede de um conjunto de ações intersecretariais com foco na proteção à infância.

Em 2009 há um contexto de disputa política por visibilidade e reconhecimento, marcado pelo 1º Encontro Nacional que resultou, felizmente, no Censo Nacional e na Política Nacional. Também com a construção de um formulário específico para esse segmento para inserção no Cadastro Único de Assistência Social – CadÚnico e seus benefícios. Já em âmbito municipal, resultou no alinhamento da tipificação municipal à luz da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (ineditismo com alinhamento entre padrões de ofertas, de custo e de indicadores e metas de monitoramento e avaliação) e ampliação de cadastros no CadÚnico. Além disso, promoveu

uma significativa diversificação das ofertas, especialmente na modalidade de "serviços de acolhimento".

Em 2011 a pesquisa foi de "gabinete", o que levou a uma baixa adesão por parte do corpo técnico, tanto na elaboração da metodologia como em suas implicações. Disto resulta, o reforço da manutenção do foco no acolhimento institucional massivo, como a principal resposta da política de proteção social.

Em 2015 passou-se a incluir na pesquisa a etapa de "Identificação das necessidades" considerando recortes específicos de perfis mais vulneráveis dentro da situação de rua. Além disso, a identificação da questão de gênero, LGBTQIA+, que resultou na percepção de sua extrema vulnerabilidade e a construção do primeiro serviço de acolhimento específico, integrado ao Pronatec e outros benefícios complementares de renda específicos para esse público. Além disso, houve ampliação das ofertas de atendimento aos Idosos (Centro Dia, ILPI, além de Centro de Acolhida Especial para Idosos e Repúblicas).

Em 2019, temos o reconhecimento e crítica da centralidade no serviço de acolhimento, por isso, passamos a aprofundar o olhar para as repúblicas como reconhecimento das possibilidades de reordenamento e a experiência frustrada de pensar serviços habitacionais. Além disso, passamos a incorporar as variáveis que captam em parte os recursos de sobrevivência nas ruas (onde consegue água para banho, sapatos etc.).

A última pesquisa de 2021, aprofunda e refina as estratégias de amostragem para um olhar das necessidades, que vê reforçada na fala dos sujeitos que a trajetória até a rua é resultado de insegurança monetária e habitacional. Os seus resultados têm servido de referência para a ampliação das ofertas, em

especial, às famílias (com as mais variadas composição), dando origem ao modelo de rápida implantação de unidades de moradia temporárias (projeto denominado "vila reencontro").

De todo modo, a utilização dos resultados das pesquisas depende muito do modelo de gestão, da adesão por parte da sociedade civil à crítica entre a realização da pesquisa e atendimento socioassistencial. É preciso dizer que essas pesquisas são realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, mas de uso e fundamento para o conjunto intersetorial das políticas para a situação de rua.

As condições das ofertas e a percepção dos profissionais do SUAS[1] e dos movimentos da população em situação de rua durante a pandemia

As desigualdades brasileiras se expressam também na estruturação de políticas públicas permeadas pelas moralidades e focalidades, nas formas de atendimento e reconhecimento desta parcela desprovida, como na distribuição dos recursos entre os territórios urbanos. É urgente a defesa do SUAS, pois o desmonte em curso se soma à conjuntura da covid-19, representando agravamento da desproteção, aprofundamento da miserabilidade, perda de dados e de vidas. O SUAS é muito caro à defesa de direitos dos sujeitos em situação de rua, ainda que o Modelo de atenção esteja inadequado na sua execução, pois se constitui em um sistema de portas de entrada, sem portas de saída, ou seja, que acaba por institucionalizar e, portanto, silenciar os sujeitos.

1. Sistema Único de Assistência Social.

Quando vemos alguém morando na rua, temos materializada a certeza da desigualdade social na sociedade. O incômodo resultante desse encontro se manifesta de formas diversas, alguns pela solidariedade, outros pela benevolência e outros ainda pela violência.

A rede socioassistencial ficou cada vez mais diversificada para dar conta da heterogeneidade de perfis dessa população, por exemplo mulheres gestantes, famílias, idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, homens e mulheres trans etc. Mas o modelo escada segue prevalecendo na execução dessas ofertas, estabelecendo que primeiro o sujeito é abordado, depois passa a ter uma relação pontual de pernoite em serviços de acolhimento com alto grau de tutela, depois dada a sua frequência e relações estabelecidas no serviço ele passa a ser candidato para centros de acolhida especiais e depois, conforme consegue organizar a sua vida financeira, passa a ter acesso às repúblicas. Se considerarmos as dinâmicas da rua e a importância da segurança habitacional para os demais aspectos de organização da vida (higiene, alimentação, emprego, acompanhamento de saúde, escolarização etc.) o acesso deveria ser medido pelas necessidades particulares e não ter uma única porta de entrada.

Na perspectiva do atual debate sobre "moradia primeiro" ou "*housing-first*", não como modelo de serviço, mas como princípio, pode-se identificar três tipos de vagas: aquele modelo mais tradicional de albergue, grandes galpões com beliches; depois os centros de acolhida especiais com quartos com dois ou três beliches ou até mesmo quartos individuais; e as Repúblicas ou projetos recentes como Família em Foco e Vila Reencontro,

de maior autonomia (eles que organizam a limpeza, a alimentação etc.), com quartos com dois ou três beliches ou individuais (por unidade familiar). A grande maioria das ofertas está na primeira modalidade, seguido da segunda e depois a terceira. Quando olhamos os custos mensais vemos que a primeira modalidade tem um custo médio per capita por vaga inferior, a segunda e próxima do terceiro, mais especificamente, superior ao modelo República. Ou seja, trata-se de uma orientação ético-política das ofertas e, portanto, da atuação do poder público.

A quantidade de vagas segue sempre insuficiente. O que vínhamos vendo nos últimos anos era uma expansão da rede de acolhimento, especialmente na modalidade albergue, onde a privacidade não existe, a tutela é maior (tem hora para comer, tomar banho etc.), a guarda de pertences é limitada, sendo a capacidade de atendimento pelos profissionais de nível superior mais restrita, entre outros aspectos.

No município de São Paulo, foi entre 2009 e 2015 que a quantidade de acolhidos superou a quantidade de pernoitando nas ruas, o que não permaneceu nos censos seguintes. A demanda é infinita, pois o sistema segue continuamente expulsando sujeitos do setor produtivo pelo aprofundamento da precarização e tornando a condição de insegurança habitacional insustentável.

Existem regras para acessar e para permanecer nos serviços de acolhimento institucional, seja nas tipologias Casas de Passagem, seja em Serviços de Acolhimento ou em Repúblicas. O acesso muda em cada gestão. Também há regras em cada serviço, como por exemplo, alcoolizados não entram, se faltar duas vezes será desvinculado etc. Ou aqueles que estão "res-

tritos por mau comportamento". Aí começamos com as regras dentro dos serviços.

A mediação deve problematizar esses limites e buscar outros paradigmas na perspectiva da autonomia e protagonismo com respeito aos princípios de solidariedade. Mas na maioria dos casos temos uma inadequação do perfil real da população e o desejado para o convívio nos espaços, a maioria dos serviços querem "o bonzinho" e não o "questionador", querem aqueles que aceitem facilmente as regras e a institucionalidade.

Também existe o grau de vinculação com a vaga. São Paulo criou um termo "pernoite" e "vaga fixa", aquele que se fizer presente sempre e com "zelo" se torna vaga fixa. Isso é uma distorção total do propósito do serviço de acolhimento emergencial. No limite todos deveriam ser "pernoite", mas a rede foi criando categorias de assiduidade e comportamento para garantir a diversidade. Estamos falando de uma população que em sua maioria, pela própria condição, vivencia a situação de saúde mental, e, portanto, isso não deveria ser uma barreira de acesso ao acolhimento.

Para aprofundarmos o entendimento sobre o desmonte das políticas de assistência social no contexto da pandemia por covid-19, buscou-se três formas de colher a percepção dos principais atores deste campo. Uma que fazendo uso dos dados oficiais dos "Planos de Ação", ainda que de forma breve, para fins deste artigo, revelam uma orientação da atenção social em nível nacional. Uma outra, por meio de roda de conversa com líderes e representantes nacional, regionais e locais do Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPSR. De forma complementar, outra com a aplicação de

formulário de pesquisa on-line divulgados nas redes sociais e em canais de comunicação específicos desses profissionais. Os principais resultados estão aqui sistematizados como uma estratégia de reconhecimento da importância de vossas atuações na perspectiva de proteção à vida, ainda que em contexto de condições inadequadas, precarização, desmonte e filantropia. Principalmente, como forma de dar voz aos sujeitos violados que vivem em situação de rua.

Um olhar mais geral para as ofertas socioassistenciais para a população mais vulnerável revela uma capacidade de atendimento já comprometida da rede instalada em atender as exigências da pandemia. As condições de acesso e manutenção estavam em processo de desmonte pela precarização quando os primeiros casos de covid-19 foram registrados. Assim, a inadequação reforça a percepção de urgência do no reordenamento dessas ofertas. O reclame dos usuários sobre a ausência de privacidade, de muita tutela etc., agora é amplificada e reconhecida por uma parcela maior da sociedade.

Contudo, há de ser reconhecido o importante papel de proteção à vida que esses modelo de atendimento promove e promoveu. É nesse sentido também oportuno diferenciar que "proteger a vida" não significa automaticamente "defender a vida", pois a defesa pressupõe reconhecê-los como sujeitos de direito, como agentes históricos dotados de autonomia e liberdade.

A superação do modelo "escada" reside na possibilidade de reordenamento da oferta, diminuindo a participação dos serviços de menor autonomia ("Casa de Passagem") para serviços de maior autonomia e respeito às suas particularidades e privacidade ("Repúblicas").

Neste sentido, uma análise do "Plano Nacional de Ação" revela um reforço de desproteções históricas. O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Social – SEDS por meio de Portaria nº. 369/GM/MC, de 29 de abril de 2020, permitiu a abertura de adesão para o repasse emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais nos diferentes níveis federativos devido à situação de emergência imposta pela covid-19.

O "Plano de Ação" sendo um instrumento de planejamento e de financiamento, nos permite identificar em escala nacional as ações socioassistenciais de enfrentamento da pandemia. Os dados nacionais dos censos SUAS e os dados resultantes dessa pactuação revelam que 21% das unidades de acolhimento de adultos e/ou famílias existem há mais de 21 anos. Também que 65,7% são executadas por organizações da sociedade civil e 49,3% possuem convênios ou termos de parceria. Além disso, que 76% das unidades e 68% das vagas estão focalizadas na população adulta (de cada dez acolhimentos para adultos ou famílias, sete são focalizados na situação de rua).

Outro aspecto histórico que merece destaque é a desassistência, pois a defasagem prévia da capacidade da rede instalada se soma ao aumento de demanda posto pela pandemia, assim resultando em maior desassistência e desproteção. Considerando as estimativas de 32 a 45 mil pessoas em situação de rua em todo o Brasil, têm-se 514 unidades e 30.656 vagas nas modalidades "casas de passagem" e "abrigos institucionais", 38 unidades e 635 vagas em "*Repúblicas para adultas(os) em processo de saída das ruas e 29,6% das unidades de acolhimento de*

adulto(as) e/ou famílias têm mais de 10 pessoas no mesmo dormitório (representando insalubridade e não privacidade)".

Os dados do "Plano de Ação Nacional", em que 2.895 dos municípios brasileiros foram contemplados (52% dos municípios), revelam um enfoque na oferta de alimentação e Recursos Humanos, deste modo suprindo deficiências previamente existentes. Neste sentido, há um reforço dessas distâncias sociais históricas, quando os recursos emergenciais são destinados para atender necessidades básicas já desassistidas e um reforço de desigualdades territoriais dada pela centralidade dos investimentos nas regiões sudeste e sul, bem como capitais e metrópoles.

De todo modo, é oportuno reconhecer que esse recurso emergencial permitiu a expansão de 89 mil vagas para adultos e famílias, sendo 9.958 vagas exclusivas para a população adulta em situação de rua (11,2% do total). Desse total, 51,2% em contratos de hospedagem, 21,8% foram na modalidade Acolhimento (Alojamentos provisórios, Abrigos Institucionais e Casas de Passagem), 17,7% em Repúblicas e 9,3% em moradias provisórias. Assim, apesar de ver reforçada a prevalência de modelo de acolhimento de menor sobre os de maior autonomia, tem-se a ampliação da experiência de hospedagem e de moradias provisórias que não está na tipificação nacional de serviços socioassistenciais e compõe a intersetorialidade com habitação. Contudo, as experiências de hospedagem não parecem ser suficientes para superar a permanência da atuação focada em modelos de tutela e institucionalização.

Cabe também identificar que a maior expansão de vagas se deu nas regiões sudeste e sul (representando 59,3% das

vagas), mais especificamente: em Minas Gerais (1.579 vagas), Paraná (1.333 vagas), São Paulo (1.208 vagas). Um olhar territorial para as Modalidades revela que o acolhimento esteve mais presente em Minas Gerais (710 vagas), São Paulo (224 vagas) e Goiás (com 173 vagas). Já as Repúblicas estiveram mais presentes no Paraná (543 vagas), São Paulo (256 vagas) e Minas Gerais (143 vagas). Enquanto o Contrato de hospedagem esteve mais presente em São Paulo (703 vagas), Paraná (617 vagas) e Minas Gerais (548 vagas). Por fim, a Moradia Provisória em maior número se destaca Minas Gerais (548 vagas), Rio Grande do Sul (449 vagas) e Mato Grosso do Sul (47 vagas).

Infelizmente não é possível o desmembramento dos dados para investigar o investimento específico para atendimento da população em situação de rua. Contudo, foram investidos R$ 573.199.560, sendo 24% para o estado de São Paulo, 15% para Minas Gerais, 8,7% Paraná, 7,2% no Rio Grande do Sul, 6% no Rio de Janeiro, 5% em Santa Catarina e Bahia.

Dentro das naturezas desses investimentos destacam-se 20% foram para alimentação, 18,9% para contratação de Pessoa Jurídica, 10% para pagamento de Recursos Humanos (direto e parceiros), 10% para aquisição de bens de consumo e 5,5% para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

Os dados sobre as "*Ações de alimentação e outros itens básicos*" revelam que 14,5% dos municípios investiram em medidas preventivas que assegurassem proteção e evitassem a propagação em entre acolhidos e 15,7% para não-acolhidos. Também se identifica que 32,8% dos municípios utilizaram o recurso junto à rede parceria de atendimento de acolhidos e 51,4% dos municípios tiveram ações junto a rede parceria para não-acolhidos.

No município de São Paulo a expansão da rede de acolhimento Emergencial resultou em:

- 588 em oito equipamentos emergenciais em centros esportivos e imóveis cedidos pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- 486 em Centros Educacionais Unificados – CEU;
- 207 em um Centro de Acolhida Especial para Idosos;
- 2 Centros de Acolhida específicos para isolamento de suspeitos/confirmados da covid-19 (com acompanhamento em saúde das equipes do consultório na rua e realização de coleta de exames PCR para diagnóstico de covid-19);
- restaurante Popular Bom Prato – 8 mil cartões pelas equipes do Serviço Especializado de Abordagem Social – SEAS;
- 1 Núcleo de Serviço (Sé) – 200 pessoas;
- diversificação – hotéis (aditamento de centro de acolhida idosos);
- 430 vagas para acolhimento de idosos em situação de rua já inseridos na rede socioassistencial em oito estabelecimentos hoteleiros.

Para compreender a capacidade de atendimento da política no enfrentamento à pandemia é preciso reconhecer as ações de abertura e fechamento de serviços continuados. Permitindo

assim, diferenciá-las das ações emergenciais, que deverão ser encerrados ao término do período da calamidade sanitária. Por isso, entende-se oportuno destacar que para a expansão da proteção social de alta complexidade, comprometeu-se a proteção social de média complexidade, onde para cada seis vagas de alta, uma de média foi diminuída. Também houve impacto na proteção social básica, pois foi a primeira vez na história da cidade de São Paulo que se assistiu a redução de vagas e unidades de proteção social básica. Por isso, podemos afirmar que: o desmonte em curso foi agravado na pandemia, levando a desproteção socioassistencial.

Considerando os serviços continuados, verifica-se uma redução dos investimentos totais. Destaque deve ser dado, em especial, na proteção social básica. Ainda que não seja algo específico da situação de rua, deve somar-se aos efeitos de aumento de demanda, refletindo na proteção social de alta complexidade. Pois, como revela o censo de crianças e adolescentes em situação de rua de 2022, do total identificado 73,13% estão em trajetória de risco. Ou seja, a ausência de provisão de melhores condições materiais e segurança habitacional aumenta o grau de exposição à rua e, portanto, aos riscos e agravos decorrentes desta.

Os dados levantados, entre 14 de dezembro de 2020 e 2 de abril de 2021, junto aos 53 trabalhadores, reforçam a perspectiva de desassistência. A sobrecarga e rede defasada é uma queixa recorrente frente a demanda existente e, mais ainda, diante de seu aumento posto pela pandemia (indicado por 58,5% dos entrevistados). Cabe indicar que 20% são de São Paulo, mas responderam também de Rio de Janeiro, Mato Grosso, Porto Alegre, entre outros.

Dentro os resultados desse levantamento, destaca-se aqui alguns aspectos. Cerca de 64% dos entrevistados trabalham em serviços para a população em situação de rua e a maioria (47,2%) aponta como principal desafio a redução de profissionais, seguido da inadequação dos espaços para garantir isolamento ou afastamento (43,4%), falta de recursos para o trabalho com os usuários (41,5%), insuficiência da rede de acolhimento e aumento da demanda (ambos 31,7%). Sobre o aumento da demanda apontam o número de atendimentos por dia, insuficiência de serviços/vagas, número de adultos com e sem trajetória de rua, demandas de outros municípios, entre outros aspectos.

Apontam também que a violência doméstica, impedimento de acesso aos serviços, ausência ou insuficiência de infraestrutura para atividades de cuidado individual, violência física são as principais situações que interseccionam a situação de rua e da covid-19.

Dentre os entrevistados, 27% apontam que o município não elaborou um plano específico para atuação junto à população em situação de rua, contra 22,7% que diz que sim e com ações de divulgação e informação e 25% que teve plano, mas sem formação, o que pode comprometer a adesão. Quase a totalidade aponta que os serviços sofreram alterações, sendo que cerca de 53% apontam que as mudanças foram no sentido de orientações sobre cuidados e sintomas, ampliando ventilação, adequações de banheiros, distribuindo EPIs, pontos de higienização das mãos, entre outros. Contudo, 32% indicam que a distribuição de EPIs foi em quantidades insuficientes.

Esses dados reforçam as questões já colocadas. Ou seja, a percepção dos trabalhadores converge com a de que a pandemia aumentou a demanda e que as ações de expansão ou mesmo de condições de trabalho não enfrentaram ou alteraram o desmonte que já estava em curso.

A conversa com as lideranças foi um sopro de esperança pela consciência sócio-histórica do movimento, cujas pautas comungam com as nossas: CadÚnico, Modelos de moradia na assistência; Programas e serviços habitacionais; Escuta singular e humanizada no acolhimento; Integralidade e pluralidade das ofertas SUS/SUAS; Empoderamento e controle social pelos comitês e outros espaços de debates.

Seguem algumas falas das lideranças do Movimento da População de Rua:

> "*Ninguém aguenta mais albergues- é um depósito de gente, espaços enormes, insalubridades nesses espaços e imensa quantidade de pessoas. É preciso habitação (Moradia 1º/ Locação social). Locação em sobrados e prédios abandonados pela cidade*". Darcy Costa

> "*É a escuta das pessoas que deve nortear as ações do Serviço Social. Se deve investir nas Repúblicas, em ocupações sociais menores, em hotéis sociais e diminuir os grandes complexos dos Centros de Acolhida*". Nilson Lopes

> "*Não acredito que a Assistência Social deve caminhar só. Deve agir em conjunto com a saúde*". Jaílson Santos

> "*É preciso mais cozinha solidária, banheiros públicos pela cidade, locais com pias e água*". Robson Mendonça

Por fim, um último aspecto precisa ser abordado. A mobilização do movimento garantindo a vacinação dos sujeitos em situação de rua acendeu luz a uma cobertura vacinal que parecia oculta ou inexistente dado o enfoque quase sempre na saúde mental e dependência química, quando se trata da situação de rua. Além disso, essa mobilização foi fundamental para a instalação de banheiros químicos permitindo ampliar a higienização pessoas, como também o estabelecimento de serviços de referência para o isolamento dos casos positivados. O dado que reforça que a mortalidade desse segmento não foi significativamente ampliada no período pode ser coletada pelo sistema da prefeitura/SMADS de prontuário eletrônico (SISA). Ainda que se reconheça a subnotificação e a fragilidade do dado, a série histórica da conta de revelar que o período da covid-19 não alterou significativamente as quantidades registradas.

Tabela 2 – Distribuição normal de desvinculados por motivo de óbito, por tipologia, entre 2014 e 2022.

TIPOLOGIAS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	MÉDIA POR TIPOLOGIA
De Braços Abertos	7	15	13	7	3					9
Autonomia em Foco	5	5	5	5	4	2	3	4	3	4
Centro Acolhida Especial Família	8		1				1	6	6	4
Centro de Acolhida Especial Convalescentes	30	38	32	36	34	26	23	10	8	26
Centro de Acolhida Especial Idosos	103	115	113	105	100	98	98	96	83	101
Centro de Acolhida Especial Mulheres	7	8	6	6	3	7	5	5	2	5
Centro de Acolhida Especial Mulheres Trans							1	2	2	2
Centro de Acolhida II Vinte e Quatro Horas	127	119	80	98	125	115	121	146	112	116
Centro de Acolhida para Catadores	7	6	4	5	2					5
Centro de Acolhida Um por 16 Horas	6	11	4	5	3	1				5
República para Adultos	3		1	3	3	4	2	1	2	2
República para Jovens	1	1								1
Saica Serviço Acolhimento Instituto Crianças e Adolescentes				6	7	6	4	6	5	6
Média anual	28	35	26	28	28	32	29	31	25	22
TOTAL GERAL	304	318	259	276	284	259	258	276	223	273

Fonte: Extração Cubos/Sisa, 5 janeiro de 2023; elaboração das autoras.

O debate atual sobre a moradia para a população em situação de rua

A política urbana mais efetiva para os sujeitos nas ruas tem sido a da segurança pública violenta, como é também a arquitetura hostil que não constrói assentos públicos, mas viadutos de paralelepípedos. Nesta linha, se trata de um sistema de dominação do uso e ocupação do solo urbano, com vistas à higienização dos espaços da cidade, violando direitos, entre eles à moradia e à cidade. Esse modelo tem a assistência social como braço aliado, levado pela institucionalização. Portanto, as políticas habitacionais e as de acolhimento socioassistencial, perversamente, operam e reforçam a segregação e o sequestro dos corpos, constituindo portas de um sistema sem saídas.

O cidadão mutilado negocia sua dimensão de cidadania tanto quanto sua condição de subjetividade, isso conforme o jogo da sobrevivência lhe permite ou lhe convêm. Por isso, não se trata de desafortunados, mas "desviantes", no sentido do des-subjetivados, desqualificados, subalternizados. Destarte, a rua como condição só pode ser pensada como gerenciamento entre as dimensões da cidadania, do precarizado e da caridade, que, não sendo linear, produz diferentes intersecções, ganhando também fluidez e multidimensionalidades (Lanfranchi, 2022).

A luta e conquista de espaços na cidade que permitam o acesso aos recursos é significativa para avançar no entendimento de seus capitais. É a partir de uma particular apropriação do espaço urbano e público que se faz o capital representado pela localização; os recursos urbanos de seu entorno colocam-no como estratégico à sobrevivência. Ao inverter os

princípios sociais de classificação dos espaços públicos, provoca-se o incomodo da ordem hegemônica, demandando intervenções das políticas públicas, reconfigurando as disposições estabelecidas e a própria percepção pelos agentes. Alguns fatores, apesar de colocados como relacionados aos indivíduos (acordar, comer, uso de álcool e outras drogas etc.), têm relação direta com a organização social do trabalho e das formas de viver nos grandes centros urbanos.

O Estado e a sociedade por muito tempo pautaram-se na visão assistencialista, paternalista, autoritária e higienista para o desenvolvimento de suas políticas, essas ações desenvolvidas sob essa perspectiva não foram capazes de desenvolver o complexo processo de libertação.

Aplicar esses conceitos para o campo social da situação de rua significa compreender a violência tanto na dimensão individual em que o sujeito se deprime pelas "*sucessões de fracassos*" na era do desempenho, ficando mais ou menos propenso a institucionalização, como pelo exercício cotidiano de políticas higienistas de segurança pública e de acolhimento massivo e tutelar.

No caso da população em situação de rua, o exercício cotidiano de existência no espaço público encarna o teatro da desigualdade. Assim, como a permanência em serviços de acolhimento de forma permanente pela inexistência de política verdadeiramente social de habitação vai transformando o sujeito em um indivíduo calado, solitário, passivo, na medida em que o sistema de atenção é composto por porta-de-entrada que impedem, na prática, uma pretensa evolução em degraus até a conquista de autonomia. Deste modo, encarna o teatro

do sujeito do desempenho na miséria de condição e posição.

A atenção socioassistencial ainda que tenha sofrido necessários avanços pela diversificação e expansão das ofertas tipificadas em nível nacional e municipal, porém segue sendo a história da desigualdade pautada em modelo de atenção do tipo "escada" que estabelece um sistema com distintas e diversificas portas de entrada e sem portas de saída.

Desta forma, o debate atual sobre moradia para a população de rua se torna inadiável, enquanto alternativas de serviços habitacionais para atender às diversas formas precárias do morar em nossas cidades.

A importância da habitação para outros níveis de organização da vida, reforça a necessidade de garanti-la enquanto serviço público. Precisamos ser criativos com o que temos. A República é um modelo que já existe, e segundo a NOB/RH deve ter um gerente, um psicólogo e uma assistente social para cada 20 pessoas. Assim, poderíamos adaptar esse serviço para unidades habitacionais como os imóveis sem função social ou locação social. A Constituição estabelece primeiro a garantia da propriedade e depois da função social. Nas cidades como um todo existem diversos imóveis que hoje não cumprem a função social e se encontram sem finalidade. Em São Paulo são cerca de dois mil imóveis que poderiam ser usados com esta finalidade. Algumas experiências poderiam ser citadas como piloto, porém suas validades ficam comprometidas quando excluem a assistência social como possibilidade de acompanhamento das famílias e indivíduos. Como instrumento de educação libertadora e desenvolvimento social, por promover vivências solidárias e um olhar para o sujeito violado a partir da vul-

nerabilidade na sua dimensão relacional, aquela determinada pela herança e legado sociais e culturais desvalorizados, discriminados ou segregados. A assistência social neste sentido, serve principalmente como intermediário no acesso e defesa dos direitos. Cada um tem um nível diferente de necessidade de acompanhamento, isso deveria ser garantido para o sucesso da moradia como direito universal.

Já identificamos que o público LGBTQIA+ é extremamente vulnerável, considerando o risco que a exclusão traz (trabalhos precários, como prostituição) e violência, bem como a inexistência da família como rede de proteção, pois na maioria dos casos são os primeiros a revelarem o preconceito, romperem o vínculo e expulsar da residência. Ainda temos as mulheres, os idosos, as pessoas com doenças graves ou com deficiência. Além disso, é preciso investir em espaços de convivência que tenham a possibilidade de lavagem e secagem de roupas, como aquelas máquinas da cultura americana, onde o sujeito com algumas poucas moedas consegue lavar as suas próprias roupas. Porque não podemos oferecer isso como serviços públicos complementares, servindo de referência para a rede de proteção social, tanto para aqueles que já estão em situação de rua como os que estão em risco de vivenciá-la?

É dentro dessa realidade que é preciso reconhecer experiências e modalidades existentes de atendimento que podem ser aprimoradas, como no caso das Repúblicas. Ainda, são mais baratas que os centros de acolhida mais tradicionais. Neste sentido, seria necessário um reordenamento da rede, uma inversão histórica de modelos mais tutelares (maior volume de vagas e unidades) para serviços de maior autonomia

com acompanhamento individualizado e humanizado. Isso implicaria em transferência dos "vaga fixa" para essas unidades, desafogando a oferta emergencial do "pernoite" e qualificando o atendimento às necessidades dos sujeitos.

Falando em orçamento é preciso reconhecer que há demanda por estabelecimento de teto mínimo de 6% para a assistência, que vem variando de 2,6%-2,8%-2,3% nos últimos anos. As conferências chegaram a este patamar. É importante reconhecer também que a execução da política recai principalmente sob os municípios, alguns com mais ou menos capacidade de arrecadação e, portanto, de execução desses serviços de retaguarda. Mas cabe lembrar a PEC que congelou o teto para os próximos 20 anos. A demanda aumenta, o orçamento reduz, as ofertas tipificadas são precarizadas e o trabalhador ganha pouco e sem condições para o desenvolvimento pleno de suas atividades, este é o cenário devastador que estamos vivendo.

Ao mesmo tempo que a escuta dos agentes do campo foi um sopro de esperança, pela clareza das condições e desafios. Foi também um grito de dor, de fome, de descaso, de violência, de violação que precisa ser ouvido. Nossos sinceros agradecimentos ao MNPR pelo tempo e atenção dedicados, em especial os que se fizeram presente para contar essa história de defesa da vida e dos direitos humanos: Vanilson Torres, Daniel Paz, José Nilton, Jailson Santos, Darcy Costa, Nilson Lopes, Robson Mendonça e aos demais que por algum motivo não puderam participar.

Com esse texto, esperamos revelar o potencial desperdiçado dos trabalhadores e cidadãos do SUAS, na qualificação da experiência da cidadania, não enquanto instrumentos de

dinamização econômica pelo consumo, mas como avanços nas conquistas de direitos em patamares universais.

Referências bibliográficas

BORIN, M. E. S. (2003). *Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo*. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3850. Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. (2009). *Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009*. Institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, e dá outras providências. DF. Diário Oficial da União.

BRASIL. (2020). Ministério da Cidadania. *Portaria nº 369, de 29 de abril de 2020*. Dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único, disposto pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, no Distrito Federal e nos municípios que estejam em estado de calamidade pública ou em situação de emergência reconhecidos pelos governos estadual, municipal, do Distrito Federal ou Federal, inclusive a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional declarada pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (covid-19), DF, Diário Oficial da União.

FERREIRINHO, V. C.; LANFRANCHI, C. T. N. (2020). "Duas décadas de censos e perfis da situação de rua da cidade de São Paulo (2000-2019)". In: BÓGUS, L. M. M. PASTERNAK, S. et al. (org.). *As metrópoles e a covid-19: dossiê nacional: a pandemia da covid-19 no município e na Região Metropolitana de São Paulo: desigualdades socioespaciais, vulnerabilidades e padrão de disseminação na macrometrópole paulista*. São Paulo, INTC- Observatório das Metrópolis/Fórum Nacional de Reforma Urbana, pp. 77-100, 31 jul.

LANFRANCHI, C. T. N. (2022). *O campo social da situação de rua violência e segregação*. 2022. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26014. Acesso em: 20 out. 2023.

SANTOS, M. (2014). *O espaço do cidadão*. 7ª. ed. 2ª. reimpressão. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. ISBN 978-85-314-0971-4.

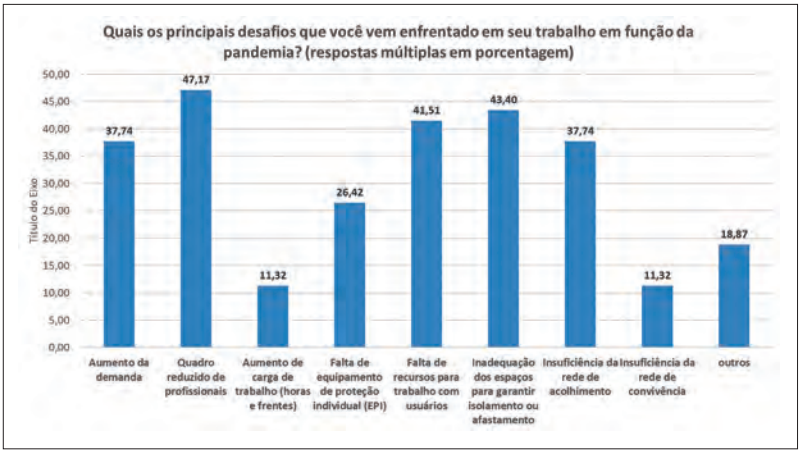
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021). Qualitest Inteligência em Pesquisa. *Pesquisa censitária da população adulta em situação de rua de São Paul*o. São Paulo-SP: SMADS/Qualitest. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Lorenzo/B_Base%20de%20dados%20-%20Entrega%20com%20dicion%C3%A1rio_xlsx.xlsx. Acesso em: 20 out. 2023.

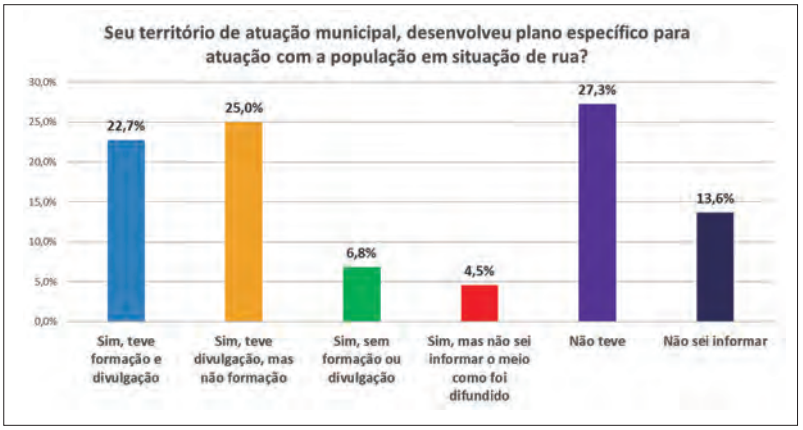
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (2021). Qualitest Inteligência em Pesquisa. *Pesquisa de identificação das necessidades censo*. São Paulo-SP: SMADS/Qualitest. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/Lorenzo/C_Banco_Entrega_Identifica%C3%A7%C3%A3oDasNecessidades_Dicion%C3%A1rio_xlsx.xlsx. Acesso em: 20 out. 2023.

Anexos

Houve aumento de demanda em seu trabalho, nos seguintes aspectos	Quantidade	Porcentagem
Número de atendimentos por dia	18	34,0
Insuficiência de serviços/vagas demais políticas públicas para encaminhamento	16	30,2
Insuficiência de serviços/vagas de acolhimento para encaminhamento	14	26,4
Número de adultos homens com trajetória de rua	13	24,5
Demandas de outros municípios da região metropolitana	12	22,6
Demanda de Cadastro Único (inscrição)	11	20,8
Número de adultos homens sem trajetória de rua	11	20,8
Insuficiência de serviços/vagas de saúde para encaminhamento	10	18,9
Demandas de outros municípios de outros estados do território nacional	10	18,9
Insuficiência de serviços/vagas de convivência para encaminhamento	9	17,0
Número de famílias sem trajetória de rua	9	17,0
Número de imigrantes/refugiados sem trajetória de rua	9	17,0
Número de adultos mulheres sem trajetória de rua	8	15,1
Número de sujeitos da comunidade LGBTQIA+ com trajetória de rua	7	13,2
Número de famílias com trajetória de rua	6	11,3
Número de adultos mulheres com trajetória de rua	6	11,3
Número de Crianças e Adolescentes com trajetória de rua	5	9,4
Número de Crianças e Adolescentes sem trajetória de rua	4	7,5
Número de imigrantes/refugiados com trajetória de rua	4	7,5
Número de sujeitos da comunidade LGBTQIA+ sem trajetória de rua	2	3,8

Quais são situação de violência e violação que interseccionam com a situação de rua e de COVID que, na sua percepção, se intensificaram?	Quantidade	Porcentagem
Violência doméstica	17	32,1
Impedimento de acessar serviços (socioassistenciais, saúde e outros)	17	32,1
Ausência ou insuficiência de infraestrutura para banho, higiene pessoal e individual	17	32,1
Violência física (agressão, espancamento)	16	30,2
Ausência ou insuficiência de locais de alimentação	16	30,2
Agressão verbal	15	28,3
Negligência	15	28,3
Despejos	15	28,3
Ausência ou insuficiência de equipamento de proteção individual (EPI)	13	24,5
Ausência ou insuficiência de locais para lavagem de roupas	13	24,5
Preconceito, racismo, Lesboomofobia??	10	18,9
Homicídios ou tentativa de	7	13,2
Crime motivados por ódio	5	9,4
Violência ou abuso sexual	4	7,5
Violação por decorrência de ações de zeladoria	4	7,5


Quais os principais desafios que você vem enfrentado em seu trabalho em função da pandemia? (respostas múltiplas em porcentagem)
Título do Eixo
50,00
45,00
40,00
35,00
30,00
25,00
20,00
15,00
10,00
5,00
0,00
37,74
47,17
11,32
26,42
41,51
43,40
37,74
11,32
18,87
Aumento da demanda
Quadro reduzido de profissionais
Aumento de carga de trabalho (horas e frentes)
Falta de equipamento de proteção individual (EPI)
Falta de recursos para trabalho com usuários
Inadequação dos espaços para garantir isolamento ou afastamento
Insuficiência da rede de acolhimento
Insuficiência da rede de convivência
outros


Seu território de atuação municipal, desenvolveu plano específico para atuação com a população em situação de rua?
30,0%
25,0%
20,0%
15,0%
10,0%
5,0%
0,0%
22,7%
25,0%
6,8%
4,5%
27,3%
13,6%
Sim, teve formação e divulgação
Sim, teve divulgação, mas não formação
Sim, sem formação ou divulgação
Sim, mas não sei informar o meio como foi difundido
Não teve
Não sei informar

Periferias paulistanas em tempos de pandemia da covid-19

Maura Pardini Bicudo Véras

O tema das periferias urbanas vem ocupando a atenção dos pesquisadores e urbanistas há, no mínimo, cinquenta anos. Entre eles, Bonduki e Rolnik (1979) que, em seu estudo combinando a habitação popular nas periferias em São Paulo, como estratégia de reprodução da força de trabalho, situam nos anos 1940 o início do processo de urbanização periférica, impulsionado pelo afluxo de migrantes quer pela falta de moradias para locação (devido ao congelamento dos alugueis em 1942), quer pela expansão dos transportes coletivos por ônibus (por influência do Plano de Avenidas, de Prestes Maia).

De outro lado, os governos militares pós-1964, reforçaram a ideologia da casa própria por meio de seus programas habitacionais (BNH) o que veio a consolidar este movimento de expansão urbana para a periferia. A compra financiada de lote em bairro periférico e a edificação da moradia por autoconstrução foi uma alternativa que se constituiu como opção preferencial da população mais pobre. A crise econômica, o

desemprego e a pobreza alimentaram o processo que se ampliou até atingir proporções de um fenômeno de massa, com graves prejuízos para a qualidade de vida e do meio ambiente da cidade, zonas com carência de infraestrutura e equipamentos sociais que atendessem a população mais necessitada.

Até meados dos anos 1970, quando vários problemas desestimularam a expansão exagerada da mancha urbana e as distâncias, as pressões demográficas, tanto pelo seu componente migratório como o vegetativo e o encarecimento dos valores fundiários trouxeram certo esgotamento dessa tendência. Em consequência, as diversas "soluções" alternativas expandiram a precariedade: aumentou a ocupação de áreas de risco, como nas margens de córregos, encostas íngremes e as de zonas de proteção ambiental, como áreas de mananciais e de mata; surgem e incrementam-se o número de favelas e suas dimensões; agravou-se a lotação de cortiços e outros tipos de cômodos alugados; multiplicaram-se as ocupações de prédios abandonados de áreas públicas e particulares; por fim, ainda cresceu enormemente o número de desabrigados nas ruas.

Ao longo do século XX, portanto, parece ter sido a ocupação de vazios existentes na mancha urbanizada – favelas e ocupações de terrenos públicos – a modalidade dominante da habitação popular em São Paulo nas décadas de 1980 e 1990. Na região dos mananciais sul, por exemplo, inúmeras ocupações acontecem desde os anos 1970, configurando um "mar de pobreza" e precariedade.

Pelos números de casos de covid-19 registrados, as maiores porcentagens em relação ao total de casos apontados no município paulistano são Grajaú com 3,44%, Casa Verde

(3,11%), Jardim São Luiz (3,09%), Campo Limpo (2,36%) e Brasilândia (2,02%). Decrescendo o número de casos, portanto, devem ser olhadas com cuidado e atenção epidemiológica.

Como vimos, o crescimento municipal é mais intenso nas suas periferias, alternando-se em diferentes conjunturas. O crescimento demográfico municipal foi, até o ano 2000, marcadamente periférico: as taxas de crescimento por anéis mostram que:

> As taxas dos três anéis mais centrais eram negativas, enquanto a do anel periférico se responsabilizava por praticamente todo o crescimento municipal. Este panorama muda na primeira década do século XXI, com os anéis centrais e interior com taxas positivas e mais altas que as dos anéis exterior e periférico (Pasternal, 2023).

Mesmo assim, distritos populosos estão via de regra nas franjas da cidade. E, por isso, os índices dos distritos periféricos são aqueles que mereceram um olhar cuidadoso quanto aos casos de covid-19.

Segundo D'Andrea (2020), moram nas periferias paulistanas cerca de seis milhões de pessoas, em geral de baixa renda e sem condições de usufruir de espaços de urbanização consolidada, de perfil socioeconômico ligado à baixa qualificação profissional e inserção no mercado informal de trabalho, o que levou esse contingente à vulnerabilidade e exposição a riscos de saúde e ambientais.

Se regionalizada pelas direções cardeais, a cidade de São Paulo apresenta uma população estimada para 2021 da seguinte forma:

Tabela 1 – Distribuição dos casos de covid-19 – 2020/2021, população estimada e óbitos de covid-19/100 mil habitantes.

REGIÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA/2021	TOTAL CASOS COVID-19	ÓBITOS COVID-19 100MIL HAB.
Central	461.033	42.649	320,2
Norte	2.315.033	242.773	409,9
Leste	4.156.298	465.487	417,5
Oeste	1.078.745	107.354	299,5
Sul	3.899.742	466.266	303,8

Fonte: IBGE e Secretaria da Saúde.

Pelas estimativas da tabela 1, a região leste (população estimada 4.156.298 habitantes) seguida pela zona sul, aparecem como as mais populosas da cidade. Uma análise intrarregião nos revela que da zona leste, o distrito de Cidade Tiradentes é um dos mais densos do ponto de vista de população residente, assim seguido em ordem decrescente por Lajeado, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila formosa e São Miguel Paulista, notando-se que se tratam de regiões periféricas. As taxas de covid-19, tomando por base o número de óbitos por 100 mil habitantes, são altas para a zona leste como um todo (412,5), a mais alta do município e os casos confirmados de covid-19 nos dois primeiros anos da pandemia, 2020 e 2021, chegam a 465.487, dos totais mais expressivos da cidade. Um olhar mais detalhado para as taxas dos óbitos (número de óbitos por 100 mil habitantes) indica que as mais altas taxas es-

tão na Vila Formosa (532,2), seguida de São Miguel Paulista (517,8), destacando Cangaíba com a taxa de 440 com quatro óbitos por 100 mil habitantes.

Uma tabulação para a distribuição da zona leste, revela que os distritos periféricos apresentam maior número de casos em proporção à população estimada do distrito, ou seja, de acordo com o perfil dos residentes, a maior a letalidade reside, em grande parte no setor informal e subalterno da economia, naqueles que necessitam da utilização de transporte coletivo para continuar trabalhando mesmo durante o recesso da economia na covid-19 como os frentistas de postos de gasolina, abastecimento de supermercados, serviços domésticos e assim por diante. As próprias condições de residir em periferia, sem equipamentos de saúde, infraestrutura urbana são agravadores da disseminação da doença além das precariedades em seu tratamento, filas em postos de saúde e hospitais e assim por diante.

Analisando a região sul, também populosa (população estimada em 3.899.742 pessoas), que apresentou o maior total de casos confirmados de covid-19 em 2020 e 2021, o maior da capital, ou seja, 466.266 casos e a taxa de óbitos por 100 mil é a quarta do município, só perde para a zona leste, a zona norte e para o centro sendo de 303,8 óbitos/100 mil.

A zona sul compreende distritos de urbanização consolidada como Santo Amaro, por exemplo, a área dos mananciais que abrigam vastos contingentes de pobreza e precariedade habitacional. O olhar intrarregião alcança a distribuição em distritos como Grajaú, com população estimada em 2021 de 392.734 pessoas e que teve cerca de 14% de sua população infectada por covid-19 (54.925 casos em 2020 e 2021) e apresen-

tou uma taxa de óbitos/100 mil habitantes de 271,9 e não foi a mais alta da região. Nessa direção periférica sul merece destaque o Jardim Ângela, distrito em segundo lugar na população, a região e que apresentou um expressivo número de casos de covid-19 representando 12,5% de sua população residente foi infectada nesses dois anos e com uma taxa de óbitos de 240,1.

A seguir merece exame cuidadoso o distrito de Capão Redondo terceiro mais populoso da região (são estimadas 298.611 pessoas) com a taxa de óbitos em 302,7 e também com cerca de 14% de sua população infectada pelo coronavírus.

Concluindo esse breve exame da região sul, especialmente em suas franjas periféricas, destacam-se as maiores taxas de óbitos por 100 mil habitantes, um indicador da letalidade no distrito, o que por sua vez é indicador do cuidado/tratamento e condições sanitárias usufruídas. A maior taxa de óbito dessa região sul é a do distrito do Sacomã (325,7), para uma população de 264.686 pessoas e das quais tivemos 37.884 contaminados, o que representa 14,3% de sua população. O distrito menos populoso como Rio Pequeno (197.967 pessoas) apresentou uma taxa de óbitos de 325,1, a segunda mais grave da região e cerca de 11% de seus moradores foram contaminados. Ainda é válido comentar que o distrito de Raposo Tavares, com 124.033 moradores teve 13.473 casos de covid-19 em 2020 e 2021 (10,8% desses) e uma taxa de óbitos de 316,9, sendo a terceira mais grave da região sul.

Cabe comentar a região norte da cidade em suas porções periféricas. A região como um todo apresentou uma taxa de óbitos/100 mil habitantes de 403,9, a segunda maior da cidade, precedida da zona leste, como vimos. Em termos de gran-

deza é a terceira em população estimada para 2021, ou seja, 2.319.033 pessoas, 283.658 em 2021 pessoas e teve cerca de 10,5% de sua população contaminada por covid-19 nos anos de 2020 e 2021 (242.773 casos). Ao exame de seus distritos, sobressaem as taxas de óbitos da Vila Medeiros, com a taxa de óbitos de 523,8, a mais alta da região, a Freguesia do Ó, com 518,0 óbitos por 100 mil pessoas, seguida da Penha, com a taxa de 485,1, da Casa Verde com 481,6, que constituem bairros de anéis intermediários populosos, mas não de extrema periferia. No entanto, o distrito da Vila Nova Cachoeirinha com 422,2 de taxa de óbito, Pirituba (taxa de óbitos/100 mil de 398,9), Jaraguá com 318,9 de taxa de óbito, assim como Brasilândia (371,6 de taxa), Jaçanã (355.6) e Tremembé (357,0) são periféricos e se caracterizam pela população de rendas mais baixas e precariedade habitacional e urbana.

Destaque-se que a Brasilândia apresentou o maior número de casos confirmados nos anos de 2020 e 2021, perfazendo 30.127 casos que chegam a representar cerca de 10,6% de sua população residente estimada em 283.658 pessoas em 2021.

A região oeste é a de menor população entre as regiões (população estimada em 1.074.745), exceção feita às áreas centrais que são as menos populosas. Também as taxas de óbitos são menos expressivas, destacando-se o Rio Pequeno com a taxa de 316,9 óbitos/100 mil e 13.473 casos confirmados em 2020 e 2021 que representam quase 11% diante de sua população residente de 125.033 pessoas.

O distrito de Itaim Bibi, de urbanização consolidada e não periférico, apresentou a taxa de óbito de 293,1 e cerca de 10,6 % tiveram covid-19 dentre a população naqueles anos.

Em síntese, pode-se afirmar, portanto, que os maiores índices de contaminação por covid-19 estão nos distritos periféricos, chamando a atenção para as taxas de óbitos dos distritos da Vila Formosa e São Miguel, na região leste; Freguesia do Ó, Cachoeirinha e Brasilândia ao norte, e Sacomã, Raposo Tavares e Campo Limpo ao sul.

Reunindo várias "quebradas", uma região de mais de seis milhões de pessoas, a periferia é o lugar da luta diante de sua invisibilidade pelo poder público. Assim, como há dominação de classe, de gênero, de raça, há a opressão territorial. Reconhecendo que a periferia sempre foi o território da alteridade, D'Andrea prossegue afirmando ser a periferia ocupada pelos mais baixos postos da esfera produtiva e de serviços (porteiros, babás, garis, pedreiros, desempregados, aposentados) e esse é o lugar deles na cidade capitalista. Começa o sentimento sobre esse lugar: periferia é periferia em qualquer lugar, como desespero em busca da pacificação (D'Andrea, 2020). Começam os saraus, o hip hop, o funk, além dos slams. Os coletivos culturais avançam, alguns com financiamentos públicos como o ocorrido nos governos Lula e Dilma. No entanto, é um complexo de contradições, embora relegada, a cidade não vive sem sua periferia que aciona as engrenagens produtivas, o comércio e os serviços. Ademais, é nas periferias urbanas que vive a grande maioria da população do planeta, por isso, qualquer intento de transformação social deve passar necessariamente por esse contingente (D'Andrea, 2020).

Como o lugar da heterogeneidade (Marques, 2016) e da alteridade (D'Andrea, 2020), um aspecto muito importante, é cultura e poesia. No Bar do Batidão e na Cooperifa (BIN,

2018) ao longo da história da cidade observa-se que se formaram núcleos de encontros para declamação no rastro da música e depois literatura chamada marginal. O som do forró, samba, *punk*, *rock* deixou marcas como cultura de resistência, especialmente por causa do descaso do poder público com tais regiões, do genocídio, especialmente de corpos negros masculinos.

Dessa forma, torna-se evidente que a pandemia da covid-19 desmascarou as profundas desigualdades socioterritoriais em que o país se encontra, uma perversa estabilidade e que a cidade de São Paulo reiterou com as estatísticas relativas à contaminação, óbitos e letalidade. Não foi diferente em uma sede metropolitana do modo de produção capitalista em que o acesso ao ambiente construído e às políticas sociais, inclusive as de saúde pública, se fazem de modo desigual e excludente para as parcelas majoritárias da população.

Referências bibliográficas

BONDUKI, N. G. ROLNIK, R. (1979). "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho". In: MARICATO, E. (org.). *A produção da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa e Ômega.

D'ANDREA, T. P. (2020). *40 ideias sobre periferias*. São Paulo, Editora Dandara.

PASTERNAK, S. (2023). *Favelas em São Paulo e a covid-19*.

IBGE-DADOS CENSITÁRIOS DE 2010.

Ocupações urbanas e a covid-19

Fabio Martinez Serrano Pucci

Apresentação

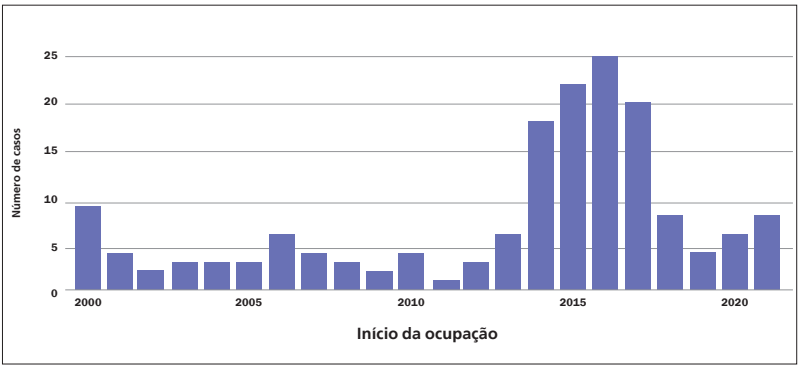
Ocupações são soluções provisórias de moradia nas quais, em geral, paga-se um valor mensal (muitas vezes um valor simbólico) inferior àquele pago em cortiços, aluguéis ou na autoconstrução. Em contrapartida, há um comprometimento com a causa que é exigida pelo movimento. Isso gera um sentimento de solidariedade entre os ocupantes, mas também faz com que aqueles que não gostam de participar de lutas sociais tenham de se engajar mesmo assim. A pesquisa a seguir procura apresentar dados do Observatório de Remoções (LabCidade, 2021). Além disso, foi realizada breve pesquisa documental em notícias veiculadas em jornais de grande circulação no período de pandemia. O principal objetivo é analisar a relação entre moradia da pobreza, desigualdade social e saúde pública, a partir dos dados sobre ocupações e sua relação com a covid-19.

Resultados alcançados

A pesquisa documental apontou para o surgimento de novas ocupações ao longo da pandemia de covid-19, pois as famílias perderam suas rendas e não conseguiram pagar os aluguéis. De acordo com Canzian (2021), a procura por uma ocupação no Jardim Julieta (no distrito de Vila Medeiros) foi tanta que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST precisou reduzir pela metade os terrenos antes pensados para ser de 4,5m de frente por 9m de profundidade.

De acordo com os dados do Observatório de Remoções (LabCidade, 2021), surgiram seis novas ocupações em 2020 e oito novas ocupações em 2021. Desde 2017 o número de ocupações vinha se reduzindo, chegando a apenas quatro novas ocupações em 2019. Com a pandemia, no entanto, esse número voltou a crescer.

Gráfico 1 – Novas ocupações por ano.

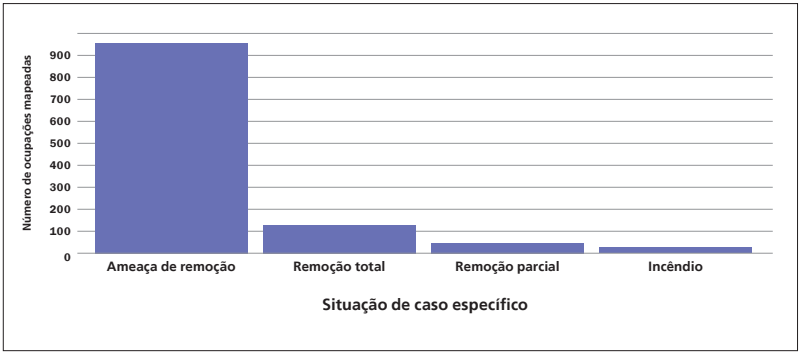


Fonte: Observatório de remoções.

"*Nessas novas comunidades, as pessoas se aglomeram em pequenos cômodos construídos com pedaços de madeira recolhidos no lixo ou em comércios, além de papelão e outros materiais usados para demarcar a moradia de cada um*" (Veloso, 2021, p. B6). No Rio de Janeiro, um grupo de três mil pessoas despejadas de uma ocupação se autodenominou como "refugiados da pandemia" (Barbon, 2021), nos remetendo à ideia dos deslocamentos forçados causados por fundado temor de perseguição e grave violação dos direitos humanos.

Ao todo, identificaram-se 944 ocupações com ameaças de remoção na Região Metropolitana de São Paulo. Houve 119 ocupações que foram totalmente removidas, 48 que foram parcialmente removidas e oito que sofreram com incêndios. Das que foram totalmente removidas, dois terços eram formadas por terrenos e um terço por edificação. Enquanto 58 eram privadas, 44 eram públicas.

Gráfico 2 – Situação das ocupações.



Fonte: Observatório de remoções.

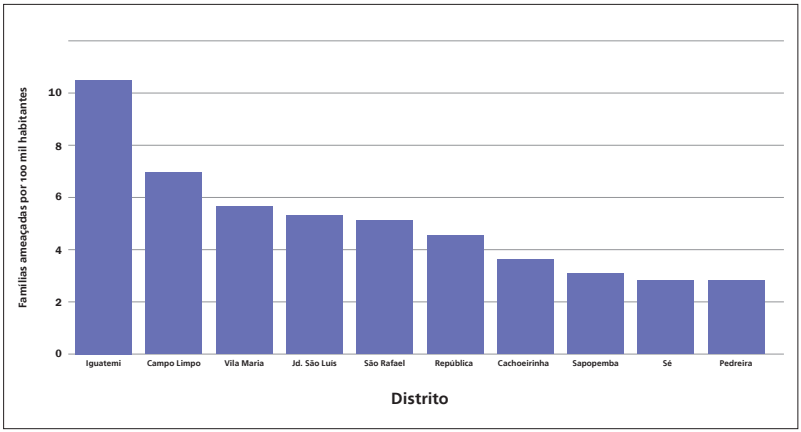
Os movimentos sociais urbanos de luta por moradia mais presentes nas ocupações que sofreram remoção total foram: Frente de Luta por Moradia – FLM com 13 ocupações e Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST com cinco ocupações.

O total de famílias removidas é de 36.920, sendo que a média é de 246 famílias removidas por ocupação. Os distritos da região sul (10.667 famílias removidas), leste (6.201 famílias removidas) e norte (4.364) tiveram o maior número absoluto de famílias ameaçadas ou removidas. Já os distritos do centro e oeste tiveram o menor número absoluto (2.026 famílias removidas).

A região sul também lidera o número absoluto de famílias ameaçadas (181.438 famílias), seguida pela região leste (50.767), norte (31.176) e centro-oeste (11.304).

Elaborou-se um índice com o número de famílias ameaçadas ou removidas por 100 mil habitantes (com base na população do Censo de 2010). Os distritos com maior número de famílias ameaçadas por 100 mil habitantes são: Iguatemi (taxa de 10,7), Campo Limpo (7,1), Vila Maria (5,7), Jardim São Luís (5,4) e São Rafael (5,2).

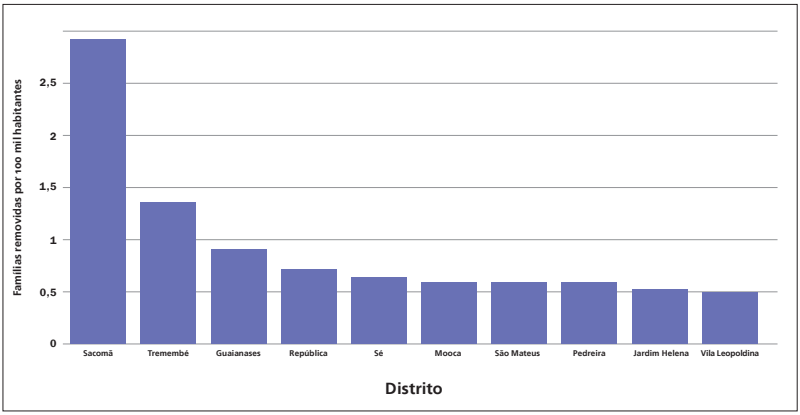
Gráfico 3 – Famílias ameaçadas por 100 mil habitantes.



Fonte: Observatório de remoções.

Já os distritos com maior número de famílias removidas por 100 mil habitantes são: Sacomã (taxa de 2,9), Tremembé (1,3), Guaianases (0,9), República (0,7) e Sé (0,6).

Gráfico 4 – Famílias removidas por 100 mil habitantes.



Fonte: Observatório de remoções.

Observou-se uma correlação positiva (0,26) entre as taxas de famílias removidas e ameaçadas por 100 mil habitantes. De acordo com Gil (2002, p. 167), essa pode ser considerada uma "*correlação positiva baixa*".

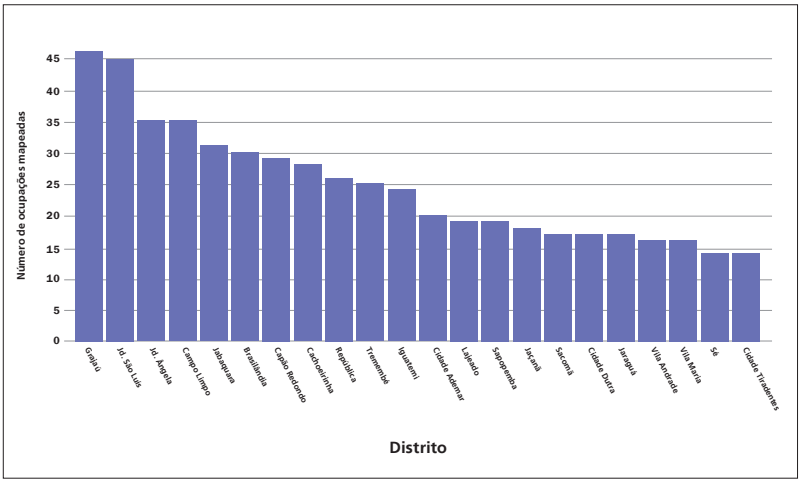
No entanto, notou-se uma correlação negativa (-0.13) das taxas de famílias removidas e ameaçadas por 100 mil habitantes em relação à taxa de óbitos por covid-19 por 100 mil habitantes. Essa pode ser considerada uma "*correlação negativa baixa*" (Gil, 2002, p. 167).

Ao menos a nível distrital, portanto, não há correlação entre a taxa de famílias removidas e ameaçadas de remoção por 100 mil habitantes em ocupações com as respectivas taxas de mortalidade por covid-19. Além disso, não se observou uma correlação positiva substancial entre as taxas de famílias ameaçadas e famílias removidas.

Com relação aos distritos com maior número de ocupações, destacam-se o Grajaú, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Campo Limpo, Jabaquara e Brasilândia com 30 ocupações ou mais (gráfico 5). O Grajaú, Parque do Carmo e Tremembé lideram o número de remoções parciais (gráfico 6), enquanto Iguatemi, República, Grajaú e Jardim Ângela têm o maior número de remoções totais (gráfico 7).

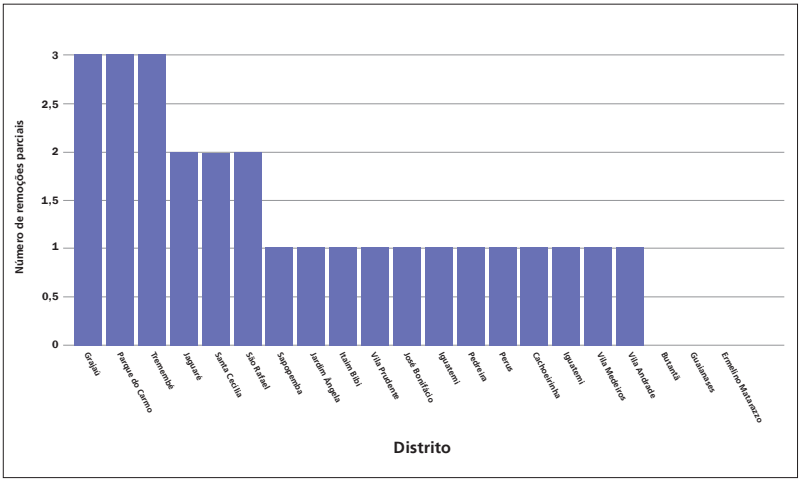
Por fim, vale destacar que Tremembé (sete casos), Grajaú (quatro casos), Jardim Helena (três casos), Lajeado (três casos) e Brasilândia (três casos) são os distritos com maior número de remoções totais nas quais houve despejo de 100 famílias ou mais, ou seja, despejos de grandes proporções.

Gráfico 5 – Número de ocupações mapeadas por distritos.



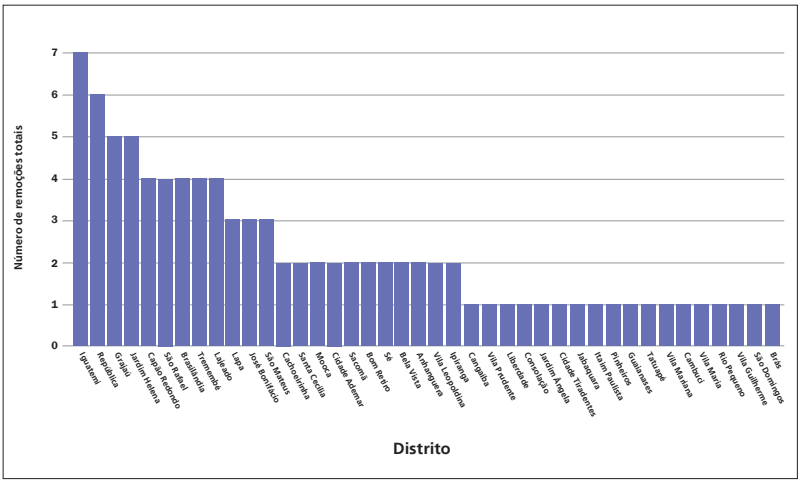
Fonte: Observatório de remoções.

Gráfico 6 – Número de remoções parciais por distrito.



Fonte: Observatório de remoções.

Gráfico 7 – Número de remoções totais por distrito.



Fonte: Observatório de remoções.

O distrito do Grajaú, portanto, tem destaque na maior parte dos indicadores analisados. Em dissertação de mestrado, Pucci (2016) notou que a presença de imigrantes bolivianos neste bairro tem se tornado mais expressiva. Ora, essa é uma população cuja vulnerabilidade à covid-19 é maior do que a média, pois trabalham e residem em oficinas de costura cuja circulação de ar é bastante limitada, onde costumam trabalhar muitas horas com as janelas fechadas. Já foi notado na bibliografia sobre o tema (Martinez, 2010) que a incidência de tuberculose nesta população é acima da média.

Ademais, é uma população que poucas vezes procura os serviços sociais de saúde, apenas nas situações-limite (Pucci, 2016). Além disso, é sabido que esses imigrados têm dificuldade de acesso à moradia no mercado formal de trabalho (Pucci,

2016), os levando a residirem em cortiços e ocupações (Pucci, 2011). Nesse sentido, seria interessante que futuras pesquisas se debruçassem sobre as ocupações no distrito do Grajaú e, em especial, o nível de participação de bolivianos entre os moradores destas ocupações.

Referências bibliográficas

BARBON, J. (2021). Após desocupação, centenas de 'refugiados da pandemia' vivem tensão no RJ. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2021. Saúde, B5.

CANZIAN, F. (2021). Fenômeno dos anos Lula, classe C afunda e cai na miséria. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 abr. 2021. Mercado, p. A18.

GIL, A. C. (2002). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, Editora Atlas.

KOWARICK, L. (2009). *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo, Editora 34.

LABCIDADE (2021). *Mapeamento colaborativo RMSP*. Disponível em: http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/. Acesso em: 22 nov. 2021.

MARTINEZ, V. N. (2010). *Equidade em saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo*. Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PUCCI, F. M. S. (2011). *A inserção dos bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a produção da alteridade: como são vistos pela vizinhança*. Relatório Científico de Iniciação Científica, São Paulo, CNPq. 316p.

PUCCI, F. M. S. (2016). *Viver outramente: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo*. Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

VELOSO, L. (2021). Sem dinheiro para o aluguel, famílias formam novas favelas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1º mai. Cotidiano, p. B6.

VÉRAS, M. P. B. (2003). "Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais em São Paulo". In: CHAIA, M.; SILVA, A. A. (org.). *Sociedade, cultura, política: ensaios críticos*. São Paulo, Educ, pp. 323-367.

PARTE II

Desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole e vida urbana

A pandemia de covid-19 e seus impactos na cidade de São Paulo[1]

Suzana Pasternak
Lucia Maria Machado Bógus
Luís Felipe Aires Magalhães

Introdução e objetivos

A dinâmica urbana do município de São Paulo resulta de complexos processos econômicos e políticos emanados de etapas anteriores. A desigualdade socioespacial que caracteriza a cidade é uma consequente histórica, da alocação de grupos populacionais em diferentes segmentos espaciais, resultando numa trama onde distintas camadas de renda e grupos etários são dominantes em cada região ou "pedaço". Todo este processo resultou numa cidade dispersa, cujo crescimento transbordou as fronteiras municipais desde 1970, contribuindo para a

1. Uma versão preliminar desse texto, organizado por Lívia Miranda, foi publicada no livro eletrônico *As metrópoles e a covid-19: dossiê nacional: volume II*.

formação de uma região metropolitana. Essa expansão urbana metropolitana é muitas vezes desordenada e acompanhada pela destruição de mananciais, áreas verdes e cabeceiras de rios, com a proliferação de loteamentos fechados ou irregulares e favelas, condomínios residenciais de luxo. A rede de comunicações que interliga as cidades dessa metrópole aproxima os que estão longe e distancia os que estão perto, já que novos espaços se constituem como parte do processo de segregação socioespacial e difusão de redes de comunicação instaladas, não raro precariamente, nas periferias distantes e pouco equipadas.

Áreas de informalidade são regra nas periferias metropolitanas. "*A regularidade fundiária plena, consideradas as dimensões urbanísticas, edilícias e jurídicas, é uma condição atendidas por uma minoria dos imóveis nas cidades brasileiras*" (Santo Amore e Moretti, 2018, p 74). Mesmo na chamada parcela "formal", alguma irregularidade muitas vezes está presente, como a ausência da matrícula em cartório, os "puxadinhos" e as reformas feitas sem aprovação das autoridades competentes, loteamentos fechados registrados como condomínios fechados e mesmo glebas inteiras sem titulação definida. Mas a irregularidade é frequentemente associada às situações de precariedade urbanísticas e habitacionais, mais presentes em áreas periféricas e em favelas.

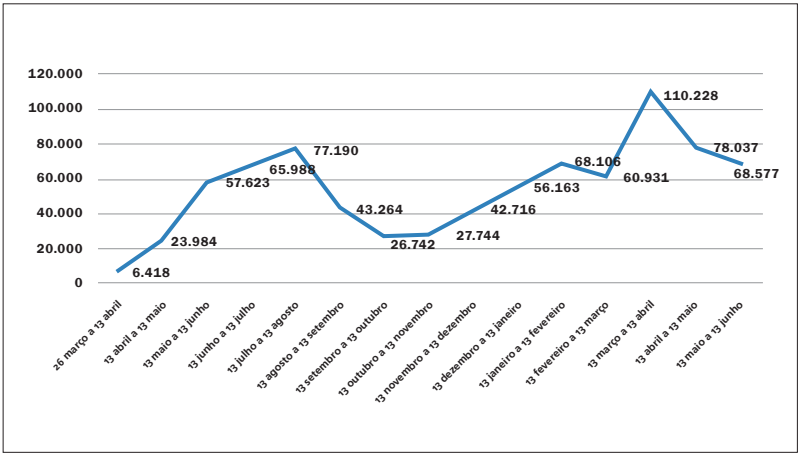
Este texto pretende analisar a evolução da pandemia de covid-19 no espaço intraurbano do município de São Paulo, com resultados dos óbitos totais de 2020 e compará-los com os resultados de 2021. Uma discussão sempre presente entre urbanistas é que moradores da periferia pobre paulistana, sujeitos às piores condições de moradia, infraestrutura de servi-

ços deficiente e forçados a utilizar transporte público lotado, teriam mais chance de adoecer e morrer. Seriam, assim, grupos prioritários a imunizar. Outros argumentam que uma das características da doença é sua letalidade nos grupos etários mais idosos, concordando com as prioridades assumidas até agora pela vacinação em curso. Em 2020, os óbitos de pessoas com 60 anos e mais atingiram 75,19% do total de mortes por covid-19, enquanto a proporção de paulistanos com 60 anos e mais, em 2020, alcançava 15,61%. O estudo da incidência e da mortalidade da pandemia nestas áreas periféricas vai refletir a necessidade de intervenção mais detalhada nestes segmentos espaciais. E o estudo da estrutura etária intraurbana, além de fator explicativo para a disseminação dos óbitos por covid-19, indica também a necessidade da colocação de equipamento urbano compatível com a estrutura etária presente nestes espaços.

Passado um ano da declaração da Organização Mundial da Saúde – OMS, no dia 13 de junho foram confirmados no município de São Paulo 813.711 casos e 31.779 óbitos. Para o Estado de São Paulo, estas cifras atingiam, respectivamente, 3.458.849 casos e 118.121 óbitos. O município, desta forma, com 11.914.851 habitantes, representa 26,57% da população do estado (44.840.384 habitantes) e apresentava 23,53% dos casos e 26,90% dos óbitos estaduais. No início da pandemia, em abril de 2020, o município da capital concentrava óbitos e casos: a 13 de abril de 2020, o município da capital concentrava 72,15% dos casos estaduais (6.418 em 8.895) e 75% dos óbitos estaduais (456 em 608). Percebe-se, assim, que a pandemia foi se espalhando pelo interior do estado, levada sobretudo pelas rodovias. Os gráficos abaixo mostram a ten-

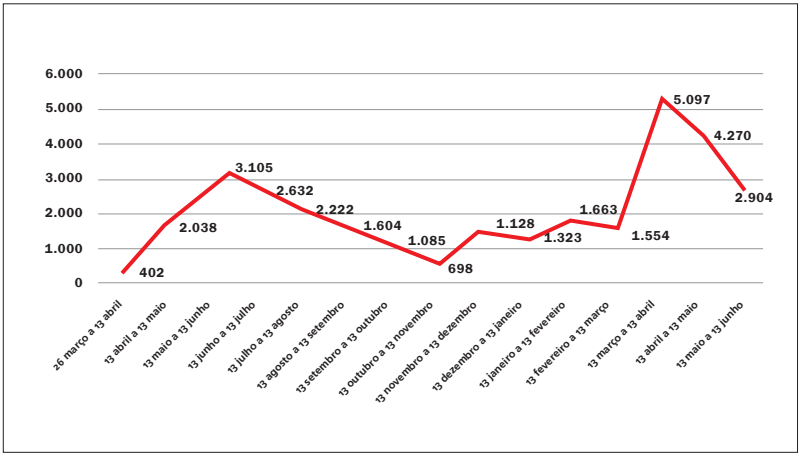
dência dos casos e das mortes desde o início da pandemia, por intervalo de tempo, desde o dia 26 de março de 2020 até o dia 13 de junho de 2021. Percebe-se também que o total de óbitos no município de São Paulo em 2020 foi de 23.131, enquanto já em 25 de junho de 2021 esta cifra quase foi alcançada, atingindo 22.134 neste ano de 2021.

Gráfico 1 – Número de novos casos de covid-19 no município de São Paulo.



Fonte: Fundação Seade, 2021.

Gráfico 2 – Número de novos óbitos por covid-19 no município de São Paulo.



Fonte: Fundação Seade, 2021.

Tento em vista aprofundar o estudo destas questões, este artigo está estruturado em três sessões:

- características dos óbitos por sexo, cor, idade, escolaridade e ocupação;
- a evolução dos óbitos por covid-19 no espaço intraurbano do município de São Paulo;
- considerações preliminares sobre o impacto da covid-19 na maior cidade sul-americana.

Sobre os dados

O primeiro caso brasileiro confirmado, ainda em fevereiro de 2020, foi de um morador de São Paulo que acabara de chegar da Itália. Desde então, um dos problemas enfrentados para análises relativas à propagação do coronavírus tem sido a coleta e a divulgação das informações relativas à contaminação e aos óbitos.

Para o Estado de São Paulo, a Fundação Seade, tendo como fonte informações da Secretaria de Saúde do Estado, disponibilizou um banco de dados com o número diário de casos e óbitos para todos os municípios do estado. Já no âmbito específico do município de São Paulo, a prefeitura divulga Boletins diários, com o número total de óbitos. Nos meses de abril e maio forma elaborados também relatórios específicos (Relatório Situacional), com dados detalhados dos contágios e mortes desagregados por distrito. Após este período, a disponibilização de dados por distrito foi feita, em geral, por jornais de grande circulação (em especial Folha de S.Paulo e Estado de S.Paulo). No início de 2021, o site Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade – PRO-AIM da Prefeitura Municipal de São Paulo publicou informações distritais sobre o total de óbitos de 2020 por covid-19. A partir desta data, esta fonte tem sido atualizada periodicamente e fornece as informações deste texto. Cabe destacar também que os dados utilizados na análise são a soma dos óbitos confirmados e suspeitos. Esta opção se justifica, pois os casos suspeitos tiveram confirmação clínica aguardando apenas resultado de sorologia.

Óbitos por sexo, cor, escolaridade e idade

Óbitos por sexo

A população do município de São Paulo apresentava, segundo estimativa de 2021, mais mulheres do que homens: 6.231.305 mulheres (52,37%) e 5.675.546 homens (47,63%). A distribuição de óbitos, entretanto, mostra-se inversa, com uma proporção maior de mortes entre os membros do sexo masculino. Esta informação se manteve nos dados do artigo do *International Journal of Epidemiology*, que utilizou informações de óbitos entre março e setembro de 2020, no trabalho do Instituto Polis (com dados de março de 2020 a março de 2021) e nos atuais dados de 2021 (até 25 de junho).

Estas informações mostram que a proporção de mortes masculinas é 1,16 vezes maior do que o esperado. Lembrando ainda que as mortes ocorrem preferencialmente em idades superiores a 40 anos, e que justamente nestas faixas etárias o "excesso" feminino costuma ser maior (pelo censo demográfico de 2022, a proporção de mulheres no município de São Paulo em idades acima de 40 anos seria de 25,64% do total e a de homens, 19,93%). Os motivos para isso poderiam estar ligados ao tipo de ocupação masculina. Mas na análise desta variável percebe-se que mesmo entre aposentados a proporção de óbitos masculinos é maior. Maior presença de comorbidades, talvez? Sabe-se que homens costumam ir a uma consulta médica com menor frequência que mulheres. Ou algum outro fato fisiológico?

Tabela 1 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo, segundo sexo e período.

ÓBITOS POR COVID-19	ENTRE 3 E 9 DE 2020		ENTRE 3 DE 2020 E 3 DE 2021		2021 ATÉ 25 DE JUNHO	
MASCULINO	10.670	54,73%	16.800	54,58%	12.260	55,42%
FEMININO	8.824	45,27%	13.983	45,42%	9.863	44,58%
TOTAL	19.494	100,00%	30.783	100,00%	22.123	100,00%

Fonte: Secretaria da Saúde do Município de São Paulo – Pro-Aim; (Ribeiro, Ribeiro, Veras e Castro, 2021). Instituto Polis, 2021.

Óbitos por cor

A distribuição por cor da população paulistana era, em 2010, de 63,9% de autodeclarados brancos, 5,5% pretos, 1,4% amarelos, 29,1% pardos e apenas 0,1% indígenas. A tabela 1 compara os óbitos por covid-19 em 2021, até 18 de junho, e em 2020, entre março e setembro (Ribeiro, Ribeiro, Veras e Castro, 2021), cotejando os resultados com a distribuição proporcional do município.

Tabela 2 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo, segundo raça/cor e período.

COR	ÓBITOS POR COVID-19		MUNICÍPIO DE SÃO PAULO 2010
	ATÉ 18 JUNHO 2021	MARÇO A SETEMBRO 2020	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO
BRANCA	62,95%	61,27%	63,90%
PRETA	9,46%	9,20%	5,50%
AMARELA	2,06%	2,28%	1,40%
PARDA	22,80%	23,82%	29,10%
INDÍGENA	0,10%	0,06%	0,10%
NÃO INFORMADO	2,64%	3,37%	
TOTAL	100,00%	100,00%	100%

Fonte: Secretaria da Saúde do Município de São Paulo – Pro-Aim; (Ribeiro, Ribeiro, Veras e Castro, 2021). Censo de 2010.

Percebe-se uma sobre mortalidade entre os pretos. É provável que essa sobre mortalidade esteja associada às condições socioeconômicas, dado que não existem razões fisiológicas para uma maior chance de morte entre indivíduos da cor preta por covid-19. A mortalidade entre pretos é 1,67 vezes superior à que se esperava por sua distribuição na população. Novamente se colocam os motivos, já que isto não acontece entre os chamados pardos. Seriam os pretos mais vulneráveis, tanto socioeconomicamente como fisiologicamente? São os mais pobres entre os pobres? Sabe-se também que é um grupo populacional mais sujeito à diabetes e a hipertensão.

Óbitos por escolaridade

A distribuição da escolaridade da população paulistana era, segundo o Censo de 2010, concentrada em indivíduos sem instrução/fundamental incompleto (37,64%). Com fundamental completo/médio incompleto o percentual era de 18,38%, com médio completo/superior incompleto 26,68% e com superior completo, 16,07%. Apenas 1,22% não declarou a escolaridade.

Tabela 3 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo, segundo escolaridade e período.

ESCOLARIDADE	ÓBITOS POR COVID-19	
	MARÇO DE 2020 A MARÇO DE 2021	ATÉ JUNHO DE 2021
NENHUM	7,30%	5,19%
FUNDAMENTAL 1	47,00%	42,95%
FUNDAMENTAL 2	22,40%	27,59%
MÉDIO COMPLETO E MAIS	12,30%	15,27%
SEM INFORMAÇÃO	11,00%	9,01%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria da Saúde do Município de São Paulo – Pro-Aim, Instituto Polis, 2021.

Comparando-se os dados de 2021 com dados de 2020 entre março e setembro (Ribeiro, Ribeiro, Véras, 2021, pp. 736-737), a distribuição mostra-se semelhante:

Tabela 4 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo, segundo anos de estudo e período.

ANOS DE ESCOLARIDADE	ÓBITOS POR COVID-19	
	2020	2021
NENHUM	7,77%	5,19%
DE 1 a 7	48,28%	42,95%
8 e MAIS	32,05%	42,85%
IGNORADO	11,90%	9,01%
TOTAL	100,00%	100,00%

Fonte: Secretaria da Saúde do Município de São Paulo – Pro-Aim, Instituto Polis, 2021.

A análise das duas tabelas mostra que:

- tanto em 2020 com em 2021 a proporção de óbitos de pessoas com nenhuma escolaridade era grande, diminuindo ligeiramente em 2021;
- a grande maioria dos óbitos (76,70% entre março de 2020 e março de 2021), e 765,73% em 2021 (até junho) ocorreu entre pessoas com instrução inferior ao médio incompleto. Este dado associa-se diretamente ao rendimento, já que pessoas com menor escolaridade tendem a possuir rendimento menor;
- embora 42,75% dos maiores de 10 anos possuíssem escolaridade superior ao nível médio completo em 2010, apenas 15,27% dos óbitos ocorreram neste segmento populacional.

Existe, assim, uma associação negativa entre escolaridade e óbitos por covid-19: há menor mortalidade entre pessoas com instrução maior. Esta associação liga-se à maior renda associada à maior escolaridade. Mas vale lembrar que os brasileiros menos escolarizados se associam aos de menor renda, aos mais vulneráveis e também existe uma maior incidência de comorbidades não tratadas entre pessoas com nível educacional mais baixo.

Óbitos por idade

Sabe-se que o Sars-Cov-2 afeta, notadamente, pessoas de maior idade. A população paulistana apresentava, em 2021, 16,04% de habitantes com 60 anos e mais e 27,45% de moradores com 40 a 59 anos. Pela tabela 4 percebe-se que, embora a maioria dos óbitos ainda esteja na faixa dos 60 anos e mais, entre 2020 e o primeiro semestre de 2021, houve um certo "rejuvenescimento" dessas mortes: a proporção de óbitos entre idosos foi de 74,65% em 2021, passando a 68,00% em junho de 2021 e a 66,50% em setembro de 2021. De outro lado, o percentual de mortes entre 40 e 59 anos aumentou de 17,72% em 2020 para 26, 51% em junho 2021 e para 32,11% em setembro de 2021.

Em 2020, a mortalidade dos idosos no município era de 889,68 para 100 mil moradores, 7,21 vezes maior que a mortalidade dos habitantes entre 40 e 59 anos, que era de 123,43 por 100 mil. Esta razão diminui no primeiro semestre de 2021, onde a taxa de 774,12 para 100 idosos é 4,45 vezes a de 174,09 óbitos para cada 100 mil moradores entre 40 e 59 anos. A mortalidade para o total populacional diminuiu um

pouco entre 2020 e 2021, de 191,22 por 100 mil para 181,82 por 100 mil. Algumas hipóteses podem ser elaboradas para refletir sobre estes fatos:

- a ligeira diminuição na mortalidade pode estar ligada a um melhor diagnóstico e tratamento, uma vez que as equipes de saúde estão mais preparadas;
- a mortalidade total dos idosos com 60 anos e mais diminuiu ligeiramente entre 2020 e 2021, de 889,68 por 100 mil para 774,12 por 100 mil (cerca de 10%). Mas vale a penas ver as diferenças dentro do grupo total de idosos;
- esta diminuição, sobretudo quando comparada com a mortalidade medida entre março e setembro de 2020 (Ribeiro, Ribeiro, Veras e Castro, 2021), é clara no segmento dos mais idosos com 75 anos e mais: em 2020 a mortalidade entre estes idosos foi de 1.565,77 óbitos por 100 mil, enquanto que no primeiro semestre de 2021 caiu para 1.394,27 (queda de 11%). E pode ser que esteja associada à vacinação completa das pessoas nesta faixa etária. Entre os idosos entre 60 e 74 anos a mortalidade atingia 357,70 por 100 mil habitantes em 2020, subindo para 572,96 por 100 mil no primeiro semestre de 2021. Neste segmento populacional a vacinação ainda se encontrava na primeira fase;
- o aumento da mortalidade nas faixas etárias a partir de 40 anos entre 2020 e 2021 pode estar associado à expansão do coronavírus para a periferia, onde a estrutura etária é mais jovem. Além de mais jovens,

> os indivíduos têm renda menor e piores condições de trabalho domiciliar e usam transporte público lotado, sendo, assim mais sujeitos à contaminação.

Para o Brasil como um todo, pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA comentaram que "a mortalidade começou a rejuvenescer" (Valor Econômico, 2021, p. A6). Até dezembro de 2020, 77% das mortes por covid-19 no país eram de pessoas com 60 anos ou mais. Em maio de 2021, o percentual havia caído para 60%, em consequência da vacinação. Pesquisadores do Ipea calculam também que, computadas as mortes nos primeiros cinco meses de 2021, houve um corte de 3,2 anos na expectativa de vida do brasileiro, que era de até 76,5 anos em 2019. E como a maior parte das mortes por covid-19 é de homens, a distância entre a expectativa de vida dos sexos feminino e masculino aumentou. As mulheres vivem 8,5 anos mais que os homens, ante uma diferença anterior de sete anos.

Tabela 5 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo, segundo grupo etário e período.

IDADE	ÓBITOS POR COVID-19 2020		ÓBITOS POR COVID-19 2021 - 25/6		ÓBITOS POR COVID-19 2021 ATÉ 9/9	
	NA	%	NA	%	NA	%
0 a 4	449	1,97%	11	0,05%	12	0,05%
5 a 14	68	0,30%	11	0,05%	14	0,05%
15 a 39	1222	5,36%	1194	5,39%	326	1,28%
40 a 59	4037	17,72%	5867	26,51%	8187	32,11%
60 a MAIS	17007	74,65%	15051	68,00%	16954	66,50%
TOTAL	22783	100,00%	22134	100,00%	25493	100,00%

Fonte: Secretaria da Saúde do Município de São Paulo – Pro-Aim.

Óbitos por ocupação

Esta variável não está no acesso público de dados fornecido pelo Tabnet do site do Pro-Aim da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo. Entretanto, o Instituto Polis, pela Lei de Acesso à Informação – LAI, deu acesso à planilha base destes dados entre março e 2020 e março de 2021 (Instituto Polis, 2021), por meio da publicação de sua tabela fonte. As tabelas aqui apresentadas foram elaboradas a partir desta planilha base. E muitas das análises também aqui apresentadas baseiam-se nas elaboradas na publicação mencionada.

As atividades das vítimas foram classificadas através dos códigos da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. A partir dos 737 códigos identificados, o Instituto Polis classificou as ocupações em categorias, agrupadas posteriormente por setor econômico e tipo de atuação, atividade essencial e possi-

bilidade de trabalho remoto. A distribuição das ocupações para o total do município é resultado de dados da pesquisa Origem Destino (OD, 2017). O uso da pesquisa OD distorce um pouco a comparação, visto que algumas categorias não foram detalhadas. O uso do total populacional para os percentuais tentou minimizar esta falta.

Tabela 6 – Óbitos por covid-19 no município de São Paulo segundo ocupação e período.

OCUPAÇÃO	ÓBITOS	%
APOSENTADOS(AS)	9.925	32,23%
DONAS DE CASA	4.832	15,69%
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.268	4,12%
INDÚSTRIA	1.245	4,04%
SERVIÇOS	7.470	24,26%
COMÉRCIO	1.547	5,02%
PESSOAS DESEMPREGADAS	397	1,29%
AGRICULTURA	120	0,39%
ESTUDANTES	61	0,20%
SEM NOTIFICAÇÃO	3.931	12,76%
TOTAL	30.796	100,00%

Fonte: Instituto Polis, tabela matriz.

Nota-se que entre as vítimas há uma enorme proporção de pessoas com trabalho não remunerado: 49,41%, entre aposentados, donas de casa, desempregados e estudantes. Os outros 38,83% correspondem a categorias de trabalho remunera-

do. A subnotificação de casos, ou seja, óbitos que não tiveram o preenchimento da ocupação, foi de 12,76%.

Aposentados e donas de casa são as categorias com maior proporção de mortes, representando 47,82% do total de óbitos. Associa-se a isto o seu grupo etário: são majoritariamente pessoas com 60 anos e mais, faixa etária associada a maior mortalidade. Para os aposentados, a associação é imediata. Já para as donas de casa, pode-se pensar numa relação cruzada: atualmente, é cada vez mais raro que a mulher não tenha trabalho remunerado. Assim, grande parte das donas de casa provavelmente pertence a grupos etários mais velhos. A proporção paulistana de aposentados foi, em 2017, de 11,56% e a de donas de casa de 6,26%. Observa-se que os óbitos exibem proporções bem maiores que a verificada no total da cidade, nos dois casos, mostrando uma sobre mortalidade. De outro lado, são categorias ocupacionais que apresentam pouca locomoção. Assim, é pouco provável que tenham se infectado em transporte público. Seria possível associar a infecção destas vítimas ao contágio domiciliar-parentes que trabalham fora trazendo o vírus.

Estudantes foram poupados, não só pela faixa etária, mas também pela suspensão de aulas presenciais. Representam 17,79% da população paulistana e apenas 0,20% dos óbitos.

Operários da construção civil também parecem estar mais expostos, dado que sua proporção na população era de 2,31% e representam 4,12% das mortes. A construção civil foi considerada uma atividade essencial, não interrompeu o trabalho e é impossível trabalho domiciliar neste ramo.

Os trabalhadores do comércio representam 5,02% dos óbitos, mas são 8,71% do total da população do município. Su-

cessivas medidas restritivas devem ter ajudado a salvar vidas, diminuindo o percentual de óbitos esperados.

O setor de serviços é extremamente heterogêneo e mostra uma diversidade de ocupações. No total, tem 24,26% dos óbitos, mas compreende uma proporção de 31,18% da população paulistana. O transporte de passageiro constitui um dos grupos mais afetados, com 3,2% das mortes totais. A proporção de trabalhadores de transporte no município era de 1,63% em 2017. Trata-se de serviço considerado essencial e que não interrompeu suas atividades em momento nenhum da pandemia.

Mortalidade intraurbana por covid-19

Estrutura etária da população paulistana: evolução e espacialização

Em 1940, apenas 4,92% da população paulistana tinha 60 anos ou mais. O percentual de jovens de até 15 anos era quase 31%. Em cinquenta anos, esta proporção de jovens se reduz a 19%, enquanto a proporção de idosos sobe quase 11 pontos percentuais, para 15,62%. Em 2022, o percentual de idosos alcançou 17,67%. A proporção de pessoas com até 30 anos passa de 62% da população total para 38,44%, numa mudança profunda do perfil demográfico.

Tabela 7 – População do município de São Paulo segundo grupo etário (em %, de 1940 a 2022).

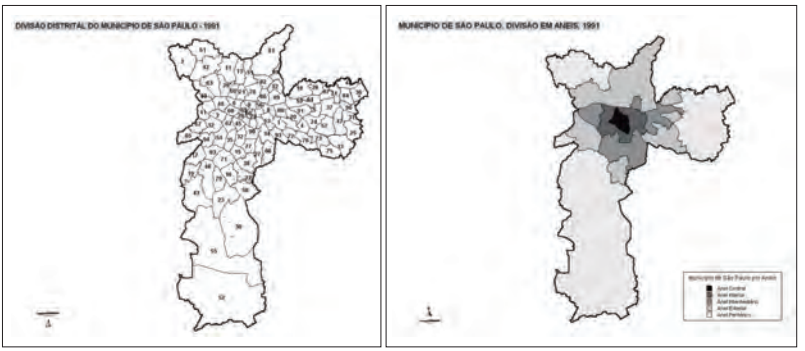
IDADE	ANOS								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2022
0-14	30,90	29,09	32,46	32,40	29,95	28,53	24,79	22,77	17,06
15-29	31,08	32,03	28,02	28,87	31,90	28,35	28,40	18,78	21,38
30-44	21,97	21,76	22,21	20,50	19,99	29,97	23,30	27,01	24,26
44-59	11,00	11,86	11,33	11,76	11,85	12,09	14,14	18,50	19,63
60 E MAIS	4,92	5,16	5,98	6,08	6,35	8,07	9,37	13,04	17,67
IG	0,99	0,10		0,39	0,06				
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		100,00

Fonte: IBGE – Censos demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022.

A distribuição etária não é uniforme em todo o tecido urbano da cidade de São Paulo. Desde 1970 os distritos do município podiam ser agrupados pelo seu distinto perfil etário. Utilizou-se, na época, como categoria de agregação, a proporção de jovens em cada um dos 56 distritos então vigentes: em torno de 15%, de 20%, de 30%, de 35% e em torno de 40%, configurando assim cinco grupos. Utilizando este critério, foram organizados cinco anéis concêntricos: anel central, anel interior, anel intermediário, anel exterior e anel periférico. Os chamados anéis central e interior correspondiam à zona central (centro histórico e centro expandido), tal como a definia o Plano Diretor de 1985. A zona intermediária do Plano Diretor congrega os anéis intermediário e exterior, além dos distritos de Vila Jaguara e Pirituba. A zona periférica coincide pratica-

mente com o anel periférico. Os distritos foram redimensionados para 96 do Censo de 1991, mas de forma a preservar os contornos dos antigos 56 das décadas de 1970 e 1980, o que possibilitou conservar a divisão em anéis e observá-la cronologicamente (Taschner, 1990, pp. 3-34).

Figura 1 – Município de São Paulo segundo distritos e anéis.



Fonte: Elaboração própria.

Assim, a população cresceu menos, o padrão de crescimento teve certa inflexão, a população envelheceu como um todo e também na periferia. A taxa de crescimento populacional do anel periférico tem diminuído continuamente desde a década de 1960, embora em termos absolutos o maior crescimento ainda se dê na periferia, 434.844 pessoas, 70,57% do total do incremento populacional da década de 2010. Embora significativo, nota-se que mesmo em números absolutos o montante de 434.844 pessoas é menor que o montante de 491 mil na década anterior. Entre 2010 e 2022 o crescimento total da população municipal foi pífio, de apenas 199 mil pes-

soas. Mas entre estas, 174.473 alocaram-se no anel periférico (88%). Ou seja, mesmo com crescimento reduzido, o anel periférico é o que cresce mais. Percebe-se também uma mudança ligeira na estrutura etária de cada anel, pelas projeções da Fundação Seade (no momento em que este artigo estava sendo redigido, ainda não se tinha o resultado da estrutura etária por distrito): o anel central rejuvenesce (em 2010 apenas 12,07% da sua população tinha menos de 15 anos, enquanto que em 2020 este percentual sobe para 15,49%; no anel interior, o percentual de jovens sobre de 13,40% para 15,47% neste mesmo período; no anel intermediário a proporção de jovens praticamente se mantem em 15,7%, enquanto que no anel exterior a proporção de jovens diminui de 19,61% para 18,38% e no periférico de 24,28% para 20,86%[2].

2. A divisão do tecido urbano em cinco anéis seguiu metodologia proposta por Taschner em trabalho para a Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (1977), posteriormente reutilizada em publicação de 1990 (Taschner, 1990). A construção dos anéis se deu privilegiando a variável proporção de população jovem de nove com até 15 anos) sobre a população total de 1970. Agruparam-se os então subdistritos e distritos componentes do município em cinco conjuntos: o anel central, com unidades territoriais em torno de 15% de população jovem, o anel interior, com cerca de 20% de população com menos de 15 anos, o anel intermediário, com quase 30% da população considerada jovem, o anel exterior, com 35% e o anel periférico, com subdistritos e distritos com cerca de 40% da população entre 0 e 15 anos. Os chamados anéis central e interior correspondiam à grande zona central, tal como foi definida pelo Plano Diretor de 1985. A zona intermediária do Plano Diretor congregava os anéis intermediário e exterior, além dos subdistritos de Vila Jaguara e Pirituba. A zona periférica praticamente coincidia com o anel periférico, com a única diferença de Brasilândia. Em 1991, o IBGE usou uma nova divisão da trama urbana, mudando-a para 96 distritos, divisão essa que se conserva até 2021. Como já se tinha alguns trabalhos com a divisão anterior, achou-se interessante continuar com unidades territoriais equivalentes. Para isso comparou-se o desenho dos anéis de 1970 e 1980 com o mapa base de 96 distritos, de 1991, procurando-se manter o traçado anterior e compatibilizando-o com os novos distritos.

Tabela 8 – População idosa residente no município de São Paulo segundo anel de residência (em %, de 1970 a 2020).

ANEL	% POPULAÇÃO DO ANEL COM 60 ANOS E MAIS					
	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Central	10,58	10,95	13,60	16,09	10,36	20,7
Interior	10,85	11,40	15,38	17,85	11,83	23,13
Intermediário	7,13	8,63	12,42	15,04	17,29	21,88
Exterior	4,5	5,82	8,03	10,43	13,24	17,42
Periférico	3,33	3,51	4,64	5,71	8,46	12,83
TOTAL	6,08	6,35	8,07	9,37	13,04	15,62

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Projeções demográficas para 2020, Fundação Seade.

Assim os cinco anéis do estudo agruparam os seguintes novos distritos:

Anel central (6): Bela Vista, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé.

Anel interior (11): Barra Funda, Belém, Brás, Bom Retiro, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana.

Anel intermediário (15): Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, Carrão, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, Saúde, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina.

Anel exterior (28): Aricanduva, Butantã, Vila Nova Cachoeirinha, Cangaíba, Casa Verde, Cidade Ademar, Freguesia do Ó, Jabaquara, Jaçanã, Jaguara, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Pirituba, Rio Pequeno, Santana, São Lucas, Sapopemba, Tremembé, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia e São Domingos.

Anel periférico (36): Anhanguera, Artur Alvim, Brasilândia, Campo Grande, Campo Limpo, Capão Redondo, Cidade Dutra, Cidade Líder, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luís, Jose Bonifácio, Marsillac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Raposo Tavares, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Lajeado.

Tabela 9 – População jovem (até 15 anos) residente no município de São Paulo segundo anel de residência (em %, de 1970 a 2020).

ANEL	% POPULAÇÃO DO ANEL COM MENOS DE 15 ANOS					
	1970	1980	1991	2000	2010	2020
Central	14,89	15,50	17,39	14,39	12,07%	14,92%
Interior	21,16	19,56	19,46	15,21	13,40%	15,47%
Intermediário	28,86	24,68	23,31	19,00	15,76%	15,71%
Exterior	34,87	30,57	27,94	23,50	19,61%	18,39%
Periférico	41,79	37,35	33,70	29,06	24,28%	20,86%
TOTAL	32,40	29,95	28,53	24,79	24,79%	18,99%

Fonte: Censos demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Projeções demográficas para 2020, Fundação Seade.

O crescimento populacional nos anéis centrais está se dando por incorporação de camadas mais jovens. Estudando os produtos do mercado imobiliário para locação, percebe-se que são privilegiados apartamentos pequenos, voltados sobretudos para jovens casais e solteiros que não querem ter casa própria, não querem constituir família (pelo menos no momento) e optam por morar mais perto do trabalho e das oportunidades de lazer, cultura e transporte público que os distritos mais centrais podem oferecer.

Se fôssemos considerar apenas a estrutura etária, o esperado, pelas características da covid-19 durante o ano de 2020, seria uma maior mortalidade nos anéis interior e intermediário, onde a proporção de idosos é maior. É claro que a estrutura etária é variável importante, mas não a única. Condições ambientais e ligadas ao transporte público, à possibilidade de

isolamento físico e ao uso de máscaras, assim como o estado de nutrição e imunológico, atuam também.

Tabela 10 – Mortalidade por covid-19 por 100 mil moradores no município de São Paulo (segundo anéis, diversas datas em 2020 e 2021).

ANEL	2020					2021			
	17/ABR	27/MAI	3/AGO	24/SET	31/DEZ	18/FEV	15/ABR	6/MAI	9/SET
Central	20,24	68,86	124,10	148,23	182,93	219,43	278,49	325,73	357,23
Interior	19,97	66,96	130,70	161,68	198,40	230,53	301,95	347,56	376,44
Intermediário	19,91	68,25	142,30	169,79	211,24	240,30	322,43	381,76	419,03
Exterior	18,58	68,62	103,40	172,72	217,29	246,91	344,30	417,50	455,63
Periférico	13,26	56,66	115,90	140,52	171,85	194,25	266,21	330,53	359,55
MSP	16,26	62,60	126,90	155,09	191,99	218,31	298,55	363,24	396,04

Fonte: Dados coletados do Boletim Epidemiológico da PMSP; a 24 de setembro, do jornal O Estado de S.Paulo; de 31 de dezembro em diante e do site Pro-Aim PMSP.

A tabela 10 permite um acompanhamento dos óbitos por covid-19 por anel de moradia. Percebe-se que, no início da pandemia, em meados de abril, a mortalidade era maior nos anéis mais centrais, com estrutura etária mais velha. No anel interior é onde residem as camadas mais ricas da população, onde a doença começou, vinda da Europa. Em fins de maio as taxas de mortalidade se aproximavam em todos os anéis, com a periferia ainda apresentando valores menores. No fim de 2020, os anéis intermediário e exterior mostravam maior mortalidade, apesar da estrutura etária mais jovem que os anéis centrais e interior. O anel periférico, o com menor proporção de idosos com 60 anos e mais, era onde a mortalidade era menor, apesar

das más condições ambientais e de transporte público.

Entre fins de 2020 e início de 2021 a pandemia parecia amainar. Entre 31 de dezembro de 2020 e 18 de fevereiro de 2021 a mortalidade no município de São Paulo subiu apenas 13,70%. Este aumento foi razoavelmente uniforme em todo o tecido urbano, maior no anel central (19,95%) que em todos os outros (no periférico, 13,03%; no interior, 16,19%; no intermediário, 13,75% e no exterior, 13,63%).

Entretanto, entre meados de fevereiro e meados de abril, ela recrudesceu, com a entrada da variante gama. Para o município como um todo o aumento da mortalidade foi de 37%. O aumento por anel mudou de perfil: nos anéis central e interior foi menor, de 27% e 31%, enquanto nos anéis intermediário, exterior e periférico atingiu valores mais altos, de 34%, 39% e 37%, respectivamente. Percebe-se um maior incremento de mortalidade na periferia (anéis exterior e periférico), embora a estrutura etária seja mais jovem.

Este mesmo padrão de aumento continua no período de meados de abril a 6 de maio. O aumento no anel interior, onde existe a maior proporção de idosos, foi o menor, de 15,1%. A vacinação se iniciou em fins de fevereiro. Assim essa menor mortalidade deve ser já efeito da primeira dose e da vacinação completa dos segmentos mais idosos. No anel central o incremento na mortalidade foi de 17%. Já no anel periférico este incremento atingiu 24,2%, no exterior 21,3% e no intermediário 18,4%.

Entre 6 de maio e 9 de setembro de 2021 o aumento total no município foi de 9%, distribuído de forma bastante uniforme entre os anéis, com valor mais alto de 9,76% no anel intermediário, 9,67% no anel central, 9,13% no exterior e valores me-

nores de 9% nos anéis interior (8,31%) e no periférico (8,78%).

Percebe-se que a doença, no seu momento mais crítico, espalhou-se na periferia, entre camadas populacionais de menor idade. Assim, embora a estrutura etária nos anéis exterior e periférico apontasse proporção bem menor de idosos com alto risco, outros fatores, como condições de vida e de transporte cotidiano, menor vacinação e pior atendimento médico influenciaram as taxas de mortalidade por covid-19.

Em que distritos a mortalidade foi maior? E onde foi menor?

Nenhum dos anéis é totalmente homogêneo. A hipótese norteadora era que em distrito com alta proporção de maiores de 60 anos, a mortalidade seria maior. E nos mais jovens, menor.

Tabela 11 – Distritos do município de São Paulo com maior e menor mortalidade por covid-19 (até setembro de 2021).

MAIOR MORTALIDADE			MENOR MORTALIDADE		
DISTRITO	MORTALIDADE	% IDOSOS	DISTRITO	MORTALIDADE	% IDOSOS
Aricanduva	605,27	19,46%	Vila Andrade	216,26	10,77%
Água Rasa	600,51	23,56%	Anhanguera	226,69	9,12%
Freguesia do Ó	595,13	18,89%	Vila Leopoldina	246,82	17,39%
Vila Formosa	589,66	21,87%	Jaguaré	250,19	15,22%
Ponte Rasa	582,76	18,48%	Jardim Ângela	259,15	9,90%
São Miguel	569,52	15,09%	Marsilac	259,96	14,45%
Artur Alvin	564,77	18,24%	Pedreira	267,17	11,98%
Vila Prudente	563,97	21,16%	São Rafael	270,13	11,64%
Vila Medeiros	559,55	18,56%	Moema	280,39	26,27%
Santana	553,85	24,72%	Vila Sônia	280,90	17,03%

Fonte: Dados coletados do Boletim Epidemiológico da PMSP; a 24 de setembro, do jornal O Estado de S.Paulo; de 31 de dezembro em diante e do site Pro-Aim PMSP. Projeções populacionais Fundação Seade.

Pela tabela 11, percebe-se que os distritos com maior mortalidade nem sempre apresentam proporção de idosos muito alta. Água Rasa, Vila Prudente e Santana são os únicos com mais de 20% de idosos residentes. São Miguel, outra exceção, aproxima-se do 15% com pessoas de 60 anos e mais. E, a não ser na Água Rasa, que sempre foi um distrito com alta mortalidade por covid-19, os outros são distritos pobres, nos anéis exterior e periférico.

De outro lado, realmente os distritos com menor proporção de população idosa apresentam menor mortalidade. Entre eles, apenas Moema tem renda mais alta. Vila Leopoldina é um bairro em processo de gentrificação com presença de favelas. Os outros são distritos dos anéis exterior e periférico, com

baixa renda. Vila Andrade tem altíssimo percentual de residentes em favelas (em 2010, quase 50 % da população residia em favela: 62.968 dos 127.015 residentes no distrito). Este fato pode ser associado ao trabalho desenvolvido na favela de Paraisópolis, tanto preventivo como de atendimento aos doentes.

Olhando os dados sob outra perspectiva, a mortalidade nos distritos mais idosos e nos mais jovens, tem-se:

Tabela 12 – Mortalidade por covid-19 entre os distritos mais velhos e os mais jovens do município de São Paulo (até 15 de junho de 2021).

10 DISTRITOS MAIS VELHOS			10 DISTRITOS MAIS JOVENS		
DISTRITO	% IDOSOS	MORTALIDADE	DISTRITO	% IDOSOS	MORTALIDADE
Alto de Pineiros	29,19%	358,65	Anhanguera	9,12%	226,69
Jardim Paulista	27,01%	306,93	Jardim Ângela	9,90%	259,15
Pinheiros	26,43%	308,62	Parelheiros	10,14%	319,04
Moema	26,27%	280,35	Grajaú	10,15%	295,37
Vila Mariana	26,21%	381,74	Iguatemi	10,58%	395,80
Consolação	25,77%	347,32	Cidade Tiradentes	10,63%	360,28
Perdizes	25,55%	294,55	Lajeado	10,92%	389,45
Saúde	25,32%	376,78	Perus	11,02%	380,65
Lapa	25,22%	451,68	Jardim Helena	11,59%	410,15
Campo Belo	25,05%	482,19	Brasilândia	11,67%	402,95

Fonte: Dados coletados do Boletim Epidemiológico da PMSP; a 24 de setembro, do jornal O Estado de S.Paulo; de 31 de dezembro em diante e do site Pro-Aim PMSP. Projeções populacionais Fundação Seade.

Observa-se que os distritos com maior proporção de pessoas com 60 anos e mais são também os com maior renda média e em geral situados no anel interior. O distrito com a mais alta proporção de idosos é Alto de Pinheiros, com quase 30% de moradores com 60 anos e mais. Sua mortalidade, entretan-

to, é semelhante à de Perus e Cidade Tiradentes, com 11% e 10,6% de idosos, respectivamente.

Alguns trabalhos com acesso a dados específicos de mortalidade por covid-19 por faixa etária (Polis, 2021; Ribeiro, Ribeiro, Veras e Castro, 2021), padronizando a idade por segmento espacial, concluíram que distritos com maior percentual de residentes em favelas estariam associados a uma maior mortalidade. Além disso, o fenômeno da mortalidade estaria associado à "*falta de seguridade, que faz com que o trabalhador tenha que sair de casa para não perder seus rendimentos, paralelamente à ausência de condições que garantam seu deslocamento com maior segurança (menor risco de infecção)*" (Polis, 2021).

Os dados de mortalidade por distrito mostram que distritos com proporção de idosos maior que 25% apresentam mortalidade significativa (entre 261 e 438 óbitos por 100 mil moradores). Mas distritos periféricos, com proporção baixa de idosos (menor que 12%) têm, também, mortalidade significativa (entre 240 e 387 óbitos por 100 mil). Todos os distritos com baixa percentagem de pessoas com 60 anos e mais são periféricos.

Assim, embora a estrutura etária esteja realmente associada à mortalidade (e o registro de óbitos por covid-19 o demonstra), não é o único fator interveniente. O local de moradia e as condições de deslocamento importam. Mas aposentados e donas de casa são os grupos mais atingidos, em todos os distritos.

Um estudo da Unifesp, em parceria com a Fundação Tide Setúbal, apontou que entre 10 regiões da capital com mais mortes pela doença, nove são líderes no número de viagens em ônibus, trem e metrô (Folha de S.Paulo, 2021, p. B2).

Os dados acumulados até 9 de setembro de 2021 já sofrem influência da vacinação, que se iniciou em fevereiro, com os mais idosos. Assim, dado este critério, regiões com maior proporção de idosos apresentam, a esta data, maior percentual de vacinados com as duas doses necessárias. Trabalho do Instituto Polis (2021), tendo acesso pela LAI aos óbitos por grupo etário, padronizou os óbitos esperados para cada distrito até o dia 31 de dezembro de 2020. E o que se percebeu foi que entre os distritos com menos óbitos esperados estavam distritos centrais, com alta percentagem de idosos, mas com alta renda. De outro lado, entre os distritos com bem mais óbitos esperados que os verificados até aquela data, computavam-se distritos periféricos e o Brás.

Tabela 13 – Distritos com mais e com menos óbitos que os esperados no município de São Paulo (até 31 de dezembro de 2020 – Mortalidade padronizada por idade).

DISTRITO	POPULAÇÃO 2020	TAXA MORTALIDADE	ÓBITOS OBSERVADOS	ÓBITOS ESPERADOS	% O-E SOBRE ESPERADOS
Jardim Paulista	90.719	162,0	147	236	-37,6
Alto de Pinheiros	40.962	180,7	74	114	-34,9
Pinheiros	65.909	165,4	109	167	-34,6
Moema	89.382	164,5	147	219	-32,9
Perdizes	114.788	166,4	191	274	-30,3
Vila Leopoldina	45.092	119,8	54	76	-29,3
Butantã	53.836	157,9	85	119	-28,7
Itaim Bibi	97.229	183,1	178	233	-23,5
Bela Vista	73.235	152,9	112	144	-22,3
Consolação	57.405	195,1	112	142	-21,1
Sapopemba	289.759	228,1	661	403	64,0
Cidade Tiradentes	235.630	168,9	398	236	68,9
Brasilândia	281.977	193,6	546	322	69,6
Cachoeirinha	146.387	218,6	320	188	70,4
Brás	33.045	236,0	78	44	76,3
São Miguel	89.173	259,0	231	130	78,2
Guaianases	109.730	203,2	223	125	79,0
Jardim Helena	135.605	209,4	284	153	85,4
Lajeado	174.539	198,2	346	184	87,6
Iguatemi	149.739	192,3	288	152	89,0

Fonte: Instituto Polis, julho de 2021. Priorização territorial na vacinação da população com menos de 60 anos. Anexo – tabela padronizada.

Considerações finais

Dos dados e análises apresentadas no texto, depreende-se que:

- tanto casos como óbitos no município de São Paulo tiveram seu pico em meados do primeiro semestre de 2021, reduzindo-se de forma significativa até 9 de setembro (data da atualização deste trabalho);
- os óbitos são em maior número para paulistanos do sexo masculino, embora o maior percentual populacional no município seja o de pessoas do sexo feminino (em 2021, até junho, 55,42% das mortes eram do sexo masculino);
- em relação à cor, até junho de 2021, 32,26% das mortes foram de pretos e pardos. No total populacional de São Paulo, pelo Censo de 2022, pretos e pardos somavam 43,49%. Não há sobremortalidade entre os declarados pretos: 9,46% dos óbitos em 10,13%% da população, nem entre negros (pretos + pardos), que somam 43,38% do total populacional no município;
- em relação à escolaridade, 5,19% das mortes foram de pessoas sem nenhuma instrução e 42,95% com o fundamental 1. E, embora 42,75% dos maiores de 10 anos possuíssem escolaridade superior ao nível médio completo em 2010, apenas 15,27% dos óbitos ocorreram neste segmento. Assim há associação entre mortalidade e instrução, provavelmente mediada pela renda;

- a mortalidade acusou um certo "rejuvenescimento" após o início da vacinação. Como esta se iniciou com critério de idade, isto já era esperado. Observa-se que a proporção de óbitos de pessoas entre 40 e 59 anos aumentou de 17,72% em 2020 para 32,11% em 2021, até início de setembro;
- em relação à ocupação, nota-se entre as mortes uma grande proporção de pessoas com trabalho não remunerado: 49,41% de aposentados, donas de casa e estudantes. Associa-se a isto o grupo etário, tanto no caso de aposentados como de donas de casas (mulheres mais jovens tendem a participar mais do mercado de trabalho);
- em relação à distribuição espacial intraurbana, nota-se que entre meados de setembro e abril de 2021 o aumento total de óbitos para o município foi bem menor (9%), comparado com o aumento de 37% entre fevereiro e abril de 2021. Durante este período de grande aumento, os anéis exterior e periférico mostraram incremento maior (39% e 37%) que os anéis central e interior (27% e 31%). A epidemia caminhou para a periferia, ainda mais que a vacinação por grupo etário privilegiou os mais idosos. Nos anéis centrais a proporção de idosos é maior;
- os distritos que apresentaram maior mortalidade mostram estrutura etária com grande variação, desde 18% de idosos até 25%. De outro lado, os com menor mortalidade apresentam estrutura etária com porcentagem baixa de idosos (variando de 9% a 17%), com

exceção de Moema, com 26,27% de pessoas com mais de 60 anos. Mas deve ser recordado que Moema é distrito bastante afluente;

- os distritos mais idosos, com proporções entre 29% e 25%, apresentam mortalidade com grande variabilidade, entre 280 mortes por 100 mil e 482 mortes por 100 mil. Os distritos jovens, com percentual de pessoas com 60 anos e mais entre 9,90% e 11,84%, também mostram variabilidade entre 259,15 por 100 mil e 402,95 por 100 mil. Os mais jovens indicam uma menor mortalidade, embora bastante elevada. Nota-se que os mais jovens estão todos na periferia, enquanto os mais velhos concentram-se no anel interior.
- a taxa de mortalidade a 9 de setembro indica que um em cada 252 paulistanos faleceu de covid-19 durante a pandemia.

No Brasil, a taxa de mortalidade por covid-19 era, em meados de junho, 2.296,4 óbitos por milhão. Ou seja, um em cada 399 brasileiros morreram de covid-19 até esta data. Para o planeta como um todo, esta taxa foi estimada em um óbito para cada 1.938 pessoas.

No total do estado de São Paulo, até 25 de junho de 2021, a taxa de 272,65/100 mil pessoas fornecia uma morte para cada 367 paulistas. E apenas no município da capital, a relação era ainda mais assustadora: um óbito em cada 273 paulistanos. A cidade de São Paulo, e o Estado, como epicentro da pandemia e o seu local de origem, mostram índices bastante

elevados. No município de São Paulo, a taxa acumulada até 9 de setembro mostra uma mortalidade de 396,04 óbitos por 100 mil paulistanos, ou seja, um óbito em cada 252 paulistanos.

As taxas padronizadas por distrito demonstram uma proporção de óbitos bem maior do que os esperados em distritos periféricos, tanto da zona norte, como Vila Nova Cachoeirinha e Brasilândia, como da zona leste, como Lajeado, Cidade Tiradentes, Sapopemba e outros. O único distrito com sobre mortalidade forte, de 67% mais mortes observadas que esperadas foi o Brás, no anel interior. Mas o Brás se distingue por ser um distrito pobre, com grande presença de cortiços.

A periferia da maior cidade brasileira, polo da maior metrópole da América Latina, mostra os resultados da segregação, da informalidade e da falta de equipamentos públicos. Resultados que se traduzem na perda de pessoas, em doença e sofrimento...

Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO SEADE (2023). *Boletim coronavirus*. Disponível em: htpps://www.seade.gov.br/Boletim Coronavirus. Acesso em: 13 jun. 2021.

FUNDAÇÃO SEADE (2023). *Sistema Seade de projeções populacionais*. Disponível em: https:// produtos.seade.gov.br/produtos/projpop. Acesso em: 13 jun. 2021.

INSTITUTO POLIS (2021). *Newsletter diversas*.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2020). *Boletins covid-19*. Secretaria Municipal da Saúde. Disponível em: https://ebbs.short.gy/s62KIQ. Acesso em: 13 jun. 2021.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (2020). *Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade – PRO-AIM*. Coordenação de Epidemiologia e Informação – CEInfo. Secretaria da Saúde. Disponível em: https://ebbs.short.gy/6qdeLh. Acesso em: 13 jun. 2021.

MIRANDA, L. I. B. (org.). 2021. *As metrópoles e a covid-19: dossiê nacional: volume II*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, (ISBN 978-65-00-36767-6). Disponível em: https://ebbs.short.gy/Mkm5ov. Acesso em: 13 jun. 2021.

RIBEIRO, K.; RIBEIRO, A. F.; VÉRAS. M. A.; CASTRO, M. (2021). Social inequalities and covid-19 mortality in the city of São Paulo, Brazil. *International Journal of Epidemiology*. 50(3), pp. 732-742. DOI: 10.1093/ije/dyab022. Disponível em: https://ebbs.short.gy/e7AIOL. Acesso em: 13 jun. 2021.

SANTO AMORE, C. S.; MORETTI, R. (2018). Gelo não é pedra! Informalidade urbana e alguns aspectos da regularização fundiária de interesse social na Lei nº 13.465/17. In: Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas – Urbfavelas, 3. 2018, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: Universidade Católica de Salvador. Tema: Por uma agenda pública permanente no campo dos assentamentos precários.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. (1998). A cidade dos anéis. *Cadernos LAP 28*. São Paulo, FAU-USP, nov./dez.

TASCHNER, S. P. (1990). Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, nº. 1, jan.-jun., pp. 3-34.

PARTE III

Manifestações estético-políticas--culturais na covid-19

Sentidos das manifestações visuais na pandemia da covid-19

Ana Claudia de Oliveira

No meio do caminho desta vida
me vi perdido numa selva escura,
solitário, sem sol e sem saída.

Ah, como armar no ar uma figura
desta selva selvagem, dura, forte,
que, só de eu a pensar, me desfigura?
Fragmento do Inferno de Dante (Canto I)

De um só galope, a chegada do vírus e a vida pandêmica

Da pandemia da doença do coronavírus, da covid-19 tanto se falou, mas o que dela mais em mim ecoou foi como o sujeito periférico da região metropolitana de São Paulo não pôde se proteger do dito vírus, uma vez que, no seu contexto de existência, não teve condição de seguir as recomendações das autoridades sanitárias e que o uso da máscara pôde ser consi-

derado o cuidado possível, pois, era o que autorizava a usar o transporte coletivo na sua obrigatoriedade de ter de circular.

Sem poder se trancafiar nas quatro paredes de sua morada, exercer as modalidades de trabalho que logo se transformaram em *home office*, e as atividades das escolas das crianças, adolescentes e adultos que fecharam e passaram sem pontes sólidas ao ensino remoto por computadores, por celulares pelo WhatsApp, ou voltaram ao ensino por programas televisionados, ou simplesmente não funcionaram por longo período, a periferia se viu ainda mais comprimida. O imperativo de guardar distância dos outros para uma parte significativa das populações periféricas era inatingível e essa teve de se expor cotidianamente aos riscos da invisibilidade virótica e não encontrou possibilidades de seguir o Decreto nº. 64.879, de 20 de março de 2020, no qual o então governador do Estado de São Paulo, João Doria, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN em decorrência da infecção humana pelo coronavírus.

A primeira infecção no Brasil foi declarada pela Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo em 25 de fevereiro de 2020. O homem infectado de 61 anos havia estado na Itália de 9 a 21 de fevereiro e a positividade da contaminação de covid-19 fez com que todos sentíssemos o quão de fato o mundo atual é global nas suas interdependências e intercomunicações (Unasus, 2020). No retorno de sua viagem à Itália, o homem testou positivo para covid-19 como declarado pelo Ministério da Saúde e concretizava para todos a presença ameaçante do vírus entre nós.

Logo a seguir, o governo de São Paulo determinou quarentena em todos os 645 municípios do Estado a partir de 24

de março de 2020. Por um período de 15 dias, impôs fechamento do comércio, mas manteve em funcionamento os chamados serviços essenciais: alimentação, abastecimento, saúde, bancos, limpeza e segurança. Tudo isso era apenas o começo de uma narrativa incerta e impensada a não ser nas ficções científicas e literárias. Sob o domínio da imprevisibilidade de seu desenrolar, de sua duração e mesmo de como gerir a contaminação, a situação foi quase imediatamente mais agravada pelas declarações e atos do então presidente da república Jair Bolsonaro que, à diferença de todas as demais autoridades mundiais, desde o início, assumiu um posicionamento de ir contra as medidas de quarentena o que só fez intensificar o clima de instabilidade no cotidiano rompido em sua ordenação.

Nas parcas dimensões das moradas, uma ao lado da outro, uma sobre a outra, as pessoas nas periferias de São Paulo precisavam sair de casa para tentar manter o seu ganha-pão diário e voltar com alguns trocados em espécimes no bolso para as necessidades priorizadas e poder, no dia subsequente e também no outro, continuar a mesma luta para sobreviver, o que o impelia a deslocar-se a uma das várias centralidades urbanas que ofereciam empregos a essa população que parte antes do raiar do dia e retorna noite fechada a seu domicílio.

Nos seus deslocamentos a pé para chegar ao ônibus, metrô ou às vans, todos mascarados já mostravam de um dia para outro a inventividade das costureiras locais com máscaras de tecidos de estampas várias. Mas o estar mascarado, sem mostrar nada além dos olhos arregalados, só fez o clima de insegurança da megalópole redimensionar-se. Muitos dessa população periférica então vão poupar os mais de 60 anos que

guardariam doravante os netos e os doentes e fariam o milagre da multiplicação da comida. Assim, esses muitos se tornaram a comissão de frente na batalha diária da vida na pandemia.

O presidente da república não conseguiu manter o ministro da saúde que, em uma força tarefa se organizou com os pares e começou a dar boletins diários que orientavam a nação. Não era possível uma visibilidade midiática assim que ofuscava a do presidente e, logo, minou essa ação e colocou o então ministro de escanteio, ainda mais que as vacinas começaram a ser negociadas e incentivadas a fabricação pelo Instituto Butantan em São Paulo e pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz no Rio de Janeiro. O segundo ministro também da área da Saúde nem chegou a tomar ação frente a gravidade das circunstâncias e, sem apoio, pediu demissão. O chefe de estado colocou então um militar de pouco ou nenhum reconhecimento à frente do ministério que, naquela ocasião, o mais central na crise sanitária que vivíamos. O ministro perdeu a voz oficial... Os dados diários de contaminados do dia e o informe das mortes foram assumidos por um conglomerado de mídias que se formou para noticiar de norte a sul e de leste a oeste o que o negacionismo presidencial esquivou-se de assumir dizer ao povo brasileiro. À deriva, os estados e as prefeituras foram lançados a sua própria sorte.

A São Paulo, o Estado, assim como o Brasil, que aqui não abordaremos a não ser tangenciando as ações da federação, entraram nas trevas dessa contemporaneidade pandêmica que se impôs. Manifestações parietais nas encostas dos prédios nas vizinhanças dos hospitais passaram a reverenciar os novos heróis desses tempos: médicos, enfermeiros que se isolaram nas

dependências de seus locais de atendimento da saúde. Em todas as modalidades de atuação, esse isolamento fez ainda mais ver que vivemos em uma sociedade e que os sentidos do coletivo se constroem a cada dia com muita importância para as ruas, bairros, zonas e cidades na medida em que identificam as pessoas com seus pertencimentos e papeis sociais que as significam.

O exemplo do Dr. Edson para toda a prática médica

Dos papeis sociais o que mais fulgurou na pandemia foi, sem dúvida, o dos profissionais de saúde. Nos vários muros, viadutos e empenas de prédios da cidade, vão aparecer homenagens aos sujeitos médicos e às equipes de saúde, ao setor da recepção e acolhimento, assim como aos setores de limpeza e higienização dos espaços que atestam os seus compromissos ilimitados com a vida dos afetados pelo coronavírus ao preço de suas próprias vidas.

Uma dessas manifestações localiza-se na empena do próprio Hospital 9 de Julho, situado na rua Peixoto Gomide, 545, no bairro Cerqueira César e traz o Dr. Edson de Godoy Bueno (1943-2017), médico e empresário bem-sucedido, como figura central que assume uma héxis corpórea evidenciada como disposições exemplares para toda a classe médica. No site do muralista Kobra (2019), realizador do mural, encontramos a seguinte apresentação dessa personalidade:

> Teve uma infância difícil, perdeu o pai quando tinha 5 anos e precisou trabalhar como engraxate. Na adolescência, sofreu uma queda, acabou desmaiando e foi socorrido pelo então único médico de sua cidade,

> Guarantã (SP). Aí decidiu que abraçaria a medicina. Tornou-se um bem-sucedido médico e empresário.

A explicação do abraço à medicina e, nessa área, a carreira que o médico construiu nos é dada pelo verbal. Executado na lateral do hospital, o painel está voltado para a rua São Carlos do Pinhal, com vista para a avenida Paulista, sendo também visível do vão do Masp que se abre para as laterais do vale. Com toda essa visibilidade panorâmica, a atuação do *Dr. Edson* ganha os olhos do público que circula na região. Acima do viaduto de cor desbotada o mural de Kobra destaca-se ao elevar-se na empenha vertical do prédio hospitalar e mostra o atendimento desse médico. Sem que um rosto o particularize, são os seus gestos que o caracterizam na visitação do paciente. O modo de fazer do médico é posto em relação às várias camadas de grafitti, entre as quais os de cenas em branco e preto que mostram a São Paulo de antigamente, ao lado desses, há as inscrições parietais menores e as de pichação e pixo diversos que cobrem quase inteiramente a parte superior do viaduto. Assim, as manifestações parietais montam um largo diálogo com os tipos diferenciados de inscrições que ocupam a mesma topologia expondo uma característica da pauliceia.

Na encosta parietal do edifício, é como se esse atendimento marcasse a identidade de todos os demais membros da equipe médica do Hospital 9 de Julho. Identificado por seu crachá como *Dr. Edson*, esse está vestido com uma camisa social branca impecável coberta pela roupa hospitalar azul do médico que está como tantos outros passando visita aos acamados nos leitos hospitalares. O ponto central de convergên-

cia dos olhares na cena justamente se dá no encontro das duas mãos do médico envolvendo a mão do paciente que, do seu leito, vestido com a sua roupa de paciente, eleva o antebraço para dar a sua mão ao *Dr. Edson*. O gesto desse dar as mãos é o modo de ser do encontro entre médico e paciente, que é todo revestido pela padronagem de losangos que se formam de coloridos triângulos que são encontrados nas demais obras de Kobra. O modo de segurar a mão do paciente mostra a pessoalidade do atendimento que é, pois, individualizado. A mão direita encobre por cima a mão esquerda que tem nela apoiada a mão do paciente. Ao passar para acompanhar o paciente com diagnóstico e medicação, o médico faz mais do que ser doador de seu saber e poder curar, pois o seu ato de presença é um estar junto com aquele que está em sofrimento, fazendo-o sentir que se encontra nas vibrações humanizadas das mãos médicas em uma presença compartilhada. A figura geométrica do losango com seus quatro lados com a mesma medida que se encontram em ângulos apenas em seus extremos mostra a tomada de um ponto de vista, a partir do qual se opta por uma alternativa. É essa escolha que se encadeia sequencialmente e mostra que cada encontro entre médico e paciente desencadeia um fluxo do atendimento médico. Do corpo do médico, impresso na pele que o reveste a mesma padronagem dos grafittis de tantas empenas assinalam nos encontros dos ângulos um engatar de um no outro que numa expansão eidética mostra nos quatro pontos a triangularização da vida que muda de cor no seu fluxo e assinala a dinamicidade da sequência. O que o médico detém nas mãos é a vida do outro, que também é a sua vida plasmada no fluxo da montagem sequencializada. É

essa força vital que o artista exponencia no alto painel em uma mostra de encorajamento eufórico aos serviços prestados por médicos como o *Dr. Edson* e lança esse encontro como pulsação da vida que reverencia.

Figura 1 – Painel de Kobra na empena do Hospital 9 de Julho, Bela Vista, SP, no qual figura um representante da classe médica, o *Dr. Edson* como o identifica o crachá. No encontro das mãos de médico e paciente as cores e formas distribuídas ritmadamente na topologia plana caracterizam a plasticidade do artista e faz sentir a energia que o gesto exala. Na tomada do grafitti, a partir do lado do viaduto, cenas grafitadas, pixadas de inscrições mostradas como identificadoras da vasta gama de marcas parietais da urbe paulistana. É tendo essas como base que o grafitti se ergue na paisagem da pauliceia no ano de 2019.

Fonte: Kobra, 2019.

Da empena do próprio Hospital 9 de Julho, situado na rua Peixoto Gomide, 545, no bairro Cerqueira César, como se a obra muralista assumisse uma delegação de voz desse próprio centro médico, ela se mostra acima do viaduto desbotado inteiramente com inscrições do pixo que lhe cobrem. Elevado na encosta parietal do edifício, está o peitoral exposto de um médico atendendo um paciente. Ele é identificado por seu crachá, pelas vestes azuis da proteção vestimentar e por ter, entre as suas mãos, a mão do braço erguido do paciente. Nesse encontro tátil com presença estésica, essas partes corpóreas mostram-se contagiadas por uma mesma padronagem: a de encontros de losangos que se engatam um no outro numa expansão eidética da triangularização da vida que mais se mostra mutante pelas cores que assinalam na dinamicidade do enlaçar das mãos. Uma força vital desse encontro sai da manifestação parietal e adentra a cidade e como aprendemos ao ver a padronagem em tantas outras obras muralistas de Kobra, apreendemos que aí nesta empena o acontecimento plasmado é de um encorajamento eufórico que a sua figura central faz ser sentido ao ser visto. Os serviços prestados pelo médico Dr. Edson falam de muitos outros e estimula essa pulsação vital que agradece e reverencia a obra médica.

Figura 2 – Centramento no painel *Dr. Edson* grafitado de Kobra na empena do Hospital 9 de Julho, 2018.

Fonte: Kobra, 2019.

"*Seja Luz*" nos círculos do inferno da covid-19 com "*Ciência e Fé*"

A relação de gratidão com esse tipo de médico entre os quais o *Dr. Edson* é o destacado na empena do Hospital 9 de Julho nos faz ver-ouvir um agradecimento especial do destinador desse centro médico que encomenda ao muralista um reconhecimento dos profissionais integrantes de seu corpo

clínico e, assim, qualifica que atendimento essa instituição oferece à cidade. Uma intencionalidade institucional para fazer ver o centro médico da capital que, como muitos outros, oferece uma prestação de serviços para todo o país e, também, para os países vizinhos. Por um conjunto de marcas parietais distribuídas por toda São Paulo, atesta-se um agradecimento geral aos profissionais da saúde que ainda foi mais exponenciado na visualidade urbana com a situação emergencial que a área da saúde entrou na pandemia. Domina, pois, uma exaltação compartilhada desse sentir gratidão pelo exercício da medicina, um ofício da cura amparado na ciência que exige atualização e estudos continuados e que se estende também aos laboratórios e institutos de pesquisa das ciências da saúde muito sedimentados na cidade.

Esse sentir vai estar presente de várias maneiras no trabalho de Kobra. Em especial, ele realizou em 2021, no período crucial da pandemia da covid-19, um mural com sentidos políticos e éticos intitulado *Seja Luz*. De grande dimensão, medindo trinta metros de altura por sete metros de largura, na empena do edifício Jardim América, na rua Oscar Freire, 239, a obra pode ser tomada como uma reescritura escultórica de Rodin, envolta em sua corporeidade pela sequência losangular tão característica do muralista que ele inseriu na transparência de uma lâmpada que tem o seu contorno circundado até passar a ovalidade da cabeça quando o fio parece ter sido rompido e deixa aberto no alto o fechamento circular da lâmpada. Como não visualizar os círculos dantescos do inferno? Em número de nove, esses estão associados aos graves pecados cometidos. O poeta está imerso no seu ato de meditar, o

seu braço apoiado sobre os dois joelhos e esses apontam para fora como um vetor que atinge quem o olha como um convite à observação de todos os passantes. O posicionar dos dois joelhos, dos dois pés com as pontas dos dedos apoiadas na base, tem a mão direita sobre eles com o braço alongado descendo do ombro e repousando articuladamente. O antebraço esquerdo erguido, com o pulso e mão dobrados para fora, faz um apoio de sustentação da face que está sobre ele abaixada e em introspecção. A figurativização é a do próprio pensador de Rodin que ressurge da escuridão da empena todo revestido com as marcas autorais coloridas dos losangos kobrianos. Iluminado pela luz da lâmpada em reflexão, ele é guiado como o poeta romano Virgílio guiou Dante pelo inferno e o purgatório, aqui e agora vividos na São Paulo infestada pela covid-19 que se direciona na trajetória dos círculos dos pecados rumo à porta do paraíso. Onde estará essa? A que distância de nós? Estaria essa figurativizada pelas portas dos hospitais que encerram em seu interior o inferno e o purgatório nos quais os médicos e os profissionais da saúde batalham pela vida?

Figura 3 – Mural *Seja Luz* de Kobra, de 2021, na rua Oscar Freire, no Jardim América.

Fonte: Kobra, 2021.

A conhecida estátua em bronze do escultor Auguste Rodin, *O Pensador*, que se encontra desde 1922 no Museu Rodin em Paris, é um nu concebido como a figurativização do poeta Dante Alighieri postado diante da porta do inferno. O homem em reflexão está sentado em uma posição na qual o seu corpo

se projeta para frente como que levado pela sua ideação. O braço esquerdo sustenta o peso da cabeça na elaboração da poesia e mais globalmente da ideia traduzida com liberdade que, na palavra poética, Rodin mostra se fazer por contorções do corpo todo para, enfim, se exteriorizar. Kobra reapropria interdiscursivamente da cultura ocidental tomando o pensador de Rodin como a figuratividade de Dante Alighieri na *Porta do Inferno*. No seu gigante mural, acende-se a lâmpada na qual esse seu criador intersemiótico está na observação dos círculos do inferno da São Paulo na covid-19. A evocação intersemiótica é para a iluminação da pauliceia e do planeta.

Pelo encadeamento dos losangos sequencializados que revestem o corpo da estátua está posto o imperativo: que o dinamismo dos fluxos de ideias se propague. Como é conhecida a simbologia da lâmpada na cultura ocidental é a representação de uma ideia que se acende na cabeça e projeta-se do corpo ao exterior. Esse elaborar internamente que se torna iluminação é a própria nomeação que Kobra atribui a essa sua criação. Enlaçando *O Pensador* de Rodin em sua ideação no interior de uma lâmpada que se acende iluminando o entorno, o título verbal é um imperativo comando aos que põem seu olhar no mural: *Seja Luz*. O comando é para que os que tenham essa mirada deem corpo às suas ideias, fazendo de si mesmo uma luz. Propagar-se em luz é então fazer-se iluminação para o outro, quer esse outro seja uma pessoa, um coletivo. Euforizando as competências de cada ser para atuar no mundo, Kobra convida-os a desempenhar com suas ideações o seu papel de sujeito no seu entorno.

Mais ainda o imperativo de *Seja Luz* parece estar dirigido aos que trabalham com as investigações científicas, que o

termo geral ciência abarca. Nessa direção, ainda na zona oeste de São Paulo, à direita na entrada do Hospital das Clínicas, referência nacional em múltiplas especialidades, Kobra reitera a sua homenagem aos profissionais da saúde, que não pararam de ter ideações para iluminar as atuações das ciências da saúde no tratamento do vírus que afetou o planeta e para o qual não se teve preparo prévio para desenvolvimento de medicamentos, tratamentos e vacinas. A pesquisa da doença foi se dando em concomitância com a sua ocorrência e efeitos, pesquisa em ato do processamento virótico que transformou os centros médicos em verdadeiros laboratórios de experimentações e mobilizou o trabalho mais integrado das equipes para dar conta das variantes do vírus que acometiam novos casos.

Relacionando os dois murais na topologia da urbe, o pensador de *Seja Luz* está direcionado para a avenida do *Ciência e Fé* no Instituto Central do Hospital das Clínicas de São Paulo. Na lateral da entrada, *Ciência e Fé* é o mural homenagem aos de jalecos brancos e de estetoscópios que justamente combateram pela sua atuação e doação à pesquisa o discurso contra a ciência que teve muita repercussão nacional pela condução política do então presidente do Brasil e de sua escolha de comandos para o Ministério da Saúde. Modos de tratamento sem nenhuma comprovação científica foram difundidos e produziram muitos desencontros informacionais o que contracenou para o Estado de São Paulo adotar um posicionamento de valorização de seu aparato de investigação científica da saúde pública ao lado dos mesmos propósitos levados pela rede de hospitais e laboratórios privados.

O mural de Kobra difunde o valor da ciência que o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, o maior hospital público da América Latina, carrega por sua atuação e que na pandemia funcionou sem interrupção. Não importa qual seja a fé do médico que pode inclusive estar centrada na ciência, esse mural de Kobra interligando o binômio *Ciência e Fé* defende um modo que ajudou muitos médicos a suportarem a urgência, a insegurança, o isolamento, a separação familiar e os tantos lutos que vivenciaram.

Figuras 4 e 5 – Kobra desenha as mãos em prece do médico no mural *Ciência e Fé* de 2022, posicionado na lateral da entrada do Instituto Central do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Fonte: Kobra, 2022.

Formando o fundo do mural, os losangos coloridos têm cores mais quentes na união dos triângulos que, na variação de

tons de alaranjados à gama de terrosos, dão muita vivacidade à sequencialidade que brota dessa base e ascende para o alto, modificando-se para um grande ângulo amarelo que indica na mediana do mural a centralização nas mãos. Na zona inferior dessa rede vibratória, no primeiro encontro dos ângulos apontando para o prédio, é que o artista colocou a sua assinatura da obra. Em contraste, na inferior direita ladeando a fachada do Instituto, domina o branco do jaleco do médico. Os antebraços direcionam-se em oblíqua para o alto e rumam para a lateral da margem oposta com as mãos postadas uma junto a outra em ato de oração. No polegar o cromatismo preto do estetoscópio está apoiado sobre um quadrilátero amarelo dividido em duas partes e desce até o branco do jaleco, seguindo em sua coloração metálica prata. Igualmente está bem marcado na exposição dos dedos o porte da aliança no dedo anelar indicativo de que esse tem a sua própria família que carrega consigo no seu atuar profissional a serviço de outras famílias cujos membros estão internados no HC. A ênfase é que o combate à covid-19 gerou um estar contínuo do médico no hospital em risco de contágio virótico que o separou dos familiares a fim de preservá-los. O valor da abnegação é carregado de sentido ético do imperativo exercício do cuidado do outro que impõe renúncias.

A prece do próprio médico é a sua entrega para que seu ofício seja abençoado pela divindade. O que faz a prece é o mesmo que exerce a atividade científica. A ciência que competencializa com o saber e o poder exercê-la para a cura mostra o gesto que não conflitua com a fé e, na sequencialização do vértice do ângulo verde, símbolo de esperança, essas mãos vão para fora, para o próprio hospital onde entram para atuar. Mas, na

vista aérea, observamos que elas vão também para a verdejante natureza que circunda o movimentado hospital da megalópole o que nos devolve para o meio ambiente e às ações invasoras do humano que promoveram incansavelmente a sua destruição. A disseminação do novo coronavírus nos faz enfrentar esse modo humano de uso do planeta que o esgota e as mudanças climáticas provocadas. Não estaríamos sofrendo o contra-ataque do vírus que a nossa própria espécie promoveu a aparição?

Os murais de Kobra se entrecruzam na travessia da megalópole e colocam cada vivente em um clima de expectativa na porta do inferno em que nos posicionamos com a ideação ativada nos círculos da catástrofe pandêmica e *Ciência e Fé* cala-nos ainda mais profundamente seguindo as ações de cuidados do *Dr. Edson*.

A presteza heroica dos profissionais da saúde

Outras manifestações parietais ocorreram no interior do Hospital das Clínicas, que concentrou 95% dos atendimentos para a covid-19. Os artistas Waldir Grisolia Junior (Age) e Roberto Alves empenharam-se na homenagem à linha de frente do combate à covid-19. Os cromatismos de triangulações que se interligam a losangos ocupam toda a topologia dos 20 metros quadrados do fundo do painel. Na condicionante situacional, em atuação múltipla e plena de dinamismo, exalta-se os combatentes dos novos tempos: os médicos, os enfermeiros, os técnicos das várias especialidades e todo pessoal hospitalar de suporte imprescindível aos atendimentos ininterruptos que, assim, atuam juntos na linha de frente do combate à co-

vid-19. O ato de instalar no interior do hospital uma presença da força coletiva da manifestação pictórica de rua e dos que vivem no contexto externo é um modo de estimulação e de agradecimento aos que se trancaram no mundo de isolamento hospitalar e assumiram, por sua profissão de cuidados, pela ciência, os desafios da pandemia.

Figura 6 – Painel dos artistas Roberto Alves e Waldir Grisolia Junior (Age), instalado no Centro de Atenção ao Colaborador – CEAC, Hospital das Clínicas, em São Paulo (SP).

Fonte: Show do Pintor, 2020.

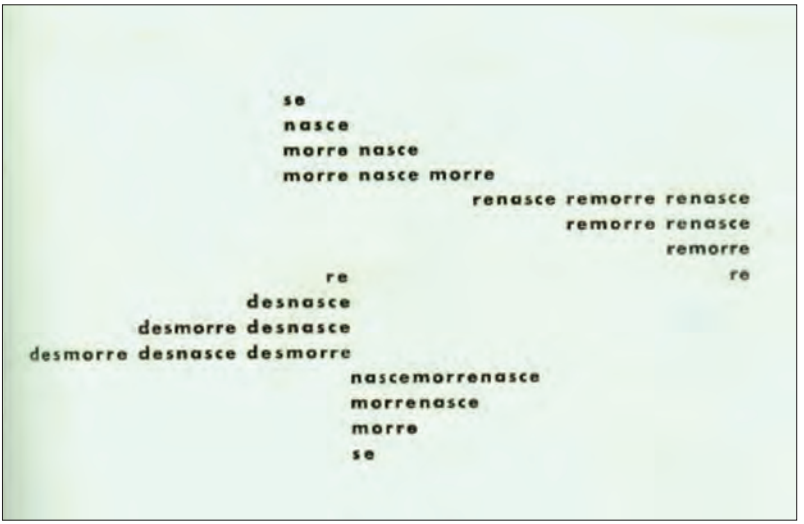
Como viver nesse cenário de contágio do vírus invisível e, pelos riscos, ter de se manter nos hospitais como essas pessoas da saúde fizeram? Homens e mulheres deixaram as suas

vidas privadas pela vida do coletivo que atendiam. A cena do painel é justamente o agradecimento com uma flor à figura feminina postada na centralidade da cena hospitalar. Ela está toda vestida de verde, exceptuando o branco da máscara no rosto, da luva na mão esquerda e da flor desabrochada, que a mulher segura junto ao seu colo na figurativização de estar em uma pausa do seu atuar, quando tudo de sua vida pública e privada continua a girar.

Esse reconhecimento aos cuidados para manter a vida me reenvia aos versos do poeta concretista Haroldo de Campos que mostra no poema *nascemorre*, dois verbos conjugados em um só lexema, o intrínseco sentido que interliga nascer e morrer. Os triângulos das quatro estrofes nos arremessam à condição existencial de todos nós na trama versificada da condicional "*se nasce morre*". Nas combinatórias com as prefixações nos dois radicais pelos prefixos "*re*", que marca o repetir, e "*des*", que indica o retorno, somos instalados no ciclo de condicionais fatalistas: se... "*renasce, remorre, desnasce, desmorre, morrenascemorre, se...*" Ainda as reiterações pela sonoridade de "*sc*", "*rr*", "*a*", "*e*" e "*o*" marcam o ato mesmo de nascer e morrer.

No nosso estar no período pandêmico, o ocupar topológico da superfície plana dos quartetos de versos de Campos nos faz viver os embates da ciclicidade da existência. Camadas e camadas de sentidos de nossa cultura revestem nascer e morrer e estamos imersos no vívido e cru enfrentamento do "*morrenascemorre*", "*morrenasce*", "*morre*", "*se*".

Figura 7 – Poema *nascemorre* de Haroldo de Campos, 1958.

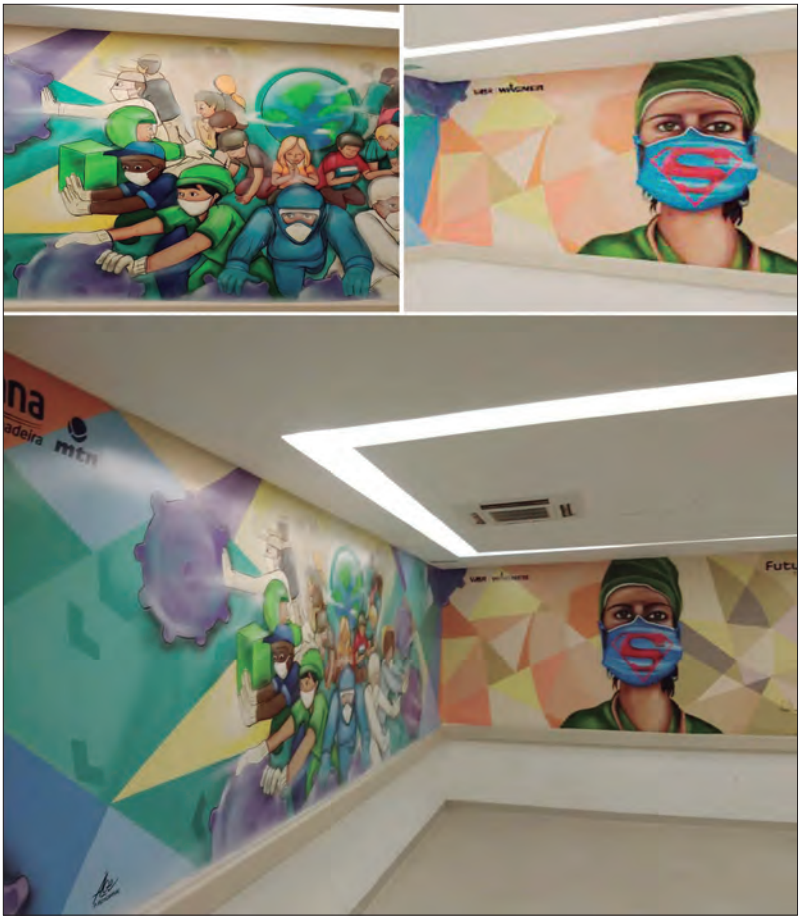


Fonte: Campos, 2000.

Nos muros internos dos hospitais é a existência temática do se "*nascemorre*" que impera. Mulheres, como a de verde que recebeu por suas ações a flor branca, e homens que elevam as suas preces aos céus com fé para poder e saber atuar a fim de salvar vidas com o disponível e o inventado em defesa da saúde da população, pois eles muitas vezes estão sem condições de levar a cabo a batalha pela vida por falta de aparelhos, leitos, oxigênio, remédios, entre tantas outras condições necessárias para o enfrentamento da pandemia. No entanto, juntos, eles se põem lutando pela vida humana como exatamente afirmam em uma narrativa de super-heróis no qual atuam nos três painéis da área interna do HC. É a defesa do valor máximo da vida que os murais apontam como a justi-

ficativa para esses homens e mulheres estarem em uma luta corporal pela saúde dos pacientes.

Figuras 8, 9 e 10 – Painéis dispostos na área interna do Hospital das Clínicas, em São Paulo, de autoria dos artistas Roberto Alves e Waldir Grisolia Junior (Age).



Fonte: Campos, 2000.

O reconhecimento nas ruas

Para além desses ambientes, nos muros vários da cidade também vão aparecer homenagens de criadores anônimos aos sujeitos médicos e às equipes de saúde que atestam os seus compromissos ilimitados com a vida dos afetados pelo vírus ao preço de suas próprias vidas.

Pinturas menos potentes? Para nós não está em questão o julgamento de valores e o que importa é registrar nos mais variados lugares da megalópole São Paulo o teor do agradecimento geral aos profissionais da saúde, assim como o assumir de tantos de serem vetores de alerta e cuidados com o outro. Carregando a mesma energia de impulsionamento e de estimulação, em uma das tantas portas de garagens comuns nas residências, defrontamo-nos com a pintura do médico ao centro, que tem, de um lado, uma colega médica e, de outro, a enfermeira em seus paramentos que se encontram juntos em ação. Os três nos defrontam com a sua prontidão, mostrando-se presentes e preparados para atuar enquanto a transeunte mulher segue protegida pela máscara no seu circular pela urbe.

Figura 11 – Pintura dos profissionais da saúde como presenças de destaque no social.

Fonte: Campos, 2000.

Do mesmo modo, encontramos em ação um paramentado exterminador do vírus que, usando de suas competências, percorre a cidade em combate. Neste muro, o vírus tem uma face masculina e é personificado como em ação de ataque ao passante que está sem nenhuma proteção, alheio a todas as recomendações para proteger-se. No combate corpo a corpo, a vigilância sanitária atinge o vírus com jatos de misturas preparadas e postas à prova sem ter ao certo a efetiva comprovação de seu poder de extermínio desse vírus e que ele não ataque os que estão expostos por necessidade e os que não assumem se proteger do ataque iminente.

Figura 12 – No muro azul inundado de vírus que promove a doença da covid-19, um vigilante sanitário com a sua armadura de proteção empenha-se no combate imunizador, enquanto o homem caminha sem nenhuma atenção aos riscos de sua contaminação.

Fonte: Globo, 2020.

Em outro combate com um tipo de herói que porta como arma a tradicional espada e escudo, o actante com máscara tem a forma corpórea de um ovoide e seus olhos estão fixos no adversário coronavírus que vemos dois à espreita na sua lateral direita. É como se o adversário com quem luta estivesse diante dele e, observa-se saindo dos seus olhos em direção à testa do lutador uma alta concentração para o combate um a um. A espada está erguida para desfechar o golpe e o escudo postado na altura da máscara e do olho direito está posicionado para a sua proteção. Vemos que ele mostra uma cruz vermelha desenhada, indicando ser uma batalha de um membro da equipe da saúde no enfrentamento de coronas verdes espalhados sobre

as letras azuis pichadas do muro que recebeu uma coloração amarela. A inscrição com caracteres em estilo ideogramático está à esquerda que sai do contorno amarelo e está também na pintura bege do muro.

Figura 13 – Com espada e escudo o combatente sanitário atua nas ruas de São Paulo.

Fonte: R7, 2020.

Por toda a cidade é um encontro de sujeitos diversos que estão em atuação de combate em diferentes frentes. Mas também há muitas manifestações de ajuda, de vigilância e de solidariedade. As figurativizações do coronavírus por si só mereceriam um painel dos modos como esse vírus ganhou visibilidade.

No próximo painel dois braços se estendem e apertam as mãos em apoio solidário, marcando que esse modo de estar em

partilhamento independe de raça e etnia. Em defesa dos demais seres humanos vulneráveis aos ataques do vírus no muro verde amarelo, indicando a situação no nosso país, é uma legião que está à espreita de um passante que, mesmo protegido por máscara, é um vulnerável ao contágio.

Figura 14 – Um reforço de mãos que se seguram na ambiência dos ataques da covid-19 por todo o Brasil.

Fonte: R7, 2020.

Se, por todos os cantos, apareceram as manifestações parietais de alerta e de combate também, a equipe médica se apresentou com cartazes em cartolinas de feitio bem artesanal nos quais fizeram declarações para chegar mais perto da população com as suas recomendações: "*Estamos todos aqui por vocês!!!*". Ou ainda conclamando: "*Juntos somos + fortes com a hashtag: #fiqueemcasa*" que foi usada na pandemia como

um clamor para que as pessoas fizessem a quarentena para evitar a exposição ao vírus da covid-19. De jaleco, máscaras bem postas na face, os profissionais da saúde se deixaram fotografar em frente aos seus locais de trabalho dando alertas à população para manterem o isolamento e, assim, assumindo eles mesmos a difusão do alerta.

E mais nas empenas, as projeções

Nesses tempos pandêmicos, como procuramos arrolar, fez-se bastante visível a necessidade de muitos de mostrarem-se solidários uns com os outros, fazendo saber que não se está sozinho e que se pode contar com o outro mesmo trancafiado em casa. Essa condição de isolamento produziu uma fratura no cotidiano de todos que perderam a sua possibilidade de estar em lugares públicos no exercício da vida social. Com as restrições surgiram outros modos de mostrar reconhecimento e de estar junto, próximo, mesmo estando à distância. Novas práticas artísticas também tiveram como espaço de ocorrência as empenas dos prédios e de várias edificações urbanas que podiam ser observadas à distância e são com essas que vamos encerrar a nossa abordagem das manifestações visuais na pandemia.

Com a técnica fomentada inteiramente na pandemia da "*doença do coronavírus*", e com grande impacto em vários outros países, as projeções nas encostas e empenas também chegaram a São Paulo em 2020 e foram ativas no combate ao negacionismo da ciência, à vacinação da população, assim como

em homenagear os profissionais da saúde que perderam a vida, ou por sua continuada atuação, entre outros temários, o que vem de encontro com as manifestações nas empenas que já exploramos. Iluminações resultam dessas como o imperativo desejante do mural de Kobra *Seja Luz*, que apontamos ser uma força de sensibilização e convencimento. Conhecido como movimento *Projetemos*, esse agrupa uma rede de criadores de projeções de imagens que fez ver nos ângulos de visões das encostas dos edifícios àqueles em isolamento, de suas janelas ou sacadas, algo do transcurso da vida na cidade pandêmica.

Uma de seus integrantes, a artista e curadora Mamé Shimabukuro afirma serem essas projeções de imagens:

> [...] ações coletivas coordenadas [que] partem de um projeto pedagógico interdisciplinar ao agregar diversas vozes e saberes, tornando as paredes das cidades um espaço público e aberto de aprendizagem. No site do Projetemos ensina-se o passo a passo do *videomapping* para a produção de mensagens de empatia e alertas para a realidade sanitária e política atual, produzindo obras de impacto, unindo indivíduos e propósitos através de vídeos, imagens, fotografias e compartilhamentos pelas redes sociais.

O alcance dessas imagens foi muito grande e, principalmente, promoveu uma sensibilização de muitos sujeitos sobre a fase da vida que todos igualmente enfrentavam ao se debater com a condição de estar confinado nas quatro paredes, mas tendo no horizonte uma projeção que se abre na paisagem. A luz das tantas imagens que o grupo *Projetemos* criou e expos no espaço público da pauliceia torna-se então horizonte que

ativa a curiosidade e traz os corpos e espíritos com seus olhares para fora do espaço privado e os sensibiliza para se abrir ao outro não pelas telas de celulares, computadores, *laptops* que foram tão presentes no isolamento. As luzes projetadas nas empenas dirigiam o olhar para fora de si, para fora da casa e lançavam as pessoas para olhar um outro que imageticamente lhe trazia sentidos.

Um outro, os tantos médicos, heróis dos tempos pandêmicos, e o SUS que se tornou ainda mais conhecido pelo seu importante atendimento médico centrado na cidadania e que, nesse tempo crítico, mostrou toda a sua organização. O outro, o inimigo além da covid-19, o Ele-não muitas vezes referenciado como terceira pessoa a fim de evitar mencionar o nome do presidente do Brasil, que não se empenhou em salvar as vidas, mas as enredou em uma rede de desinformação que trouxe muita angústia e desesperança à população.

Figuras 15 e 16 – Em projeção enquadrada por uma moldura quadrilátera de luz, a continuidade de tratar os profissionais da saúde como heróis aos quais todos agradecem. Ao lado desse verbal generalizante, em outro ponto, ocorre a projeção da fotografia do médico com a identificação de seu nome abaixo em homenagem pela sua atuação.

Fonte: Instagram @projetemos.

Figuras 17 e 18 – Projeções de frases com cromatismo forte manifestando nas empenas dos prédios um conclamar de ação coletiva em defesa do SUS. Também há um diferenciar a atuação do SUS em relação à do "Ele" em referência à atuação do Presidente do Brasil na pandemia que não se preocupou em salvar as vidas.

Fonte: Instagram @projetemos.

Em um tempo de tantas faltas, a figura 19 enfatiza a que foi muito noticiada no desenrolar da doença: a falta de oxigênio nos hospitais para esses oferecerem tratamentos pulmonares adequados. Ao lado dessa, ressalta-se uma outra, a falta de produção de vacina para imunizar a população. A construção frasal projetada na empena bege do prédio exalta na ordem sequencial do alto para o baixo que essas duas faltas são devidas a uma outra falta: "*sem governo*" no comando do país. Pela sequencialidade a terceira ausência engloba as duas anteriores o que desencadeia em quem lê as três faltas de suas casas, ou por uma captação em vídeo que faz circular pelas redes sociais a denúncia, que há entre elas uma relação de causa e consequência. Do outro oposto da via de dupla direção, um pouco mais recuado à direita, em uma empena pintada por um fundo rosa, o que olha recebe uma ordem geral: "*vacina no braço*". O comando funciona como um governo que atua gestionando os fazeres dos governados. As projeções frasais se entrediscursivizam e a diferenciação dos tipos gráficos usados para dar visibilidade ao verbal mostra pela maior verticalidade do tracejado de cada letra sem serifa na direita que esse é o comando geral. A troca do fonema "*i*" em "*vacina*", por uma seringa pronta para ser aplicada no braço, concretiza ainda mais a imediaticidade do comando reiterado figurativamente. Nas circunstâncias de tanta circulação de desinformação sobre a vacina e que o próprio governo federal deixou de valorizá-la como medida urgente para o combate ao vírus e aumento da imunidade dos vacinados, o imperativo dado pelo substantivo reitera a ordem de comando "*seringa no braço*". Os tipos gráficos sem serifa levam o comando a extrapolar a empena e seguir pela urbe como

uma medida coletiva a ser tomada por cada habitante. Sem governo cabe a cada um o ato de governar.

Figura 19 – As constatações de faltas: oxigênio e vacina são evidenciados advirem da mesma explicação: o país estar "*sem governo*".

Fonte: Instagram @projetemos.

Figura 20 – Na empena de um prédio com recuo, sob o fundo róseo o comando geral é para todos tomarem a vacina. Cortadas pelas duas mãos da avenida, as duas empenas dialogam.

Fonte: Instagram @projetemos.

Face a essas ações comandos para atuar com mais esclarecimento do que circula na cidade, no estado, no país, no mundo, a coletividade afetada se põe em ação cidadã. Também são compartilhados os próprios afetos que são postos em circulação nas frases comandos que promovem o sentir das perdas que essas faltas promovem. É a falta do outro que é projetada em cromatismo amarelo na empena de fundo marrom com a frase: "*saudade de pescar com painho*". A partilha do sentir saudade de um fazer interrompido é lamentado com muita afetividade pelo uso do diminutivo "*painho*" que leva todos ao lerem a se emocionar e imaginar o que se passava entre pai e filho nesse pescar juntos. Uma narrativa de narrativas que desencadeia em cada um o sentir saudade. Na afetividade de

uma prática lembrada, a indicação do que desaparece da vida corrente com a morte, a ausência, a falta.

Figura 21 – Frase de muito teor expressivo do vínculo entre filho e pai, assim como dos afetos que a atividade de pescar os envolvia no fazer juntos. É o compartilhamento com todos da perda do ente amado.

Fonte: Instagram @projetemos.

Dos contatos com as manifestações parietais, as interações

As projeções são captadas imprevistamente pelos transeuntes e, inscritas nas encostas de edificações, as frases os surpreendem. No mais das vezes, essas frases são mostradas em diferentes cromatismos de luzes sobre superfícies planas com as suas formas retangulares verticalizadas que se distribuem em linha na topologia das empenas. A frase verbo visual espacial tem uma tipografia sem serifa muito estudada a fim de figurar linhas blocadas que vão se expandir para as laterais,

para o alto, para o baixo atuando na captação do olhar nos sempre diminutos tempos de a interação ocorrer e promover a ideação reflexiva *à la* Dante. Atuam assim como entradas à porta do inferno da pandemia.

Essa novidade dos novos tempos de reclusão que lança luz nas alturas das edificações difere totalmente do tipo de frases difundidas pela publicidade no seu emprego do neon ou das nomeações de pontos de venda e elas trazem aos olhos uma afetação para ver mais o circundante.

Dessas às manifestações em muros, porta de garagens, partes de viadutos, postes em que disputam um espaço desocupado nos muitos outros preenchidos, essas no mais das vezes tomam como base a altura dos habitantes para interceptar o seu olhar e intervir no ritmo dos seus passos no seu ir e vir pelas ruas. Essas duas outras manifestações parietais nos fizeram voltar às muralísticas das gigantescas manifestações grafitadas que recorremos no artigo e o conjunto dessas nos mostra que nos nossos isolamentos essas manifestações são as muitas tentativas de estabelecer contatos uns com os outros.

Como indica o ditado popular: "*Cada um no seu canto, chora o seu tanto*" e no contexto das interações terem de ser mediadas e protegidas por máscaras, foram inúmeros os gestos de estender os olhos e colar as mãos junto ao corpo para conseguir conter o desejo de tocar o outro no período do distanciamento compulsório que muito evidenciou como não basta nos darmos a ver pelas telas. O sacrifício foi por uma causa maior de impedir o alastramento do vírus da covid-19, e essas manifestações iluminam como todos adoecemos com o sofrimento e são um argumento de que esse foi o modo possível de nos

encontrarmos e nos protegermos, em um momento de recuo e muita espera de superação.

Terminando esse percurso pelas manifestações parietais e projeções nas empenhas da capital São Paulo, proponho um retorno ao muralista Kobra com a sua importante pintura deixada em uma das empenas no Bairro de Pinheiros, na Avenida Henrique Schaumann no cruzamento com a Rua Cardial Arcoverde. Com o título: "*Coexistência: memorial da fé por todas as vítimas da covid-19*", o muralista retrata crianças de cinco grandes religiões do mundo que intercedem nas suas diferentes fés: cristianismo, islamismo, budismo, judaísmo e hinduísmo para a sobrevivência da população global ameaçada pelo vírus do covid-19 e, principalmente, para o grande número de vítimas que por si só coloca todos em estado de assentimento. É um aceite resignado do extermínio que a pandemia deu lugar e a crença nas distintas fés é um alento. Em cada face construída a partir do enredamento dos losangos com cromatismos e traços do povo individualizado, em cada máscara que recobre boca e nariz bem ajustada no rosto, há o símbolo da religião, e de rosto em rosto, um ao lado do outro, a ênfase dessa figuratividade é que somos todos iguais independente das diferenças religiosas e cada expressão gestual particularizando as religiões nos reúne em coexistência diante da calamidade avassaladora. Sentir-se junto e em partilhamento do grande sofrimento é um profundo alento. Nos dois anos da gravidade da pandemia, mas também tempos depois quando por lá passamos e não há como não deter os olhos nas cinco crianças em oração, o muralista nos faz profundamente sentir a importância de coexistirmos em um mundo de mais igualdade.

Figura 22 – Kobra entrega em 6 de maio de 2021 o importante mural "*Coexistência: memorial da fé por todas as vítimas da covid-19*", em São Paulo no Bairro de Pinheiros.

Fonte: Kobra, 2021.

Referências bibliográficas

ALIGHIERI, D. (1979). *A divina comédia*. Fragmento do Inferno, canto I, volume 1. Trad. Xavier Pinheiro. São Paulo, Abril Cultural.

CAMPOS, H. (2000). O *segundo arco-íris branco*. São Paulo, Editora Iluminuras.

KOBRA. (2019). *Dr. Edson*. Disponível em: https://ebbs.short.gy/ZTsHQj. Acesso: 2 nov. 2024.

KOBRA. (2021). *Seja Luz*. Disponível em: https://ebbs.short.gy/FK2j4Q. Acesso: 2 nov. 2024.

KOBRA (2021). "*Coexistência: memorial da fé por todas as vítimas da covid-19*". Acesso: Disponível em: https://ebbs.short.gy/AiWr09. Acesso em: 30 nov. 2024.

LIMA, L. Artistas de rua se inspiram na crise sanitária do coronavírus para manifestar indignação. *Globo*. Extra, notícias, 28 jun. 2020. Disponível em: https://ebbs.short.gy/3TmvYq. Acesso: 2 nov. 2024.

PROJETEMOS. *Arte italiana na pandemia*. @projetemos. Além de 2020. Catálogo exposição: 29/maio e 22/agosto de 2021 no MAC, São Paulo. Disponível em: https://ebbs.short.gy/SHZjkk. Acesso em: 7 jun. 2024.

R7. *Grafites abordam pandemia de covid-19 nos muros de São Paulo*. 26 jul. 2020. Disponível em: https://ebbs.short.gy/A9SVSl. Acesso: 2 nov. 2024.

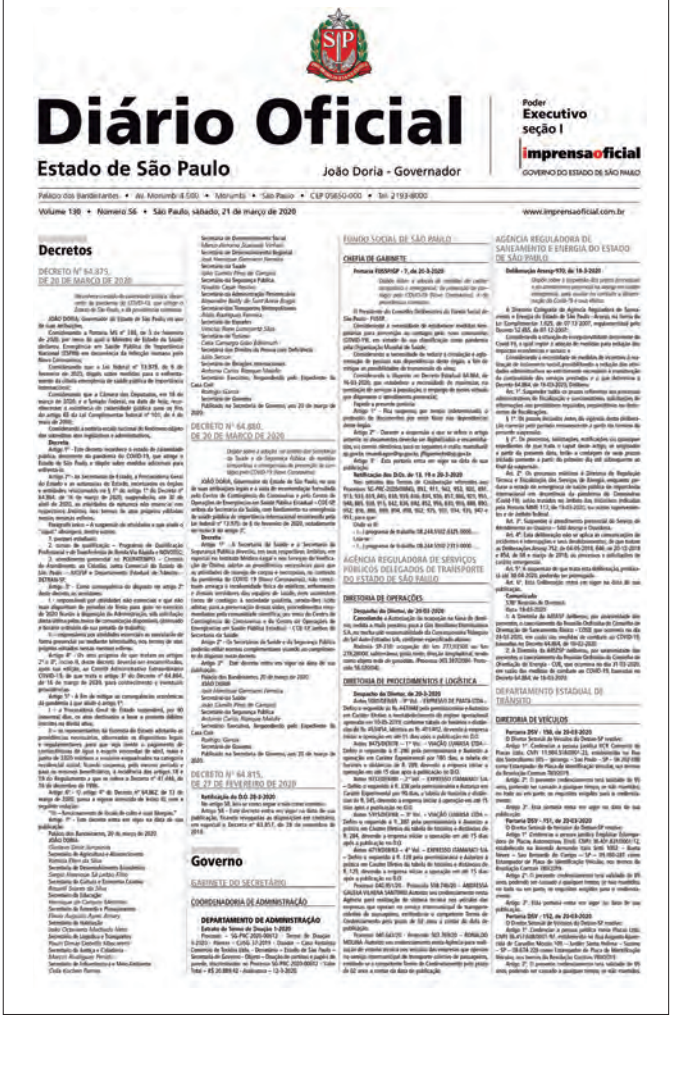
SHOW DO PINTOR. *Artistas criam grafite no Hospital das Clínicas em homenagem a profissionais da saúde*. 3 set. 2020. Disponível em: https://ebbs.short.gy/8waCXP. Acesso: 2 nov. 2024.

WALDIR GRISOLIA JUNIOR. *Bio*. Instagram: @ageacaovisual. Disponível em: https://ebbs.short.gy/YzqqSc. Acesso em: 7 jun. 2024.

UNASUS. *Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença*. Geral, 27 fev. 2020. Disponível em: https://ebbs.short.gy/4xNx4H. Acesso em: 7 jun. 2024.

Anexo

Decreto disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decretos-64879-e-64880.pdf



Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Poder Executivo seção I

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 8.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 130 • Número 56 • São Paulo, sábado, 21 de março de 2020

www.imprensaoficial.com.br

Decretos

DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

DECRETO Nº 64.880, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Governo

GABINETE DO SECRETÁRIO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO

CHEFIA DE GABINETE

AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

DIRETORIA DE PROCEDIMENTOS E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

DIRETORIA DE VEÍCULOS

Entretempos: poesia e pandemia

Maria Aparecida Junqueira

Para além da necessidade imposta de ir às ruas, de expor-se ao contágio em nome da reprodução do capital, soma-se a urgência incorporada dos corpos como ação política. Isolamento e exposição, dois imperativos éticos em uma mesma encruzilhada de tempos.
Rodrigo Turin, 2021

A morte de tão depressa
nem repara no que fez.
Carlos Drummond de Andrade, 2003

Quando pensamos na possibilidade de um tempo além deste, estamos sonhando com um mundo onde nós, humanos, teremos que estar reconfigurados para podermos circular. Vamos ter que produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para sermos acolhidos por esse mundo e nele podermos habitar. Se encararmos as coisas dessa forma, isso que estamos

vivendo hoje não será apenas uma crise, mas uma
esperança fantástica, promissora.
Ailton Krenak, 2020

Difícil ler o presente em busca de pensar o futuro. Santo Agostinho (1987, p. 284) ensina que "talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras". Como ler o presente a partir dele mesmo? Rente ao seu acontecer, imersa na vivacidade do fenômeno, neste recente acontecimento traumático – a pandemia da covid-19 –, a humanidade, o mundo e cada ser foram expostos ao espanto, à dúvida, à angústia, ao medo, à incerteza, à consciência da morte, ao luto. O presente vem carregado de sentidos e de história, a pandemia deste tempo traz a memória das passadas, dos genocídios, das colonizações. Embora se saiba que a contaminação teve início em dezembro de 2019, o histórico da Organização Pan-Americana de Saúde registra março de 2020 a maio de 2023, conforme datas oficiais da Organização Mundial da Saúde. Se ainda se fica perplexo ao refletir sobre o vírus e sua violência infecciosa é que se viveu o seu curso e se viu a sua ação imperativa e catastrófica. O vírus teve seu contágio propagado, éramos meio de hospedagem e disseminação. Não estava só, fortalecido e sustentado por uma lógica capitalista predatória, pelo descaso de governantes, por desigualdades econômicas e raciais, por poderes econômicos globais escusos, por militantes midiáticos, o vírus desnudou causas e efeitos, mostrou vias do extermínio, evidenciou-se como fenômeno histórico, político, ambiental.

À condição humana se impôs dilemas sobre a vulnerabilidade da vida, cuja finitude se apresentava vizinha. Se, de um lado, cientistas pelo mundo buscavam compreender esse vírus, encontrar meios para contê-lo frente a uma das maiores crises sanitárias sofridas pela humanidade, de outro, filósofos abriam imagens de pensamento, propiciando um pensar sobre e com o vírus da epidemia de covid-19 que invadiu mentes e corpos. Emanuele Coccia (2021), por exemplo, em artigo publicado originalmente, em 26 de março de 2020, em *Philosophie Magazine*, ao tratar da metamorfose dos seres vivos, correlaciona-a ao que se experimentou com essa pandemia. Sua resposta, à pergunta que lhe foi feita nesse artigo, é reveladora do poder de transformação dos vírus:

> [...] o vírus é a forma pela qual o futuro existe no presente. O vírus, de fato, é uma pura força de metamorfose, e circula de vida em vida sem se restringir às fronteiras dos corpos. Livre, anárquico, quase imaterial, não pertencendo a indivíduo algum, possui capacidade para transformar todos os seres vivos, permitindo-lhe atingir sua forma singular. Pense que uma parte do nosso DNA, provavelmente cerca de 8%, tem origem viral! Os vírus são uma força de novidade, de modificação, de transformação, e possuem um potencial de invenção que tem tido um papel essencial na evolução. Eles são uma prova de que não somos senão identidades genéticas de uma bricolagem multiespecífica. Gilles Deleuze escreveu que "*fazemos rizoma com nossos vírus, ou antes, nossos vírus nos fazem fazer rizoma com outros animais*". Nessa perspectiva o futuro é a doença da identidade, o câncer do presente, que obriga a todos os seres vivos a se metamorfosearem. Eles precisam adoecer, contami-

> nar-se e, possivelmente, morrer para que a vida continue seu curso e dê à luz o futuro (Coccia, 2021, p. 128).

Coccia escreveu o ensaio *Metamorfoses* antes da pandemia de covid-19 e dedicou ao vírus as duas últimas páginas. O impacto dessa sua fala, norteadora de um modo de ser das coisas, aliada a um contexto pandêmico, é inquietante. No viés desse desassossego, esclarece:

> O poder transformador do vírus dá obviamente um pouco de medo, pois a covid-19 está mudando profundamente o nosso mundo. A crise epidemiológica, no fim, será superada, mas o aparecimento desse vírus já mudou irremediavelmente nossos estilos de vida, nossas realidades sociais, nossos equilíbrios geopolíticos. Grande parte da angústia que experimentamos hoje é resultante da nossa compreensão de que o menor ser vivo é capaz de paralisar a civilização humana mais bem equipada tecnicamente. Esse poder transformador de um ser invisível, acredito, produz um questionamento do narcisismo das nossas sociedades. [...] Estou pensando não somente no narcisismo que torna o ser humano mestre da natureza, mas também naquele que nos leva a conceder ao ser humano um poder destrutivo incrível e exclusivo sobre os equilíbrios naturais. [...] Apesar da ciência, temos cavado um abismo entre as diferentes espécies. Nunca integramos completamente a intuição de Darwin, que [...] "*nenhuma espécie é pura, toda espécie é uma mistura estranha, uma quimera, uma bricolagem, um mosaico de identidades genéticas de outras espécies que a antecederam*" (Coccia, 2021, pp. 128, 129, 131).

Coccia mostra que tudo o que nos cerca participa da mesma vida. "*A vida vai de um corpo para outro, de uma espécie para outra, de um reino para outro através do nascimento, da nutrição, mas também, e, sobretudo, da morte*" (Coccia, p. 129). Provoca-nos a repensar o lugar do humano entre as espécies, assim como os gestos de nossas ações sobre os outros seres. É nessa esteira de pensamento que reafirma que tanto o poder de destruição, quanto o de geração é equitativo entre todos os seres. Portanto, "*qualquer bactéria, qualquer vírus, qualquer inseto pode produzir um grande impacto no mundo*" (Coccia, p. 129). É a nossa relação com os outros viventes que é questionada, assim como com o meio ambiente. Como se dá a nossa relação com o ecossistema, que rumo estamos tomando, o de predador? A pandemia se mostrou catastrófica. Reavaliar esse gesto destruidor é preciso, pois somos apenas coparticipantes deste mundo junto com outros viventes. Muito além da descoberta da vacina, a epidemia da covid-19 nos encurralou, coletivamente, em nossas casas, gerou o confinamento e expôs cruamente razões e consequências de um capitalismo hipertecnológico que se reverbera no processo de contaminação social, cultural, educacional, econômico. Além disso, se "*todos somos feitos um do outro*" (Coccia, p. 131), a capacidade de solidarizar-se com outras espécies viventes pode indicar via diferencial para reconhecer o outro e deixar-se afetar por ele.

*

Em meio a esta pandemia que instalou enfermidade em todos os locais, como reagiu a periferia paulistana frente ao

fenômeno que atingiu a subjetividade humana e escancarou a precariedade da vida social? Busca-se, aqui, pensar em impactos da pandemia que indo além da dimensão biomédica, social, econômica, política, atinge o ser em sua manifestação expressiva, tornando-se matéria de poesia. Embora o vírus não escolha a quem infectar, o risco foi maior junto a populações de extrema vulnerabilidade. Para eles, o isolamento, as condições de saúde, de finanças, de prevenção, foram pouco acessíveis. A atmosfera daquele momento, todavia, foi apreendida, por exemplo, por pequenas editoras independentes, vinculadas à Câmara Periférica do Livro – Editoras e Selos Editoriais das Periferias de SP –, que tem como objetivo principal "*apoiar empreendimentos editoriais de coletivos da periferia de São Paulo, tendo em vista o fortalecimento econômico e de gestão dessas iniciativas e sua maior inserção no mercado de livros*" (Catálogo 2020, p. 2). Essas editoras buscaram apreender esta experiência, também, no que concerne à poesia. Na história da cultura ocidental, a literatura, assim como outras artes, manifestou-se diante de crises sanitárias, e neste momento crítico, investigou, interpretou essa experiência, desdobrando-a em diferentes perspectivas. O escritor e crítico literário Ítalo Moriconi, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 2021, denominou tal produção literária voltada para a temática como "*literatura da pandemia*". A diversidade dessa produção, apenas a título de exemplo, faz se conhecer no *Diário poético da quarentena*, de Cassio Rodrigues (Editora Caligo, 2020); em São Paulo, 24 de março de 2020. *Poemas*, de Horácio Costa (Editora Patuá, 2021); em *Pílulas sobre a quarentena (e do fim do mundo)*, de Duique (Editora Urutau, 2021); em *A geração que esnobou*

seus velhos, de Ricardo Lísias (Oficina Raquel, 2022)[1]. Também Cristhiano Aguiar (2020, p. 12), em setembro de 2020, ao assinar artigo de capa do *Suplemento Pernambuco*, enfatizando as relações e o refratar da literatura com cenários pandêmicos, afirma: "*porque é [a literatura] a arte da palavra. E em direção à palavra convergem nossa humanidade, nossa percepção dos sentidos da enfermidade e da saúde, nossa estupefação diante tanto do nascimento da vida quanto das sombras da morte*".

A literatura se faz, então, em decorrência do vírus da covid-19, em refúgio e ponto de encontro, proporcionando que leitores e escritores se expressem e tomem consciência da própria literatura como um lugar de resistência que, neste caso, advém do vivaz movimento literário da periferia de São Paulo. Nesse tempo de fraturas humanas e fratura em si, interessa-nos como desenvolvimento do Projeto temático *Vida urbana, desigualdades e repercussões da Covid-19 na metrópole de São Paulo*, em desdobramento do eixo "Manifestações estético-político-culturais na covid-19", tecer reflexões acerca da experiência da pandemia e da literatura com a análise, dentre as publicações da Câmara Periférica do Livro, da obra de poemas *Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa*, de Daniel Carvalho, com capa e ilustrações de Natan Nakel, publicado em São Paulo, no inverno de 2021, pela Selin Trovoar. É um livro que põe em discussão pontos nevrálgicos que enlaçam vida e pandemia em pensamento poético. Interroga-se, portanto, como

1. O artigo *Desdobramentos da pandemia da covid-19 e o radar da produção literária brasileira contemporânea*, de Ana Paula Brandileone, mapeia e analisa a produção literária brasileira contemporânea, do período.

questões relativas ao isolamento social, à contaminação, ao vírus, ao medo, à vida, à morte, são tratadas nos poemas. Como os poemas se tornam espaços de refúgio e liberdade para um tempo fraturado? Como o sujeito poético, diante do isolamento social, relaciona-se com um tempo suspenso, voltando-se para si mesmo e para o outro?

A obra é constituída de onze partes, que constituem o sumário, nomeado, aqui, como *pontos de fuga*. São eles: *o quarto* com quatro poemas; *a casa* com três; *quintal* com três; *a tela* com dois; *as celas* com cinco; *rua* com cinco; *mundo* com três; *a u.t.i.* com cinco; *céu* com três; *noite* com um; *o nada* com um poema. Todos os títulos dos poemas são grafados em negrito. Um conjunto de poemas em torno de *pontos de fuga*, cuja sequência e títulos sugerem a narrativa de um isolamento social e suas consequências potencializadas num vir a ser, que servem de convite a um refletir acerca desse tempo ensimesmado, circunscrito também no tempo do sonho: "*amanhã sonhei que uma peste invadia a casa*", título do livro e sonho que reverbera em poemas do livro. Abrindo cada ponto de fuga uma imagem desdobra e reverbera a imagem da capa, como poemas visuais a dialogar com os poemas verbais, que introduzem.

A capa, de fundo preto, sugere de modo estilizado o vírus da covid-19, traçado em linhas brancas, em quase círculos que se abrem nas laterais, com formato similar a uma coroa. À um grande olho também se assemelha, parecendo estar à procura de alguém.

Figura 1 – Imagem da capa do livro.

As páginas de abertura se apresentam como compondo o projeto do livro e de sua temática. A começar pela dedicatória:

dedico a quem me visitou à noite
e hoje tentou me matar

Em forma de poema, o eu poético dedica o livro a quem o visitou à noite e hoje o tentou matar. Faz alusão ao vírus, opera os tempos passado e presente, e, reverberando-os pelos poemas, anuncia, simultaneamente, o tempo como fratura e cura diante de perdas de pessoas, de objetos e do próprio tempo. Os poemas fazem a costura entre o ontem e o hoje de um tempo suspenso.

Daí a epígrafe de Franz Kafka, na página seguinte:

Uma gaiola saiu à procura de um pássaro.

"*Sentença breve e indiscutível, que resume uma doutrina*" (Machado *apud* Modesto Carone, 2009, p. 73), é o aforismo de número 16, entre os 109 reunidos por Kafka, aos quais se dedicou de 1917 até a primavera de 1918. "*Foi no campo, com a respiração diferente e atento à gravidade da tuberculose pulmonar que deveria matá-lo* [...]*, que ele se dedicou com afinco a esse tipo de escrita, que testemunha sua preocupação com a vida e a morte*", afirma Carone (p. 74). Em "*Uma gaiola saiu à procura de um pássaro*", há algo estranho no sentido da frase, pois uma gaiola que é objeto inerte se move, e um pássaro afeito ao voo e à liberdade é oprimido, Kafka inverte as concepções e os sentidos. A prisão, a gaiola, vão em busca do prisioneiro, do pássaro. À mostra, uma estrutura de dominação que a situação pandêmica

revelou e que os poemas desse livro apontam para: um vírus saiu à procura do humano, encurralando-o em isolamento social, e colocando-o diante de um tempo, um tempo suspenso. O sujeito poético ainda recomenda na página seguinte: "*se ler à noite / tranque a porta*" e, em contraponto com a última página do livro, diz: "*cuidado ao sair pela / porta da noite*". O trancar a porta e o cuidado ao sair sugerem o desconhecido, o imponderável, a gaiola que se move à procura de um pássaro.

À guisa de introdução, antes de adentrar aos *pontos de fuga*, o sujeito poético apresenta seu encontro com o estranho:

> um estranho me observava do outro lado, apertava os
> olhos pra melhor enxergar com aquela testa franzida
> em linhas desconfiadas. matutava algo, nada dizia.
> carregava silêncio e um sorriso torto.
>
> depois de jeitar os cabelos, moveu as mãos embestando
> me acariciar. imitei seus movimentos, mãos e rostos se
> grudaram. talvez nossas testas teriam roçado um beijo se
> não fosse o vidro apartado.
>
> dois desconhecidos reclinando o peso do mundo num
> espelho a partir de duas cabeças em repouso. uma
> lágrima se pendurou nas pálpebras que tremelicavam. se
> tivesse se jogado de lá, se estilhaçava?
> estorvado, deu de ombros. bateu na pia com a mão
> direita cerrada. partiu sem olhar pra trás.
>
> eu fiquei preso aqui. do outro lado.
> (p. 11)

O sujeito poético anuncia que a poesia deste livro se dá nos interstícios, nos limiares entre o vírus e o eu poético, na dramaticidade de uma visão do mundo em isolamento que apreende os desajustes sociais, culturais, as deformidades da existência. Projetados e apartados por um vidro-espelho o eu e o estranho buscam tornar visíveis as suas presenças e relações com o mundo "*reclinando o peso do mundo num espelho a partir de duas cabeças em repouso*", todavia, intensifica a suspeita não só a interrogação manifesta "*se tivesse se jogado de lá, se estilhaçava?*" mas também os caminhos tomados: "*partiu sem olhar pra trás / eu fiquei preso aqui. do outro lado*". A espreita um e outro são construídos por fragmentos de linguagem que sem complacência constroem a poesia por entre as frestas do acontecimento pandêmico, evidenciando catástrofe e ruína no mundo e no ser. O sentimento do sujeito poético é atravessado pelo outro, deixando-se reverberar nos poemas, implicando "*uma 'relação de alteridade', na qual o Mesmo e o Outro deixariam de excluir-se, para incluir-se mutuamente*" (Collot, 2006, p. 30, grifos do autor). Esse paradoxo, a relação da poesia com o seu objeto e também com a constituição do seu sujeito, estrutura a experiência poética. E como continua afirmando Collot: "*É na resposta à alteridade do real – quer se trate da realidade dita 'externa' ou da realidade supostamente 'interna', isto é, a do objeto ou a que o sujeito encontra em si próprio – que a poesia se elabora como 'uma outra palavra'*" (ibid, p. 30, grifos do autor). Uma outra palavra – a língua da poesia – é o que mostra aquilo que escapa aos códigos estabelecidos, é o que o poeta faz ouvir revelado de modo diferente. Juntando-se a Collot, melhor é dizer com Octávio Paz (2012, p. 272, grifos

do autor) de *O arco e a lira*:

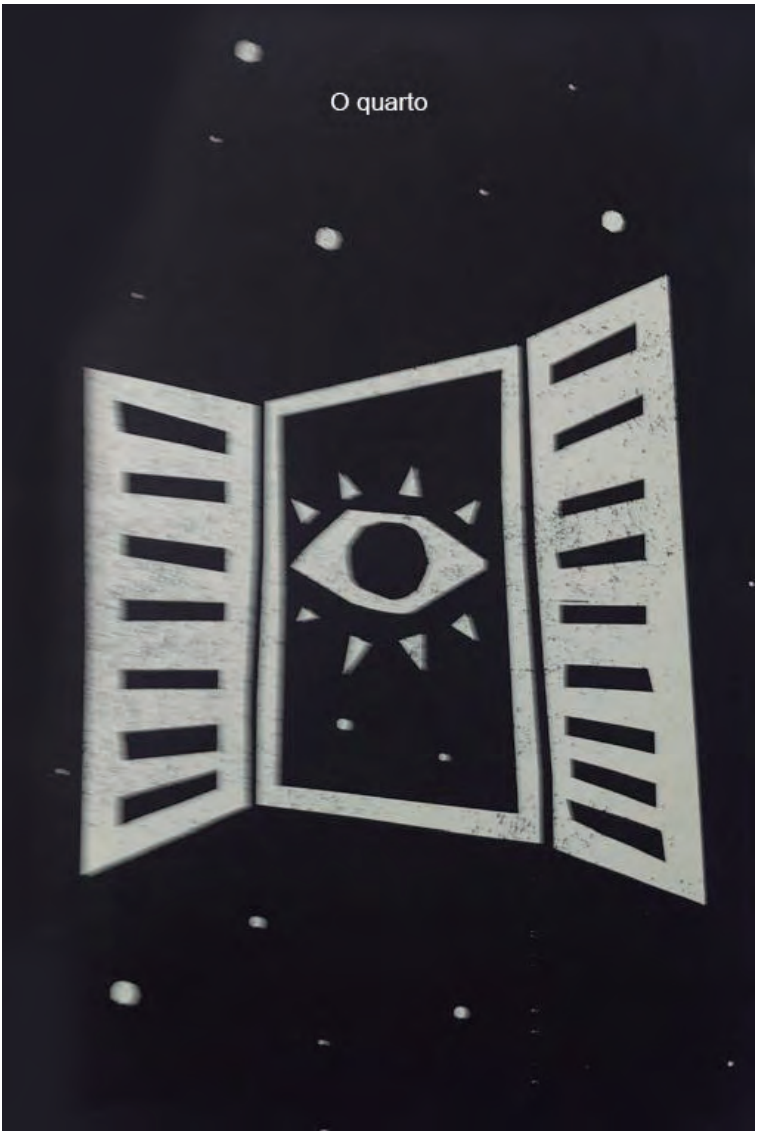
> Experiência feita com a tessitura dos nossos atos diários, a "outridade" [alteridade] é acima de tudo percepção simultânea de que somos outros sem deixarmos de ser o que somos e que, sem deixar de estar onde estamos, o nosso verdadeiro ser está em outro lugar. Somos outro lugar.

Ser este outro lugar, perceber-se outro é fundar a palavra poética neste nó entre identidade e alteridade. Collot (2013, p. 231) esclarece que "*na medida em que o poeta traz para a palavra, não o seu eu, mas esse Eu desconhecido que cada um traz em si, o poema pode nos falar, a nós outros*". A contracapa de amanhã sonhei que uma peste invadia a casa aponta para uma estranheza dos/de sentidos:

Figura 2 – Imagem da contracapa do livro.

Este dístico: "*uma peste dorme aqui / disfarçada de poema*", inscrito em letras brancas sobre fundo preto, dialoga com o possível fragmento da peste, também na cor branca, figurado em vírus, no centro da contracapa. A composição desregra os sentidos ao mobilizar recursos semânticos, imagéticos e polissêmicos para dizer da peste, do poema, do livro, do contexto e do tempo suspenso em decorrência da doença da covid-19. Todavia, a peste não é o poema, mas o disfarce, o embuste. Os poemas desdobram-se na tentativa de expressar, fazer sentir, dar sentido, por meio da linguagem do poema, a esse tempo de fraturas. Como disse o sujeito poético "*eu fiquei preso aqui. do outro lado*". Ao virar a página, percebe-se que o outro lado é "O quarto", lugar de onde ele fala e que também nomeia a primeira seção de poemas, aberta por esta imagem que indicia o isolamento, uma possível janela, o vírus, a noite.

Figura 3 – Imagem de “o quarto”.



O poema de abertura intitula-se "[assolamento social]", o título vem cercado pelo sinal gráfico colchetes, aliás, cerca todos os títulos dos poemas do livro. Seu objetivo aqui foge do emprego costumeiro como esclarecer ou explicar algo, para vir a intensificar o sentido de fechamento, aprisionamento, isolamento, diante das restrições sanitárias impostas. Diz o poema:

> os limites do mundo
> foram confinados às paredes de meu quarto
> nenhum sonho ousou sair pela janela
> não sobreviveria à queda de um segundo andar
>
> estamos a sós agora
> os vazios e eu
> ocupando um cômodo estrito
> do tamanho que sou no mundo
>
> o que faço agora é escrever e contar os dias
> na espera de alguém sorrir e abrir a porta
> ou do teto desabar em mim
> numa noite de sono qualquer
> (p. 15)

Nomear o poema como "[assolamento social]" quebra a expectativa do leitor, porque se espera "isolamento social". Porém, os sentidos contidos em "assolamento" são mais fortes e parecem atingir o coração do acontecimento, pois implica causar ruína, destruir, devastar. O poema trata de comportamento conhecido deste período e também da interioridade do eu poético e da exterioridade da dimensão social. O assolamento, se

gerou aflição, tortura no eu poético confinado nos limites do seu quarto, alterou-lhe não só aspectos físicos, mas também a sua subjetividade, visto que "nenhum sonho ousou sair pela janela", em correlação com o título do livro: "*amanhã sonhei que uma peste invadia a casa*". Pluralizar o eu em nós "*estamos a sós agora*", é do que trata a segunda estrofe, espacialmente deslocada das outras estrofes. Pergunta-se quem é esse outro, outro que é feito de vazios, misturando-se ao eu. Há uma somatória de elementos em negação, inclusive, as ações do eu lírico são gestos que se repetem: escrever e contar os dias, ações monótonas e repetitivas. Consciente de si, do outro e do ambiente que o cerca, o eu mobiliza sentimentos e sensações a espera de que algo aconteça, muito embora a atmosfera que prevaleça seja a de incerteza. Na experiência dramática do eu poético e do mundo, está posto o assolamento.

A devastação se acumula e o tempo de escrita do poema é o da indefinição, como se observa no fragmento do poema "[linha tênue]":

> todos os dias às cinco
> abro a janela pra sorrir uma tarde
> pipas me acenam de longe
> relembro o que é ser menino de quebrada
> [...]
>
> todos os dias sorrio uma tarde às cinco
> pra chorar uma noite depois das seis
> pra suportar as paredes de meu quarto
> que não são tão azuis quanto lá fora

pra adiar o momento de acenar para a vida
feito as pipas que me acenam de longe
(p. 16)

Um misto de presente e passado perpassa a subjetividade desse eu poético que é atingido pelos efeitos da pandemia e tanto se vê relembrando tempos vividos de menino e de pipas, quanto, neste presente suspenso, suas ações são repetidas: "*todos os dias*" sorrir às cinco, chorar às seis, e, ainda, num tempo por viver: "*adiar o momento de acenar para a vida*" perante a sobrevida incerta. O sujeito poético, tal como os demais sobreviventes, experimentou no corpo, nas telas, nas janelas e nos índices de mortalidade decorrentes da covid-19, a dor e o peso da morte. O terceiro poema desta seção "o quarto", intitulado "[todo dia um adeus]", é revelador dessa imagem:

com os braços apoiados
no parapeito da janela
te vejo despedindo de mim
todos os dias

feito mãos que deslizam
minhas bochechas
um carinho me aquece
na parede fria

mirar horizontes
contornar com olhos
paleta de cores no céu

ser ausência e companhia
na cidade cinza
de tardes que dizem adeus
(p. 17)

Da janela da casa, o eu poético vê o mundo e o tempo passar. Entre a terra e o céu, um adeus e a solidão sentida com o distanciamento físico. Marcadamente se expressa o eu lírico diante da realidade vista. Interno e externo se confrontam: um eu em isolamento, interioridade do eu lírico, a ver a cena que passa: alguém se despede – exterioridade do mundo. Uma dimensão subjetiva perpassa as estrofes; solidão, melancolia, cruzam os versos expondo a experiência de luto coletivo – "*ser ausência e companhia*". Nas entrelinhas do poema, saltam a dor do eu poético – "*um carinho me aquece / na parede fria* [...] / *na cidade cinza / de tardes que dizem adeus*" –, mas também a crise política, ética, sanitária, desvelada pela indiferença governamental.

Os poemas agrupados em "a casa", espaço de recolhimento nesse período pandêmico, continuam incidindo sobre perdas. A imagem desta seção "a casa"

Figura 4 – Imagem de “a casa”.

apresenta, remetendo como as demais imagens ao luto, um fundo negro sobre o qual são dispostos recortes brancos com pontilhados esparsos, entre os recortes o fundo negro cria imagens de estilhaços, a sugerir um vidro ou um espelho quebrado, sem deixar de, pelo formato, dar a ver uma janela ou mesmo, o seu núcleo central dar a entender o vírus. Os poemas que seguem corroboram a imagem, indiciando a impossibilidade de um viver tranquilo quando se está assolado pelo vírus da covid-19. É o que se lê no primeiro poema intitulado "[minha casa é peito abandonado]":

ganhei outro fracasso hoje
fiz dele decoração na estante

juntei tantos, não há mais
espaço pra mim dentro do quarto
cada fim de ciclo, uma prateleira nova
cada prateleira, nova coleção de
traumas

separo fracassos por tamanho
sempre os encontro quando procuro
tiro o pó dos meus medos
parecem novos a qualquer custo

a casa inteira tem decoração minimalista
sempre me senti pequeno, apenas a estante destoa
preciso de um móvel grande pra caber tanto aperto

um dia vou acordar e ver os espaços vazios
vão escapar os enfeites, quadros
livros, talheres
os móveis todos
também as janelas

um dia meus fracassos vão fugir da estante
e levar tudo dali

quando olhar o espelho
não verei imagem alguma
vão até me roubar de mim
(p. 23-24)

O sentimento de abandono, de fracasso, de medo, de vazio, vai se acumulando na casa, na estante, no próprio eu poético. Um medo subterrâneo de morte parece tomar conta do cotidiano – "*ganhei outro fracasso hoje*". A sensação de perda é materializada não só semanticamente em uma decoração feita de fracassos e minimalista, no sentimento do eu poético de ser pequeno e destoar apenas da estante, mas também no tamanho dos versos indicativos do sumiço das coisas até o desaparecimento do sujeito: "*vão até me roubar de mim*". Os marcadores temporais e a temática se vinculam às emoções vividas pelo eu do poema, evidenciando a dimensão trágica do tempo, o que se confirma no poema a seguir "[abandono]", tomado em fragmentos:

hoje mais um sonho foi embora
sem se despedir
não deixou recado, nada me escreveu
não avisou ninguém

procurei em sua antiga casa
mandei mensagens
apenas caixa postal

[...]

estarei aqui quando quiser retornar [quem sabe]

[...]

talvez me encontre de mãos frias
com lençol amarrado no pescoço
sem olhar para mais nada

[...]
(p. 25-26)

A incerteza se intensifica e atravessa a interioridade desse sujeito poético que se volta sobre si para pensar o isolamento social que lhe furta os sonhos e a vida. A postura negacionista de autoridades brasileiras, a não observação das proibições sanitárias, o enorme e crescente número de óbitos, dimensionam a incerteza do eu que se vê em imagem fúnebre: "*talvez me encontre de mãos frias*". Ter de viver com a proxi-

midade da morte, contemplá-la como vizinha potencial e real gera no sujeito o sufoco do confinamento, independente se na periferia ou no centro. Os poemas têm mostrado até aqui que a vivência do eu poético no ato da escrita revela dois tempos: um presente da vida confinada no quarto ou na casa, e outro, o tempo da espera do término do isolamento, do fim da pandemia. A ação que se confirma é a da escrita. De qualquer modo, a experiência da perda de comunidade, de um corpo comunitário reforça-se no isolamento. Essa dimensão interiorizada do sujeito poético, metaforizada ainda na imagem de "casa", é concretizada no último poema dessa seção, cujo título "[sonhei que uma peste invadia minha casa]" é quase homônimo do título do livro – Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa. Ao inter-relacionar futuro "Amanhã" e passado "sonhei", o título do livro aponta para a realidade do presente, um silêncio aterrador. Há silêncio entre eles, a significar que algo desconhecido acontece e assalta o nosso existir. Silêncio que tanto coloca o sujeito poético ao encontro de si como é qualidade do vírus, agente silencioso e invisível. Este vão entre futuro e passado, também é tempo-espaço propício à palavra, condição à palavra literária. Em fragmentos deste poema, o eu poético fala de suas experiências limites:

> nas últimas semanas antes de dormir
> uma peste pula o portão
> bate com mãos pesadas à minha porta
> espia nas brechas das janelas
> força trincos para entrar

minha visita é cão farejador
caça sonhos, noites e traumas
ataca no silêncio e início de uma insônia
sua vítima é sempre vítima
de outros abates, lembranças ruins
finais de histórias mal resolvidas
covarde, ataca presa cansada de correr

nas redondezas de mim, uma ansiedade está à solta
esqueço às vezes uma cortina
entreaberta
uma luz acessa, uma conversa não
arquivada
nessa hora a fera investe nos vidros da janela
é estilhaço para todo lado
derruba vasos, arranca quadros, arrasta móveis
empurra estantes, quebra enfeites, meu corpo imóvel

[...]

os dedos suam, a noite transpira
deitado em silêncio, finjo não morar aqui
[...]
um cadeado tranca o ar pra fora de minhas narinas

[...]

desmancho, sólida é a dúvida sobre o amanhã

•

> ao meio dia desperto com arranhões nos olhos
> entraria sol nas paredes do meu quarto
> não fosse o terceiro dia sem abrir as janelas
> (p. 27-28)

O poema encena um vírus em performance e um sujeito poético amedrontado, mas consciente de si e das coisas lá fora do quarto. Se o amparo não vem do corpo político governamental em suas diferentes esferas, ele vem da palavra, da palavra poética, não da tagarelice verborrágica de discursos oficiais e de discursos midiáticos contaminados de negacionismos. Ele vem do encontro com as incertezas e do experimentar e manifestar a palavra como voz e companhia, do habitar a casa com imaginação, pensamento, poesia. Em um fragmento do poema "[*mindfulness*]", da seção "quintal", o eu poético declara: "*se um poema cai na mão / faço igual quando a esperança pousa nos ombros / abro as janelas*" (p. 33), mesmo que seja sólida "a dúvida sobre o amanhã". A palavra poética manifesta resistência nessa atmosfera funesta. É luta contra o silêncio amargo. É na palavra poética que o eu poético se faz sujeito e pode emitir sua voz sobre o vírus, como o faz em outro poema da seção "noite", intitulado "[quando a fera sai para passear]". O título do poema anterior se repete no primeiro verso desta primeira estrofe:

> sonhei de novo que uma peste invadia minha casa
> caçando ruínas em memórias, farejando lembranças a tragar
> com sede de caos

> arrastava móveis, revirava gavetas, tirava coisas do
> lugar
> quebrou vasos, riscou discos de miles davis
> comeu Kafka, vomitou tudo na parede
> com restos pintou réplica de guernica
> até encontrar nossas
> fotografias
> (p. 103)

O sonho se repete e as ações do vírus são de assombro. Falar sobre o acontecimento é um modo de resistir, de indignar-se, de renascer, de denunciar, de afirmar a existência – fazer da poesia instrumento de luto e de luta, mais que isso, fazer da poesia pensamento e ação: "*Eterno retorno e partilha das vozes*" (Nancy, 2013, p. 418). Didi-Huberman (2018), na conferência[2] que profere em 2017, no Sesc Pinheiros, na abertura da exposição *Levantes* que "*trata das diferentes formas de representação de atos populares e políticos, engajados nas transformações sociais, nas revoltas e revoluções*", pode abrir nossa reflexão ao declarar:

> É difícil revivificar os próprios sonhos, construir a partir do heterogêneo, desenvolver a arte de reinventar de

2. No site do Sesc Pinheiros, a respeito dessa conferência, informa-se: "(...) é disponibilizado, de forma inédita em língua portuguesa, o texto completo do ensaio *Images et sons à bout de bras* [*Imagens e sons como forma de luta*], redigido pelo pensador francês e que serviu de base para sua fala na conferência que ocorreu em 17 de outubro de 2017. Não se trata da transcrição do que foi dito por Didi-Huberman, com suas sínteses e digressões, naquela terça-feira à noite, mas da tradução para o português do texto integral que ele redigiu para a oportunidade.

> outro modo a própria vida, até então mutilada. É por isso que engendramos levantes sem-fim. Sem-fim porque com muita frequência tudo se repete, tudo fracassa; tudo fracassa nas praias do conformismo ou contra as falésias dos serviços de ordem. O recomeçar, porém, também é sem-fim. Sem-fim: sem que jamais o objetivo final – o apaziguamento de tudo, a reconciliação obtida, o desejo finalmente satisfeito – seja alcançado. Mas também sem jamais deixar de reacender o desejo e, com ele, a coragem de desobedecer, a pulsão de inventar, a força de fazer diferente, a energia de não mais se assujeitar. Por essa inesgotável multiplicidade demonstrada pela história das sociedades humanas, os levantes, tomados em conjunto, formariam a grande arte política do não finito. Isso para explicar simultaneamente sua fragilidade constitutiva — ou constitucional: fragilidade de se indefinir em relação ao poder — e sua potência propriamente infinita. Potência de vulcões, de vagas gigantes, de poeiras em movimento, ou de furacões.
> Já que na história nada jamais terminou, engendrar um levante talvez fosse simplesmente recuperar a capacidade de saber recomeçar.

Escrever a palavra literária em Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa adquire o sentido de recomeçar. No último verso do poema "[o preço em ser poeta]", da seção "mundo", o eu poético diz: "*não tenho mais tempo para ficar de luto*" (p. 79), indicando que a vida é luta, é levante, é resistência. Estranha-se que a seção seguinte seja "a u.t.i.", lugar de morte. Revivificar, entretanto, é reacender o desejo e a coragem de desobedecer e enxergar a potência de fazer diferente. O poema "[semente de vida]", dessa mesma seção sugere a saída:

da lágrima que escorre das nuvens nasce o fruto
da semente que nasce no chão nasce o futuro

resiste a vida

às pedras
ao barro
aos corações petrificados

em terras áridas
em solos secos
a lágrima persiste

semente ávida
ferida no seio
a vida insiste
(p. 89)

Sem-fim é inerente à semente, vida que insiste, em terreno árido. A poesia se constitui, então, em condições adversas de perdas e fracassos, mas, justamente por isso, reascende o desejo ao rejeitar a opressão do meio e insurgir-se contra o opressor, encarando o que está por vir nesse tempo sombrio, tal como é dito no único verso do poema "[tecnologia *touchscreen*]", da seção "a tela": "*diz que vai passar?*" (p. 42). O eu poético deseja recomeçar, quer tornar-se sujeito. Didi-Huberman redimensiona esse pensamento, em sua conferência, quando diz:

> Recomeçar a qualquer preço, recomeçar senza fine, infinitamente. Seria a faculdade de se tornar um sujeito que renasce, que se põe em movimento, que começa a inventar gestualidades e formas de vida pelas quais não se sentirá mais assujeitado. [...] "*Eu vou continuar*", não foi assim que Samuel Beckett concluiu seu debate íntimo no livro O Inominável, logo após ter declarado sua própria tentativa de voltar a partir com a expressão "*É preciso continuar, será que eu posso continuar?*" Não é evidente que isso também queria dizer: "*Lá onde tudo me diz não, vou continuar, apesar de tudo, a arriscar, a tentar, a desejar, a falar, a afirmar, a inventar, a dizer não ao não?*" Suportamos muitas coisas e depois, um dia, dizemos a nós mesmos que aquilo não pode mais continuar. Por muito tempo, mantivemos os braços abaixados. Entretanto, mais uma vez — como havia sido possível fazer em certa ocasião, como outros com frequência fizeram antes de nós — erguemos os braços acima dos ombros, ainda atordoados pela alienação, curvados sob o peso da dor, da injustiça, do abatimento que até então nos dominava. Nesse momento nos reerguemos: projetamos nossos braços para o alto e para frente. Erguemos a cabeça. Reencontramos a potência liberadora de olhar em frente. Nós abrimos, nós reabrimos a boca. Nós gritamos, nós cantamos nosso desejo. Discutimos com nossos amigos como fazer isso, refletimos, imaginamos, avançamos, agimos, inventamos. Passamos a ser protagonistas de um levante.

O sujeito poético de Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa, à semelhança do que acontece em O Inominável, deseja continuar e "*transformar a perda em levante*". Essa é a "*sua potência propriamente infinita*", aquela que libera o olhar

para frente e, nesse sentido, configura-se como ato de resistência. Deleuze (1999, p. 13-14), em palestra intitulada "*O ato de criação*", proferida em Paris em 1987, confere à criação o poder de resistir. A reação da criação contrária ao assujeitamento do ser, mostra o ato de criar resistindo até a morte. Ele se pergunta:

> O que resiste à morte? Basta contemplar uma estatueta de 3.000 anos antes de Cristo [...]. Poderíamos dizer então, de forma mais tosca, do ponto de vista que nos interessa, que a arte é aquilo que resiste, mesmo que não seja a única coisa que resiste. [...] Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens.

Afinar o olhar e ver o ato de criação, nesse caso, a produção poética, vinculada à política, portanto, capaz de gerar o levante, é imprimir-lhe resistência. A última seção do livro, intitulada "o nada", expõe essa forma de ser poesia:

Figura 5 – Imagem de “o nada”.

Ela se apresenta em fundo preto, tendo no centro da página a figura estilizada do vírus da covid-19. O título da seção, entretanto, cria diálogo com a figura do vírus, qualificando-o como "o não ser", como "coisa alguma". O longo e único poema dessa seção, nomeado "[a noite em que acabei com os problemas do mundo]", mostra, já pelo título, o erguer de braços, o desejo de clamar, o desobedecer, o por o corpo em movimento do sujeito poético. O poema trata da luta do eu poético não com o vírus, mas com o tempo e coloca em discussão a escrita. É o que se percebe nas estrofes iniciais:

toda vez que escrevia uma palavra
ela desaparecia no final
        escrevi memórias inventadas
        sobre o sentido da vida
        tudo sumia depois de contornar a última letra

troquei o suporte da escrita
        escrevi em cadernos, fotografias
        nos muros em branco
rascunho algum permanecia
meus versos não tinham história nem rosto
passado e presente eram um instante

passei a escrever à noite
a me esconder e vigiar o desaparecimento das palavras
vi que era o tempo quem tudo fazia sumir
        segurava minhas escritas com as mãos
        cruzava suas pernas, me lia com desleixo

apagava meus rabiscos
senhor de si, sempre foi egoísta
às vezes apagava com tanta força
que a folha se desmanchava

decidi pregar-lhe uma peça
desenhei os olhos do tempo num papel
o tempo ficou cego
apagou com a borracha sua visão por engano

com o tempo em minhas mãos
pude escrever livremente
[...]
(p. 113-114)

A questão do escrever e da escrita é problematizada em todo o poema. O eu poético expõe sobre o que escreve e também sobre o sumiço do que escrevia, altera o suporte, mas nem o rascunho permanecia, o próprio tempo não se deixava inscrever, já que "*passado e presente eram um instante*", alterou o tempo do escrever, passou-o para a noite e descobre que "*era o tempo quem tudo fazia sumir*". O tempo não só fazia desaparecer palavras, histórias e versos, mas também o suporte. As tentativas do eu poético para driblar o tempo passam por desenhar os olhos do tempo num papel, que são apagadas pelo próprio tempo, nesse tempo o eu poético estava livre para desenhar, criar palavras criadoras, "*refazer o gênesis*", narrar sobre as coisas e os acontecimentos do mundo e falar sobre a condição da vida, na qual "*nada nem ninguém era propriedade de ninguém*" (p. 115). O eu

poético opera a criação em um tempo não temporalizado, embora saiba que "*com o tempo não se brinca / traiçoeiro, decidiu se vingar*" (p. 115). As ações desse tempo apontam para um tempo histórico desdobrado metaforicamente pelo eu poético por meio do roubo de seu lápis, de seus versos, por meio do arruinar a história ao impor "ambição | egoísmo | poder", assim como "milagre | mistério | autoridade" (p. 115-116), gerando as hierarquias e desigualdades de toda ordem. O contraponto se dá em luta entre esse tempo histórico e o eu poético que tem no poema a inscrição dos efeitos do tempo:

> acordei com os gritos do meu poema que sangrava
> com o choro de crianças imigrantes
> [...]
> acordei com o cheiro de gás em auschwitz
> [...]
> acordei sedento por guerra
> nhinhinha [de guimarães] havia morrido após ser violentada
> [...]
> fui pra cima do tempo com a fúria dos séculos
> [...]
> roubei o lápis de volta
> [...]
> fui até o meu poema mancando pra corrigir a obra do tempo
> [...]
> apagar as atrocidades do tempo
> [...]

não havia como vencê-lo
[a não ser estando fora dele]
percebi que a forma de acabar com o tempo
era não existir mais para ele
[...]
(p. 117, 118, 119)

O poema expõe acontecimentos históricos e cotidianos, as barbáries, a violência, na qual o mundo foi gerido e nele se encontra. É organizado por um tempo histórico, messiânico, linear, cruel, desumano, intolerável. É desse tempo cronológico, hierárquico e desigual que o eu poético, neste tempo pandêmico, suspenso na história, deseja erguer-se, criar outra possibilidade de existência, colocar em crise os problemas do mundo. O modo de vencê-lo era estar fora dele, "*era não existir mais para ele*":

com as mãos ainda oscilantes
levei o lápis na direção do meu peito
pressionei forte contra mim
girava de um lado para o outro
o pedaço do grafite para perfurar mais

sangue e choro saíam de mim
vomitei, urinei desesperado
vista turva

não via mais o poema
a noite
mais nada

senti nos ombros
o peso das mãos do tempo

ele arrancou o lápis do meu peito
cerrou meus olhos
deu um beijo quente na testa
e disse:
(p. 120)

O tempo histórico implicou o distanciamento social impulsionado pelo medo do contágio, favoreceu a uniformidade e homogeneidade do tempo e das ações. Como declara Agamben (2021, p. 35):

> É importante não deixar passar que uma comunidade fundada sobre o distanciamento social não teria a ver, como se poderia ingenuamente acreditar, com um individualismo levado ao excesso: ela seria, ao contrário, justamente, como aquela que vemos hoje em torno de nós, uma massa rarefeita e fundada sobre a proibição, mas justamente por isso, particularmente compacta e passiva.

O eu poético de Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa levanta-se contra tal massificação. Manifestar-se, desejando estar fora dessa temporalização é problematizar a situação, o estado das coisas, buscando um outro fazer. A potencialização deste estado no poema pode ser interpretada por meio da materialização das cinco páginas em branco, silenciosas, até surgir o último verso desse poema:

— quando as luzes se apagam é hora de dormir

são páginas que potencializam a experiência pessoal por vir do eu poético, e que apontam para, neste tempo suspenso, o sonho: *Amanhã sonhei*, que traz para o centro do debate questionamentos e reflexões sobre a covid-19, o caráter político e social da pandemia, razões da segurança. Ambiguiza-se no último verso o destinatário do apagamento das luzes: eu poético ou tempo. O eu poético é potencializado pela palavra poética, não só nos poemas do livro, mas também pelas páginas abertas a espera de poemas em devir.

*

Frente à inevitabilidade do real, a poesia de Daniel Carvalho e as ilustrações de Natan Nakel em *Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa* inventaram, com a potencialidade da poesia e do sonho, uma forma de irromper e questionar a realidade catastrófica gerada pela pandemia, em especial em um Brasil que faz parte da lista dos países mais afetados pela covid-19. Essa produção advinda da periferia, publicada pela Câmara Periférica do Livro, revela um dizer poético ético e estético de luta diante da temática abordada, e de inovação ao fazer de outro modo, ao exibir a palavra poética também como um grito insurgente diante do real que apaga as camadas populacionais periféricas. O eu poético buscou dar o salto do grande conjunto de corpos humanos descartáveis, daí o seu manifestar-se pela escrita poética. O seu diálogo com o tempo se fez no dissenso, revelando a não conciliação com o intolerável. Como ato de resistência, a sobrevivência reativa do eu poético apontou para a distopia estabelecida no Brasil, sem

deixar de enfatizar a subjetividade da voz poética e as possibilidades de configuração do tempo.

"Atrás da Porta" é o posfácio de Marcelino Freire para este livro de Daniel Carvalho. Amalgamando escrita e temática, Freire diz que o poeta escreve na junção. "*Na soma. Morre e morde. No jogo. Na jugular. Para lá e para cá*" (p. 129). Afirma ainda que

> O livro não é de desesperança. É de uma chamada. Um aviso. Uma asa. Uma nuvem mudando a paisagem de lugar. [...] Se a cada ponto final de uma linha. No dobrar da esquina. De um poema. Mais uma pessoa se vai. O poeta, aqui, levanta a memória de uma história. A trajetória de um amigo ou amiga que ficou pelo caminho. [Corrobora que] a saída de qualquer peste, verme, descaso, desamor, cansaço está na poesia.

A poesia de Daniel Carvalho mostrou ser esta saída. O poeta "*adquiriu o direito à fala porque foi até o extremo do risco de morte; só o mestre fala, uma fala que é comando*", diz Blanchot (2005, p. 45). Num tempo em que não se pode chorar e enterrar os seus mortos, a poesia de *Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa* solidarizou-se com o outro. Mostrou caminhos para o reencontro do desejo, forjando uma potência poética que, segundo Didi-Huberman (2018) "*por si só significa um levante*".

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, S. (1987). *Confissões*. Petrópolis, Vozes.

AGUIAR, C. (2020). Primeiros casos de literatura com covid-19. *Suplemento Pernambuco*. Recife, Cepe editora, n. 175, pp.12-17, setembro.

ANDRADE, C. D. de. (2003). A morte a cavalo. In: ANDRADE, C. D. de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.

BLANCHOT, M. (2005). *O livro por vir*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo, Martins Fontes.

BRANDILEONE, A. P. F. N. (2021). Desdobramentos da pandemia da covid-19 e o radar da produção literária brasileira contemporânea. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 27, pp. 14-39. Disponível em: https://ebbs.short.gy/6KZw1V. Acesso em: 19 nov. 2024.

CARVALHO, D. (2021). *Amanhã sonhei que uma peste invadia a casa*. São Paulo, Selin Trovoar.

CARONE, M. (2009). *Os aforismos reunidos de Franz Kafka*. Introdução e tradução de Modesto Carone. Serrote, nº. 1, pp. 72-85, março.

CATÁLOGO 2020. *Câmara Periférica do Livro (CPL)*. Editoras e Selos Editoriais das Periferias de São Paulo. São Paulo, Ação Educativa.

COCCIA, E. (2021). O vírus é uma força anárquica de metamorfose. In: PELBART, P. P., FERNANDES, R. M. (org.). *Pandemia crítica outono 2020 (vários autores)*. São Paulo, edições Sesc; nº. 1 edições.

COLLOT, M. (2006). O outro no mesmo. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. *Alea*, vol. 8, nº. 1, pp. 29-38, jan./jun.

COLLOT, M. (2013). O sujeito lírico fora de si. Trad. Zênia de Faria e Patrícia Souza Silva Cesaro. *Signótica*, v. 25, nº. 1, pp. 221-241, jan./jun.

DELEUZE, G. (1999). O ato de criação. Trad. José Marcos Macedo. Palestra de 1987. Edição brasileira, *Folha de S.Paulo*. Disponível em https://ebbs.short.gy/hPpNMV. Acesso em: 12 ago. 2024.

DIDI-HUBERMAN, G. (2018). *Imagens e sons como forma de luta (texto integral)*. Trad. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. São Paulo, Sesc Pinheiros. Disponível em: https://ebbs.short.gy/bPpTQO. Acesso em: 12 ago. 2024.

KRENAK, A. (2020). Sonhos para adiar o fim do mundo. In: KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo, Companhia das Letras.

MORICONI, Í. (2021). Já existe uma literatura da pandemia. Entrevista concedida a Bolívar Torres. *O Globo*, Rio de Janeiro. Disponível em: https://ebbs.short.gy/PdAnZL. Acesso em: 30 abr. 2024.

NANCY, J.-L. (2013). Fazer a poesia. Trad. Letícia Della Giacoma de França, Janaina Ravagnoni e Maurício Mendonça Cardozo. *Alea*. Rio de Janeiro, vol. 15/2, pp. 423-427, jul./dez.

PAZ, O. (2012). *O arco e a lira*. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo, Cosac Naif.

TURIN, R. (2021). Tempos pandêmicos e cronopolíticas. In: PELBART, P. P., FERNANDES, R. M. (org.). (2021). *Pandemia crítica inverno 2020 (vários autores)*. São Paulo, edições Sesc; nº. 1 edições.

PARTE IV

Saúde, pandemia e necropolítica

Glocalização interativa, flagelo pandêmico e promoção da morte no Brasil[1]

Eugênio Trivinho

Metrópole, flagelo pandêmico e necropolítica em condições glocais e dromocráticas

O acelerado desenvolvimento socioeconômico da metrópole de São Paulo nas últimas sete décadas equiparou-a, com saldos emblemáticos, a um sistema dromocrático e transpolítico intensamente glocalizado. *Dromos*, prefixo grego atinente ao princípio da rapidez, implica, no limite das remissões semânticas, a máxima velocidade tecnológica dos processos e tendências, materializada na aceleração urbana da vida social,

1. O texto desdobra o esboço argumentativo que norteou a organização de *Comunicação digital e necropolítica: reflexões sobre as tendências glocais e dromocráticas na metrópole de São Paulo durante a pandemia de Covid-19*, coletânea de artigos desenvolvida pelo Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura – CENCIB, no biênio 2020-2022. Previsto como introdução a essa coletânea, o texto,

econômica e cultural. A culminância histórica desse cenário se assenta, de certa forma, para além da própria capacidade de administração e controle por parte das instâncias legadas pela modernidade política do século XVIII e XX. Igualmente transpolítico, glocal, por sua vez, recobre, como episteme crítica e como empiria processual, uma realidade tecnocomunicacional nem exclusivamente global, nem exclusivamente local, antes uma mistura de ambas as dimensões, como vertente de terceira grandeza, há muito unitariamente e sistemicamente efetivada como "vida", tão "normal" quanto mais inquestionável[2].

Como toda e qualquer metrópole multimediática internacionalizada, São Paulo é um celeiro social-histórico exemplar e representativo da relação entre esses vetores socioestru-

---

para a presente publicação, foi lateralmente readaptado (como capítulo) no estrato formal (não na tessitura de suas teses teórico-epistemológicas). As relações entre comunicação digital, condição necropolítica e pandemia de covid-19 no Brasil ainda não dispõem, suficientemente, de contrapartida bibliográfica interdisciplinar, consistente e crítica. *Comunicação digital e necropolítica* pretendeu contribuir para a cobertura dessa lacuna. Embora os textos nela reunidos centrem-se na metrópole de São Paulo, o conjunto, no plano explícito ou pressuposto, remete à condição do Brasil atual, ameaçado pelo neofascismo (como movimento político e social, após ter sido ideologia de Estado) e pelo neoliberalismo [como economia política (privatizante) e subjetiva (de empreendedorismo individualista e consumerista) generalizada]. O presente capítulo sintetiza as preocupações prioritárias dessa coletânea e sua relevância na politização (*lato sensu*) do debate público nacional.

O autor expressa agradecimentos a Alessandra Barros Marassi, Cláudia Ribeiro Monteiro Lopes, Claudio Luiz Cecim Abraão Filho, Daniela Norcia Gonçalves, Deusiney Robson de Araújo Farias, Fábio Moreira de Oliveira, Luciana Pasqualucci, Lygia Sousa e Michelle Prazeres – todos[as] participantes do projeto de pesquisa do CENCIB/PUC-SP que culminou na mencionada coletânea. Mais informações constam do último tópico.

2. Os marcadores conceituais do parágrafo evocam a sociodromologia fenomenológica. Vejam-se, a respeito, Virilio (1984, 1993, 1995, 1996) e Trivinho (2007, 2017). Os efeitos dessa menção se estendem para a sequência do texto.

turantes. Desde sempre, os processos de glocalização que a articulam (dos meios de massa aos interativos) incorporam, naturalmente, dromocratização (da esfera da produção à do lazer e tempo livre). Vice-versa, os processos de dromocratização (do espaço citadino ao reduto residencial) há décadas implicam, em regra e na base, contextos glocais de todo tipo.

Nessa configuração metropolitana, pouco espanta que a potência biodromocrática de contaminação pelo SarsCov-2 tenha sido, mais que assiduamente acompanhada, nublada pela potência dromoapta da produção simbólica e desinformativa das redes glocais, com todas as consequências envolvidas. Essa tensa flexão fática merece ser contextualizada (conforme os dois itens seguintes).

Impacto pandêmico e violência sociossanitária estrutural

Dias pós-pandêmicos e mediáticos futuros, talvez menos ameaçadores em comparação com o sofrimento humano no auge de contaminações e mortes durante a pandemia de covid-19, podem conceder razão ao laceio da memória da dor mediante obliteração até mesmo da real dimensão dos fatos, indesejáveis à própria atividade da lembrança. Não obstante, esse flagelo virótico, desencadeado em São Paulo e, por esta metrópole, no Brasil, a partir de fevereiro de 2020, equivaleu – valha a força da metáfora – a uma hecatombe sociossanitária historicamente sem precedentes, com impactos ora absolutos, ora aplacados, em todos os setores de atuação humana.

Mesmo a distância temporal em relação aos acontecimentos despe essa metáfora de aspectos objetivos ou apelativos

exclusivamente pedagógicos. Em escala mundial, o impacto social da pandemia não deixou, de fato, de constituir – *per se* e em veia inesperada – violência estrutural, com reverberações materiais, simbólicas e imaginárias indeléveis (perceptíveis ou não) no *modus vivendi* de populações inteiras. Por certo, entre tanta grita abastada contra a recomendação antipandêmica internacional *stay at home*, a reprodução sistêmica e global do capitalismo (dada pela estabilidade da taxa média de crescimento multilateral) também não deixou, ao menos por um instante histórico, de estremecer em incertezas, sem jamais desidratar-se seu modelo de mundo.

Não é descartável lembrar que, a rigor, a ideia de violência estrutural nesse contexto não se liga a nenhuma ação do vírus propriamente dita, por mais insidiosa que seja. Escapando as expressões e palavras de serem neutras ou casuais, muito menos de ficarem impunes, tais signos – marcos mediadores da cultura [esta, no todo, como forma simbólica do social-histórico (e este, por seu turno, como condição do presente na gramática de sua historicidade)] – não podem ser, indiscriminada e/ou igualmente, aplicados ao conjunto de fenômenos e acontecimentos da natureza[3]. O motivo, nada estratégico, dessa impossibilidade axiológica é conhecido: não é a "natureza" (autopoiética e ainda incognoscível em sua razão de ser) que é "violenta"; violento é, desde a imanência, o social-histórico. O fato de o vírus não fazer parte de algo assim como uma "natureza pura", isto é, de ele já se inserir em outro jogo (entre natureza e cultura) a partir

3. No tocante ao social-histórico, a disposição semântica do trecho, inspirada em Castoriadis (1982), se estende para o conjunto da argumentação.

do momento em que adentra, pelo corpo dos viventes (viga biológica aculturada), o domínio propriamente humano, não altera a equação axiomática referente aos âmbitos empíricos de incidência da linguagem como mediação *sine qua non*.

O social-histórico, reino exclusivamente humano (e, óbvio, não necessariamente "civilizado" ou "letrado"), utiliza a linguagem verbal para demarcar como "violência" fenômenos, acontecimentos ou tendências agressivos e resultantes dos "artifícios" da vida em comum. No âmbito da pandemia, o modo de relação com a irrupção virótica – modo cientificamente impotente até o surgimento das vacinas – fatora e condiciona a possibilidade de consideração, também como "violência", dos desdobramentos trágicos subsequentes. Sob o assombro do mundo, o cenário brasileiro barbaramente cultivado pelo governo federal assentou essa impotência inicial no colo do submundo político: o modo irresponsável de contemporização do Sars-Cov-2 e de desvalorização das vacinas e dos processos de imunização *vis-à-vis* o modo de priorização de medicamentos comprovadamente inúteis no combate ao vírus agregou a essa violência sociossanitária seu cariz mais funéreo. A nacionalização dessa irresponsabilidade, com consequências capilares em todos os estratos sociais e setores de atuação, justifica, mais que o qualificativo "estrutural" implicado, a suspeita do quanto a mencionada violência é fundamentalmente política, intencional ou não. A dificuldade para reunir prova empírica e/ou consensual sobre qualquer intencionalidade envolvida pouco prejudica a validade da premissa.

Num primeiro momento, o vultuoso impacto social do novo coronavírus, assim galvanizado por um Estado pró-pan-

dêmico, realizou-se na forma de desaceleração da vida econômica e sociocultural. Sob a influência de múltiplos interesses e necessidades, os meses subsequentes, com efeito, observaram a metrópole recobrando relativa normalidade, já sob procedimentos comportamentais (rigorosos aqui, flácidos ali) de higiene requerida, vestimenta acessória (máscaras e/ou luvas descartáveis) e distanciamento corporal. O tônus dos investimentos de capital privado (no cenário nacional e externo) foi recuperado antes mesmo de os processos vacinatórios minorarem, em vários países, o número diário de mortes. A oscilação entre esses dois movimentos, arrastada em tão curto tempo, ensaia hoje passar-se como se sequer tivesse existido, malgrado o maior sofrimento dessa violência estrutural ter se alojado – inesquecivelmente – nas camadas sociais mais pobres e desassistidas.

Neoliberalismo, neofascismo e necropolítica

Os elementos teóricos dessa preocupação temática veem-se entrelaçados com os tempos de neoliberalismo e neofascismo no Brasil e no mundo. Nessa circunscrição, o neoliberalismo sinonimiza tendência hegemônica de interesses político-econômicos confluentes com um modelo de Estado enxuto, descomprometido com a superação das diversas formas de desigualdade, divorciado das necessidades da população mais vulnerável e segregada, desidratado em matéria de políticas públicas e totalmente indiferente a dramas sociais. Trata-se, em síntese, de uma proposta de governança que paradoxalmente colabora para a reprodução histórica das condições do próprio sinistro. Além disso, o neoliberalismo se liga

à produção social de um tipo específico de sujeito cujas variações de mentalidade pragmática e cotidiana evidentemente se amoldam a essa tendência, em compatibilidade com a perpetuação do respectivo modelo de sociedade, de base multicapitalista[4]. Por sua vez, o neofascismo comparece, na presente reflexão, em sua configuração sufragada e legítima (com ou sem sabotagem prévia de processos eleitorais) de corrosão endógena e progressiva do Estado de Direito e de políticas públicas de reparação de danos, provocados pelo desenvolvimento excludente da economia capitalista. Igualmente, o neofascismo pressupõe sorte idiossincrática de psique autoritária, interessada na substituição da democracia como regime e como valor universal por formas autocráticas e/ou totalitárias de governo.

Essas injunções conceituais se inserem no arco mais geral da necropolítica. O prefixo grego *nekrós*, relativo a cadáver, inspira, no âmbito da política, o feixe de técnicas (centralizadas ou aparentemente aleatórias) de administração do Estado e de governança da sociedade que implica, em seu fundamento ocluso, a distribuição contábil, programada e seletiva da morte (física e/ou simbólica) para determinados estamentos da população, com evidência para os pobres, sobretudo negros e índios. Explícita ou implicitamente, a necropolítica, quando articulada de forma neoliberal e neofascista, equivale, em períodos pandêmicos, ao exercício do poder de Estado compatível com a gestão da vida coletiva sob significativa irresponsabilidade em matéria de governança sanitária – tratamento executivo com consequências

4. Para uma introdução às relações entre tendências neoliberais e dimensão mental, veja-se a perspectiva psicopolítica de Han (2018).

diretas em todas as metrópoles e cidades do país e vizinhança (para mencionar apenas a América Latina)[5].

Negacionismo e desinformação sistemática

Conforme sinalizado, o flagelo sanitário da covid-19 foi mundialmente perpassado pela saturação semiopandêmica de *fake news* e mentiras de extrema direita. No Brasil, a função política dessa derrama imagético-informacional via glocalização interativa foi a de guarnecer um negacionismo sistemático contra a ciência na direção de múltiplas finalidades: rechaçar a recomendação *stay at home* das autoridades médico-sanitárias [sobretudo as estaduais, amparadas em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF)]; escorar vantajosamente a disputa de narrativas sobre o tratamento econômico-financeiro internacional à pandemia [o governo federal foi contra o *lockdown* de empresas e organizações, cidades e/ou fronteiras, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS)]; possibilitar, no curto prazo, negociata milionária (com resultado propinado) em torno de medicamentos ineficazes contra cepas do Sars-Cov-2 (como a querela do "kit covid", envolvendo azitromicina, cloroquina, hidroxicloroquina e ivermectina); e condicionar, no longo prazo, tanto a improvável "imunidade de rebanho" quanto a descompressão sobre a taxa de acumulação ampliada de lucro do grande capital, apoiador das iniquidades do Planalto Central.

---

5. A respeito da articulação temática do trecho, veja-se Mbembe (2014, 2018) e Trivinho (2020, 2022).

A indiferença sociopata federal à espiral de mortes e contaminações fez (e faz) do negacionismo científico um movimento necropolítico a qualquer custo – dado social-histórico antropologicamente significativo (do ponto de vista da governança de uma nação e do respectivo apoio populacional) em pleno século XXI, quase 250 anos depois da Revolução das Luzes na Europa e 40 anos após a redemocratização das instituições brasileiras.

A veracidade histórica dispensa olhares retroativos e distanciados para testemunhar, desde já e definitivamente, que esse negacionismo quase monopolizou o cenário sociopolítico interno somente pelo fato de o neofascismo de Estado e suas bases neoliberais haverem, antes de tudo, transformado o Brasil num solo fértil para a crise sanitária de covid-19 e para a desinformação sistemática e antissocial.

Norte de indagações inspiradoras

Nesse contexto de promoção institucional da morte, as indagações problematizadoras que, mesmo sem a necessidade de serem completamente respondidas, inspiraram e orientaram a reflexão podem, em seleta representativa, ser assim formuladas:

(a) o que o flagelo pandêmico alterou nas relações entre a múltipla ocupação da metrópole – das ruas às residências – e a utilização diversificada das tecnologias digitais e redes interativas?; constituem mudanças com tendência a lastro de longo prazo?; se sim, qual configuração socioestrutural e quais dinâmicas so-

ciotecnológicas se anunciam concretamente a partir dessa remodulação?;

(b) como a política sanitária da indiferença legal, dolosa e programada do Estado brasileiro se insere nessa tendência?; quais os traços marcantes dessa inserção e quais suas principais consequências?;

(c) quais reverberações específicas da necropolítica, em termos de aprofundamento das desigualdades, se tornaram mais patentes, mesmo sem evidenciação na visibilidade multimediática (de massa e interativa)?;

(d) até que ponto de dilatação semântica a categoria política do genocídio de fato se aplica a essas injunções problemáticas, em combinação com o sofisticado *glamour* das relações instantâneas via redes sociais e plataformas digitais?;

(e) como as máquinas e redes digitais foram utilizadas pelas categorias dromoaptas economicamente favorecidas e precarizadas? Quais os indicadores sociotecnológicos e procedimentais dessa dessimetria?

(f) qual o peso axiológico do medo da morte (sazonal ou de cauda longa) nesse cenário e de que modo ele opera desdobramentos?; e

(g) quais as formas mais predominantes de interação social em tempo real gestadas nesse, por esse e/ou a partir desse "estado de exceção"?

Medo pandêmico da morte, glocalização interativa e *surveillance* algorítmica

No rastro dessas questões – as quais, enfatize-se, serviram mais como norte de provocação livre para o desenvolvimento da reflexão –, inseriu-se, dentre as conjeturas feitas, válidas (não exclusivamente) para o Brasil, um diagnóstico que se tornou cada vez mais claro: a situação pandêmica, mal gerida pela necropolítica típica do neoliberalismo e do neofascismo, robusteceu socialmente de tal forma o medo profuso da morte que, arrastando multidões dromoaptas (aquelas capazes de acesso permanente a teletecnologias digitais) para o coração multimediático da interação em rede, acabou por colaborar, como em nenhuma outra época, para a reprodução social-histórica mais intensa da civilização glocal avançada, doravante em sua fase cibercultural[6].

Essa macrocirculação de energia social tem fundamento idiossincrático. Por certo, o processo de glocalização sob condições pandêmicas pode isolar fisicamente os corpos sob medo mais saliente da morte e, no mesmo instante, reunir a todos – milhões de pessoas no mundo inteiro – no imaginário técnico das redes em tempo real (de massa, interativas e híbridas), especialmente através de superfícies de celulares e *tablets*, bem como de plataformas virtuais de sociabilidade, consulta de dados e entretenimento. Por certo também, a dependência glocal naturalizada – dinâmica sociotecnológica pré-pandêmica que

6. Recobrando-se a nota 1, veja-se Trivinho (2007, 2012, 2014, 2022). Essa menção vale para o tópico inteiro.

o desespero existencial e coletivo subsequente não deixou de radicalizar[7] – concorre para fortalecer não apenas tendências interativas internacionais, mas igualmente formas de exercitação cibercultural da dromoaptidão sedentária (a partir de *home offices*), sob condições de vida tuteladas pelo fantasma tanático. O aparente paradoxo desse processo se esclarece quando a reunião de detalhes revela tratar-se, antes, da trama dialética do próprio social-histórico. Não obstante e em diapasão expandido, essas injunções mediáticas, em atmosfera de exceção, dispõem-se socialmente com os seguintes contornos: o temor antipandêmico generalizado entregou – no Brasil, sob incertezas institucionais, políticas e sanitárias agudas, e de forma quase compulsória – o processo glocal de socialização e de construção de identidades individuais e grupais à armadilha *free* da capitalização por megaempresas do ramo digital, abrindo caminho para o aprofundamento irreversível da privatização bilionária e da vigilância algorítmica do ciberespaço, em harmonia com a experiência histórica ampliada do capitalismo imaterializado.

A reinterpretação desse argumento, quando visto a tintas calcadas, torna detalhes mais relevantes. O drama da pandemia, em razão dos procedimentos sanitários para debelá-lo, fortalece o testemunho de que as relações sociais foram, por meses a fio, drenadas – ou melhor, violentamente drenadas – para o horizonte salvacionista das redes interativas, sob a toada de privatização completa do ciberespaço por modelos de negócio das Big Tech norte-americanas – as tais plataformas. Esse movimento mostra o quanto as companhias do Vale do

7. Sobre essa dependência obliterada, veja-se Barbosa (2013, 2014).

Silício, junto com as Big Pharma, responsáveis pela produção e testagem de antídotos vacinatórios contra a covid-19, não deixaram de realizar ampla capitalização da miséria humana causada (na verdade, agravada) pela irrupção pandêmica. Na esteira da salvaguarda ao maior número de vidas, essa operação socioeconômica alinhou-se a tendências históricas eticamente desprezíveis do segmento corporativo da necropolítica própria do capitalismo – processo sociotanático economicamente hierarquizado e atinente ao modo fenomênico e osmótico de ser desse modo de produção.

Por outro lado, as decisões das autoridades médico-sanitárias (nacionais e internacionais) contribuíram – vê-se também – não somente para a expansão glocal desses modelos de negócio para todos os setores socioeconômicos, mas também para a normalização radicalizada da *surveillance* [vigilância eletrônica] como valor de segurança socialmente "aceitável", doravante sob algoritmização customizada, robotização insidiosa de rede e privatização mercantil de dados pessoais.

No que tange à absorção das relações sociais por patentes estadunidenses, não é demais lembrar o sintomático rastro tecnocultural que acabou por condicionar o atingimento desse ponto. O ciberespaço, *locus* imaterial que o utopismo infotecnológico dos anos 1970 e 1980 nos Estados Unidos havia ingenuamente reservado a trocas interativas livres (isto é, fora da circunscrição monopolista da informação), tornou-se, com a consolidação do modelo hipermediático europeu da World Wide Web no início dos anos 1990, um laboratório contínuo de sofisticação e testagem de tecnologias de segurança explorado por modelos de negócio, marcas, produtos e cadeias produti-

vas ligadas a companhias bilionárias, que o jargão corrente alcunhou de Big Tech. O ciberespaço se converteu numa circunscrição inteiramente vigiada e, ao mesmo tempo, jamais controlada *in totum*. A algoritmização, processo de automação em rede historicamente mais recente, equivale a um pedaço eficiente e opaco dessa tendência.

Post Scriptum – Informações complementares

O conjunto de proposições acima contextualiza, em linhas gerais, a pesquisa interdisciplinar e coletiva supervisionada no e pelo Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura – CENCIB da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CENCIB/PUC-SP)[8]. A supervisão da reflexão estendeu-se por dois anos, em inúmeras reuniões por videoconferência, durante a pandemia de covid-19[9].

O desdobramento dos trabalhos constatou autores(as) sob compartilhamento simultâneo e intermitente de ideias e proposições, no qual e a partir do qual eles(as) colaboraram igualmente para a totalidade dos resultados.

---

8. Evocando aportes das áreas de comunicação, educação, sociologia, ciência política, filosofia, psicanálise, museologia e economia, a pesquisa contou com pesquisadores(as) – a maioria professores(as) doutores(as) – vinculados(as) a esse grupo de pesquisa.

9. Sob o título *Comunicação digital, necropolítica e pandemia: uma reflexão sobre as tendências glocais e dromocráticas na metrópole de São Paulo em tempos de neoliberalismo e neofascismo no Brasil e no mundo*, a pesquisa foi desenvolvida em conjunto com a de outros grupos de pesquisa da PUC-SP, participantes do projeto temático *Vida urbana, desigualdade e repercussão da Covid-19 na Metrópole de São Paulo*, com apoio do PIPEq - Plano de Incentivo à Pesquisa da Universidade.

Esse processo de construção foi sequenciado em quatro tempos. A partir do primeiro, dedicado ao esclarecimento cabal sobre o arco temático prioritário em jogo e sobre os princípios e critérios garantidores da coerência estrutural da pesquisa e da obra prevista[11], o processo abrigou, na fase seguinte, a definição individual e autônoma dos recortes objetais, com exposição sucinta da proposta preliminar; no terceiro momento, cada autoria apresentou seu capítulo completo, com a respectiva tese no perímetro temático escolhido; e o último passo foi a liberação da versão definitiva, antes da série de procedimentos editoriais de estruturação, editoração e publicação do volume.

Em meio à perplexidade e tristeza por milhares de mortes diárias durante a pandemia, dois eventos acadêmicos voltados para a interlocução entre as autorias foram organizados em modo remoto e inseridos, respectivamente, na segunda e na terceira fases, a fim de gerar espaço público de reflexão a várias vozes e de contribuição para os capítulos individuais.

Referências bibliográficas

BARBOSA, B. C. O. (2013). *Cibercultura, comunicação-dispositivo e dependência: oikonomia em tempo real e disponibilidade do humano na era da mobilidade glocalizada*. 119f. Doutorado em Comunicação e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

11. Veja-se a nota 1.

BARBOSA, B. C. O. (2014). Dependência do glocal na cibercultura: acoplamento estrutural do ente humano a meios interativos como *habitus* glocalizado. In: TRIVINHO, E. (org.). *A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada*. São Paulo, Annablume, Fapesp.

CASTORIADIS, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HAN, B.-C. (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte, Veneza, Âyiné (coleção aut-aut, nº. 1).

MBEMBE, A. (2014). *Crítica da razão negra*. Lisboa, Antígona.

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Rio de Janeiro, nº. 1 edições.

TRIVINHO, E. (2007). *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo, Paulus (coleção comunicação).

TRIVINHO, E. (2012). *Glocal: visibilidade mediática, imaginário bunker e existência em tempo real*. São Paulo, Annablume.

TRIVINHO, E. (org.). (2014). *A condição glocal: configurações tecnoculturais, sociopolíticas e econômico-financeiras na civilização mediática avançada*. São Paulo, Annablume, Fapesp.

TRIVINHO, E. (2017). *A explosão do cibermundo: velocidade, comunicação e (trans)política na civilização tecnológica atual*. São Paulo, Annablume, Fapesp.

TRIVINHO, E. (2020). *A cauda longa da grande peste: resposta à necropolítica neofascista: comunicação, política e ética em tempos de ameaças espalhadas. A Terra é redonda*. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/cauda-longa-da-grande-peste. Acesso em: 13 dez. 2022.

TRIVINHO, E. (2022). *A larga escala da disputa política. A Terra é redonda*. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/a-larga-escala-da-disputa-politica. Acesso em: 13 dez. 2022.

VIRILIO, P. (1984). *L'horizon négatif: essai de dromoscopie*. Paris, Galilée.

VIRILIO, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro, Editora 34.

VIRILIO, P. (1995). *La vitesse de libération*. Paris, Galilée.

VIRILIO, P. (1996). *Velocidade e política*. São Paulo, Estação Liberdade.

Posfácio

Sobre *A covid-19 na cidade de São Paulo: algumas repercussões*

Conhecimento – e, especialmente, o que chamamos de conhecimento científico – é feito de perguntas. Se a resposta é conhecida e esse conhecimento foi produzido à maneira da ciência, sabemos que é criticável, refutável e que, ainda que tenda a uma escala cumulativa, será sempre sujeito a revisão, a complementação e, potencialmente, a refutação.

Essas características advêm das perguntas, dos caminhos de produção das respostas e do caráter público dos resultados. Perguntas ou problemas mal colocados promovem resultados questionáveis, irrelevantes ou deletérios. Caminhos ou métodos mal empregados (porque superados ou inadequados ao objeto) produzem teorias, interpretações, tecnologias e técnicas incompletas, inconsistentes ou falsas. Resultados produzidos e arranjados sem rigor e sem a possibilidade de crítica da comunidade científica, acadêmica e profissional não merecem o título de científicos e não contribuem para o conhecimento ou para a solução de problemas, seja aqueles que envolvem questões teóricas, seja aqueles que envolvem, questões ideo-

lógicas ou aqueles que resultam na produção direta de novas técnicas e tecnologias.

A tecnologia – compreendida como a aplicação de instrumentos e conhecimentos que contribuíram e contribuem para as sociedades e os indivíduos – e a ciência – compreendida como atividade humana que busca respostas a perguntas existenciais, teóricas ou práticas com método - estão presentes na história por milênios. Entretanto, a revolução industrial promove a atividade científica e as tecnologias que decorrem diretamente dessa atividade a patamares sociais sem precedentes na história. A partir da revolução industrial, ciência e tecnologia derivadas da ciência se tornam forças produtivas: ciência passa a ser a principal produtora da tecnologia que gera e a tecnologia é produtora de capital. A base das sociedades modernas complexas é completamente dependente da ciência. E, a par com esse desenvolvimento, as visões de mundo promovidas no âmbito científico tornam-se elas mesmas visões compartilhadas socialmente e modos de interpretação do real, das próprias sociedades. Em uma expressão ciência é hoje força produtiva e força ideológica.

Trata-se, aqui de esclarecer que nesse contexto se incluem as ciências da natureza, como física. As ciências da vida como as biologias, as ciências formais construídas como sistemas lógicos, como a matemática, e as ciências humanas e as sociais. Se as chamadas ciências naturais e ciências da vida têm imediato apelo como força produtiva e, portanto, como produtoras de recursos materiais e – sob o capitalismo – como produtores de capital, as ciências humanas ou sociais têm imediato apelo como força ideológica que descrevem e

explicam o mundo e, muito especialmente, os indivíduos e as sociedades. Não é demais enfatizar que essa perspectiva é meramente impressionista e que, assim como as distinções entre as várias ciências, seus métodos e tecnologias são arbitrários, essa distinção de campos de atuação e modalidade de resultados é simplista, enganosa e, até mesmo, perigosa. As ciências da natureza e da vida têm nas sociedades modernas enorme peso e influência nas ideias e ideologias; assim como as ciências humanas e sociais produzem tecnologias que impactam sociedades, grupos e indivíduos, gerando recursos econômicos de grande monta.

Quanto maior o impacto e a relevância das visões de mundo, teorias, descrições e interpretações que decorrem do fazer científico, maiores são as exigências sociais para a formação de pessoas que possam produzir ou consumir conhecimentos ou tecnologias. Daí a importância de instituições sociais como as universidades que assumem a dupla função de instituições produtoras de ciência e de consumidores esclarecidos de ciência e aplicadores de técnicas e tecnologias sancionadas cientificamente.

Entretanto, e essa é outra importantíssima característica das universidades (como em outras instituições sociais), sabe-se, há alguns séculos, que a própria hegemonia das visões de mundo que emanam da perspectiva científica, nos obriga a tratar de outras formas de conhecer, expressar e interpretar o mundo que dialogam com as perspectivas científicas. A arte, o conhecimento popular ou a religião são, então, também atividades humanas investigadas e tratadas nas universidades que deveriam, pelo menos em tese, possibilitar diálogo e reconhe-

cimento mútuo dos quais surgem indiscutivelmente as mais abrangentes, produtivas e complexas possibilidades de ação humana no mundo atual.

Em *A covid-19 na cidade de São Paulo: algumas repercussões*, encontramos de forma exemplar essa característica: no livro são reunidos trabalhos de docentes universitários, de pesquisadores que tomaram para si um problema – uma questão complexa que, obviamente, não "respeita" os limites de uma disciplina. Em diálogo, e sem perder os recortes metodológicos e conceituais de suas áreas, cada autor (e cada grupo de pesquisa vinculado à PUC/SP) contribuíram para fornecer respostas e pistas a um problema que envolveu globalmente o mundo, mas cujas características locais exigem um olhar crítico e uma postura interrogativa e proativa.

O livro pode ser lido de muitos ângulos, como uma abordagem interdisciplinar necessária para o estudo de um fenômeno complexo: algumas consequências e implicações de uma pandemia que exigiria políticas públicas, conhecimento científico e atuação governamental e social, especialmente voltada para grupos e populações mais vulneráveis da cidade.

Mas o livro é importante, ainda, sob dois outros aspectos. O engajamento de vários grupos, a presença de pesquisadores formados em diferentes áreas das ciências humanas/sociais e da arte conduziu cada um dos autores a uma espécie de "alteração de rota". São pesquisadores experientes que diante de um fenômeno complexo e difícil – que envolveu todos os aspectos da vida social, inclusive de suas vidas como acadêmicos – buscaram trazer sua experiência teórica e metodológica, contribuindo para o esclarecimento da realidade social. Con-

tribuíram, assim, para a construção de pistas que podem levar à solução de problemas humanos da maior importância para cada um de nós: aqueles diretamente afetados e aqueles que podem, com a leitura, talvez, passar de meros expectadores a cidadãos e profissionais ativos.

Finalmente, o livro é especialmente relevante no contexto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É produto de uma política de incentivo à pesquisa da universidade (PIPEq) que, entre outras formas de auxílio, promoveu a pesquisa integrada de grupos de pesquisa estabelecidos, que trabalharam temas social e cientificamente relevantes. Aqui temos o tema – Vida urbana, desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole de São Paulo. Temos os pesquisadores e seus grupos de pesquisa: Observatório das Metrópoles-SP, Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR), Centro de Pesquisa Sociossemiótica (CPS), Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Comunicação e Cibernética (CENCIB), Poesia Brasileira e Portuguesa: Interconexões, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS) e Núcleo de Estudos e Pesquisa Cidades e Territórios. Temos distintas áreas de atuação representadas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Mais importante, ainda, temos um livro que representa nossa Universidade e suas melhores práticas: uma publicação comprometida com a produção de conhecimento de excelência e socialmente comprometida e o produto de uma política de incentivo à pesquisa que de forma republicana, responsável e

sistemática promoveu a produção de conhecimento dos docentes, fazendo cumprir, assim, o papel constitucional da universidade e sua contribuição para além dos seus muros.

Maria Amalia Andery
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Professora Titular na Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento.
Reitora da PUC-SP nos quadriênios 2016-2020 e 2021-2024

Sobre os Autores

Ana Claudia de Oliveira

Professora Titular da PUC-SP:FAFICLA. Dirige pesquisas e ministra disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, no eixo teórico da Semiótica Discursiva e na Graduação de Letras: Língua Portuguesa e Tradução Inglês e Português. Seus interesses concentram-se nos discursos das medias, do corpo e da moda, das artes e das práticas de vida. Participa de várias associações como ANPAP, ABES, ASSIBERCOM, FEDROS. É diretora da revista *Acta Semiotica*; parecerista de várias agências e revistas científicas. Codirige o Centro de Pesquisas Sociossemióticas – CPS, uma rede de pesquisadores de várias instituições brasileiras, do Peru, França e Itália.

E-mail: acmao@pucsp.br

Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi

Doutora em Ciências Sociais-Sociologia (PUC-SP), mestre em Planejamento Urbano e Regional (FAU-USP), graduada em Ciências Sociais (PUC-SP). Docente nos cursos de Psicologia e Serviço Social (UNIP-SP) e Coordenadora Geral da Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo. Pesquisadora do INCT - Observatório das Metrópoles e da Rede Brasileira de Pesquisadores da Situação de Rua.

E-mail: cnakagawalanfranchi@gmail.com

Dulce Tourinho Baptista

Doutora em Ciências Sociais e Mestre em Serviço Social, ambas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Tem Especialização em Desenvolvimento de Comunidade pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. É Professora Assistente Doutora da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, atua nas áreas de Teoria Sociológica e Sociologia Urbana, com ênfase em políticas públicas, migrações, meio ambiente, planejamento urbano e cidades. É pesquisadora do Observatório das Metrópoles / São Paulo, do Núcleo de Pesquisa Religião e Cidade (PUC-SP) e do Centro de Estudos Migratórios - CEM.

E-mail: dulcebaptista@gmail.com

Eugênio Trivinho

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PPGCOS/PUC-SP) e Coordenador Geral do CENCIB - Centro Interdisciplinar de Pesquisas em Comunicação e Cibercultura nessa instituição. Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), é Pesquisador do CNPq (Bolsa de Produtividade). Em 2006, articulou a fundação da ABCiber - Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, da qual foi Presidente nos biênios 2007-2009, 2009-2011 e 2016-2017. Membro do Conselho Científico Deliberativo (CCD) dessa en-

tidade a partir de então. Autor de vários ensaios de crítica da comunicação, da civilização mediática, da cultura pós-moderna e da cibercultura, sua colaboração com a imprensa inclui textos sobre a atual condição política do Brasil, com foco no ressurgimento de tendências fascistas. Seus estudos mais abrangentes a respeito foram publicados na revista Cult, no Le Monde Diplomatique Brasil, no portal Brasil 247 e no site A Terra é Redonda.

E-mail: eugeniotrivinho@uol.com.br

Fabio Martinez Serrano Pucci

Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), *campus* São João Evangelista. Pós-doutorando na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Doutor em Sociologia pela UFSCar e Mestre em Ciências Sociais e Bacharel em Ciências Sociais pela PUC-SP. Temas de interesse: alteridade, bolivianos, sírios, deslocamentos forçados, imigração, racismo e segregação.

E-mail: fabio.pucci@ifmg.edu.br

Lucia Maria Machado Bógus

Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e doutorado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Coordena o Observatório das Metrópoles

– Núcleo São Paulo. Atualmente é professora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: lubogus@uol.com.br

Luís Felipe Aires Magalhães

Possui graduação em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestrado e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É pesquisador e Coordenador-Adjunto do Observatório das Migrações no Estado de São Paulo e pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo São Paulo. Atualmente é professor visitante do Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC (UFABC).

E-mail: lufeaires@gmail.com

Marcelo Álvares de Lima Depieri

Economista, mestre em Economia e possui doutorado em Ciências Sociais. É pós-doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP, pesquisador do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e professor titular de economia da Universidade Paulista (Unip, São Paulo, Brasil).

E-mail: cellodepieri@gmail.com

Maria Aparecida Junqueira

Professora associada do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, da Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes da PUC-SP e do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP. Líder dos Grupos de Pesquisa Poesia Brasileira e Portuguesa: Interconexões (PUC-SP/CNPq) e Crítica Literária: Tendências e Perspectivas. Membro do GT/Teoria do Texto Poético da ANPOLL. É coeditora da Revista Fronteiraz da PUC-SP. Tem livros e coorganização, publicado capítulos e artigos em periódicos especializados. Entre seus temas destacam-se: poesia e narrativa moderna e contemporânea, crítica literária, estéticas urbanas e literatura, estudos interartes.

E-mail: junqueirama@uol.com.br

Mariangela Belfiore Wanderley

Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Pós-doutoramento em Sociologia Urbana na École de Hautes Etudes em Sciences Sociales – Paris/FR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, vice-coordenadora e pesquisadora do Núcleo de estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais. Membro da Rede de Pesquisadores sobre População de Rua. Atua como Chefe de Gabinete da Reitoria da PUC-SP (gestão 2021-2024).

E-mail: mariangela.belfiore@gmail.com

Marisa do Espírito Santo Borin

Doutora em Ciências Sociais (PUC-SP), mestre em Ciências Sociais (PUC-SP), bacharel licenciada em Ciências Sociais (PUC-SP). Pesquisadora do Observatório das Metrópoles de São Paulo e da Rede Brasileira de Pesquisadores sobre População em Situação de Rua. Membro da Diretoria da Organização do Auxílio Fraterno (OAF) de São Paulo.

E-mail: marisaborin@terra.com.br

Maura Pardini Bicudo Véras

Doutora e Livre Docente em Ciências Sociais (Sociologia Política), é Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É líder do NEPUR-PUCSP, Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanos, grupo de pesquisa certificado junto ao CNPq desde 1983. Membro do Grupo de Estudos Diálogos Interculturais do Instituto de Estudos Avançados-IEA-USP. Tem publicado artigos, livros e capítulos em periódicos nacionais e estrangeiros. São seus temas de interesse: desigualdades socioespaciais e raciais; alteridade; imigração; segregação; planejamento urbano e políticas públicas.

E-mail: mauraveras9@gmail.com

Suzana Pasternak

Suzana Pasternak graduou-se em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie (1966) e em Saúde Pública pela USP (1970), com especialização em urbanismo pela Universidade de Paris 1 (1968), Mestrado em Saúde Publica pela USP em 1975 e doutorado em Saúde Pública pela USP em 1983. É professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde fez livre docência em 2001 e titulação em 2004. Pesquisadora 1 A do CNPQ. Atualmente é pesquisadora do Observatório das Metrópoles núcleo São Paulo. Atua na área de demografia, habitação popular e estudos urbanos em geral. Foi pesquisadora sênior do Instituto de Estudos Avançados - IEA-USP.

E-mail: suzanapasternak@gmail.com

Livro:	São Paulo na covid-19
Páginas:	386
Formato:	140 x 210mm
Tipografias:	Elegant Garamond 12pt
Papel:	Off set 90g com orelhas
1ª edição:	2024

Com o apoio do PIPEq – Plano de Incentivo à Pesquisa da PUC-SP –, esta coletânea reflete sobre a situação pandêmica da covid-19 na cidade de São Paulo em diferentes áreas do saber. A perspectiva multidisciplinar pergunta: em tempos de pandemia, como a cidade e seus territórios propõem formas para sobrepor-se e/ou adaptar-se a esse cenário? Como quebrar o cerco e atravessá-la? A resposta foi interrogá-la, problematizá-la, dando margem ao surgimento de ideias que, na contramão do lamento e do negacionismo, energizasse o pensar afetando-o sensível e criticamente, investindo-o de indignação e de potência política, social, cultural, frente a um acontecimento desconhecido que afetou a nossa vida subjetiva e singularmente a nossa vida social.

Todos os passos da pesquisa e seus resultados estão disponíveis em plataforma digital. Esperamos incitar novas discussões, abrir possibilidades de trocas entre as áreas de conhecimento, enfrentar os desafios anunciados, apreender nas fissuras do acontecimento as práticas inovadoras, as experiências alternativas, colocando em jogo confrontos e complexidades.

Plataforma Projeto Temático:
Vida urbana, desigualdades e repercussões da covid-19 na metrópole de São Paulo

fluxossp.pucsp.br

PUC-SP

ISBN 978-85-283-0730-6

Plano de Incentivo à Pesquisa
PIPEq